

Jania Maria de Paula

NOSSA TERRA



em

OUTRAS TERRAS

Os descendentes de eslavos na zona da mata rondoniense

NOSSA TERRA EM OUTRAS TERRAS
Os descendentes de eslavos na zona da mata
rondoniense



Comissão Editorial

Dr. Anselmo Alencar Colares - Universidade Federal do Oeste do Pará

Dr. Eder Cassola Molina - Universidade de São Paulo

Ms. Geraldo Roger Normando Junior - Universidade Federal do Pará

Dr. João Carlos Vicente Sarmiento - Universidade do Minho, Portugal

Dr. Júlio César Barreto Rocha - Universidade Federal de Rondônia

Dr. Miguel Nenevé - Universidade Federal de Rondônia

Dra. Nair Ferreira do Amaral Gurgel - Universidade Federal de Rondônia

Dra. Salete Kozel Teixeira - Universidade Federal do Paraná

Dr. Valdir Vegini - Universidade Federal de Rondônia

Jania Maria de Paula

NOSSA TERRA EM OUTRAS TERRAS
Os descendentes de eslavos na zona da mata
rondoniense

Temática
Porto Velho – Rondônia
2019

© by Jania Maria de Paula

Temática Editora
Rua Prudente de Moraes, 2421 Centro
Porto Velho-RO
(69) 9.9246-7839
tematicaeitora@gmail.com

Comissão Técnica

Abel Sidney
Preparação de originais e revisão

Rogério Mota
Capa

Flávio Dutka
Ilustrações

Luciana Rhodius
Bibliotecária CRB 11/1051
Catalogação

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P324n

Paula, Jania Maria de

Nossa terra em outras terras: os descendentes de eslavos na Zona da Mata Rondoniense / Jania Maria de Paula. 1ª Ed. Temática. Porto Velho / RO, 2019.

376 p.: il.

ISBN: 978-85-65720-90-8

1. História. 2. Grupos Eslavos. 3. Territórios Rondonienses I. Título.

CDU: 93(091)(811.1)

Impresso no Brasil

Para Бабуся Mikelina (*in memoriam*).
Foi tempo de lembrar e reviver suas lições!

AGRADECIMENTOS

Em nenhum outro momento de minha vida contei com o auxílio gratuito de tantas pessoas. Fatalmente cometerei aqui o erro do esquecimento em nominá-las todas, assumo tal erro por considerar imprescindível esse registro. **Toda minha gratidão...**

Aos professores indígenas das etnias Arara e Gavião que me instigaram a conhecer de forma mais aprofundada, as minhas próprias raízes.

À Andréia Pereira, Eunice Pinheiro e Lediane Felzke pelo apoio, incentivo e um chimarrão quando o tempo nos permitia.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia pela valorização e incentivo à minha qualificação profissional.

À Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Brasilândia d'Oeste e Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste pela receptividade e contribuição com as atividades da pesquisa.

Aos meus professores do PPGSCA e aos colegas de caminhada, de maneira muito especial à Tatiana Lopes, Cícero Thiago, Rutinéia Carvalho e Marcos Braga que (com)fraternizaram comigo uma temporada em Manaus. Com vocês tudo ficou mais fácil!

À minha querida tia Leônia S. Salamaia, à Oksana Boruszenko, Filomena Procek e Meire Senchem que mesmo de longe, muniram-me com os primeiros materiais de consulta e arquivos fotográficos. Ao tio Vitoldo Salamaia que compartilhou documentos e sua história de vida – um camponês eslavo. À tia Lídia Krominski, que aqui representa toda minha parentalha, sou grata pela sua torcida, incentivo e energias positivas.

Aos amigos e amigas Maria Tereza Santos, Joana Cordeiro, Vanderleia Skiezinski, Neusa Dopiate, Madalena Sembalista, Regiane Sitowski, Reny Bobek, João Mikalzenzen, Raimundo Sandeski e Noeli Plaster que gratuita e generosamente contribuíram com a pesquisa de campo, quer na construção da rede de informantes, quer disponibilizando materiais e informações.

Aos amigos *nach lhude* D. Volodemer Koubetch, Teodoro Hanicz, Marcos Leão, Andreiv Choma e Fernando Mussolin pelas conversas, informações e orientações sobre a cultura eslava.

À equipe da Secretaria da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Rolim de Moura, em especial aos freis Antônio C. Gomes e Cleidimar V. da Silva pelas conversas, informações e disponibilização dos arquivos paroquiais.

Ao Nilson Santos sempre disposto a me auxiliar nos momentos de sufoco teórico e metodológico e Heldo Donat pelas contribuições com leituras e empréstimos prolongados de parte de suas preciosidades literária.

À generosidade de Dalva Felipe, Renata Nóbrega e Elza Moreira com imprescindíveis contribuições na tessitura da tese. Meninas, sem vocês eu naufragaria!

Ao Prof. Dr. Antônio C. Witkoski pelo trabalho de orientação, pelo direcionamento, conselhos, conversas e incentivos.

Às irmãs Leila e Vânia, que mergulharam comigo na incansável “caça” de possíveis colaboradores. Sem vocês não existiria rede de informantes!

Às sobrinhas Stefany pela elaboração cartográfica e auxílio incondicional na formatação da tese; à Karina pelo olhar fotográfico, ainda que eu não aprendesse os “macetes”; à Kamila e Stela companheiras constantes pelas veredas empoeiradas da pesquisa de campo; à Julinha pela dádiva da convivência.

Aos queridos Pais Ana e Expedito pelo acolhimento na temporada da pesquisa de campo, pelos conselhos, histórias, informações... pelo exemplo de vida! Ainda a minha Mãe pela participação constante na construção da tese, sugestões, discussões e pequenas traduções!

Por fim às famílias descendentes de eslavos que vivem na Zona da Mata Rondoniense e que confiaram a mim o registro de suas trajetórias de vida, suas andanças, fracassos, vitórias, derrotas e conquistas... São elas:

Famílias Baiser, Bobek, Boriezeska, Boiko, Casprechen, Cismoski, Dombroski, Dopiate, Dropalski, Dzingeleski, Dziombra, Grokalski, Kaszewski, Kluska, Kuss, Mazur, Mikalzenzen, Mikos, Mreglad, Mrojinski, Ostroski, Plucinski, Podolak, Povodeniak, Sembalista, Skalski, Stachiw, Stahelski, Schiminski, Semchechen, Sitowski, Souza, Topolniak, Vudorski, Wiczarkowski e Wosnes Kraine de Rolim de Moura.

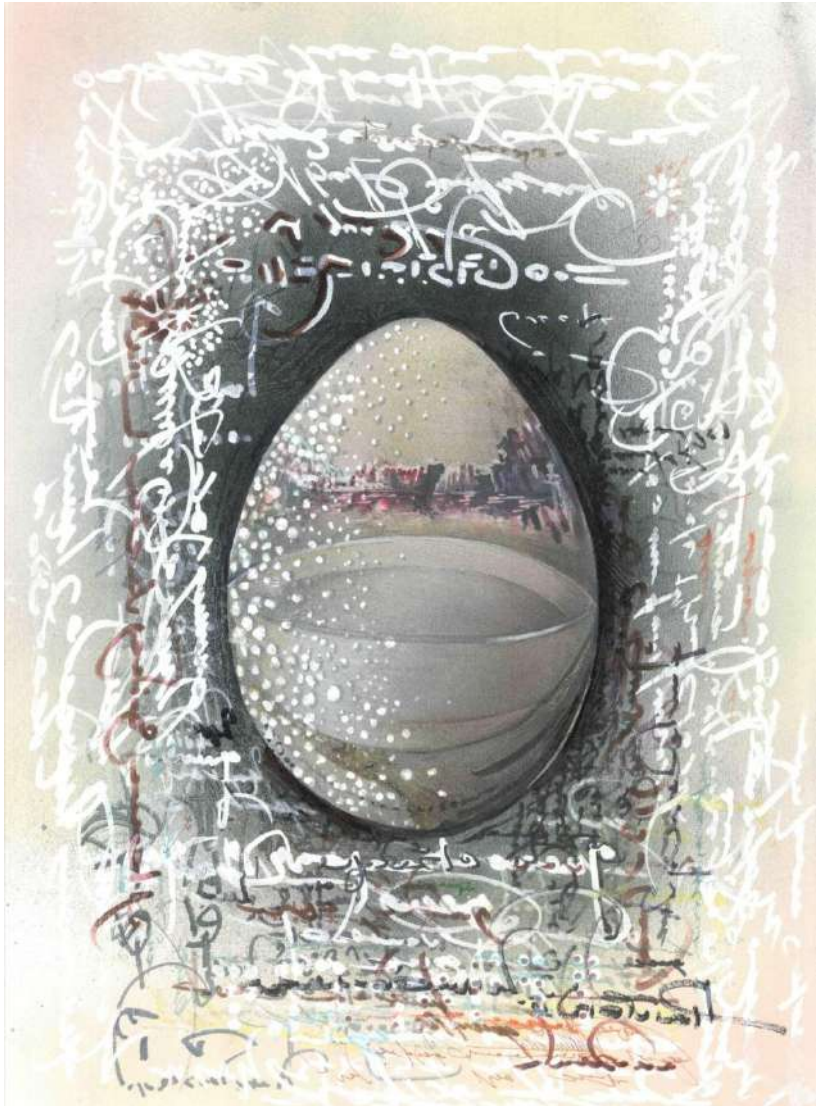
Famílias Barczcz, Boroski, Fovicz, Jaguszski Eleotério, Ostrowski, Ozowski, Sandeski, Skiezinski e Szçerbate de Novo Horizonte do Oeste.

Famílias Dominiak, Gallina, Golumbieski, Iareski, Jakopistch, Janoski, Kaliniuski, Kessler, Semtchuk, Slivinski, Sodowski, Troyan Horni e Voidello de Nova Brasilândia d'Oeste.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O ANTES TEMPO...: UM SÉCULO DE TRAVESSIAS – MEMÓRIAS DAS MIGRAÇÕES	27
AS ROTAS DA MIGRAÇÃO: NAVIOS, CARROÇÕES E PAUS DE ARARA	32
FANTASIAS E CREDULIDADES: A FIXAÇÃO DOS IMIGRANTES ESLAVOS NO PARANÁ	50
NO SUL (LUGAR E REMINISCÊNCIAS): AS MEMÓRIAS NARRADAS E OS PROCESSOS DE DESRETERITORIALIZAÇÃO	54
NO NORTE: LEMBRANÇAS DA CHEGADA E A (RE)CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE NA ZONA DA MATA RONDONIENSE	58
2 DESSE POVO QUE VEIO PRA CÁ, QUASE NINGUÉM MAIS SABE FALAR NA LÍNGUA!: HÁ ESLAVICIDADE NA ZONA DA MATA RONDONIENSE?	75
HÁ CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ESLAVA NA ZONA DA MATA RONDONIENSE?	80
A invisibilidade local do descendente eslavo	93
<i>NASI LUDZIE/NACH LHUDE</i> EM RONDÔNIA? INEXISTÊNCIA DA COMUNIDADE COM CARACTERÍSTICAS ÉTNICAS	98
A AUSÊNCIA DA IGREJA ESLAVA E AS TRANSFORMAÇÕES DA IDENTIDADE ÉTNICA	104
3 A TERRA SUBIU... NÃO TINHA MAIS COMO VIVER LÁ...: A BUSCA PELA NOVA TERRA	117
A MIGRAÇÃO COMO CONDIÇÃO DE MANUTENÇÃO DO MODO DE VIDA CAMPONÊS	118
A expropriação da terra, a migração e a colonização	126
A Zona da Mata Rondoniense na política de colonização do Incra	128
A CONDIÇÃO DO CAMPESINATO NA ZONA DA MATA RONDONIENSE	132
O colono e o sonho da terra	141
O CAMPONÊS DESCENDENTE DE ESLAVO NA ZONA DA MATA RONDONIENSE: RESISTÊNCIAS E ADAPTAÇÕES	145
A camponesa descendente de eslavos na Zona da Mata Rondoniense	147
A ORGANIZAÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL	150

4 EU ME SINTO AGRICULTOR... APESAR DE TRABALHAR NO COMÉRCIO: NÓS SOMOS MUITO BICHO DO MATO: OS COLONOS DA CIDADE	167
AS CIDADES DA ZONA DA MATA RONDONIENSE: LÓCUS DO MUNDO CAMPONÊS MINIATURIZADO	168
A organização sociogeográfica do lugar	172
A MANIFESTAÇÃO DO <i>HABITUS</i> CAMPONÊS NA CIDADE	178
A casa, as cores, os lambrequins e o paiol	184
As hortas, pomares e jardins urbanos	195
O MUNDO DO TRABALHO NA CIDADE	199
As atividades econômicas na cidade	203
O trabalho da mulher descendente de escravos na cidade	205
5 NADA DE MAIS HORRÍVEL QUE FAZER POUCA COMIDA E SE CHEGAR ALGUÉM? O HABITUS DOS DESCENDENTES DE ESLAVOS NA ZONA DA MATA RONDONIENSE	213
A MESA FARTA E O MEDO DA MISÉRIA	213
Autossuficiência alimentar	220
CULINÁRIA TRADICIONAL E NOVOS HÁBITOS ALIMENTARES	225
O chimarrão e seus ritos	231
PARA ALÉM DA IGREJA: A RELIGIOSIDADE NO COTIDIANO	236
Velas, ramos bentos e tormentas	240
Os “causos” de lobisomem e assombrações	242
A SOCIABILIDADE, O LAZER E DIVERSÕES ENTRE OS DESCENDENTES DE ESLAVOS DA ZONA DA MATA RONDONIENSE	247
A FAMÍLIA, AS TRANSFORMAÇÕES E ADAPTAÇÕES DO <i>HABITUS</i>	253
CONSIDERAÇÕES FINAIS	261
REFERÊNCIAS	267
APÊNDICES	283
1 ENTREVISTA COM TEODORA KLUSKA - “BÁBA” KLUSKA	287
2 ENTREVISTA COM ANTÔNIO SEMBALISTA	299
3 ENTREVISTA COM MARIANO DOPIATE	315
4 ENTREVISTA COM PEDRO BOBEK	333
5 ENTREVISTA COM PEDRO SEMTCHUK	347
6 ENTREVISTA COM SATURNO SKEIZINSKI	361



INTRODUÇÃO

E como são belas aqui as flores e os pássaros! Os papagaios voam em liberdade, [...] e passam exibindo sua plumagem colorida – azul, amarela, verde, vermelha. Mas, fazem muito dano também. Os canários, que em casa nós os tínhamos fechados em gaiolas, aqui revoam com os pardais e atacam as plantações, arrancando sementes do solo. Existem aqui também uns passarinhos minúsculos, os colibris, que procuram as flores para sugar o néctar. Nas matas, os macacos pulam pelas árvores e as lagoas estão cheias de sapos. O canto das aves é de uma variedade incrível! (Myskw, apud Krevey, 2003).

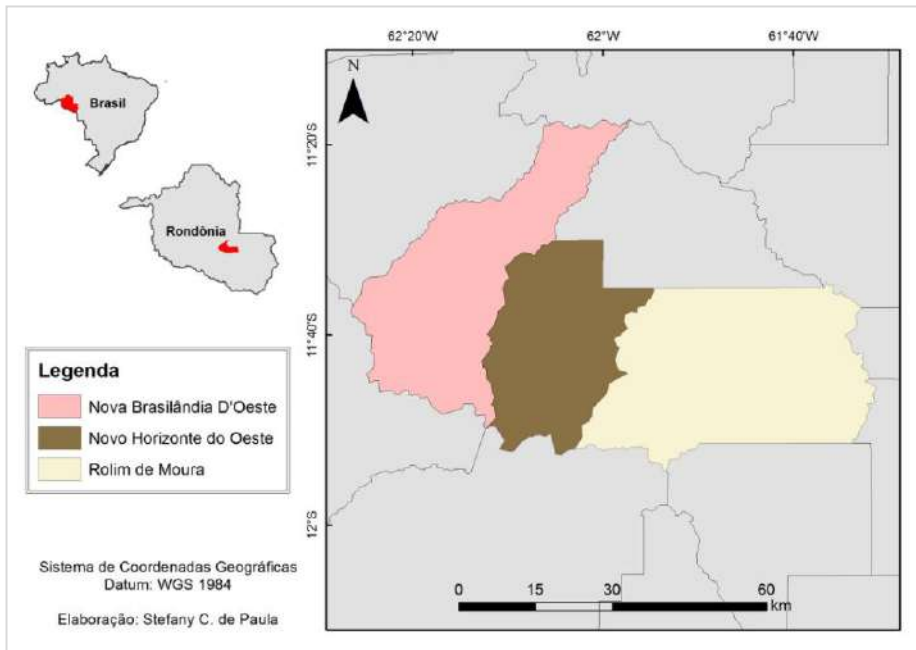
O esboço biográfico do padre ucraniano Cristóforo Myskw (Krevey, 2003, p. 34) descreve suas primeiras impressões sobre o Paraná, a nova terra onde deveria trabalhar a partir de 1939. Entre as primeiras impressões que seu olhar captura está a exuberância e a abundância do ambiente local.

Em um intervalo de aproximadamente quarenta anos, foram semelhantes às impressões que os migrantes paranaenses descendentes de eslavos – poloneses e ucranianos – tiveram da Amazônia. Seus relatos deixam transparecer a admiração com a fertilidade da terra nas primeiras colheitas, com a imensidão da floresta e com a abundância das caçadas.

Porém, a chegada ao *paraíso* não foi gratuita. Repetindo a história vivida pelos antepassados que imigraram ao Brasil, no deslocamento compulsório dos paranaenses descendentes de eslavos para a Amazônia contabilizou-se o preço da partida, de vidas desfeitas e deixadas para trás. Em contrapartida, somaram-se os rendimentos com a chegada, com a adaptação ao ambiente local, com a reconstrução da vida em novo espaço de vivência, transformado, ou não, em território afetivo.

Durante as últimas três décadas os colonos descendentes de eslavos contribuem com a produção do espaço sociogeográfico do estado de Rondônia, mais especificamente na região conhecida como Zona da Mata Rondoniense formada pelos municípios de Rolim de Moura, Novo Horizonte do Oeste, Nova Brasilândia d'Oeste, Alta Floresta d'Oeste, Santa Luzia d'Oeste, Alto Alegre dos Parecis e Castanheiras. Os três primeiros municípios compõem a área escolhida para o recorte geográfico desta pesquisa.

Figura 1: Recorte geográfico da pesquisa



Fonte: Pesquisa de campo (2014)

A presente tese é o resultado da pesquisa que nasceu a partir de algumas situações específicas e que nos direcionaram ao tema escolhido: (1) o interesse em compreender e averiguar quais outros povos vivem na Amazônia além de suas populações locais, notadamente as etnias indígenas, os seringueiros, os quilombolas e os ribeirinhos, que mudanças aqueles povos transplantados à região produziram em seus modos de vida para adaptarem-se ao ambiente amazônico?; (2) a possibilidade de aprofundamento na história coletiva das populações atingidas pelas políticas públicas de migração e colonização da Amazônia desenvolvidas pelo governo brasileiro na segunda metade do século XX; (3) por fim, motivos de ordem pessoal: de um lado nossa própria história de vida – paranaense, descendente de ucranianos por linhagem materna, migrada para Rondônia no início da década de 1990; de outro nossa trajetória profissional – professora da rede pública. Por certo período, vivemos a experiência em trabalhar com formação de professores indígenas, o contato com estes professores imbuídos na tarefa pedagógica de valorizar suas culturas próprias, manter ou revitalizar suas línguas maternas despertou-nos o desejo de encontrar o fio de Ariadne que nos levasse às nossas próprias raízes. A ideia, então começou a tomar corpo com a leitura de

C. C. Teixeira (1999), que numa passagem sucinta, fala sobre o núcleo de descendentes ucranianos vivendo na Zona da Mata Rondoniense.

Já no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), deparávamo-nos com dúvidas e incertezas sobre a viabilidade de pesquisar parte de “nosso mundo”. Nesse sentido, algumas leituras foram importantes, além de embasamento teórico, auxiliaram-nos como construção pessoal.

Citemos, por exemplo, o texto de R. DaMatta (1978) que aborda a transformação do familiar em exótico, assegurando ser cientificamente possível que a pesquisa se volte para a nossa própria sociedade num movimento de autoanálise ou o texto de G. Velho (2013) que vê vantagens no estudo do familiar como possibilidade de rever e enriquecer os resultados a partir da existência prévia de uma relação mais íntima entre pesquisador e pesquisado.

Considerando os motivos expostos acrescidos de informações e leituras iniciais para a maturação do projeto de pesquisa, tínhamos como principal objetivo compreender o modo de vida dos migrantes paranaenses descendentes de eslavos, identificando a conservação ou transformações culturais ocorridas na construção sociogeográfica dos municípios de Rolim de Moura, Novo Horizonte do Oeste e Nova Brasilândia.

Na Zona da Mata Rondoniense, em conjunto com as porções central e meridional do estado de Rondônia estabeleceu-se uma construção específica do espaço amazônico, distinta da visão mais generalista pela qual é costumeiramente concebida a Amazônia.

Em verdade, a Amazônia é um espaço multifacetado e habitado por uma grande diversidade de protagonistas que imprimem suas particularidades socioculturais na construção de espaços específicos. Todos formadores da grande região, ainda que suas singularidades façam parte de uma mesma evolução econômico-social produzida pela dinâmica do capital e sujeitos aos seus processos de expansão ou de crise (Silva, 2013).

Neste contexto, a reocupação de determinados espaços regionais por populações transplantadas cria novas territorialidades totalmente distintas daquelas vivenciadas pelos grupos étnicos locais. Desse modo, surge na porção meridional da Amazônia outro amazônida, portador de cultura diferenciada dos grupos regionais. Logo nos primeiros anos da colonização de Rondônia o pesquisador G. Martine (1978) registrou a diferença do novo morador desta parte da Amazônia, embora sua observação enfatizasse especificamente o aspecto biofísico do colono que impressionou os agentes de

colonização, acostumados ao perfil do migrante nordestino. Martine (op. cit.) reproduziu uma nota do *Jornal do Brasil* publicada em 12 de setembro de 1976,

São loiros, olhos verdes ou azuis, os novos paus-de-arara da paisagem brasileira. Segunda, terceira, quarta geração de alemães, italianos ou poloneses. A reavaliação das terras do Sul empurrou-os para a Amazônia, onde muitas são as esperanças e não poucas as expectativas (p. 79).

Para além das distinções físicas, estes grupos produzem novas territorialidades na porção meridional da Amazônia. Nos dias atuais, boa parte da população local da Zona da Mata Rondoniense já é nascida na região, mesmo assim continua a reproduzir os hábitos, costumes e concepções de mundo balizadas nas antigas tradições camponesas europeias trazidas pelos imigrantes que se fixaram no sul do país, tais como as concepções de propriedade familiar da terra, da supervalorização do trabalho, da arquitetura e organização físico-espacial das residências urbanas e propriedades rurais, das preferências culinárias, da religiosidade, enfim continuam a reproduzir o *habitus* camponês.

Em outras palavras, a Zona da Mata Rondoniense é uma face singular da Amazônia onde as concepções do mundo tradicional camponês ainda se revelam naturalmente, quer às suas populações rurais, quer às urbanas. Mesmo acessando ao mundo globalizado, tais particularidades fazem da região um microcosmo do universo camponês sulino, com algumas antigas manifestações culturais possivelmente já desaparecidas nas grandes cidades do Sul.

A existência de uma das faces da diversidade geográfica, demográfica e cultural amazônica é que o presente trabalho procura analisar para compreender sua contribuição na totalidade da Amazônia brasileira.

Para o desenvolvimento da pesquisa, as opções metodológicas consolidaram-se somente após o início dos trabalhos de campo, momento em que escolhemos analisar e discutir os resultados sob uma abordagem socioantropológica capaz de compreender o significado do cotidiano vivido, de compreender a visão de mundo de um grupo social, bem como as normas que dominam seu meio (Ramos, 2007).

Ainda que os interlocutores formem na região um núcleo de descendentes (Teixeira, 1999), não constituem um grupo étnico¹ que manifeste localmente uma identidade étnica. Espalham-se pelos bairros urbanos e pelas zonas rurais da região pesquisada. Poucos se conhecem ou sabem uns da existência dos outros. Tal constatação nos levou a mesclar duas técnicas de

pesquisa: a história oral, associada à aplicação de formulário semiaberto. Algumas leituras nos orientaram para a escolha das técnicas como em R. Quivy e L.V. Campenhoudt (1992) instruindo que numa investigação social é preciso conceber e pôr em prática técnicas e/ou dispositivos que deem conta de elucidar o real, não como soma de técnicas aplicadas como se apresentam (em sua rigidez), mas como um percurso global do espírito capaz de se reinventar a cada trabalho.

Optamos pela utilização da história oral, enquanto técnica, pautada nos conceitos de J. C. S. B. Meihy (2005), por acreditarmos que ela permite aos movimentos de minorias culturais encontrarem aí espaço para abrigar suas palavras, dando sentido social às experiências vividas sob as mais diferentes circunstâncias.

Em observação ao referencial teórico que analisa o uso da história oral em pesquisas, consideramos os argumentos de M. Pollak (1989), para este autor “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressalta a importância de minorias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à memória oficial” (p. 3).

As argumentações de Pollak (op. cit.) provocou-nos correlação direta com os migrantes descendentes de eslavos que vivem em Rondônia. Trata-se de uma população invisível à sociedade local/regional, e que se assemelhando a outros segmentos da sociedade rondoniense é manejada pelos interesses do governo brasileiro na construção da história nacional.

A associação da história oral com a técnica de aplicação de formulário semiaberto permitiu-nos o acesso a informações sobre o modo de vida dos interlocutores da pesquisa. A opção pela associação de duas técnicas se deu com as leituras de M. Thiollent (1980) que esclarecem ser a enquete sociológica indispensável à obtenção de informação necessária ao cotejo dos fatos com a teoria.

De tal modo, nos sentimos em condições de utilizar a história oral com alguns dos interlocutores quando percebíamos, pelas visitas iniciais, estarmos diante de detentores de experiências, conhecimentos e informações muito relevantes à pesquisa, pois mostravam-se narradores em potencial. Com os demais interlocutores aplicamos o formulário semiaberto, sem, contudo, deixar de empreender em todos os momentos da pesquisa a observação de forma a auxiliar na compreensão do modo de vida do grupo e sua participação na produção social e econômica do espaço local.

Acreditamos que a caminhada da pesquisa sob este viés, livrou-nos do monoteísmo metodológico, assim como da ação criticada por P. Bourdieu (2012) sobre as pesquisas que se baseiam somente em técnicas de conversação:

É significativo que “escolas” ou tradições se possam constituir em torno de uma única técnica de recolher dados. [...] certos etnometodólogos só se interessam pela análise da conversação reduzida à análise de um texto separado de seu contexto, ignorando totalmente os dados (p. 25).

Nesse sentido, a junção de técnicas permitiu-nos partilhar o respeito pela fala do interlocutor e sua visão de mundo com a verificação do contexto de vida do grupo analisado, resultante da aplicação de formulários organizados com questões fechadas e abertas.

Inicialmente, o projeto de pesquisa se propunha a trabalhar somente com os descendentes de ucranianos. O ponto de partida para os trabalhos de campo era identificar quais seriam os nossos futuros interlocutores, onde estariam os descendentes de ucranianos que deveríamos convidar a participar da pesquisa?

Identificá-los a partir de um biótipo físico seria tarefa extremamente difícil, já que a região foi reocupada² por levas de migrantes deslocadas do centro sul do país, em sua maioria de descendência europeia.

Tomando como base algumas informações sobre as populações eslavas, constatamos que os ucranianos são tradicionalmente católicos, logo nossa busca deveria se iniciar pela Igreja Católica. Pelo fato de Rolim de Moura ser a cidade polo do recorte geográfico da pesquisa e que foi base para o surgimento das demais cidades agrupadas neste estudo, solicitamos e tivemos acesso aos livros de registros batismais da Igreja Católica local, a Paróquia Nossa Senhora Aparecida, desde o início de suas atividades na década de 1980.

A busca priorizava os registros com sobrenomes que poderiam ter origem ucraniana. De imediato percebemos a presença de sobrenomes de origem polonesa em quantidade significativa. Dada a descendência comum de ucranianos com origem polonesa e vice-versa, era preciso registrar todos, como também registrar sobrenomes que nos momentos de averiguação se revelariam de origem germânica³ e que em certos casos apresentam grandes semelhanças sonora ou gráfica com sobrenomes ucranianos.

O resultado da primeira empreitada foi a elaboração de uma lista formada por endereços de aproximadamente 200 registros com possibilidades de descendência.

A partir da lista, percebemos a necessidade de redimensionar o projeto de pesquisa incluindo os descendentes de poloneses, quer pela sua forte presença na área de estudo, quer pela comum situação de miscigenação entre as duas etnias. Nas primeiras buscas pelos descendentes de ucranianos encontrávamos com frequência uma grande mistura étnica: descendência materna de um lado e paterna de outro, ou o esposo descendente de uma etnia e esposa de outra, assim por diante. Inseridos também os descendentes de poloneses, ao final dos trabalhos de campo totalizamos um universo composto por 36 famílias descendentes de poloneses, 20 famílias descendentes de ucranianos e 6 famílias de descendências mistas.

Considerando a proximidade histórica, social e cultural desses dois povos, inclusive com acentuada semelhança em suas línguas faladas, optamos por trabalhar com as duas descendências sob o enquadramento de descendentes de eslavos⁴.

Os primeiros dias de campo mostraram que a busca seria um processo longo, lento e improdutivo. Quando buscávamos os possíveis sobrenomes pelos endereços das linhas vicinais, ou a família procurada não era conhecida nas imediações, ou nos davam notícias de sua mudança para outros estados do Norte ou outros municípios de Rondônia, reforçando a teoria de não fechamento da fronteira no sul da Amazônia (Binsztok, 2012).

Por conseguinte, era preciso criar novas estratégias; elas foram surgindo no decorrer das atividades de campo: fazer circular entre parentes e amigos de parentes a nossa busca pelos descendentes eslavos; “bisbilhotar” as redes sociais⁵ de parentes, amigos de parentes e fazer contatos; lançar os sobrenomes em buscadores de pesquisa da internet e descobrir endereços; visitar órgãos públicos como a Secretaria de Ação Social de Nova Brasilândia d’Oeste que, prontamente, nos disponibilizou acesso aos endereços de famílias cadastradas nos programas governamentais de assistência social, ou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Associação de Apicultores de Rolim de Moura e região, ambos nos proporcionaram acesso aos filiados. E assim a lista ganhou um dinamismo próprio, recebia novas possibilidades, ao passo em que outras iam sendo excluídas.

Para fazer contato com possíveis descendentes moradores da zona rural as estratégias acima não se adequavam por inteiro. A solução encontrada foi visitar os dois principais laticínios da região e solicitar uma lista de

fornecedores de leite, ocasiões em que fomos prontas e gentilmente atendidas. Com listas atualizadas em mãos, os próximos passos seriam averiguar os endereços rurais. Neste momento descobríamos que uma quantia significativa de possibilidades elencadas nestas e na antiga lista tratava-se de descendentes de outras nacionalidades, inclusive outros povos eslavos como descendentes de russos, de lituanos, de tchecos, ou de austríacos.

O convite para a participação na pesquisa vinha sempre a partir da autoatribuição⁶ de pertencimento étnico da pessoa ou família abordada. Após o convite aceito, tantas vezes fomos transferidas para conversar com uma pessoa mais velha da família sob os comentários “meu pai é quem sabe ou minha avó conhece melhor toda essa história”. Quando descobríamos um narrador em potencial o convite se estendia para uma entrevista gravada sob a técnica da história oral.

Na perspectiva de verificar se há diferenças nos modos de vida manifestados na cidade e no campo, houve diferenciação de formulário. Elaboramos um modelo para entrevistas com os moradores da zona urbana e outro aplicado aos entrevistados da zona rural.

No decorrer do período da pesquisa de campo atingimos um universo de 56 entrevistas em formulário semiaberto com 38 formulários aplicados aos descendentes de eslavos moradores da zona urbana e 18 deles com os moradores da zona rural dos três municípios que abrigaram a pesquisa. Neste texto serão identificados genericamente como colonos, termo que identificou seus antepassados imigrados e os identificou no início do projeto de colonização em Rondônia, independente de se tratar de morador da cidade ou campo.

Cada questão suscitava sempre uma conversa, uma história, um *causo* e que de maneira urgente anotávamos tudo no verso das folhas do formulário para em um momento próximo, organizar as informações criando um registro para cada entrevistado. Uma situação recorrente foi a entrevista ser respondida por casais. Das abordagens em que constatamos a autoatribuição eslava, 4 indivíduos não aceitaram participar da pesquisa.

Para as entrevistas obtidas através da história oral, dada à aplicação das etapas de transcrição, textualização e transcrição (Meihy, 2005), foram convidados a participar somente 6 (seis) colaboradores: 4 (quatro) de Rolim de Moura; 1 (um) de Novo Horizonte do Oeste; 1 (um) de Nova Brasilândia d'Oeste, dos quais dois deles moram na zona rural.

Ao longo do texto, quando utilizamos trechos de suas falas para análises ou ilustrações ficam nominados somente os entrevistados sob a

técnica da história oral, pois estes tiveram acesso à sistematização das entrevistas que foram devidamente conferidas e autorizadas por cada um deles. Nas demais citações, objetivando preservar suas identidades, preferimos identificá-los somente como entrevistado (a), acompanhado da informação de lugar e data em que ocorreu a entrevista.

Quando surgiam novas oportunidades de retorno em pequenas visitas a alguns destes interlocutores, não as desperdiçamos. No geral, eram respostas para convites a um chimarrão no final de tarde, um momento para se tomar um chá, um lanche em mesa farta (como manda o costume eslavo), recheados de mais conversas que se acenavam como possibilidades para maiores observações. Os presentes recebidos foram inúmeros: *kapusta*⁷, *kubasá*⁸, docinhos, favos de mel, frutas, mudas e sementes de plantas e temperos, receitas culinárias. Implícita nos gestos dos presentes estava a demonstração da manutenção, em suas famílias, de elementos da cultura eslava, a vivência da “eslavicidade de interior”, ou que segundo a concepção de Thomas e Znaniecki (2006) “eram presentes simbólicos carregados de valor moral e atitudes sociais que simbolizam e constituem seu significado” (p. 183), isto é, os presentes simbólicos na cultura eslava têm o significado de estabelecer entre o doador e receptor um vínculo espiritual, análogo ao vínculo familiar, isto porque tem o caráter de presente reservado ao grupo familiar e de certa forma incorpora o receptor ao círculo familiar do doador.

Em tais momentos, era ainda possível apreender um pouco mais sobre o universo da pesquisa. Momentos prazerosos, mas que deparávamos com o exótico naquilo que corriqueiramente sempre nos foi tão familiar (Da Matta, 1978), a partir daí, tentávamos exercer a arte de transformar detalhes aparentemente insignificantes, em indícios para reconstituir e compreender parte de suas histórias pessoais ou familiares.

Há que se registrar aqui, as formas de construção das 06 (seis) entrevistas gravadas pela técnica da história oral, considerando as etapas recomendadas por Meihy (2005) elas fazem parte, em sua íntegra, do conjunto de elementos pós-textuais. Nas situações em que o leitor possa apreender como erros de escrita ou erros de português procuramos preservar, na verdade, a oralidade, o sotaque, as expressões particulares de nossos colaboradores e que nos remetem ao universo que os sociolinguistas brasileiros genericamente definem como *dialeto caipira* (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 93).

Estão registrados termos comuns em suas falas como *nóis* (nós), *meis* (mês), *cheguemo* (chegamos), *malemar* (mal e mal), *corgo* (córrego) entre outros

encontrados nas narrativas, pois a construção da cidadania em uma sociedade verdadeiramente democrática não pode desconsiderar que os modos de falar dos diferentes grupos sociais constituem elementos fundamentais da identidade cultural da comunidade ou dos indivíduos particulares (Bagno, 2008). Também é franca a utilização do termo *ucraíno* de uso comum como atribuição ao termo *ucraíno*, não reconhecido pela Língua Portuguesa.

Por apreender que “uma sociedade e uma cultura multifacetadas e plurais só podem abrigar uma língua multifacetada e plural” (Bagno, Stubbs e Gagné, 2002, p. 39), principalmente no que tange à realidade social do Estado Rondônia formada por processos de reocupação territorial com populações transplantadas, consideramos que fidelizar a oralidade de nossos colaboradores na escrita é estratégia de valorização e respeito ao seu universo cultural.

Nesse contexto, transcrever, textualizar e transcriar as seis narrativas para a escrita definida pela norma padrão, de certa forma configuraria em violência simbólica, sob a ótica da abordagem bourdieusiana, ou numa conversão arbitrária que atenderia somente às convenções dominantes.

Assegurando as particularidades da fala transformada em escrita, optamos por manter um dos fonemas da língua ucraniana ainda muito presente na oralidade dos colaboradores, trata-se da letra *ĭ*, representando o som de *ii*. Quando detectadas essas situações, deixamos o registro em duas ou mais vezes, isto para que o texto não se tornasse pesado ou rebuscado, mas que possibilitasse marcar a sonoridade da língua eslava na fala dos colaboradores como elemento de resistência cultural. Aparecem dessa forma, em alguns lugares dos textos, palavras grafadas no duplo som da letra *i* – *daíi* (*daí*), *aíi* (*aí*), *íimo* (*imos* = vamos ou fomos).

Ainda que a sonoridade das línguas polonesa e ucraniana apresente fortes semelhanças entre si, não conseguimos observar essa particularidade na fala do colaborador de descendência polonesa que nos concedeu entrevista sob a técnica da história oral. Entretanto, está presente em outros descendentes de poloneses entrevistados pela técnica de aplicação dos formulários.

Cabe ainda ressaltar que não há nesta pesquisa nenhuma pretensão de trilhar pelos caminhos dos estudos linguísticos ou sociolinguísticos, somente a necessidade de assegurar a oralidade dos colaboradores, considerando-a como uma de suas manifestações culturais.

Quando chegaram os momentos de análise das entrevistas e dos dados coletados em campo, sentimos a necessidade de conhecer mais de perto como vivem os descendentes de eslavos que não foram atingidos pelos

deslocamentos compulsórios, isto é, aqueles descendentes que continuam vivendo no Paraná. Tal necessidade nos levou a empreender um pequeno estudo exploratório com vistas a complementar, comparar, chancelar ou refutar algumas de nossas impressões sobre os nossos sujeitos de pesquisa. Assim, no período de 18 de novembro a 3 de dezembro de 2015 visitamos comunidades eslavas dos municípios paranaenses de Ortigueira e Prudentópolis, bem como estabelecemos contatos com entidades e/ou estudiosos que desenvolvem algum tipo de trabalho juntos aos descendentes de poloneses e ucranianos no Paraná.

NOTAS

1 Do ponto de vista de F. Barth (1998, p. 190) um grupo étnico é formado por membros que se identificam e são identificados por outros como um grupo que constitui uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo.

2 Empregamos nesta tese a expressão **reocupação** da terra, considerando que a área recorte geográfico da pesquisa, inserida na área de ação do Projeto Integrado de Colonização – PIC Gy-Paraná foi território imemorial de perambulação dos povos Tupari, Makurap, Kampé dentre outros, e que pouco antes da implantação do PIC foram reunidos e denominados Povos do Rio Branco na Terra Indígena de mesmo nome (Gonçalves, 2011). Ao serem oficialmente confinado em uma terra indígena desocuparam as áreas adjacentes para serem exploradas pelo capital.

3 Há na região da pesquisa forte presença tanto de descendentes de alemães quanto de pomeranos. Estes últimos chegam a constituir pequenas colônias, ocupando propriedades rurais contíguas aos longos de algumas linhas (estradas vicinais), mantêm suas tradições culturais, a religião luterana e a língua materna que denominam como *baixo alemão*.

4 Há grande diversificação que busca a origem dos povos eslavos, alguns consensos estariam numa origem comum dos *vênetos*, *vênedos* ou *vindos* entre outros povos nômades de origem indo-europeia que tiveram passagem pela região e ocuparam áreas das bacias do Vístula e do Oder, como comprovam a Antropologia, Filologia e Etnologia (Bennigsen, 1952), ver mais em: <www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/35159/37879>. Atualmente são considerados eslavos os ucranianos, russos e bielo-russos (eslavos orientais); os poloneses, tchecos, eslovacos, morávios, silesianos e sérbios (eslavos ocidentais); os bosníacos, búlgaros, croatas, macedônios, montenegrinos, sérvios e eslovenos (eslavos meridionais). Nesta pesquisa o termo eslavo se referirá somente aos poloneses e ucranianos.

5 Nesta estratégia, a ferramenta principal foi o Facebook.

6 Adotamos a utilização da autoatribuição de pertencimento étnico para o primeiro contato com o interlocutor, considerando a história da imigração eslava ao Brasil. Tanto poloneses quanto ucranianos imigrados provinham de áreas dominadas pelos impérios Austro-Húngaro, Prussiano e Russo, além do autônomo Reino da Polônia (Andreazza, 1999,), assim muitos passaportes e documentos os identificavam como originários do império que os dominava. Esta conjuntura, futuramente causou declaração de mudança étnica entre os descendentes. Nesta pesquisa, nos deparamos com um caso relacionado a tal conjuntura: uma pessoa com sobrenome tradicionalmente ucraniano autodeclarou-se descendente de austríacos. A partir desta declaração desconsideramos sua potencialidade como interlocutora da pesquisa.

7 Prato da culinária eslava à base de repolho picado, salgado e conservado em sal, muito consumido tanto pelos descendentes ucranianos, quanto pelos poloneses. De forma bem-humorada, M. L. Andreazza (1999, p. 19) registra a diferença como demarcadora de fronteira étnica ao comentar que “para as ucranianas, sua **Kapusta** é diferente da **Kapusta** polonesa pela forma de fazer a ‘mistura’”.

8 Termo aqui utilizado pelos ucranianos para a linguiça suína defumada, mas muito consumido pelas duas etnias.



1 ANTES TEMPO¹...: UM SÉCULO DE TRAVESSIAS – MEMÓRIAS DAS MIGRAÇÕES

Viajavam com passaportes próprios ou emprestados. Um nome fictício, uma tira de papel carimbada com visto de saída era suficiente para arrancá-los dos lares. Os agentes intitulavam-se donos de um mundo onde mel e leite fluíam e recolhiam com avidez os níqueis das vítimas aliciadas (Wachowicz, 1977).

Trechos que narram uma viagem sem retorno, empreendida inicialmente a pé ou em carroções, depois em trens que cruzavam longitudinalmente a Europa e por fim o embarque em imensas máquinas à vapor que atravessavam o Atlântico na transição do século XIX para o XX e nas primeiras décadas deste. O que levaria pessoas, famílias e até aldeias inteiras do Leste Europeu a lançarem-se em tamanha aventura até desembarcarem em portos brasileiros?

Os motivos cada indivíduo ou cada família tinham os seus. Contudo, eram peças de um único mosaico formado pela conjuntura social, econômica e política e sucedido sobre o cotidiano dos grupos sociais, obrigando-os a tomar decisões que modificaram suas vidas definitivamente, a mais significativa delas foi a “possibilidade compulsória” de migrar.

Os estudos mais recentes sobre migração no Brasil têm suscitado a necessidade de se contemplar às trajetórias migratórias dos indivíduos, pois foram constituídas por diversos processos de migração ao longo de suas vidas. Esta nova vertente parece vir a ocupar o espaço de análises que outrora se debruçaram somente na relação lugar de origem e de destino dos grupos deslocados. À nova safra de pesquisa encaixam-se os estudos realizados por M. Menezes (2002), C. Desconsi, (2011), M. L. Mondardo (2012) entre outros que exploram mais subjetivamente as trajetórias migratórias dos sujeitos atingidos pelos processos de migração.

Simpatizamos com os estudos que vincam a necessidade de abordar e aprofundar as questões subjetivas dos migrantes às novas realidades do processo migratório. Haja vista que “[...] ninguém migra a longa distância sem que exista um impulso, muito subjetivo, da esfera da esperança, chamado por alguns de ilusão migratória [...]” como pontua M. L. Andreazza (1999, p. 15). No entanto, sobre as migrações eslavas direcionadas ao Brasil e os movimentos migratórios internos nos quais os seus descendentes se envolveram, entendemos que se tratam mesmo de deslocamentos

compulsórios, pois atingem grupos inteiros impondo-lhes a ausência de opções quanto às possíveis novas formas de vivência no local de moradia. Os deslocamentos compulsórios atingem muito mais pessoas ou grupos além daqueles vitimados por catástrofes naturais ou guerras e como afirma M. M. Oliveira (2014) “[...] em se tratando de deslocamentos compulsórios, a guerra do desenvolvimento tem sido tão implacável quanto as guerras propriamente ditas” (p. 25).

Na implacável guerra do desenvolvimento ou a territorialização do capital, a expropriação da terra (capítulo III) é um forte elemento gerador das memórias dos interlocutores desta pesquisa. Iniciam suas narrativas com as trajetórias de vida de seus familiares quando deixaram a terra de origem em direção ao “paraíso das delícias”² do outro lado do Atlântico.

A caminhada foi impulsionada por um conjunto de situações de ordem econômica ocorridas simultaneamente deste e do outro lado do oceano Atlântico ao final do século XIX e que fomentou condições para entrada de imigrantes europeus no Brasil destinados às fazendas de café do Sudeste, para as terras pouco exploradas do Sul, e em menores contingentes para os “vazios demográficos” da Amazônia.

Na Europa os avanços técnicos provocados pela Revolução Industrial e que atrelados à ideia de progresso suscitou mudanças substanciais no campo como a expropriação da terra, colocaram em xeque o modelo tradicional camponês (Wolf, 1976; Kaustky, 1996; Guzmán e Molina, 2013). Em face à modernização agrária, o camponês ficou sem terra e sem seus instrumentos, restando-lhe apenas a venda de sua força de trabalho. Esta nova situação levou muitos camponeses a buscarem em outros locais a possibilidade de ter terras para se reproduzirem como ressalta L. Huberman (1981) “um homem só trabalha para outro quando é obrigado. Enquanto tiver acesso à terra, onde produzir para si, não trabalhará para mais ninguém” (p. 173).

No Brasil, a conjuntura política e econômica no século XIX não sustentava mais o velho modelo de exploração colonial, marcou o declínio da produção do açúcar, do algodão e da mineração com a liberalização da mão de obra escrava que em tese representava a inserção do país na “era da modernidade”. Não obstante, esses fenômenos eram apenas um verniz, uma vez que a transformação do Estado Escravista Moderno em Estado Burguês (Saes, 1985), somente criou condições necessárias para a ampliação do mercado interno e a concentração do poder e da terra nas mãos dos cafeicultores. A abolição dos escravos “eximiu os antigos senhores da responsabilidade e manutenção dos libertos, estes se viram convertido,

sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo” (Fernandes, 1978, p. 15). Quanta ironia, uma vez que não dispunham de meios para garantir a sua reprodução e de seus dependentes em um panorama cuja propriedade da terra era inacessível principalmente em decorrência da aprovação da Lei n. 601, a denominada Lei das Terras³.

Neste cenário, a implementação de políticas migratórias subvencionadas inicialmente pelo Império e mais tarde pela República Velha atrelava-se aos interesses imediatos do governo, dos latifundiários, mais tarde dos chefes de províncias e das companhias privadas de colonização. Conforme as observações de Carneiro (1950):

[...] há a distinguir duas políticas de imigração: (1) a política do governo imperial, criando núcleos coloniais de pequenos proprietários, num prosseguimento da velha ideia colonizadora, inaugurada por D. João VI, com a fundação de Nova Friburgo; e (2) a política dos fazendeiros, que querem imigrantes para a lavoura, à medida que veem o braço escravo escassear (Carneiro, 1950 apud Iotti, 2003, p. 8).

Os picos de imigração se deram no momento histórico da troca do trabalho escravo pela mão de obra livre que juntamente com o desenvolvimento de políticas para o “branqueamento da população” e a formação de uma classe média de pequenos agricultores, também seriam responsáveis pela proteção das fronteiras no sul do Brasil. Além do papel político e estratégico, a imigração europeia deveria contribuir ainda para a produção de mercadorias, para a formação de um mercado consumidor, inclusive de importados, para a valorização da terra enquanto mercadoria e para definir as novas relações de produção na economia regional (Saquet, 2010).

Durante a República Velha permaneceu o interesse do governo em “ocupar” o país com as populações de etnias europeias que contribuíssem para o branqueamento da população, daí o incentivo para as imigrações destas etnias que foram propagandeadas no Brasil como povos superiores⁴ capazes de desenvolver uma ética de trabalho junto à população nativa considerada inapta para o cultivo da terra. Ao mesmo tempo o governo proibia a entrada de imigrantes negros e asiáticos no Brasil entre 1850 e 1900, como evidencia o Decreto 528 de 1890 que regularizou a entrada de imigrantes no Brasil:

Art. 1º E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os

indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas (Brasil, 1890) (grifo nosso).

A legislação resguardava a manutenção da velha estrutura econômica agroexportadora travestida de modernidade: a troca da mão de obra escrava negra, tornada economicamente inviável, pela assalariada formada por imigrantes europeus empobrecidos. A mudança de mão de obra se deu principalmente na lavoura de café e “quando a imigração em massa finalmente chegou, ela não veio a criar um Brasil novo, como tantos ensejavam, porém, serviu para escorar a enfraquecida estrutura do velho” (Martins, 1881, p. 13).

Manter a velha estrutura agroexportadora significava também contar com as áreas periféricas como abastecedoras do mercado interno que contribuiriam, dessa forma, para o fortalecimento das áreas produtores de café. Some-se a isto a ideologia do embranquecimento da população defendida pela elite nacional. Assim justificava-se a imigração subvencionada para algumas regiões do país na transição do século XIX para o XX.

Quanto aos imigrantes eslavos aguardados pelo governo local para reocuparem a Província do Paraná com o objetivo de desenvolverem lá uma divisão cultural do trabalho, P. R. Guérios (2012) assegura que era uma preocupação presente em quase todos os relatórios dos primeiros presidentes daquela província. Apontavam sempre para a necessidade de promover o povoamento local com colonos morigerados, laboriosos, de bons costumes e vida exemplar⁵.

Portanto, a “superioridade comportamental” frente ao homem nativo calçava-se sobre a égide do trabalho e seria novamente verificada mais tarde, nas décadas de 1940 a 1970 com a ocupação de novas áreas do país (Desconsin, 2011; Gregory, 2008). Um exemplo foi a intensa seleção de colonos para a reocupação do oeste paranaense levada a cabo através do Projeto Marcha para o Oeste. Mais uma vez, reproduziu-se ao longo deste espaço a antiga ideologia do Estado para povoamentos com o migrante ideal. Para Desconsin (op. cit.)

[...] entra em cena novamente, a produção das distinções acionando o elemento do trabalho enquanto valor moral e a distinção étnica – os colonos *com origem* e os ‘outros’ – *sem origem*. O agente humano é considerado ponto-chave para desencadear o projeto de desenvolvimento pretendido com base na policultura que produziria excedentes para a indústria (p. 121) (grifos originais).

Se considerarmos o histórico de vida dos imigrantes eslavos em suas regiões de origem antes da partida, como o regime de servidão, a expropriação da terra, a violência no tratamento por parte da nobreza latifundiária, o elevado grau de analfabetismo da população (Himka, 1988), nos parece ter havido no Brasil e em particular no Paraná uma construção política do imigrante europeu e seus descendentes no sentido de “conceder-lhe o status de branco superior”. Por outro lado, esta construção não atingiu o campo das relações de convivência entre os eslavos, as autoridades e elite locais, ou entre eslavos com outros grupos europeus imigrados, notadamente os alemães. Foram relações de convivência marcadas por tensões étnicas e discriminações raciais direcionadas aos primeiros.

A relação discriminatória, contudo, não impediu que o estereótipo do colono descendente de europeu (de todas as etnias) afeito à disciplina e ao trabalho – o homem de *orige*⁶ se consolidasse pelo tempo-espaço e se reproduzisse nos projetos de colonização e de reocupação do oeste brasileiro.

Em seu tempo, as políticas para a colonização de Rondônia novamente imprimiram o comportamento ideológico do Estado sobre o migrante ideal para ocupar as novas áreas. De início, o órgão responsável pelos projetos de colonização, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) trabalhou com a seleção de colonos conforme atestam as considerações de S. P. Cunha (1985):

No INCRA este disciplinamento se inicia ademais pela constituição de um conjunto de critérios empíricos com vistas a essa discriminação. As características referidas compreendem a idade do colono, sua experiência agrícola, sua capacidade empresarial, a composição etária e o tamanho da força de trabalho de sua unidade familiar. Ponderados e combinados em um índice numérico, constituem um instrumento de classificação dos candidatos para efeito de determinar sua elegibilidade e precedência na escolha e assentamento dos lotes ou parcelas integrantes dos projetos de colonização na área oficial (p. 55).

Sob o mesmo ponto de análise, C. Santos (2007) argumenta que uma das atividades do Incra para efetivar os projetos de colonização era “promover o assentamento de agricultores experientes, capazes de lidar com insumos e créditos” (p. 80).

As políticas de colonização determinavam também quais seriam as culturas agrícolas cultivadas nos referidos projetos. Uma delas foi a lavoura cacaueira, mais restrita aos projetos de assentamentos dirigidos implantados

na porção centro-norte de Rondônia; outra foi a lavoura cafeeira que teve o cultivo incentivado em todos os projetos. A opção por cultivos agrícolas como o café determinavam, conseqüentemente, o perfil e a procedência do futuro colono, isto justifica a imensa maioria de colonos paranaenses, mineiros e capixabas em Rondônia.

Tal qual ocorreu no Paraná quando as políticas de ocupação consideraram o trabalhador nativo como inapto para desenvolver uma cultura do trabalho, assim se procedeu em Rondônia a partir da década de 1970 quando a implantação de uma nova estrutura agrária desvalorizou por completo a tradição extrativista local.

AS ROTAS DA MIGRAÇÃO: NAVIOS, CARROÇÕES E PAUS DE ARARA

Alguns grupos de europeus iniciaram a experiência da imigração para o Brasil antes da chegada dos eslavos, ainda em 1818 a Bahia recebeu grupos alemães e o Rio de Janeiro recebeu suíços, ambas as experiências fracassaram (Seyferth, 2009). Porém, a política de colonização com imigrantes somente se intensificou a partir de 1850 quando pode contar com uma significativa participação de alemães e italianos, estes últimos trazidos, sobretudo para o trabalho nas lavouras de café que consolidava a sua expansão para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro (Martins, 1981; Kersten, 1983).

Nas províncias do Sul, além das preocupações com uma possível ocupação argentina por parte do governo pós-independência, o grande incômodo era mesmo a presença indígena que não abandonava seus territórios tradicionais frente aos contatos com não índios.

Para a “ocupação branca” da região, o governo imperial ordenou a instalação das primeiras colônias alemãs no Rio Grande do Sul em 1824 e até 1830 já havia por lá mais quatro delas, além de duas em Santa Catarina e uma no Paraná, ocupadas por oitocentas famílias alemãs (Seyferth, 2009).

Mas, sob qual conjuntura se deu a chegada de imigrantes eslavos na reocupação do Paraná? Novamente, motivos deste e do outro lado do Atlântico se somaram às crenças e lendas povoadoras do imaginário popular do camponês eslavo, estas serão discutidas mais a diante.

Nos últimos anos do século XIX, a conjuntura econômica da região onde hoje se localizam a Polônia e a Ucrânia impunha à população camponesa local a necessidade de emigrar como condição para sua sobrevivência e de seus modos de vida.

O destino à América (Argentina, Brasil e EUA) se acenava como a grande chance de o imigrante tornar-se proprietário de terras no novo mundo,

condição quase impossível no Leste Europeu do século XIX. A aquisição de uma propriedade de terras era símbolo de liberdade, representava o fim dos antigos vínculos entre servo e senhor (Bergamaschi, 2007).

Especificamente sobre a população eslava, R. Wachowicz (1970; 1974) estudioso da imigração polonesa ao Brasil, considera como característica muito peculiar desta etnia, a “fome de terra” que faz com que o camponês polonês troque suas terras de trabalho já produtivas por porções maiores em locais distantes, onde ainda se faz necessário todo o trabalho de organização da produção (desmate, limpeza do terreno, construção de casas, paióis, estradas, etc.). A avidez por mais terra para garantir o sustento da família com tranquilidade leva o eslavo para lugares onde há sua oferta em abundância. Esta foi a grande inspiração dos eslavos que escolheram o Brasil como destino (Wachowicz, 1974).

A possibilidade de acesso à terra tanto contribuiu para a vinda de eslavos ao Brasil, quanto provocou movimentos migratórios internos que atingiu seus descendentes deslocando-os para estados como Rondônia. No entanto, é também imprescindível considerarmos que paralelamente às trajetórias migratórias e a noção de “fome de terra” – aqui compreendida como característica do *habitus* camponês eslavo (Capítulo II) e, portanto, influenciadora na busca por novas terras – está em ação a força (des)territorializante do capital que, de maneira perversa, determina os movimentos migratórios como etapas dos processos da expropriação da terra. A expropriação da terra ocorreu nas áreas de expulsão populacional da Polônia e Ucrânia em fins de século XIX e início de século XX, nas terras do Paraná durante as décadas de 1970 e 1980 e que atualmente pode ser percebida na região da Zona da Mata Rondoniense⁷.

Quando as primeiras levas de imigrantes poloneses e ucranianos chegaram ao Brasil tinham seus territórios divididos e ocupados pelos impérios Russo, Prussiano e Austro-Húngaro. O cenário político e social da região da Galícia, de onde partiu a grande maioria dos eslavos vinda ao Brasil no final do século XIX era de forte tensão social mesmo com a abolição da servidão em 1848 pelo Império Austro-Húngaro, então detentor do poder político sobre a Galícia. A relação servo-senhor permanecia e a condição de “servidão era mais que uma memória” (Andreazza, 1999, p. 20).

Entre os anos de 1880 e 1895 ocorreram dois grandes picos da imigração dos galicianos rumo ao Brasil, o que tornou o evento conhecido por lá como a *febre brasileira* (Andreazza, op. cit.); Wachowicz, 1970; Malczewski, 2007). Nenhum dos três impérios que dividiam entre si o domínio sobre áreas

das atuais Polônia e Ucrânia tinham interesse em manter as populações camponesas empobrecidas, logo, as possibilidades de migração eram bem vistas ou quando proibidas, como determinava o Império Russo, fazia-se “vista grossa”.

Na Galícia, 92% da população eram formadas por camponeses ucranianos⁸ sob o domínio das minorias (alemães e nobreza polonesa) que detinham nas mãos 30% das terras, enquanto que os judeus mantinham o controle do comércio e indústria. Neste universo de profunda desigualdade social, o governo austro-húngaro não tomava qualquer medida para melhorar a situação econômica e social do povo ucraniano, favorecendo assim, o processo de migração para a América (Tenchena, 2010).

Também da Silésia, noroeste da atual Polônia, de domínio prussiano, vieram muitos poloneses que não encontraram maiores dificuldades para migrar. A Prússia não fazia objeção à saída dos poloneses e concedia passaporte a quem desejasse emigrar, o panorama das regiões de emigração permitiu que no período de 1870 a 1914 mais de 40 mil poloneses se fixassem no Paraná (Oliveira, 2009). Se considerarmos a fixação quase exclusiva de ucranianos naquele Estado, o teremos como a área de maior recepção de imigrantes eslavos no Brasil.

Nas regiões de emigração, apesar de os camponeses terem garantido o direito de acesso à terra, ele não se efetivava de fato, J. P. Himka (1988) salienta que “entre 1850 e 1900, a servidão ilegal estava presente em 984 aldeias e povoados da Galícia e da Bukovina” (p. 49). Himka (op. cit.) ressalta ainda que as relações feudais se mantiveram por muito tempo. Além do sistema de corveia imperar, em muitos casos as relações eram similares às de escravidão, sobretudo porque o senhor assegurava para si, inclusive, o poder de vida ou morte sobre o servo camponês. A expropriação das terras de trabalho e das terras comunais dos camponeses se tornou frequente a partir das leis decretadas pelo Império Austro-Húngaro, com a abolição da servidão (1848) os nobres latifundiários possuíam-se das terras como forma compensatória pela perda parcial da mão de obra camponesa. Mesmo que muitas reclamações fossem feitas, leis e decretos que protegiam os camponeses de explorações e violências por parte dos antigos senhores não eram respeitados.

A condição de exploração e violência a que eram submetidos os camponeses eslavos contribuiu sobremaneira para a decisão de imigrar. Essa condição ainda se faz presente na memória de nossos colaboradores, compartilhada no interior das famílias e transmitida por gerações. Não se restringe somente ao período de vida física de um indivíduo, é a memória

herdada ou “vivida por tabela” como a define M. Pollak (1992). Conseguimos observá-la na narrativa do sr. Antonio Sembalista que ao falar sobre sua história de vida recorda-se da necessidade de sua família sair da Galícia:

Quem podia fugia e assim deixaram tudo. Eles vieram pro Brasil em mil oitocentos e noventa e cinco ou seis, por aí! Só que assim como estavam lá trabalhando, fugiam, quem tinha sua propriedade se pudesse corria, porque lá massacravam se ficasse. Eles massacravam mesmo, matavam mulher, matavam homem, era a guerra né!⁹ (Antônio Sembalista).

Em solo brasileiro, estes camponeses foram destinados a ocupar as terras da Província do Paraná, desmembrada da Província de São Paulo em 1853 e considerada uma província de ocupação tardia em relação às outras áreas do Sul que recebiam imigrantes europeus (Martins, 1995).

Para G. Seyferth (2009), essa ocupação mais tardia se deu para abrigar os imigrantes e seus descendentes excedentes das “colônias velhas” no Rio Grande do Sul, a autora relaciona o fato à conjuntura regional da migração, já Leo Waibel (1949) faz uma leitura pautada no cenário formado pelos lugares de origem e de destino da imigração europeia ao Brasil:

O Paraná [...] só veio mostrar interesse na colonização, na década de 1860. Nessa época, o rescrito de HEYDT já estava surtindo o efeito de refrear a imigração da Alemanha para o Brasil. Por isso não alemães, mas polacos e ucranianos tornaram-se os principais colonos do novo estado. Os primeiros camponeses polacos chegaram em 1869 ao litoral de Santa Catarina, mas não gostaram das baixadas quentes e preferiram o clima mais fresco do planalto (p. 175).

Em muitos casos, a fixação no Paraná ocorreu após uma passagem por outros estados do Sul¹⁰ como o primeiro grupo de 78 poloneses a ocupar a colônia do Pilarzinho, na região de Curitiba em 1871 eram reemigrantes de Santa Catarina (Kersten, 1983).

Os estudos mais acessíveis sobre a imigração dos ucranianos referem-se exclusivamente aos assentados no Paraná. Ainda assim, nossa pesquisa de campo detectou 6 casos de entrevistados ucranianos em que seus familiares passaram, primeiro, pelos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Outros dois momentos foram marcados pela chegada de novos fluxos de imigrantes ucranianos. Um deles foi após a I Guerra Mundial e como ressalta O. Boruszenko (1995) foram motivos essencialmente políticos. Não se

tratava mais de fluxo composto por camponeses como no período da *febre brasileira*, neste vieram também populações urbanas fugindo das regiões que após o término da guerra passaram ao domínio da Rússia (leste da Ucrânia) e da Polônia (oeste da Ucrânia).

Neste fluxo vieram as famílias de alguns dos nossos entrevistados, embora não mencionem a conjuntura política e social da Ucrânia no momento da migração, a sua vinda está relacionada à fuga do *Holodomor*¹¹ – fome artificial generalizada, provocada pela política stalinista, que atingiu a população ucraniana de forma mais acentuada entre os anos de 1930 e 1932. Um entrevistado pertencente a este pequeno grupo, dono de uma memória herdada muito viva (Pollak, 1992) narra a fuga de seu avô de forma tão intensa que parece ter sido ele próprio o personagem da história.

Segundo ele, os irmãos Jelezhak (avô e tio) que pertenciam ao Alto Comando de Guerra da Ucrânia, juntamente com outros companheiros promoveram um levante contra a dominação russa logo após a invasão do país pela URSS em 1922. Viviam na região do Cáucaso, quando foram perseguidos pelo exército russo se esconderam nas matas por muito tempo e, neste contexto, tiveram ameaçados de execução os demais membros da família não participantes do levante (pais e outros irmãos). Após um longo período de negociações, conseguiram garantias de vida para a família mediante sua saída da Ucrânia. Receberam uma carta do governo russo lhes permitindo a fuga que, inicialmente teve como opção a rota pela Pérsia para evitar a Turquia, porém, a impossibilidade de travessia os fez sair a pé pela Armênia com entrada pela Turquia. De lá os irmãos Jelezhak embarcaram para o Brasil (Pesquisa de campo, Nova Brasilândia d'Oeste, 16/09/2014).

Nosso entrevistado compartilha uma informação bastante pertinente: muitos ucranianos que entraram no Brasil após a anexação do país pela então URSS o fizeram com sobrenomes trocados. Diziam-se poloneses, isto porque o governo Vargas não permitia a entrada de “comunistas”. Ainda de acordo com esse entrevistado, seu avô e tio entraram sem maiores problemas devido às cartas das negociações da rendição/fuga com o governo soviético, as cartas provavam sua oposição ao regime socialista (Registro de campo, Nova Brasilândia d'Oeste em 16/09/2014).

Da Polônia, a “febre brasileira” atingiu mais fortemente o Reino da Polônia, seguida da população polonesa da Galícia Ocidental (Wachowicz, 1970). O padre e historiador Z. Malczewski (2007) calcula que “até 1914 viajaram ao Brasil mais de 100 mil imigrantes poloneses. Essa imigração era principalmente constituída de colonos que buscavam a propriedade da terra, o

que geralmente conseguiam. Entre esses emigrados houve também casos de regresso à Polônia” (p. 10).

O período entre guerras foi marcado pela limitação das imigrações impostas pela Constituição Brasileira de 1937 e pelo Decreto n. 1.545 de 1939 do governo Vargas. Com a eclosão da II Guerra Mundial, novas levas de ucranianos e poloneses chegavam ao Brasil, foi a época em que ocorreu o maior êxodo dos ucranianos com mais de 200 mil indivíduos se fixando no Paraná (Boruszenko, 1995). No caso dos poloneses os contingentes foram menores e compostos por imigrantes não mais oriundos do campo, como esclarece W. Kluza (2011):

[...] o período da II Guerra Mundial e os primeiros anos após a guerra modificam a centenária estrutura da imigração polonesa no Brasil. Um grupo populacional de intelectuais e artesãos nos anos 20, imigrantes militares da época da II Guerra Mundial, e a imigração de proprietários de terras e comerciantes judeus, proveniente em grande escala de ambientes educados – criam um grupo polônico eminentemente urbano (p. 26).

Com relação aos nossos interlocutores, a maior parte de suas famílias imigrou na última década do século XIX e a primeira do século XX. Assim sendo, a origem majoritária do grupo é camponesa, o que explica seu *habitus* camponês em manifestação ao longo de gerações. Os principais períodos das prováveis entradas de suas famílias no Brasil estão expressos no quadro 1.

Quadro 1: Provável período de imigração da família ao Brasil

Período da migração	N. de famílias	%
De 1890 a 1904	29	46,7
De 1905 a 1914	9	14,7
De 1915 a 1924	2	3,3
De 1925 a 1934	5	8,0
De 1935 a 1944	3	4,8
Acima de 1945	0	0,0
Não sabe	14	22,5
Total	62	100

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Nas trajetórias migratórias das famílias do grupo analisado, foi possível identificarmos 8 rotas formadas pela origem-destino, tanto dos descendentes de poloneses quanto de ucranianos, 4 rotas da imigração

polonesa feita pelos pais, avós ou bisavós dos entrevistados (quadro 2) e 4 rotas feitas pelas famílias migradas de origem ucraniana (quadro 3).

Quadro 2: Quantitativo de famílias polonesas imigradas ao Brasil a partir da rota origem-destino

Rota	Origem - Destino	Total
Rota 1	Polônia – Rio Grande do Sul	17
Rota 2	Polônia – Paraná	16
Rota 3	Polônia – Santa Catarina	2
Rota 4	Polônia – Outros (RJ, SP, Argentina)	3

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Quadro 3: Quantitativo de famílias ucranianas imigradas ao Brasil a partir da rota origem-destino

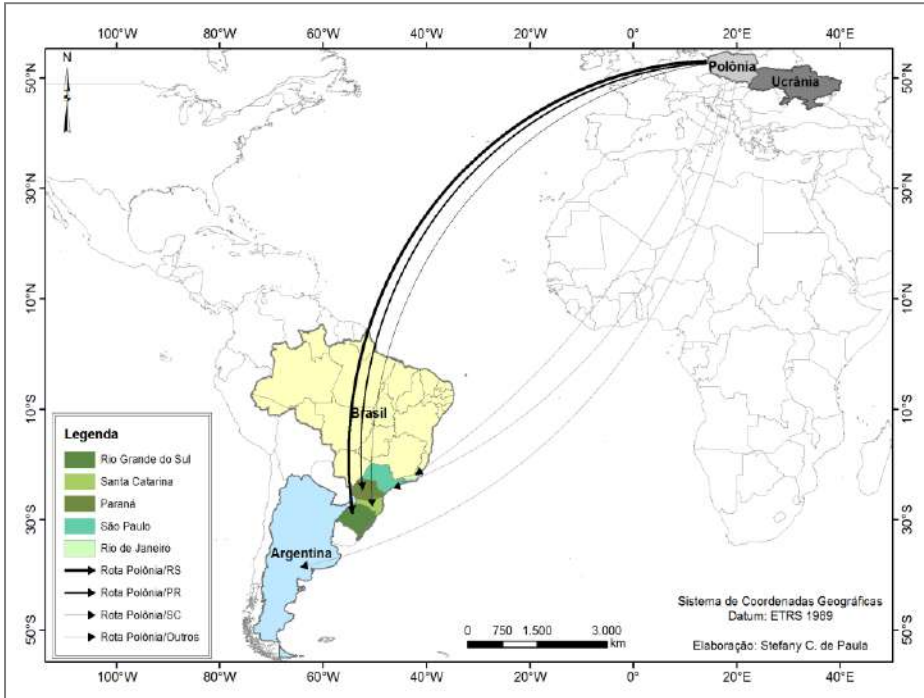
Rota	Origem-Destino	Total
Rota 1	Ucrânia – Paraná	12
Rota 2	Ucrânia – Santa Catarina	4
Rota 3	Ucrânia – Rio Grande do Sul	1
Rota 4	Ucrânia – Outro (RJ)	1

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Todas as famílias polonesas e ucranianas que não integram a rota 2 do quadro 1 e rota 1 do quadro 2 viveram no Paraná antes que seus descendentes migrassem para Rondônia. As figuras 2 e 3, mais adiante, comunicam visualmente a espacialização das respectivas trajetórias migratórias dessas famílias.

As viagens marítimas para o Brasil eram longas, constituídas por duas etapas: a primeira saía das aldeias galicianas, bukovinas, silesianas e do Reino da Polônia, bem como de outras regiões das quais procederam imigrantes em menores números até os portos italianos ou alemães (Guérios, 2012). A segunda etapa se iniciava naqueles portos e rumavam ao Brasil com desembarque no Rio de Janeiro ou Paranaguá.

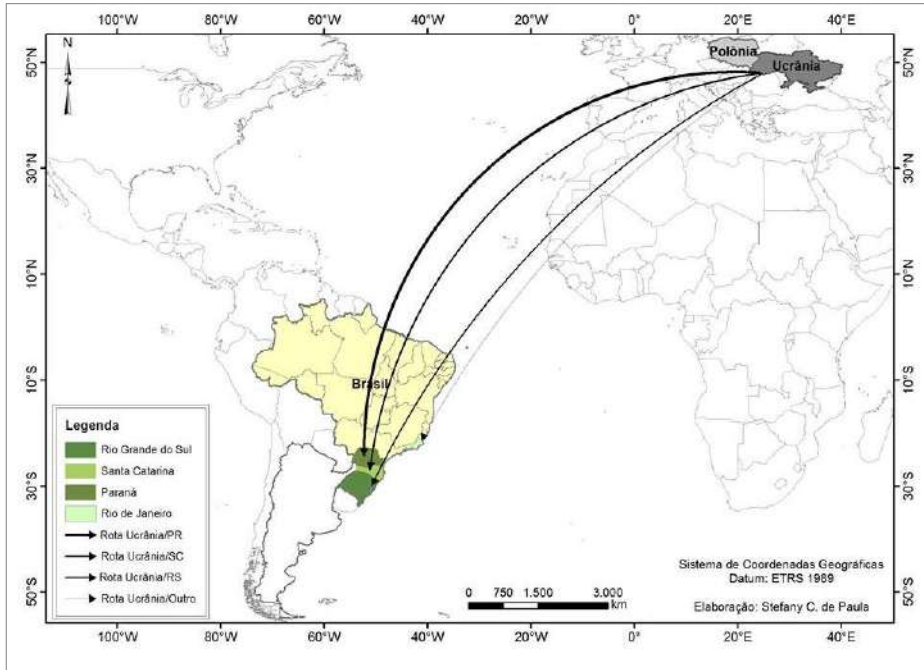
Figura 2: Trajetórias migratórias das famílias descendentes de poloneses da Zona da Mata Rondoniense



Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Os imigrantes que desembarcavam no Rio de Janeiro eram levados para a hospedaria da Ilha das Flores. Algumas famílias lá ficavam alojadas por períodos relativamente longos, isso se evidencia na resposta de 2 de nossos interlocutores ao mencionarem que suas famílias moraram no Rio de Janeiro antes de rumarem ao Paraná (quadros 2 e 3). Um exemplo desse evento está presente na memória da sra. Teodora Kluska, carinhosamente chamada de *Bába*¹² Kluska por todos os seus conhecidos em Rolim de Moura, assim também a trataremos aqui.

Figura 3: Trajetórias migratórias das famílias descendentes de ucranianos da Zona da Mata Rondoniense



Fonte: Pesquisa de campo (2014)

[...] Quando os meus pais e os meus avós vieram da Europa, eles chegaram e pararam no Rio de Janeiro, de lá vieram para onde está a cidade de Rio Negro [...]. Ainda é Paraná e depois voltaram pra Santa Catarina e lá é onde nós ficamos tudo, lá eu nasci. Lá no Rio de Janeiro eles ficaram na praia comendo peixe e farinha. Ficaram cinco meses na praia, até que levaram eles de barco pelo rio Negro. E lá onde desembarcaram, fez a cidade na divisa de Santa Catarina e o Paraná (*Bába Kluska*).

Nas narrativas de *Bába Kluska* manifestam-se as lembranças das dificuldades vivenciadas pela sua família nas travessias e na adaptação ao novo lugar de moradia. Quer as dificuldades enfrentadas por seus pais e avós vindos ao Brasil, quer as vivenciadas por ela, esposo, filhos e netos na rota Paraná-Rondônia, além dos primeiros anos de adaptação ao ambiente amazônico.

De modo geral, pelas análises do conjunto de narrativas de nossos interlocutores é possível apreender que a travessia do Atlântico se tornou elemento formador de uma memória coletiva acionada pelo grupo. Na

realização das pesquisas de campo foi comum ouvirmos histórias narrando a morte de um parente durante o percurso da viagem marítima, circunstância em que os tripulantes arremessavam o corpo ao mar. Esta memória evidencia o primeiro e o mais doloroso choque cultural dos imigrantes, a morte em viagem suspendia todo o ritual religioso exigido para um funeral tanto para os poloneses quanto para os ucranianos. Neste caso, semelhante a dor da perda de um parente, o afastamento das práticas religiosas lhes causava profundos sofrimentos.

Uma entrevistada relembra as aflições de sua avó trazendo uma criança que adoeceu durante a longa viagem, vindo a falecer nas proximidades da costa brasileira quando já era possível observar folhas de árvores boiando ao mar. Sua avó decidiu, então, não revelar o falecimento da criança à tripulação e cada vez que um “guarda” se aproximava a criança era levada ao peito numa simulação de amamentação. Chegando ao porto de Paranaguá a criança foi sepultada nas areias da praia e a família, juntamente com os demais imigrantes, levada para uma colônia no interior do Paraná (Pesquisa de campo, Rolim de Moura em 29/11/2014).

Relatos semelhantes foram explorados por Guérios (2012) que se pautou nos escritos que os imigrantes ucranianos Andrei Hotsailiuk (1924) e Luca Morski (1914) deixaram sobre suas viagens ao Brasil durante a *febre brasileira*. O primeiro registra a travessia de 22 dias, quase nenhum deles sem mortes, enquanto o segundo narra a morte das crianças, no momento em que as preces eram feitas sobre seus corpos e depois jogados ao mar.

Por se tratar de narrativa tão recorrente, leva-nos a questionar se a maioria das famílias imigradas realmente sofreu a perda de alguns de seus membros durante as viagens de travessia, ou se devido ao episódio ser emocionalmente marcante passou a compor a memória coletiva dos imigrantes ao ponto de perpetuar-se como memória herdada pelas famílias enquanto forma de expressar a condição do sofrimento no “antes tempo”.

Nessa condição, dialeticamente coletivizou-se ao ponto de torna-se uma lembrança comum recordada e narrada pelos descendentes e individualizou-se, pois, quase todas as famílias envolvidas na pesquisa tomaram posse de uma memória que pode não ter sido vivida por seus antepassados. Para justificarmos a afirmação basta supormos a grande improbabilidade de que cada família imigrada tenha perdido um de seus membros durante a travessia, sem, contudo, minimizarmos a tragédia da intensa mortandade que se abatia sobre elas durante todos os percursos da viagem.

Como memória herdada, Pollak (1992) considera os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer, acontecimentos que nem sempre ela participou, mas que em seu imaginário, ganharam tamanha relevância ao ponto de se tornar a ela impossível detectar sua participação ou não. À manifestação dessa memória viva, o autor assegura tratar-se de acontecimentos “vividos por tabela”, tipos de eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. Nesse caso, a projeção ou identificação com determinado passado é tão forte que podemos falar em uma memória herdada.

A coletivização (familiar) da memória também é evidenciada no pensamento de M. Halbwachs (2004):

Memórias de família compõem um quadro que tende a se manter intacto e se constituir de alguma forma no quadro tradicional da família. Embora seja constituído por eventos que tiveram uma data ou por imagens que tiveram não mais do que um lapso de tempo, retornam para encontrar as razões daquela família e daqueles que a rodeiam, participam da natureza de noções coletivas, pois não se localizam num lugar específico ou definido pelo tempo, mas que parecem dominar o seu transcurso (p. 181-182) (tradução livre).

Embora as memórias das travessias tenham atravessado o tempo, falar de memória coletiva para analisar as lembranças dos paranaenses de origem eslava que vivem na Zona da Mata Rondoniense é tarefa extremamente complexa. Pois, não formam um grupo étnico de convivência cotidiana, aqueles que se conhecem relacionam-se em outros espaços de sociabilidade. Não há entre eles qualquer espaço extrafamiliar da manifestação de suas identidades étnicas, culturas e religiosidade. Portanto, como falar de memória coletiva entre eles?

Neste grupo a memória possui espaço de manifestação somente no interior das famílias. Ainda que se relacione a eventos semelhantes, ela se coletiviza no espaço familiar.

Pautando-se em P. Nora, o historiador J. Le Goff (2013) acredita que “a memória coletiva é o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado” (p. 432) e faz parte de todos os tipos de sociedades ou classes, sejam elas desenvolvidas ou não, dominantes ou dominadas; a memória tanto é instrumento e objeto de poder, quanto elemento básico na construção das identidades individuais ou coletivas (Le Goff, op. cit.).

O geógrafo M. Santos (2006) também contribuiu com a questão, em seu entendimento “a memória coletiva pode ser apontada como um cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro” (p. 329). Nas sociedades e culturas em constantes transformações, como ocorre na atualidade, a memória coletiva acionada no interior dos grupos sociais previne-os da desagregação, principalmente quando se trata de grupos que manifestam identidades diaspóricas.

Sendo a memória elemento de coesão para a construção identitária dos grupos sociais, ao entrever sua fragmentação em manifestantes de identidades diaspóricas, E. Bossi (1987) denuncia as migrações como um dos principais fatores de desagregação das memórias de um grupo, segundo ela “entre as famílias mais pobres, a mobilidade externa impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação da lembrança”.

Mesmo ponderando positivamente a presença da memória herdada em nossos interlocutores, a afirmação de Bossi (op. cit.) ilustra com clareza a condição de suas memórias. Suas travessias migratórias, responsáveis pela construção de identidades diaspóricas, fragmentaram a memória coletiva construída por seus antepassados no interior das colônias eslavas onde viveram após a imigração para o Brasil.

A fragmentação da memória coletiva pode ser constatada quando há a perda de alguns costumes ou tradições. Tivemos oportunidade de observar suas ocorrências por diversos momentos em que entrevistados nos relatavam o abandono de parte dos costumes eslavos.

Um deles nos contou toda a trajetória migratória de sua família até a cidade de Alta Floresta do Oeste-RO onde conseguiu uma pequena propriedade rural; com o tempo somente ele migrou para a cidade de Rolim de Moura, vindo a constituir sua própria família. Nosso interlocutor alegou que devido à sua esposa não possuir as mesmas tradições, ele foi abandonando algumas práticas e que nos exemplificou com o costume¹³ eslavo de buscar o sacramento do batismo para o recém-nascido o mais rapidamente possível. A manutenção de tal prática, assegura ele, é de suma importância para os poloneses¹⁴. No entanto, seus filhos, hoje adolescentes, ainda não foram batizados. Os irmãos deste interlocutor conseguiram manter tal costume, e seus sobrinhos foram batizados logo após o nascimento, condição

que, dentro de suas concepções, afasta a possibilidade de a criança morrer pagã (Pesquisa de campo, Rolim de Moura em 24/09/2014).

Suas angústias parecem exemplificar o pensamento de P. Nora (1993) comprometido em compreender a transformação da memória em história

[...] se habitássemos ainda a nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. *Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez*, numa identificação quase carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história (p. 8-9) (grifo nosso).

Junto aos descendentes de eslavos da Zona da Mata Rondoniense a memória herdada parece resistir e na condição de história se coletivizou no interior das famílias. Isso porque a inexistência de comunidade étnica local impede o compartilhamento das lembranças fora do universo familiar.

Se considerarmos que a ausência de um espaço comum para o compartilhamento das lembranças gera a vivência de uma “eslavicidade de interior” (capítulo II) verificaremos que parte das manifestações no interior das famílias são o que Nora (op. cit.) atribui como o “lugar de memória”, definido pelos marcos que ancoram a memória tais como os monumentos, símbolos, fotografias, festas e que recebem a missão de trazer à tona a memória espontânea que virou história e, portanto, retirada da cotidianidade. Na verdade, para Nora (op. cit.)

[...] a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (p. 7).

A partir destas colocações, o *status* de “lugar de memória” também pode ser atribuído às pessoas, sobretudo às mais velhas, aquelas que vivenciaram a memória espontânea ainda não tornada história, pois quanto “[...] menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória” (Nora, op. cit., p. 18). Porém, como “a memória foi inelutavelmente tragada pela história, não existe mais homem-memória em si mesmo, mas um lugar de memória” (op. cit., p 21).

É este o lugar ocupado por muitos de nossos colaboradores junto às suas famílias, isso explica porque fomos direcionadas a eles (os mais idosos) nos momentos em que buscávamos estabelecer contato com algum outro membro de uma família descendente de eslavos. Por terem mais idade recaiu sobre si a responsabilidade e a função social de lembrar e aconselhar, bem como a responsabilidade de unir o começo e o fim na tentativa de ligar o que foi e o que há de vir, ainda que a sociedade capitalista se utilize de mecanismos que impeçam a lembrança (Bossi, 1987).

Nos momentos das entrevistas quando suas lembranças individuais ou familiares eram acionadas pelo “rumo da conversa”, nossos interlocutores traziam à tona fragmentos da construção do espaço geoeconômico nacional. Embora não tenham consciência, foram partícipes desses processos, como a chegada das famílias para a formação das colônias eslavas que deveriam ser produtoras de alimentos através da mão de obra familiar (Kersten, 1983); como a ocupação da fronteira agrícola rumo ao oeste paranaense (Gregory, 2002; Mondardo, 2012) ou como a expansão da fronteira agrícola para a Amazônia (Becker, 1972; Martine, 1978; Santos, 2007). Um exemplo de tais participações se observa nas narrativas do Sr. Mariano Dopiate ao acionar uma memória vivida por tabela, a travessia do Atlântico:

Sabe, pra contar a minha história: eu nasci no mar quando minha família vinha de navio pro Brasil, levaram seis meis de viagem. Só não sei quantos dias ainda eu levei pra chegar já depois de nascido, eu nasci no mar! [...] O navio era muito grande, diz que tinha até pasto, criação pra matá. É porque levava seis meis viajando, tinha que ter um recurso pra comida se não o povo morria de fome. O navio era tocado com carvão e *aíí* não anda essas máquina! (Mariano Dopiate).

Como as do Sr. Pedro Bobek e do Sr. Pedro Semtchuk quando se lembram das andanças feitas por seus familiares, a pé ou em carroções, pelos caminhos na procura terras para se assentarem e recomeçarem a vida no Paraná

Chegando aqui no Brasil, cadê os corretor pra receber o povo que era pra vir? Diz que eles desceram em Paranaguá igual cachorro caído de mudança. E aí como é que vai fazer? Não sabe falar, não sabe onde é que está. Ficaram lá, até que de repente uma ideia: de Paranaguá subir para Morretes. Subiram a pé, com as traia e tal [...]. De Morretes eles subiram pra um lugar chamado Barracas, lá no Paraná mesmo, pertinho de Ponta Grossa e com destino de irem pra Prudentópolis (Pedro Bobek).

Eu lembro um pouco dessa viagem, lembro ainda do carroção quando passemos em Guarapuava e *saiímo* pra frente lá! Onde tinha um riozinho a gente fazia pouso. O carroção era toldado dos dois lados pra proteger de chuva. Era puxado por dois cavalos [...] gastemo dezoito dias de viagem de lá de Cruz Machado até o Campo Mourão. Nessa viagem junto com nós também foi meu avô, meu tio Demétrio com tia Paulina e nós. *Aii* a turma andava a pé, porque o carroção anda devagar. E nele ainda trazia charque e tudo pra comer no caminho. Venda não tinha em lugar nenhum, de Pitanga pra cá, acabou! Só picadão! (Pedro Semtchuk).

Ou as narrativas de *Bába* Kluska e do Sr. Saturno Skiezinski ao recordarem as condições de viagens em paus de arara acompanhados das famílias até Rondônia, outra vez na busca por terras

Aii nós viemo seguindo até Mato Grosso, de pau de arara com os dois caminhão. Naquele tempo não tinha estrada, era chuva, era lagos e a gente foi indo por um lado, porque o outro lado da estrada só atoladores. Atolamos num lugar e ficuemo oito dias parados nesse lugar sem poder sair [...] Então chegemos até o Cacoal e paremos lá. De lá viemos pra Rolim de Moura, chegamos todos até aqui, arrumemos nosso barraco lá onde mora o Nestor e lá ficamos. Trouxemos mercadoria pra comer por uns seis meses, como o arroz, o feijão, o charque, a banha pra poder se manter, porque sabia que aqui não tinha nada e não tinha mesmo! (*Bába* Kluska)

[...] me criei em Quedas do Iguaçu, dali saímo e fomos pra Foz do Iguaçu, de lá pro Mato Grosso e daí Rondônia. Viemo numa caminhonete lotada, sete pessoas tudo grande e mais as coisas e as galinhas. [...] Dia primeiro de julho saímos [...] e chegemos dia 12 de junho ali em Presidente Médici, deu 12 dia de viagem. Era estrada de chão, era só areião de Cuiabá pra cá, terrível! E se acampemo ali porque acabou o dinheiro. A intenção nossa era ir pro Acre, mas não tinha dinheiro nem pra ponha gasolina na C-10. Viemos numa C-10 velha caindo os pedaço, acabou o dinheiro e nós paremos aqui! (Saturno Skiezinski).

Para além dos trechos de narrativas apresentadas, o principal ponto da lembrança dos interlocutores se assentou sempre nos deslocamentos familiares. Essa foi a história mais comum a todo o grupo – as trajetórias familiares construídas em, aproximadamente, 130 anos de migrações (figuras 2 e 3).

São trajetórias migratórias muito diversas, e que aqui tornaria improdutiva uma demonstração organizada em quadro ou tabelas. Todavia, é interessante exemplificá-las, pois permitem intensificar o olhar sobre o panorama do deslocamento compulsório que historicamente atinge essa população. Do grupo de 62 entrevistados, 48 apontam seu nascimento no estado do Paraná, notadamente nas porções centro-sudoeste daquele Estado; oito deles nasceram no Rio Grande do Sul; cinco em Santa Catarina e um nasceu durante a viagem para o Brasil. Destes locais iniciaram suas andanças até se estabelecerem na Zona da Mata Rondoniense. Em algum momento de suas vidas, todos viveram no Paraná.

Antes de se fixarem na região que forma o recorte geográfico desta pesquisa, 4 famílias foram “tentar a vida” no Paraguai, estabelecendo moradia em regiões próximas à fronteira brasileira.

Durante a entrevista, um interlocutor compartilhou conosco a história de sua família pelas terras paraguaias: os pais deixaram o Paraná rumo à cidade paraguaia de Paloma. Lá, a família comprou a posse de um pequeno lote de terras para cultivar hortelã, mas sentia-se presa aos atravessadores, pois somente podia entregar o produto *in natura*. Seu pai viu a possibilidade de melhorar a renda caso adquirisse um pequeno alambique para o beneficiamento da hortelã, não conseguiu, pois eram muitas as dificuldades impostas aos brasileiros que viviam na região. Os conflitos étnicos e sociais se intensificaram, culminando com a expulsão de sua família, bem como de todos os brasileiros que viviam na região. Quando a família se viu obrigada a abandonar a terra e procurar outro lugar para refazer a vida se espalharam, naquela região, as propagandas de Rondônia. A opção do grupo familiar foi, então, buscar novas terras num dos projetos de colonização do Inca (Pesquisa de campo, Rolim de Moura em 7/6/2014).

Outros 10 entrevistados tiveram passagem pelo Mato Grosso do Sul antes do desmembramento do Estado de Mato Grosso, razão pela qual declararam ter passado somente por este último, embora, afirmem que moraram nas cidades de Mundo Novo-MS ou Projeto Sete Quedas-MS. A primeira resultou de uma pequena tentativa de reforma agrária do antigo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) que em 1967 estabeleceu a venda, a preços módicos, de pequenos lotes rurais¹⁵; a segunda trata-se do resultado de um projeto integrado de colonização implantado pelo Inca em 1974 nos mesmos moldes, características e objetivos dos projetos desenvolvidos pelo órgão em Rondônia. Através das lembranças dos locais de moradia temporários, fica explícito o processo de expropriação da terra como

gerador dos deslocamentos pelo oeste brasileiros, quando famílias se lançavam na aventura de partir em busca de novas terras (capítulo 3).

Outros quatro interlocutores passaram pela experiência do regresso. Após tentativas de se estabelecerem em Mato Grosso ou Rondônia retornaram ao Paraná por pequenos períodos de tempo, sem reencontrar condições adequadas de vida optaram por remigrar para a Zona da Mata Rondoniense. Neste emaranhado de trajetórias, outros três colaboradores procuraram se estabelecer, inicialmente, em outros estados do Norte como o Acre e o Pará antes de se fixarem na região.

Entre os 62 entrevistados, 51 viveram, no mínimo, em uma cidade paranaense diferente do local de nascimento. Assim como, 34 deles moraram em mais de uma cidade rondoniense antes de se fixarem na atual cidade de moradia. Somente a título de ilustração, reproduzimos no quadro 4 as trajetórias de migração familiar de quatro interlocutores, com início marcado pelos locais de origem de seus antepassados.

Quadro 4: Amostra das trajetórias de migração dos entrevistados (4 casos)

Casos	Trajetória de migração
Entrevistado 1	Polônia: Kracóvia (Galícia Oc.) → Rio Grande do Sul: Erechim → Paraná: Francisco Beltrão → Mangueirinha → Rondônia: Pimenta Bueno → Santa Luzia do Oeste → Alto Alegre dos Parecis → Alta Floresta do Oeste → Novo Horizonte do Oeste
Entrevistado 2	Polônia → Rio de Janeiro: Ilha das Flores → Paraná: Mallet → Rebouças → Curitiba → Araçongas → Mandaguari → Maringá → Xambrê → Campo Largo → Mato Grosso: Sinop → Várzea Grande → Cuiabá → Rondônia: Rolim de Moura
Entrevistado 3	Ucrânia: Galícia Or. → Paraná: Pato Branco → Prudentópolis → Ortigueira → Cafezal do Sul → Mato Grosso do Sul: Mundo Novo → Amambai → Mato Grosso: Lucas do Rio Verde → Paraná: Guaiporã → Mato Grosso: Nova Mutum → Rondônia: Rolim de Moura.
Entrevistado 4	Ucrânia → Paraná: Ponta Grossa → Umarama → Vila Nova → Pérola → Mato Grosso do Sul: Mundo Novo → Rondônia: Nova Brasilândia d'Oeste → Mato Grosso do Sul: Iguatemi → Rondônia: Rolim de Moura → Nova Brasilândia d'Oeste.

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

O cenário registrado expõe os múltiplos deslocamentos vivenciados por nossos interlocutores. Não se trata de trajetórias migratórias soltas, traçadas ao sabor de alienadas ou desconectas experiências, têm lugar na própria trajetória de vida de cada indivíduo ou cada família. Para estabelecer análises entre as migrações e os ciclos de vida de migrantes, C. Desconsi (2011) leva em conta a diferença entre as noções de trajetória social e trajetória migratória, pautando-se em P. Bourdieu (2006), o autor considera a primeira noção “uma série de posições sociais sucessivamente ocupadas por um mesmo agente” (p. 107); para a segunda noção toma como ponto de partida principal, “os deslocamentos espaciais, sendo que o seu ponto de partida está diretamente relacionado à primeira migração” (op. cit.). Logo, as trajetórias sociais vão sempre determinar as trajetórias migratórias dos indivíduos.

Nos caminhos delineados pelas trajetórias sociais e migratórias, as histórias de vida selecionam as lembranças, constroem as memórias e os lugares de memória – os elementos essenciais para a consolidação dos modos de vida e para a conservação/transformação sociocultural de um grupo marcado pelos deslocamentos compulsórios.

Junto às lembranças das travessias e dos lugares de moradias temporários se fazem presentes as lembranças das dificuldades iniciais encontradas pelos imigrantes no Brasil e perpetuados no seio das famílias através de gerações para se tornarem memórias herdadas, mas não estáticas. Estas memórias também sofrem influências de eventos posteriores e alterações provocadas por vivências que tiveram lugar no transcurso do tempo como argumenta Halbwachs (2004):

Determinada cena que se desenvolveu em nossa casa, na qual nossos pais foram os personagens e que ficou marcada em nossa memória, não reaparece, pois, como o quadro tal como vivido algum dia. Nós a recompomos de novo, e para isso nele introduzimos elementos recolhidos de períodos que a precederam e que vieram depois. Nesse momento, a noção que temos da natureza moral de nossos pais e do acontecimento em si mesmo, observado a distância, se impões com demasiada força na nossa mente (p. 183, tradução livre).

À luz das colocações de Halbwachs, é possível que as dificuldades encontradas pelos imigrantes eslavos quando chegaram ao Brasil possam não ter se dado na mesma intensidade em que são hoje narradas por seus descendentes.

[...] e ali naquelas barracas foi a ponto de comer o quê? Meu avô que era um dos mais moço, junto com outros da comitiva iam trabalhar. Mas o salário do meu avô era uma abóbora por dia pra levar pro acampamento, já pensou? [...] vim lá da Europa de mudança pra um país desconhecido. Isso era pra vida toda, será que não tinha condições de um vir primeiro só pra olhar? Mas a conversa lá era como o corretor dizia, aqui no Brasil tinha um rio que corre mel e outro que corre leite, tem fruta o ano todo no mato. Mas qual era a fruta? Era só o pinhão! (Pedro Bobek)

[...] passaram fome! Não tinha nada, nada, não tinha leite. Ele comiam palmito, colhiam raiz de urtiga e cozinhavam pra comer. O governo nos primeiro mês ofereceu o feijão, o arroz e talvez algum óleo assim e um leite pras crianças. Mas todos caíram doente e ficaram magrinhos, pele e osso, passavam fome! Era muita fome, se socorreram porque plantaram alguma coisinha, os vizinhos que tinha galinhas, às vezes dava os ovos (*Bába Kluska*).

Na lembrança de cada um, a condição inicial da vida no Brasil sob a ameaça da fome é uma memória estabelecida por condições vivenciadas noutras circunstâncias quando ela já não era mais ameaça tão forte, mesmo assim o medo da miséria tornou-se característica de forte presença no *habitus* do grupo envolvido na pesquisa (capítulo V).

Não significa dizer que tais dificuldades não tivessem de fato ocorridas, mas a assertiva de Halbwachs se justifica ao analisarmos os questionamentos do Sr. Pedro Bobek sobre a falta de sagacidade de sua família no momento da partida para o Brasil, “[...] vim lá da Europa de mudança pra um país desconhecido. Isso era pra vida toda, será que não tinha condições de um vim primeiro só pra olhar?” (Pedro Bobek).

Suas indagações são construídas a partir de sua própria compreensão de mundo, do mundo econômico, do mundo do trabalho e das estratégias empregadas por ele para a construção de seu capital material. Sofrem o acréscimo de sua interpretação, portanto, influenciadas pelas relações econômicas atuais.

FANTASIAS E CREDULIDADES: A FIXAÇÃO DOS IMIGRANTES ESLAVOS NO PARANÁ

Conforme já analisamos no início deste capítulo, a política de colonização com imigrantes somente se intensificou a partir de 1850, após a Abolição da Escravatura e contou com significativa participação de alemães e italianos. Os últimos foram, majoritariamente, trazidos para o trabalho nas

lavouras de café após sua expansão pelo Sudeste (Martins, 1981; Kersten, 1983).

Nas províncias do Sul, a presença indígena que não abandonava seus territórios tradicionais frente aos contatos com a população não indígena e incomodava sobremaneira o governo pós-independência. Sua estratégia para dominar a região foi:

[...] colonizar essas matas, a fim de fazer retroceder ou eliminar os índios. Mas que espécie de gente deveria ser colocada nessas florestas densas e inacessíveis? Nem os luso-brasileiros, nem os colonos dos Açores e da Madeira tinham mostrado até então qualquer interesse em ir morar na mata; preferiam, sem dúvida, o campo aberto, onde podiam estabelecer suas estâncias e administrá-las com o auxílio de escravos negros. Ora, naquele tempo, o Brasil, por meio de tratados com a Inglaterra, já tinha concordado em abolir o tráfico de escravos, e a ideia do trabalho livre se impunha à consideração dos estadistas. O Brasil precisava de novo tipo de colonos, pequenos proprietários livres que cultivassem as terras de mata com o auxílio das respectivas famílias e que não estivessem interessados nem no trabalho escravo, nem na criação de gado (Waibel, 1949, p. 165-166).

Analisando o mesmo trecho do texto com os questionamentos de Leo Waibel (op. cit.), R. Wachowicz (1976) responde:

[...] Um tal imigrante, que almejasse tais circunstâncias, foi encontrado na Europa Central, em territórios habitados por aldeões poloneses e ucranianos, notadamente os primeiros. Seu maior sonho era possuir terra suficiente, da qual pudessem tirar o sustento de sua família e possuir matas, das quais tirassem a matéria prima para construir suas casas, móveis e demais utensílios domésticos derivados da madeira, bem como lenha para combustível de sua cozinha (p. 711).

Quando poloneses e ucranianos começaram a chegar ao Brasil a maior parte das colônias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina já estavam saturadas, isso gerou inclusive movimentos de remigração para colônias novas no Paraná (Seyferth, 2009). Este panorama de caráter socioeconômico explica os motivos pelos quais as correntes migratórias polonesas e ucranianas se dirigiram com mais intensidade ao Paraná. Contudo, ainda nas regiões de origem os imigrantes eslavos já haviam escolhido o Paraná como região de destino.

A intensa propaganda do Brasil divulgada junto às aldeias eslavas pelas companhias de colonização detentoras de contratos com o governo brasileiro com o objetivo de arregimentar imigrantes para colonizar a porção meridional do país era tamanha que chegou a provocar o aparecimento de lendas baseadas na religiosidade e na credulidade dos eslavos, influenciando-os na decisão de imigrarem ao Paraná. As propagandas atuavam no sistema psicológico dos camponeses eslavos causando excessos lamentáveis. Entre os exageros propagados, o Brasil era “vendido” como a terra onde corria leite e mel (Wachowicz, 1970).

No caso dos poloneses, a influência mais contundente pautou-se exatamente sobre o espírito religioso desse povo: nas terras da Polônia criou-se a lenda de que a Virgem Maria destinou as terras do Paraná para poloneses. Diversos autores registram essa estratégia por parte das companhias colonizadoras (Thomas e Znanięcki, 2006; Wachowicz, 1970; Kersten, 1983), aqui reproduzimos uma versão bem sintetizada que foi registrada por S. B. de Holanda (1941)

Durante a grande onda de emigração polonesa para o sul do Brasil nos anos que precederam à guerra de 1914-1918, surgiu em certos distritos da Polônia, lenda de que nosso Estado do Paraná acabara de ser descoberto, dissipando-se o denso nevoeiro que durante séculos o envolvera. Foi a Virgem Maria quem, compadecida da sorte dos camponeses da Polônia, lhes apontara a nova terra, dizendo que fossem povoá-la. Outra versão da mesma lenda dizia que todos os reis e imperadores da terra fizeram uma assembleia para deliberar a quem caberia a região recém-descoberta. Três vezes apostaram e três vezes saiu vencedor o Papa. Instigado então pela Virgem, o Pontífice entregou o Paraná aos poloneses (p. 9).

Os agentes das companhias de navegação¹⁶ utilizaram-se do imaginário coletivo fortemente marcado pela religiosidade do homem polonês como instrumento de influência psicológica para intensificar o contingente de famílias camponesas dispostas a vir ao Brasil. A lenda ganhou reforço motivada pelo comportamento de autoridades brasileiras como o caso do ex-presidente da Província do Paraná, Visconde de Tunay, que em 1885 enviou carta aos poloneses já imigrados que viviam no Paraná para que convidassem seus compatriotas a também imigrarem, com a promessa de poderem criar naquela província uma Nova Polônia livre do sofrimento encontrado na Velha Polônia (Wachowicz, 1970).

Junto aos camponeses ucranianos, a estratégia de atração foi semelhante, porém com lenda diferente. Nas terras da Galícia dominada pelo Império Austro-Húngaro a morte mal explicada do Príncipe Rodolfo de Habsburgo, herdeiro do trono gerou diversas teorias, lendas e contos a esse respeito, incluindo-se o fato de que muitos súditos não acreditavam que o Príncipe estivesse morto (Choma, 2012).

Um agente de companhia de navegação italiana apoderou-se da identidade do príncipe, para convencer os camponeses ucranianos da Galícia de que fora vítima de um atentado, e para sobreviver imigraria ao Brasil acompanhado de súditos leais, onde fundaria um novo reino, sucintamente A. Choma (op. cit.) descreve a lenda do Príncipe Rodolfo e o contexto que lhe permitiu fortalecer-se na Galícia:

Na mesma época da morte de Rodolfo, o governo brasileiro iniciou uma grande ação imigratória, prometendo arcar inclusive com custos referentes às passagens e alimentação. A arregimentação de emigrantes foi confiada às companhias de navegação marítima, que desenvolveram uma intensa propaganda emigratória na imprensa, em folhetos e por intermédio de diversos agentes espalhados pela Europa.

Entre tais agentes, cabe destacar a atuação de Gergoletto, de origem italiana, o agente visitou diversas aldeias da 'Halychyna'¹⁷ durante o ano de 1893. Utilizando-se do fato da morte de Rodolfo que não ter sido suficiente esclarecida e do pouco acesso dos camponeses à informação, Gergoletto se fez passar pelo Príncipe. Disfarçado de camponês, viajou por diversas aldeias da região, realizando propaganda da emigração para o Brasil, prometendo uma nova casa aos camponeses, em terras férteis e florestas ricas em madeira. Além disso, prometia fundar no Brasil um novo Reino 'Rutheno' de Rodolfo, livre da nobreza polonesa e dos comerciantes judeus. Gergoletto, se fazendo passar por Rodolfo, dizia aos camponeses que estava disfarçado por motivos políticos e perseguições. Ainda, dizia que enviaria maiores informações e que usaria o nome de Gergoletto, para assinar disfarçadamente (p. 2).

O agente italiano utilizou-se da mesma propaganda das autoridades brasileiras que sugeriam criar no Paraná uma Nova Polônia, a lenda de Rodolfo prometia a criação de um novo Reino Ruteno¹⁸.

Juntamente com as lendas, as cartas dos imigrantes aos familiares e amigos que ficaram na Polônia e Ucrânia também funcionavam como

propaganda do Brasil com convite especial à fixação no Paraná. A publicação de *Carta dos Emigrantes do Brasil* organizada pelo historiador polonês M. Kula (1977) explorou um farto lote de cartas enviadas às regiões polonesas de emigração e que foram interceptadas pelo governo czarista russo contrário à emigração. Muitas cartas mostram o direcionamento ao Paraná como ponto de destino, algumas continham inclusive instruções aos familiares de como deveriam agir para chegarem àquela província. Fato é que o lote de cartas em questão jamais chegou aos seus destinatários, aquelas que tiveram uma sorte melhor, certamente influenciaram na vinda de mais imigrantes eslavos ao Paraná.

NO SUL (LUGAR E REMINISCÊNCIAS): AS MEMÓRIAS NARRADAS E OS PROCESSOS DE DESRETERITORIALIZAÇÃO

As reminiscências do lugar são capazes de provocar o desenvolvimento do sentimento de pertença a ele, sentimento sem qualquer relação com a condição de originário do lugar, tampouco requer pertencimento étnico. Trata-se da criação de uma relação de afeto com um espaço físico determinado (Little, 2002), ou de converter o espaço físico em território, posto que a territorialidade esteja intimamente relacionada com o sentido que as pessoas dão ao lugar (Sack, 1986).

A territorialidade para R. Sack (op. cit.) é “a tentativa de um indivíduo ou grupo em afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle sobre uma área geográfica” (p. 21), tornando-a, então um território. Se a territorialidade é uma construção social que implica em dar sentido ao lugar, o território é um produto dos atores sociais, elaborado através das relações de poder (Raffestin, 1993).

O simples ato de um indivíduo ou um grupo determinar uma parte qualquer de um espaço físico para nela exercer alguma intervenção ou influência é construção de território, é ação carregada de poder. Pensar o território em suas construções suscitam diversas linhas teóricas de análises como o estudo clássico de C. Raffestin (1993) *Por uma Geografia do Poder* que aborda o território como um espaço relacional, fruto das relações sociais, logo um espaço de poder; outro trabalho de grande importância na vertente política do território é *Territorialidade Humana* de R. Sack (1986) que concebe a territorialidade como a base do poder. Já em referência aos estudos que priorizam a dimensão material (econômica) do território, um trabalho de expressão é o do antropólogo M. Godelier (1984) *O Ideal e o Material*:

pensamento, economia e sociedade que concebe o território a partir dos processos de controle e usufruto dos recursos.

Nesta análise dispensamos maior ênfase às concepções de território compreendidas em sua vertente cultural, a partir do agrupamento¹⁹ estabelecido por R. Haesbaert (2012), elas guardam profunda semelhanças com as concepções de lugar, ainda que território e lugar sejam categorias de análise distintas para as ciências geográficas. Muito embora, apareçam implícitas nas discussões aqui presentes, também as suas dimensões políticas e econômicas, posto que os territórios sejam elaborados através das relações de poder (Raffestin, 1993).

Nos últimos tempos, após a Geografia ter emprestado os conceitos de território da Biologia para utilizá-los enquanto categoria de análise, as Ciências Sociais também seguiram os mesmos caminhos passando a adotar com certa frequência as suas vertentes culturais e contribuindo, dessa forma, para a construção de concepções polissêmicas, capazes de auxiliar a compreensão de novos e variados comportamentos e fenômenos sociais.

Para R. Haesbaert (op. cit.) o território apreendido em sua vertente cultural é aquele que “prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (p. 40).

Nesta dimensão simbólica, o processo de construção do território, isto é, a ação da territorialidade – afetar, influenciar ou controlar uma área geográfica (Sack, 1986) – guarda maior valor à sua apropriação afetiva em detrimento da apropriação material de determinado espaço.

Quando a análise da construção do território prioriza sua dimensão simbólica é imprescindível levar em conta a relação TDR (territorialização-desterritorialização-reterritorialização) e para considerá-la tanto R. Haesbaert (2006, 2012) quanto M. A. Saquet (2013, 2015) acreditam que as concepções teoricamente mais elaboradas sobre este processo – TDR – estão contidas no conjunto da obra deixada pelos filósofos G. Deleuze e F. Guattari, fruto do universo pós-estruturalista em que viveram.

Sob os conceitos da *des-re-territorialização*, desenvolvidos pelos referidos filósofos e entendida como o processo agregador da hipótese de que “não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte” (Deleuze, 1988 apud Haesbaert, 2012) se constroem as manifestações de pertencimento ao lugar.

No processo de desterritorialização ou a perda do território, quando provocada pelas migrações marca definitivamente o indivíduo que manifestará sentimentos de saudade, embora a vivência em novo lugar possa reterritorializá-lo gradual e parcialmente. A construção do território sob os signos da perda e da conquista pode ser constante e/ou ocorrer diversas vezes, isto é, em diversos lugares a depender das trajetórias migratórias vividas pelo indivíduo ou grupo, pois “a reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante” (Guattari, 2005, p. 388).

De modo geral, a condição encontrada nos interlocutores desta pesquisa é a de reterritorializados, ocorreram também casos em que percebemos que ela (ainda) não aconteceu.

Pelo teor das lembranças dos lugares vividos quando acionadas nos momentos de conversas, em especial das reminiscências do Sul, é possível categorizar a condição de sua territorialização. Aquelas narrativas que se pautam em lembranças dolorosas e de sofrimento experimentados nos lugares de origem ou demais lugares onde viveram, costumam vir acompanhadas de conclusões positivas tanto sobre a decisão de migrar quanto sobre a escolha do atual lugar de morada.

Em uma destas entrevistas que participava um casal, juntos lembraram das muitas dificuldades vivenciadas no Paraná e emocionaram-se ao recordar parte de sua história de vida: quando tinham ainda somente um filho levavam-no, diariamente, para o campo de colheita. Lá faziam um pequeno cercado com tocos para que a criança ficasse protegida, ambos trabalhavam numa plantação de soja com colheita manual. Num dia de trabalho, a pequena casa que possuíam foi consumida pelo fogo, restando-lhes somente a roupa do corpo. Após o incidente, as condições da família ficaram tão precárias que o chefe da família ia trabalhar descalço, pois o pouco que tinha havia se perdido. O resultado das colheitas era somente para a subsistência. A pobreza extrema impulsionou a pequena família a migrar. Constituíram uma trajetória migratória que teve início em Guaraniaçu-PR, local onde se casaram, passando por Guaporé-PR, Paraguai, Ponta Porã-MS, até Rondônia. Neste estado ainda viveram em duas cidades até se fixarem no município de Novo Horizonte do Oeste, hoje o casal afirma gostar muito da propriedade rural que possuem e do município (Pesquisa de campo, Novo Horizonte do Oeste em 22/9/2014).

Outra entrevistada mescla lembranças saudosas e sofridas dos 20 anos em que viveu na cidade de Medianeira-PR: por sua iniciativa, conseguiu levar

uma igreja ucraniana (ainda que ela mesma tenha descendência polonesa) e assim foi possível batizar e crismar todos os filhos, e que segundo ela *assim que é o certo!* Desse lugar também guarda lembranças do trabalho muito sofrido para ela, para o esposo e para os filhos. Estes últimos passavam a ajudar no sustento da família conforme iam crescendo e conseguindo trabalho. Do trabalho de todos, afirma ela, “a família conseguia apenas sobreviver” (Pesquisa de campo, Nova Brasilândia d’Oeste, em 16/9/2014).

Em ambos os casos, suas reminiscências nos levam a concluir que a migração para a Zona da Mata Rondoniense proporcionou-lhes condições de vida melhores e mais dignas. O teor de suas narrativas sugere a consolidação do processo TDR, com constatações de reterritorialização, ou seja, construíram novas relações de pertencimento ao atual local de moradia. A condição de reterritorializados, porém não os impediu de deixar transparecer reações emotivas nos momentos em que as lembranças eram acionadas.

Quando, porém, as reminiscências eram nostálgicas, carregadas de saudade do lugar de origem ou de outros lugares por onde viveram, parece não ter se completado o processo TDR, estacionado na desterritorialização como é possível notar no caso estampado a seguir:

[...] eu gostava muito de Francisco Beltrão, heia que eu gostava! Tenho saudade até a casa que eu morava, se eu fosse lá hoje, se alguém me levasse, se ainda tivesse aquela casa eu ia morar lá! Muito tempo que morei lá. Era muito bom e depois eu tinha muito vizinho, tudo ucráino que eram da Europa mesmo [...] Nós se juntava, se sentava, bordava ponto cruz, sabia também desenhar muito bem com tinta acrílica, até toalha do altar da igreja a gente trabalhava. Então lá nós era assim, tinha talvez uma meia dúzia de ucráinos que moravam um pertinho do outro e aqueles mais idosos só falavam na língua, porque os mais moço já falam português. Ninguém queria falar ucráino, [...] mas nós falava só em ucráino (*Bába Kluska*).

Para a análise de memórias de grupos migrados é imprescindível considerar o desenvolvimento de suas relações com o atual lugar de morada. Os eventos, tanto de ordem material quanto socioafetiva, que tiveram lugar já no atual local de moradia vão influenciar na condição da lembrança como já advertiu Halbwachs (2004) e comporão pistas concretas para verificar junto ao migrado se houve ou não desenvolvimento do sentimento de pertença ao lugar, isto é, se houve a consolidação do processo de reterritorialização.

Com referência às reminiscências de nossos colaboradores, foi possível observarmos que para os casos em que manifestam um afeto mínimo pelo atual local de moradia ou não o manifestam, há evidências de um constante sentimento de saudade e nostalgia para com os lugares de origem, como narrou *Bába Kluska* em sua história de vida. Para os casos em que as reminiscências são de momentos difíceis, elas aparecem em condições mais amenas ou menos nostálgicas quando são narradas.

Contudo, para os dois grupos, há sempre espaço para as reminiscências do Sul, nas rodas de conversas das famílias que gradativamente constroem e elegem temas preferenciais. Nestes momentos de encontro relembram os intensos invernos do Paraná, as anedotas de antigos vizinhos, as comemorações de festas e dias de santo, os casos de aparecimento de assombrações e lobisomens (capítulo V), enfim, as histórias vividas no Sul, através da memória narrada ocupam lugar no cotidiano das famílias migradas para a Zona da Mata Rondoniense.

NO NORTE: LEMBRANÇAS DA CHEGADA E A (RE)CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE NA ZONA DA MATA RONDONIENSE

Ao iniciarmos as pesquisas de campo levantamos a hipótese de que para o grupo estudado o processo de reterritorialização seria inversamente proporcional à idade do indivíduo no momento da migração. Acreditávamos que as pessoas mais velhas manifestassem pouco ou nenhum sentimento de pertença à Zona da Mata Rondoniense, enquanto àquelas que migraram ainda na infância demonstrassem uma relação mais intensa de pertencimento ao lugar.

Ao longo da pesquisa de campo a hipótese não se sustentou, constatamos não haver idade para a manifestação de um ou outro processo. Alguns dos indivíduos mais novos do grupo de entrevistados parecem sentir, com intensidade, saudade do que não viveram (Pollak, 1992). Do grupo, cinco interlocutores tinham idades inferiores a 35 anos, no momento da entrevista, somente um deles migrou para a região há menos de 05 anos, portanto ainda em fase inicial de adaptação com o ambiente local, de construção de sua territorialidade e de uma identidade regional. Os demais migraram ainda criança e não conseguiram desenvolver uma relação de afetividade com o atual local de moradia.

Dois casos em especial chamaram-nos a atenção. Um deles é de uma entrevistada de 32 anos que chegou ao município rondoniense de Cacoal aos

40 dias de vida, questionada se, pelo fato de ter migrado recém-nascida, considera-se adaptada em Rondônia sua resposta foi a seguinte:

[...] sinto dentro de mim que não sou daqui, me sinto fora de lugar. Eu me identifico muito com o Paraná, fui morar lá, mas só fiquei três meses, é muito frio e tenho problema de saúde, então precisei voltar. Acho que o jeito do povo daqui agir é mais fechado, acho o povo do Sul mais acolhedor (Pesquisa de campo, Rolim de Moura em 17/12/2014).

Outro caso semelhante foi de uma entrevistada com apenas 25 anos de idade. Relata sentir aversão aos estilos musicais apreciados na região, afirmou que não gosta de forró e de “nenhum tipo de música de Rondônia”, pois sente saudade das músicas gauchescas para dançar. Acredita que no Paraná as possibilidades de emprego e estudo são maiores e por isso quer voltar (Pesquisa de campo, Nova Brasilândia d’Oeste em 21/11/2014).

A entrevistada também chegou ao Estado ainda recém-nascida, retornou ao Paraná por um curto período, migrou novamente para Rondônia e continua apresentando pretensões de regresso.

São situações de desterritorialização, de estranhamento com o lugar e que também pode ser compreendido como desculturalização, conforme o entendimento de M. Santos (2006). Nestes casos específicos, as construções de territorialidades são mais lentas. Este conceito é definido por M. G. de Almeida (2001) como “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (p. 12). A linha de raciocínio da autora é muito similar às considerações de Little (2002) quando afirma que territorialidade é “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’” (p. 3), estas por sua vez embasadas nos conceitos de R. Sack (1986), aqui anteriormente discutidos.

Considerando os três autores, as territorialidades são reelaboradas por um determinado grupo social num determinado ambiente biofísico ao longo do tempo. É simultaneamente um ato de conquistar o ambiente biofísico (ocupar, usar, controlar) e ser conquistado por ele (desenvolvimento do sentimento de pertença). Concluído o processo, seu legado será o aparecimento de uma identidade regional (Capítulo II) e do território, em suas dimensões simbólica e subjetiva.

A duração de tal processo, sobretudo sua intensidade e profundidade ocorrerão de forma individualizada implicando diferentes escalas de des-re-

territorialização, a exemplo das manifestações de alguns interlocutores, já registradas anteriormente.

Dos processos de construção das territorialidades do grupo envolvido neste estudo suas lembranças são inúmeras. Ocupam maiores destaques em suas narrativas aquelas relativas ao deslocamento para Rondônia, os primeiros tempos vividos embaixo de lonas, a abertura dos lotes para as primeiras plantações, a precariedade das moradias no interior dos projetos de colonização ou nos micropovoados que se transformaram nas cidades de Rolim de Moura, Novo Horizonte do Oeste e Nova Brasilândia d'Oeste.

O esforço coletivo para ocupar, usar, controlar (Sack, 1986) e identificar-se com o novo espaço em construção fluem com facilidade nas lembranças do Sr. Saturno Skiezinski que acompanhado de pais, irmão, esposa e filho se assentaram em um lote de terras da Linha 152 em Novo Horizonte do Oeste. Sem qualquer esforço, ele recorda as circunstâncias da chegada:

Eu vim primeiro antes de trazer a família, minha esposa ficou lá em Médici. Na verdade nós ficamos mais um pouco trabalhando e mudemos pra cá já em 78. [...] Antes de chegar com a família, nós já tinha rachado as tabuinhas e feito um barraquinho, já tava tudo meio ajeitado. A minha esposa só veio no dia 6 de janeiro de 78. Primeiro trouxemos os porco, na outra viagem ela já veio. Era tempo de muita chuva e perto do Machado a água dava pela cintura, 150 metros de água de cada lado do rio. Trouxemos umas panela, umas galinha, umas angola. A mulher atravessou o rio com uma caixa de angola na mão, o menino do lado e uma espingarda nas costa. Tinha que andar com arma porque era perigoso, tinha onça. Era bicho demais naquela época! Era tudo mata (Saturno Skiezinski).

Para um grupo deslocado compulsoriamente construir novas territorialidades, desenvolver sentimentos de pertença ao lugar são partes intrínsecas do processo de conhecer o novo ambiente, e, gradativamente adaptar-se a ele até torná-lo integrado e integrante de seu modo de vida. Todas as adaptações, ambientais, sociais ou materiais se dão com certas dificuldades, e como nos adverte M. Santos (2006) não é processo fácil, pois os migrantes

[...] trazem consigo todo um cabedal de lembranças e experiências criado em função de outro meio, e que de pouco lhes serve para a luta cotidiana. Precisam criar uma terceira via de entendimento [...]. Suas experiências vividas ficaram para trás e nova residência

obriga a novas experiências. Trata-se de um embate entre o tempo da ação e o tempo de memória (p. 328).

Por vezes, o tempo da memória é muito presente, pois nele se retrata toda a manifestação do vivido, nele se ancoram o modo de vida, os saberes adquiridos, enfim toda a forma de reprodução do espaço. Mas, como reproduzir o espaço sociogeográfico em um espaço físico desconhecido?

Eis a dificuldade encontrada pelo migrante. Os apontamentos de Santos (op. cit.) sobre tais dificuldades na nova residência podem ser ilustrados com as lembranças de um entrevistado, o qual relata sobre a dificuldade imediata em adaptar-se com as espécies locais de madeira. Recorda que sua mudança para Rolim de Moura se deu com o objetivo de trabalhar na filial de uma empresa madeireira do Paraná, onde ele e a esposa já eram funcionários. O início dos trabalhos com espécies de madeira como a garapeira, o jatobá e o garrote foi muito difícil, pois não conseguia produzir as lâminas de madeira. No Paraná, as espécies que manuseava eram as canelas, a imbuia, o *pinus* e a araucária que deveriam ser previamente cozidas e depois laminadas. Segundo este entrevistado “em Rondônia tive que reaprender tudo sobre o trato da madeira, era muito estranho!” Aos poucos foi conhecendo as particularidades de cada espécie local, os processos de cozimento que dominava não deram bons resultados, foi preciso algumas adaptações. Hoje, todas as espécies exploradas são laminadas cruas (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 29/11/2014).

Entretanto, é também na memória que os grupos migrados encontram a base para procederem as suas adaptações locais. Recorrem aos saberes adquiridos pelas gerações, de modo que buscam em suas lembranças as possibilidades em aplicar modelos já conhecidos e tornados *habitus* no interior dos grupos.

Nas narrativas do Sr. Saturno e outros entrevistados, as lembranças da chegada à Zona da Mata Rondoniense evidenciam as suas conquistas, perdas e dificuldades. São, na verdade, as recordações da reconstrução de seu modo de vida. Nesse sentido, evocá-las é de certa forma revisitar a história da construção do espaço sociogeográfico local, onde todos são protagonistas.

As lembranças das construções físicas apontam para a utilização de saberes e técnicas construídas noutro ambiente e que na Zona da Mata Rondoniense foram reproduzidas, como nos contou Sr. Saturno sobre a construção de sua primeira casa:

Lá começemos a construir uma casa de madeira, nois pegava uma mola de caminhão e fazia um olho, batia ela pra ficar igual uma cunha, ponhava um pau de madeira naquele olho e batia. Aí a

madeira rachava e fazia as tabuinhas pra cobertura, eu fazia com 70 centímetro de comprimento, tipo uma telha de barro mesmo, pregava um prego por baixo e pendurava na ripa. E cobria tudo. Pra rodear a parede usava o coqueiro, o sete-pernas ou então a barriguda, rachava e fazia a parede. Também usava uma madeira chamada caixeta, ela pocava. Cortava ela com um metro e vinte e também rachava na cunha. Pnhava um pau no meio e fazia duas parte da parede: uma do chão pra cima, outra de cima pra baixo. Como a madeira comprida não rachava, então rachava a curta e pnhava uma emenda, nessa época nós não tinha motosserra! (Saturno Skiezinski).

Em toda a sua narrativa, a expressão *nóis* refere-se a todo o grupo familiar que migrou com ele. Em diversos momentos de sua entrevista (apêndice 6) percebemos que os primeiros arranjos da família sobre o novo local de moradia foram reproduções de práticas do lugar de origem como a criação de porcos, cobertura de madeira para as primeiras casas, etc. Os colonos aplicaram/aplicam seus conhecimentos adquiridos e praticados no Sul para tentar melhorar a qualidade de vida na nova terra.

Apresentaremos, a seguir as primeiras casas dos colonos da Zona da Mata Rondoniense.

Figura 4: Casebre da família Skiezinski em 1983 na Linha 152, Novo Horizonte do Oeste, estão presentes o Sr. Saturno, seus pais (esquerda), esposa e filhos



Fonte: Skiezinski (1978)

Figura 5: Primeira casa da família Sembalista em 1983, na Linha 172, Rolim de Moura



Fonte: Sembalista (1983)

Destarte, as práticas culturais encontradas nas populações do Sul, a partir da migração passaram a ser praticadas na Amazônia, porém, sofrendo adaptações para o ambiente local, demonstram “a evidência da plasticidade das respostas humanas aos mais diferentes ambientes” (Witkoski, 2010, p. 39).

Numa situação de reprodução de técnica semelhante às que se deram na família do Sr. Saturno, um entrevistado relembrou, de forma muito bem-humorada, uma das primeiras experiências da família em adaptação na região. Construiu o primeiro casebre utilizando as cascas de madeira descartadas por uma pequena serraria da região. Para a cobertura, a família produziu o telhado, as chamadas “tabuinhas”, nos moldes de produção e utilização conhecidos no Sul. Na propriedade local que a família adquiriu do Inca havia certa abundância de caixeta, uma madeira leve, clara e de fácil manuseio, foi esta a escolhida para a cobertura do casebre. Ocorria que diariamente a família acordava coberta por uma espécie de poeira branca que lhe sujava o corpo inteiro assim como roupas, alimentos e tudo que se encontrava no interior do casebre. Dias depois se descobriu que a poeira era provocada pela ação de ácaros e outros insetos que se alimentavam daquela espécie de madeira. A família viu-se então, obrigada a trocar o telhado do casebre por outra espécie de madeira (Pesquisa de campo, Novo Horizonte do Oeste, em 30/09/2014).

Para a fixação dos migrantes nos lotes distribuídos no projeto de colonização – PIC Gy-Paraná, ou em seus núcleos urbanos eram necessárias estradas que iam sendo abertas à medida que os próprios migrantes se interiorizavam para tomar posse dos lotes rurais. Ainda que os projetos integrados de colonização do Incra tivessem uma conformação espacial previamente definida em linhas e eixos, este órgão somente demarcava as estradas quando os futuros ocupantes de lotes já tivessem construído uma picada²⁰.

As aberturas de picadas, a falta ou precariedade das estradas vicinais e das estradas de ligação com a rodovia BR-364 também fazem parte da memória do grupo entrevistado, quer pelos moradores da cidade, quer pelos da zona rural. As narrativas do Sr. Antônio Sembalista e do Sr. Saturno Skiezinski mostram claramente estas lembranças:

[...] a primeira coisa que nós fizemos foi reabrir a picada, aquela que foi aberta pela topografia já tava bem enquiççada, porque não morava ninguém. Só um morador veio uns dias antes. Então nós chegamos aqui e derrubamos 12 alqueires, *daií* o Incra mudou a posição da linha e eu perdi os 12 alqueires. No ano seguinte derrubei de novo e nós fizemos um rancho, nos três anos seguintes era na picadinha até Rolim de Moura. E assim, veio um, outro e como eu era conhecido em Cacoal quando entrei atrás de mim começou a entrar bastante gente. Eu carreguei muito cacai²¹ nas costas, toda mercadoria que vinha pra cá, pra alimentação era tudo no cacai. (Antônio Sembalista)

Essa tropeira acabou sendo a rodovia, depois o Incra só veio acompanhando e fazendo em cima do que nós já tinha aberto. Nessa época, meu tio tinha um carrinho de animal e o Darci tinha outro com os burros que eles compraram pra vir pra cá. Então, quando abriram a 184 nós furemos nela da 180 pra 184, quatro quilometro. Fizemos picada pra andar de carrinho. Mais tarde abriram a estrada até na 168 e de lá fomos juntando os cara que tinha marcação e metemos o motosserra. Abrimos a estrada, da 168 até na 160. No outro ano o INCRA veio e abriu por cima até na 160. Daí abrimos a picada de novo, da 160 até na 152. Então o INCRA passava a estrada onde os colonos já tinham feito a picada. (Saturno Skiezinski)

As recordações das dificuldades dos primeiros anos, implicitamente, trazem em seu bojo uma função didática, a partir dos relatos ilustrados por antigas fotografias mostram aos mais jovens a superação das adversidades na construção do espaço sociogeográfico. São, na verdade, as práticas da

institucionalização dos lugares e territórios por uma sociedade como explica P. Claval (2007) aquelas que costumam ser acompanhadas de sacrifícios “comungam da lembrança dos sofrimentos dos pioneiros que abriram o espaço” (p. 209). Foi bastante comum que no decorrer das entrevistas e gravações algum membro da família trouxesse para a conversa álbuns com fotografias de forma a “provar” a veracidade das narrativas.

Outra lembrança do “antes tempo” na região está relacionada aos problemas de saúde que acometiam os colonos, podemos citar a malária e os acidentes nas atividades de derrubada da mata, assim como as dificuldades de assistência médico-hospitalar.

Minha mãe e meu pai tivemos que tirar no lombo de burro, nem caminhar eles aguentavam mas, o meu irmão tiremos na rede até Rolim. Aqui era assim, se ficasse doente tirava na rede. Também tiremos outro morador na rede porque o pau caiu nas pernas dele [...]. Tava sozinho derrubando no quilometro quatro da 152. [...] A mãe foi atrás dele com uma das irmãs. Chegaram e escutaram um grito no meio da derrubada, elas foram lá viram ele no meio da galhada e foram até o quilometro 08 onde eu morava [...] Ai eu, o Zé, o Gabriel e a turma do tio Chico fomos lá, cortemos os pau e tiremos ele numa rede. Amarremos as ponta num pau e fomos cortando com motosserra pra poder sair na picada. Quando chegamos na 168 onde já tinham aberto a estrada, tava clareando o dia (Saturno Skiezinski).

Já aqueles entrevistados que moraram na cidade desde sua chegada à região, exercitam suas lembranças sempre estabelecendo comparações com o que foi antes e o como é hoje. Igualmente, são relatos que evocam os tempos difíceis,

Me lembro que quando cheguei aqui no Rolim não tinha nada, só o banco Bamerindus. O hospital do governo era lá na saída de Santa Luzia, era um hospital pequeno. Esse hospital do governo, onde é hoje o meu filho Irineu ajudou a fazer. Naquela época não tinha quase nada de comerciante, tinha o Trento com aquela loja de ferragem e era um mercadão [...] Aqui, fomos morá na Cidade Alta, em frente a pista véia de avião. A água buscava longe, perto da delegacia e da igreja. Levava um balde de água mais de duzentos metro. Pra beber, tomar banho, tudo! Levava na carriola [...] nós ia nos mato catar pijuca véia pra queimar, não tinha nem lenha [...] Eu pensava de construí lá pro lado da saída de Santa Luzia, mas notava que ali já tinha mais casa, mais bolicho e tinha muito bêbado por lá. Os seringueiro chegavam do mato e lá era o

lugar que eles esperavam pra voltar, era muita bagunça. Então não quis ficar pra lá [...] procurei um canto que não tinha gente pra incomodar e aqui graças a Deus só gente boa! (Mariano Dopiate).

Na fala do Sr. Mariano estão presentes as lembranças da participação da família na construção do espaço geográfico local – “[...] esse hospital do governo, onde é hoje, o meu filho Irineu ajudou a fazer” - é a construção da história local convertendo a noção de espaço desconhecido e de conotação negativa para ganhar um acento positivo que vem do papel do migrante na produção da nova história (Santos, 2006).

Do mesmo modo que o Sr. Mariano, outros oito entrevistados moradores do Bairro Centenário de Rolim de Moura guardam em suas lembranças a transformação do espaço. Uma dessas pessoas evidenciou lembranças amenas de sua vivência no bairro desde a chegada do Paraná, deixando transparecer a relação de afetividade que desenvolveu com o lugar, apesar de narrar algumas condições de sofrimento. Segundo ela, por um tempo significativo sua família morou sob uma lona até construir a pequena casa, na qual continua residindo hoje. Contou-nos com orgulho que ela, juntamente com a mãe de outro colaborador desta pesquisa, lavou pela primeira vez a pequena escola construída no bairro, acrescentando que a atividade foi “sem cobrar nada, era só pra entregar à comunidade uma escola nova e bem limpinha” (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 7/11/2014).

A construção da territorialidade também está presente na fala do Sr. Pedro Semtchuk, ao relatar sua história aciona a memória para narrar os primeiros tempos vividos em Nova Brasilândia Oeste. Nos contou como conseguiu se estabelecer no local, ponto da narrativa que demonstra sua participação na construção daquele espaço sociogeográfico

Quando eu vim pra Brasilândia já tinha estrada, a *Parainka* [irmã] ainda morava no Rolim e já tinha estrada aqui até vinte quilômetro pra frente, dali não tinha mais. [...] quando trocou o dinheiro vendi a chácara por quinhentos cruzeiros [...] aí eu comprei uma casa na cidade, num terreno que tinha muito espinho. Comecei a destocar aquilo lá pra fazer uma hortinha. Pra entrar e jogar a mudança tinha que roçar primeiro, era uma casa velha. Depois no outro ano já comecei a plantar a horta. Antes disso, tinha uma horta lá na saída, perto dos motores da Ceron. Fui lá comprar tomate, porque eu pensei: vou comprar tomate e vender na rua. Eu já tinha experiência né! Aqui mercado nenhum tinha tomate pra vender, quando vinha era de fora e a estrada

muito ruim. Então eu passei a comprar o tomate deles [...]. Fiz uma carriola de roda de pau e refugo velho e saía oferecendo os tomates na carriola, foi lá comprei meia caixa de tomates e saí oferecendo, vendi tudo. [...]. Hoje quem cuida mais da horta é a Nena, aqui tem alface, mostarda, rúcula, almeirão. [...] Tem muito canteiro e a gente não vence comer e vender, tem tempo que dá até pros vizinhos. A horta é pequena, mas a gente leva tudo na feira de quarta e de sábado (Pedro Semtchuk).

Em todas as falas de nossos entrevistados se expressam as memórias que formam a história da reocupação socioespacial da Zona da Mata Rondoniense, entretanto, quando registradas, como nesta análise, vão deixando de existir na cotidianidade para transformar-se em história, conseqüentemente transformam seus narradores em “lugar de memória”, deixando recair sobre eles somente a função de recordar o vivido (Nora, 1993).

Nos contextos da lembrança, das adaptações ao novo lugar de moradia, da esperança de dias melhores, vão construindo-se as territorialidades que, em conjunto com as memórias, poderão formar a identidade regional, a ser discutida no capítulo seguinte.

NOTAS

1 *Antes tempo* é uma expressão bastante usada pelos interlocutores desta pesquisa e que significa antigamente ou nos tempos antigos.

2 Título da obra de M. M. Andrezza (1999) que trata da vinda dos imigrantes ucranianos para o Brasil, o título faz alusão às expectativas dos eslavos sobre as terras brasileiras e provocadas pelos agentes de imigração. Sobre as mesmas expectativas A. Choma (2012, p. 4) assegura que disseminavam “ideias fantásticas sobre as terras brasileiras, muito maiores que a Europa, que é um lugar quente e que existem muitos prados e florestas”. Além disso, existem referências às promessas feitas pelo governo brasileiro, como terras e comida de graça nos primeiros anos, além de casa, ferramentas e animais.

3 A Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, promulgada por D. Pedro II, conhecida como Lei de Terras inaugura o que muitos estudiosos brasileiros tratam como o advento da propriedade capitalista da terra, dentre eles o sociólogo J. S. Martins que assegura não ser coincidência o fato de a lei ter sido promulgada no mesmo ano que a Inglaterra impôs ao Brasil o fim do comércio de escravos africanos. Segundo Martins (1995)

“[...] as classes dominantes tomaram providências de ordem legal para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízos para a economia da grande lavoura, principalmente café e cana [...] Tal lei instituiu

um novo regime fundiário para substituir o regime de sesmarias suspenso em julho de 1822 e não mais restaurado. Nesse meio tempo, ter-se-ia multiplicado o número de posseiros em todo o país. A Lei de Terras proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outros títulos que não fosse o de compra. [...] Nos anos seguintes ficará claro o sentido dessa medida. Diante do fim previsível da escravidão, era previsível também como aliás já o mencionava a própria Lei de Terras, o advento de uma modalidade de trabalho livre que permitisse a substituição do escravo sem destruir a economia da grande fazenda. O caminho para essa substituição estava na abertura de correntes migratórias de países que tivessem excesso de população. [...] Entretanto, a imigração não surtiria o efeito se os imigrantes encontrassem no Brasil vastas áreas de terras livres que pudessem ser simplesmente ocupadas, como já ocorrera na primeira metade do século. A Lei de Terras transformava as terras devolutas em monopólio do Estado e Estado controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros. Os camponeses não proprietários que chegassem depois da Lei de Terras ou aqueles que não tivessem suas posses legitimadas em 1850, sujeitavam-se a trabalhar para a grande fazenda, acumulando pecúlio, com o qual pudesse mais tarde comprar terras” (p. 41-42).

4 Contraditório ao discurso eugênico que justificava a opção governamental pela imigração europeia, a grande maioria dos colonos era submetida a constrangimentos impostos tanto pela legislação, quanto pelas autoridades locais. Forças policiais impunham sanções aos colonos imigrantes quando estes eram classificados como ociosos, de maus hábitos ou quando não residiam no lote rural (Seyferth, 2009). Colonos que exercessem algumas lideranças entre seus pares e se manifestassem contra as condições de abandono às quais eram submetidos pelo governo ou ainda aqueles que descumprissem os acordos com os patrões eram perseguidos e expulsos do país, como ocorreu com Thomas Davatz, um colono suíço expulso por ser considerado agitador, sua história esta relatada em *Memórias de um colono no Brasil* (1941). Especificamente sobre os imigrantes eslavos, O. Ianni (1966), N. Doustdar (1990) e S. Antoczsen (2005) abordaram a xenofobia manifestada pela elite paranaense para com os poloneses e seus descendentes.

5 Para além do interesse de “modernizar a economia brasileira” permanecia a forte intenção em manter velhos padrões de exploração, modificando somente a origem da mão de obra. A necessidade de arremeter trabalhadores imigrantes para o Paraná centrava-se na estrutura da insipiente economia local, como esclarece o historiador R. C. Wachowicz (1977) o problema da escassez de mão de obra na então Província gerava uma produção agrícola extremamente limitada devido à produção da erva mate que subtraía quase toda mão de obra da agricultura local. Como o elevado volume de exportação ervateira era altamente lucrativo, o governo recomendava a manutenção desse modelo de produção. Wachowicz (op. cit.) considera ainda que havia “uma

tradicional repugnância das populações paranaenses à atividade agrícola, pois esta ocupava pessoas consideradas de baixo 'status' social (libertos, pobres, etc). Cavalgar no campo, comerciar o com o gado bovino e muar era 'mais belo e nobre'. Compreende-se então que por pressão dos hábitos e tradições a população se afastava da agricultura ou pelo menos vinha atribuir-lhe uma posição limitadíssima (p. 8-9).

6 Assim se percebem os descendentes de escravos, pomeranos, alemães e italianos que vivem na Zona da Mata em relação aos demais moradores, em geral oriundos das regiões Norte e Nordeste. O termo é também migrado, pois tradicionalmente é usado pelos colonos do Sul e seus descendentes como auto reconhecimento e se contextualiza pelo contato de fricção étnica, como mostra os estudos de F. L. Silveira – *Nos tempos das máquinas: expansionismo agropecuário e imagens do terror entre os missionários*, publicado em Neves, D. *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp/Brasília: NAED, 2009 p. 127-150.

7 Nos desdobramentos da pesquisa de campo constatamos que muitos dos descendentes que havíamos listado através das buscas de registros batismais (Percurso Metodológico da Pesquisa) na Igreja Matriz de Rolim de Moura novamente se deslocaram para alguns dos novos municípios criados no Estado de Rondônia, após 1990, como São Miguel do Guaporé, São Francisco do Guaporé e Buritis, ou se dirigiram para o sul do Amazonas (Humaitá) ou ainda para o oeste do Mato Grosso (Coloniza) sempre em busca de terra. Este contexto evidencia o não fechamento da fronteira na Amazônia, ou a presença de uma fronteira sendo construída “de dentro para fora” (Passos, 2009), um movimento reverso às significativas chegadas dos colonos nas décadas de 1970 e 1980 para a região que outrora os recebeu, avança para novas áreas – sobretudo para a floresta de transição e que segundo Passos (op. cit.) são áreas mais capitalizadas e mais globalizadas, dominadas pelas decisões dos mercados internacionais.

8 R. Wachowicz (1970, p. 21) registra dados numéricos bastante diferentes, segundo o autor a população da Galícia estava assim dividida: 46% de ucranianos, 43,5% de poloneses, 9,7% de judeus e 0,8% outros. Até 1910 76,82% desse universo era composto por camponeses. Independente das contradições numéricas, fato é que a realidade social local vivida pelo camponês na condição de servo determinou a imigração em massa para a América.

9 Para todas as imigrações eslavas destinadas ao Brasil que ocorreram antes da I Guerra Mundial é muito comum que a memória coletiva das famílias determine a guerra como a causa para a vinda ao Brasil. Contudo, tratava-se sempre de conflitos étnicos e sociais, de cunho nacionalista e separatista, provocados pelo jugo dos domínios imperiais sobre os poloneses e os ucranianos que em determinados períodos de suas histórias nacionais constituíram nações livres.

10 No caso específico dos imigrantes poloneses, também se fixaram nas regiões serranas do estado do Espírito Santo.

11 O *Holodomor* é considerado por muitos estudiosos e políticos do mundo ocidental como o segundo maior genocídio da humanidade. Pesquisadores como C. Gaspar (2013) e J. L. Andrade (2013) registram que aproximadamente 6 milhões de pessoas foram mortas pela fome artificial provocada pela política totalitária do governo Stalin na então URSS. Em tese, as mortes se explicariam pela coletivização das propriedades rurais, entretanto, conforme os argumentos de L. M. Ribeiro (2013) os interesses de Stalin eram promover uma limpeza étnica do povo ucraniano, principalmente entre os camponeses, considerados a espinha dorsal do nacionalismo ucraniano. Ribeiro reproduz em seu texto o trecho de uma das cartas do cônsul da Itália na Ucrânia, capaz de mostrar e denunciar a situação dos camponeses e aldeões diante do flagelo da fome, em 31 de maio de 1933, o cônsul relata:

“Desde há uma semana, foi organizado um serviço para recolher crianças abandonadas. Com efeito, além dos camponeses que afluem a cidade porque não tem qualquer esperança de vida no campo, há as crianças que trazem para aqui e que são em seguida abandonadas pelos pais, os quais regressam à aldeia para lá morrerem, esperando que na cidade alguém cuide da sua prole. [...] Ha uma semana, mobilizaram-se *dvorniki* [porteiros] de bata branca que patrulham a cidade e conduzem as crianças ao posto de polícia mais próximo [...] Cerca da meia-noite, começa-se a transporta-los de caminhão para a estação de mercadorias de Severo Donetz. É lá que se agrupam também as crianças encontradas nas estações de caminhos-de-ferro, nos comboios, as famílias de camponeses, as pessoas mais idosas são arrebanhadas na cidade durante o dia. Ha pessoal médico [...] que faz a “seleção”. Os que ainda não estão inchados e apresentam uma possibilidade de sobrevivência são encaminhados para os abarracamentos de *Holodnaia Gora*, onde em alpendres, sobre a palha, agoniza uma população de perto de 8.000 almas, composta essencialmente de crianças [...]. As pessoas inchadas são transportadas em comboios de mercadorias e abandonadas a cinquenta – sessenta quilômetros da cidade, para morrerem sem que ninguém as veja [...]. A chegada aos locais de descarga, abrem-se grandes valas e retiram-se todos os mortos dos vagões. Garantem-me que, se olhar com atenção, com frequência vejo uma pessoa deitada na vala reanimar e mexer-se num último ímpeto de vitalidade. Porém, o trabalho dos coveiros não é interrompido e a descarga prossegue” (p. 68-69).

A tragédia da Grande Fome Ucraniana ainda é pouco conhecida tanto da mídia internacional quanto da Academia. A Ucrânia somente a passou a divulgar dados e informações do genocídio a partir de sua independência em 1991, os países que receberam imigrantes ucranianos o reconhecerm mais tarde, como o caso do Brasil. O reconhecimento brasileiro se deu inicialmente através da Monção de Reconhecimento da Comissão dos Direitos Humanos e Minorias do Congresso Nacional aprovada em 2

de outubro de 2007 recomendando ao governo brasileiro considerar a tragédia étnica em consonância a determinações da CF. Algumas correntes de estudos defendem que a Grande Fome Ucraniana decorreu somente de um processo natural provocado pela coletivização no mundo soviético. Já as correntes que defendem o socialismo soviético afirmam se tratar de uma farsa. Ainda são poucos os estudos e pesquisas que se debruçam sobre o tema, em língua portuguesa, merece destaque as pesquisas da Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos da Universidade de Lisboa, aqui mencionamos Cieszyńska B. e Franco, J. E. *Holodomor: a desconhecida tragédia ucraniana (1932-1933)*. Coimbra: Grácio Editora, 2013.

12 Бабуся – (transliterado *Bába*) do ucraniano e *Babcia* do polonês, para as duas línguas é a tradução para avó/vovó.

13 Neste texto, utilizamos com frequência a expressão “costume” em detrimento da expressão “tradição” a partir das reflexões teóricas de E.Hobsbawm e T.Ranger (1997, p. 10) sobre tais noções. Segundo os autores “o ‘costume’ nas sociedades tradicionais tem a dupla função de motor e volante, “Não impede a inovação e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que se deve parecer compatível ou idêntico ao precedente”. Enquanto tradição, que pode ser inventada, “é um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas. [...] visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente, uma continuidade de relação ao passado” (p. 9). Pela visão destes autores, os costumes são mais flexíveis para um determinado grupo social, podendo apresentar pequenas mudanças como estratégia para manter-se em ação. Estas concepções vão de encontro à noção bordiesiana de Habitus, que perpassa todas as discussões desta tese.

14 M. L. Andrezza (1999) trata a questão com bastante profundidade quando estuda a imigração ucraniana ao Brasil. Quando pesquisávamos nos registros batismais da Igreja Católica de Rolim de Moura percebemos a proximidade entre as datas do nascimento e a da cerimônia do batismo, comprovando pelos registros as colocações de Andrezza que explicam a importância da prática comentada por nosso entrevistado. Para o folclore eslavo que teve muitas de suas bases pré-cristãs ressignificadas para o catolicismo, as crianças que morrem sem receber o sacramento do batismo ou os natimortos transformam-se em *mavkas*, espíritos mal que causam transtornos às pessoas, ainda segundo Andrezza (op. cit.) “na região da Galícia acredita-se que pendurar alho e cebola nas casas era a forma usual de se defender da ação das *mavkas*” (p. 264).

15 Disponível em: <www.mundonovo.ms.gov.br/historia-mundo-novo>. Acesso em: 26 jun. 2015.

16 Discussões mais aprofundadas sobre o contexto da participação das companhias de navegação parceiras do governo brasileiro para a consolidação das políticas de

imigração europeias ao Brasil após a abolição da mão de obra escrava negra podem ser encontradas nos estudos de Wachowicz (1970); Kula (1977); Emmi (2007), Seyferth (2009) Guerios (2012), dentre outros.

17 Galícia.

18 De acordo com Guérios (2012, p. 178-179) o termo rutenos foi atribuído pelo Império Austro-Húngaro aos camponeses da Galícia que possuíam língua própria e pertenciam a religião uniatista Greco-católica, ou seja, formavam um grupo étnico que partilhava traços culturais comuns, mas não possuíam um Estado independente. A 'identidade ucraniana' [nacionalista] somente começou a ser construída algumas décadas antes da grande imigração para a América, como as levas migratórias dirigidas ao Brasil até o início do século XX eram constituídas predominantemente por camponeses analfabetos, eles sequer sabiam que eram ucranianos. Contudo, para Guérios (op. cit.) o fato de os rutenos terem passado a se identificarem como ucranianos no Brasil não significou que tivessem adotado aqui uma postura nacionalista.

19 De acordo com Haesbaert (2012), em seus trabalhos com Limonad (Haesbaert e Limonad, 1999) agruparam as concepções de território em três vertentes básicas: 1 **política** – referida às relações espaço-poder; 2 **cultural** – ou simbólico-cultural que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva; 3 **econômica** – que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas. Utilizaremos aqui as concepções de território construídas sob o viés cultural.

20 Expressão bastante comum na região, segundo o Minidicionário Aurélio (Ferreira, 2000) atalho estreito aberto no mato a golpes de facão.

21 Espécie de mochila feita em sacaria de cereais para transportar produtos e mantimentos que os colonos dos PICs utilizavam.



2 DESSE POVO QUE VEIO PRA CÁ... QUASE NINGUÉM MAIS SABE FALAR NA LÍNGUA!: HÁ ESLAVICIDADE NA ZONA DA MATA RONDONIENSE?

Segundo o antigo costume da Universidade Charles, de Praga, o hino nacional do país da pessoa que está recebendo o título de doutor *honoris causa* é tocado durante a cerimônia de outorga. Quando chegou a minha vez de receber essa honraria, pediram-me que escolhesse entre os hinos da Grã-Bretanha e da Polônia... Bem, não me foi fácil encontrar a resposta.

[...] Então, talvez deversem tocar o hino polonês? Mas isso também significaria um ato de fingimento: trinta e tantos anos antes da cerimônia de Praga eu tinha sido privado de minha cidadania polonesa. Minha exclusão foi oficial, promovida e confirmada pelo poder habilitado a separar quem está “dentro” de quem está “fora”, quem faz parte de quem não faz - e assim eu não tinha mais direito ao hino nacional polonês... (Bauman, 2005, p. 15-16).

Em entrevista concedida a B. Vecchi, o sociólogo Zigmunt Bauman (2005) traz à discussão bem mais que conceitos sobre a identidade no atual mundo “líquido moderno”, ele a faz considerando sua própria trajetória migratória como exilado político do regime socialista polonês. Como acena a passagem acima, sua análise é construída sob o viés de uma identidade diaspórica e por isto, indeterminadamente provisória, em processos de transformação e construção.

No mundo “líquido moderno” que Bauman tão bem analisa em outros trabalhos, as identidades de grupos envolvidos em movimentos migratórios constroem-se em suspenso: ora oferecem resistências ao novo (novo território, novas relações sociais, novas representações) evocando tempos e espaços não mais existentes¹, mas que colaboram para o aparecimento do sentimento de desterritorialização no indivíduo migrado, como nos sugere o comentário de um dos protagonistas desta pesquisa: “às vezes sinto que este lugar não é meu, acho que é porque a maior parte dos meus parentes estão no Sul. Apesar de morar e trabalhar na cidade, eu me acho como agricultor e aqui na cidade eu não sou agricultor”. (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 10/06/2014)²; ora abandonam qualquer manifestação que evoque a vida de antigos tempos e espaços, isto é, os seus antigos territórios e manifestam confortabilidade em incorporar o modo de vida do novo local de moradia, como nos assegura

outro interlocutor: “eu cheguei aqui com sete anos de idade, então já sou rondoniense, só nasci fora [...] vim pra Rondônia foi bom pra nossa família, cada um aproveitou de um jeito: o pai conseguiu a terra!” (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 07/06/2014).

Ocorre que as manifestações identitárias são construídas também pelo *habitus*, não são abandonadas por completo como parece indicar o caso desse último entrevistado. Apesar de expressar que se sente totalmente rondoniense, identificamos nele algumas manifestações comuns ao *habitus* camponês eslavo adaptado ao ambiente sulino, tais como o apreço pelos alimentos da cozinha eslava, o uso diário do chimarrão, além de também considerar-se, identitariamente, um homem do campo, mesmo residindo e trabalhando na cidade.

Para maior compreensão acerca da construção e manifestação da esclavidade pelos descendentes de poloneses e ucranianos que vivem na Zona da Mata Rondoniense é preciso construir uma análise alicerçada sobre três categorias que a sustentam: o *habitus*, a identidade e o território, este último com maior ênfase à sua vertente cultural ou do ponto de vista mais subjetivo e já abordado.

Em nosso esforço em compreender o *habitus* na forma como o expressam os descendentes de eslavos, nos estribamos nas contribuições de P. Bourdieu, que dispensa ao termo o status de noção. Em um de seus registros (2013), reelabora-a a partir do antigo conceito escolástico para o termo, considerando que

Não é só um código comum, nem mesmo um repertório comum de respostas a problemas comuns ou um grupo de esquemas de pensamentos particulares e particularizados; é, sobretudo, um conjunto de esquemas fundamentais, previamente assimilados, a partir dos quais se engendram [...] uma infinidade de esquemas particulares, diretamente aplicados a situações particulares (p. 349).

É, portanto, capaz de revelar as minuciosas teias de organização do pensamento particular de um grupo. Em outro momento de reflexão, Bourdieu (2012) afirma que o “*habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital” (p.61), podendo ainda ser apreendido como “produto de uma aquisição histórica que permite a apropriação do adquirido histórico” (p. 83). Dito de outra forma, é todo o acúmulo de conhecimento, ou o *savoir-faire* que Bourdieu (2007) denominou

como capital cultural incorporado – bagagem acumulada, uma propriedade que se faz corpo e torna-as parte integrante da pessoa.

Alguns pesquisadores brasileiros têm feito importantes considerações após se debruçarem sobre a noção bourdieusiana de *habitus* como T. J. Fraxe e A. C. Witkoski (2000), M. G. Setton (2002) ou V.C Schenato (2011) dentre outros. Este último conclui que “[...] *habitus* em sua teoria é aquisição de conhecimento através de uma trajetória, nos jogos sociais de que o agente participou” (p. 34), enquanto Setton (2002) o considera “como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas” (p. 61). Esta noção é, por assim dizer, parte intrínseca da concepção de mundo de um indivíduo ou grupo social, as formas como acontecem o fazer e o refazer de suas ações sobre o território que constituem a sua cotidianidade ao longo da vida.

O *habitus* é um comportamento sensível à memória coletiva, logo, atingido e determinado por ela, pois se trata da reprodução de práticas herdadas. Simultaneamente é um sistema de disposição aberto que vai se configurando a partir das novas experiências de vida do indivíduo, razão pela qual não deve ser equiparado ao que H. Bergson (1900 apud Halbwachs, 2004) chamou de “memória hábito, esta seria meramente a repetição de gestos ou palavras” (p. 123).

Neste contexto teórico, todo o arcabouço de concepções e cosmovisão levado pelos migrantes, como a religião, organização do espaço ou valores culturais que entram na composição das condições de vida e trabalho camponês (Ianni, 2009) estão presentes na construção da territorialidade da Zona da Mata Rondoniense. Formam o *habitus* camponês eslavo – elemento gerador do universo identitário do grupo, forjado através das experiências acumuladas ao longo de aproximadamente 130 anos de migrações.

Antes de uma inflexão à construção das identidades, é salutar considerarmos a análise de S. Hall (2014) sobre a crise identitária que atinge a todos nós,

[...] um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais, de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Essas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Essa perda de um ‘sentido de si’ estável é chamada, algumas vezes de deslocamento ou descentração do

sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma ‘crise de identidade’ para o indivíduo (p. 10).

Reconhecendo a existência em curso de uma crise de identidade, só poderemos apreender identidade considerando a sua existência a partir da impossibilidade de lhe determinar conceitos rígidos ou solidamente lapidados. Para Hall (op. cit.) identidade é um conceito “demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social” (p. 9).

Sob o viés da complexidade, Hall (2014) compreende a identidade como uma “‘celebração móvel’ formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (p. 13).

Também pelo prisma da complexidade, seguem as reflexões de Bauman (2005), para este sociólogo, as identidades da atualidade possuem condições inconclusas, frágeis e provisórias. Nos assegura ainda que “no admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam” (p. 33).

Entretanto, é analisando a sua própria condição diaspórica que Bauman (op. cit.) esclarece como se formam as identidades étnicas: ocorrerá sempre no espaço da diferença quando houver a necessidade de sua manifestação, ou seja, quando o indivíduo passa a conviver com o Outro, momento em que toma a consciência da fronteira cultural entre os mundos pelos quais transita. Para ilustrar esse pensamento, o autor afirma que só sentiu a necessidade de dar atenção à questão de sua identidade polonesa, após ter partido do país.

Assim como Bauman, Hall (2011, p. 27) também reconhece que sua necessidade em desenvolver e manifestar uma identidade étnica se deu somente após sua diáspora, afirmando que se tornou “‘caribenho’ não no Caribe, mas em Londres”.

Um dos elementos considerados marcadores da identidade é o território. A nacionalidade, a cultura, o *habitus*, o modo de vida são (re)construídos³ sobre um território, geram as identidades territoriais ou regionais locais.

Se as identidades no mundo de hoje são fragmentadas e simultaneamente cumulativas, precisam ser concebidas como unidade

relacional, como produto histórico que condiciona a reprodução social (Saquet, 2015), isto porque os territórios sobre os quais elas se formam constituem-se a partir de variáveis plurais, hibridizadas que envolvem a subjetividade dos lugares (cultura, história, etc.), as instituições, a infraestrutura, o trabalho. É neste sentido que M. A. Saquet afirma que território tem “conceitos complexos, substantivados por vários elementos, no nível do pensamento e em unidade com o mundo da vida” (p. 13).

O território, cuja discussão iniciou-se ainda no capítulo anterior, pode ser entendido sob várias vertentes e aqui reafirmamos a utilização do conceito a partir de seu caráter cultural – produto da apropriação e da valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço de vivência (Haesbaert, 2012), embora para compreendê-lo melhor é necessário considerar a presença de todas as suas vertentes, bem como de todos os atores e agentes que, concomitantemente, o constroem: o indivíduo, os grupos sociais, a sociedade, o mercado e o Estado.

Dessa forma, são as relações de poder, culturais e econômicas que constroem um território, porque este, conforme o entendimento de Saquet (2013) é constituído por três elementos básicos: (1) as identidades (referência, enraizamento, ligação, afetividade, lugar, etc.); (2) as relações de poder (domínio e subordinação); (3) as redes de circulação e comunicação (visíveis e invisíveis, materiais e imateriais, infraestruturais e abstratas, movimentos).

A partir desta sucinta fundamentação teórica, cabe então, buscarmos compreender como opera a identidade dos descendentes eslavos no novo território de vida: a Zona da Mata Rondoniense.

Antes, contudo, é necessário esclarecer que a reelaboração da identidade do grupo em questão em seu novo território de vida é o que consideramos aqui como a sua nova identidade regional local. Embora alguns autores, como foi o caso de P. Bourdieu (2012) concebam-na sob um único conceito e como afiança este autor se trata de uma luta ou uma necessidade “de dar a conhecer e de se fazer reconhecer, de impor definição legítima das divisões do mundo social” (p. 113), marcamos neste trabalho um caráter de diferença para “identidade étnica” – aquela relacionada à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhe são correlativos (op. cit.) e “identidade regional” construída sobre territórios a partir de variáveis plurais, hibridizadas que envolvem a subjetividade dos lugares (Saquet, 2015). Portanto, quando falamos em identidade regional se trata da reelaboração identitária que os descendentes de eslavos estão promovendo na Zona da Mata Rondoniense.

HÁ CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ESLAVA NA ZONA DA MATA RONDONIENSE?

É inerente ao homem desenvolver relações afetivas com o local de vivência, de moradia. Quando os descendentes de eslavos foram desterritorializados no Paraná, iniciaram a busca de uma nova terra, onde a permanência de seus modos de vida, sobretudo o camponês, pudesse ser assegurada.

Neste momento o processo de reterritorialização impôs-lhes a reorganização ou a construção de uma nova identidade regional, na qual a dimensão territorial é responsável (Haesbaerth, 2006).

Atingido pelo processo de reterritorialização, também o *habitus* tende a modificar-se, pois, “as condições diferentes de existência produzem *habitus* diferentes” (Bourdieu, 2007, p. 164). A assertiva de Bourdieu pode ser facilmente exemplificada se efetuarmos uma sucinta análise do comportamento de parte de nossos interlocutores: 20% deles nos afirmaram que nos dias de hoje frequentam a igreja (quer aqueles que continuam identificando-se como católicos, quer aqueles que se tornaram evangélicos) somente “de vez em quando”. Abandonaram a antiga e tradicional assiduidade praticada no Paraná, ou nos primeiros tempos de vida na Zona da Mata Rondoniense. A sensível diminuição de frequência aos templos é uma prática bastante incomum para grupos eslavos, cujo *habitus* é fortemente marcado pela religiosidade e pela necessidade de manifestá-la publicamente.

O que teria provocado a modificação do comportamento religioso de parte do grupo? Por ser o *habitus* um sistema de disposições em aberto, ainda que manifeste as práticas herdadas, as novas relações pessoais que vão sendo tecidas em uma área de fronteira cultural como se caracteriza Rondônia⁴, põem em contato direto as mais diversas manifestações de *habitus*. Uma destas transformações ocorrida no *habitus* (eslavo) foi verificada na fala de uma entrevistada “sou neta de poloneses, mas morei um tempo com uma família ucraniana, ia na igreja ucraniana e até aprendi rezar nessa língua. Depois que vim pra Rondônia, virei evangélica e acabei abandonando também. Hoje não sigo mais nenhuma igreja” (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 19/08/2014).

No interior dos processos de desterritorialização e reterritorialização, *habitus* e identidades se reconfiguram, práticas sociais se resignificam em um mesmo tempo e sob os mesmos processos (des)reterritorializantes. Parte das manifestações identitárias e do *habitus* apresentam caráter de resistência, isto é, mantém características anteriormente herdadas e adquiridas em antigos territórios de vivência.

Trata-se mesmo, de processos produzidos por relações multiescalares, como bem sintetiza Saquet (2015)

[...] a TDR ocorre no tempo histórico e é substantivada, concomitantemente, por relações multiescalares, no mesmo ou em diferentes lugares. [...] este processo histórico é simultâneo e relacional, no qual se perde e se constrói identidade simultaneamente. [...] os elementos principais da territorialização também estão presentes na desterritorialização: há perda, mas há reconstrução da identidade; mudanças nas relações de poder, de vizinhança, de amigos, de novas relações sociais, de elementos culturais, que são reterritorializados (p. 63).

É mesmo um processo relacional, sendo desterritorializante abriga a manifestação de antigos e novos *habitus* e, portanto, antigas e novas formas de construção do novo território.

Sob estas nuances de análises acerca da interferência ou consequência dos processos (des)reterritorializantes para a reconstrução das identidades é que refletiremos aqui sobre o que significa ser eslavo em Rondônia, é possível afirmar que há uma identidade eslava contida na identidade regional da Zona da Mata Rondoniense?

Não temos a pretensão de apresentar respostas conclusivas, pois o cronograma e o método utilizados nesta pesquisa seriam insuficientes, principalmente por tratar-se de uma categoria de análise em contínuo processo de reconstrução. Consideramos aqui as afirmações de Bauman (2005) a nos advertir sobre a fragilidade das identidades, inconclusas e de condição eternamente provisória, que em sua provisoriedade possuem natureza intrinsecamente híbrida, principalmente as identidades diaspóricas (Sovik, 2011).

Utilizando o argumento de L. Sovik (op. cit.) de forma mais generalizada, é possível afirmar que o grupo de nossos entrevistados tanto compreendem a si próprios, quanto podem ser compreendidos identitariamente como descendentes de eslavos, camponeses e rondonienses, o que lhes confere uma identidade facetada e resultante de características agregadas no transcorrer do tempo.

De imediato não analisaremos os colaboradores da pesquisa sob a ótica da identidade étnica, ou da etnicidade, não nos levaria à aproximação do real, considerando que a sua interação com a sociedade local se dá sem referências a essa identidade étnica. Contudo, há uma etnicidade que se manifesta em ambientes íntimos, estamos denominando-a “eslavicidade de interior”, discutida mais a frente.

O grupo pesquisado tem conscientização de seu pertencimento étnico, entre os 62 entrevistados, 61,6% declaram-se de origem polonesa; 32% declaram-se de origem ucraniana e 6,4% afirmam ter origem ucraniano-polonesa. Verificando o seu grau de parentesco com os ascendentes eslavos imigrados, obtivemos o resultado expresso no quadro 5.

Quadro 5: Geração de descendência nascida no Brasil

Geração nascida no Brasil	Grau de parentesco	V. a.*	%
Em viagem	Filho migrado	1	1,6
Primeira	Filho (a)	6	10,0
Segunda	Neto (a)	33	53,0
Terceira	Bisneto (a)	18	29,0
Não sabe	-	4	6,4
Total		62	100

* Valor absoluto

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Desconsiderando a referência étnica, a interação do grupo pesquisado com a sociedade local revela sinais de relação estabilizada. Contudo, é interação transpassada por características multiformes que vão desde o considerar-se totalmente rondoniense ao estabelecer marcada distinção entre sua família, o grupo de amigos migrados do Sul e o grupo que compreendem como população local, condição que provoca alguns atritos de sociabilidade.

Quando questionados sobre o seu “gosto” pelo local de moradia, 69,5% dos entrevistados acreditam que sua família esteja completamente adaptada em Rondônia e ao município em que vive, enquanto 22,5% alegam estarem parcialmente adaptados e somente 8% asseguram que a família não se adaptou à região. Vem dos dois últimos grupos (30,5%) a marca de distinção entre si e a sociedade local.

Em estágios distintos, tanto o grupo majoritário (69,5%) que pode ser avaliado como portador de uma relação mais afetiva com o ambiente local ou mais reterritorializado, quanto o grupo minoritário (30,5%), que sugere maior intensidade para o sentimento de desterritorialização, caminham construindo uma identidade regional constituída de muitos fragmentos culturais. Seu modo de vida estruturado no *habitus* camponês eslavo apresenta marcas, perdas e acréscimos que vem sobrepondo-se no desdobrar de um movimento diaspórico intergeracional.

Exemplos claros da cultura e *habitus* camponês eslavos presentes nesta identidade regional estão na própria construção do espaço geográfico local, tanto em seu sistema de objetos⁵: o modelo arquitetônico das casas e construções rurais, a organização de quintais, hortas e jardins; quanto em seu sistema de ações⁶: na manutenção da culinária típica, no grau de importância dedicado à mesa farta, ao trabalho, na hereditariedade das profissões, como ilustra o fragmento de fala de um de nossos entrevistados sobre o seu ofício metalúrgico: “além da agricultura, a metalurgia é um dos trabalhos tradicionais do homem polonês e eu sigo essa profissão que vem passando de pai pra filho na minha família” (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 10/01/2015).

Figura 6: Arquitetura local com características eslavas



Fonte: Paula (2014)

É necessário ponderarmos que a construção de um novo território para os descendentes de eslavos na Zona da Mata Rondoniense não se deu sob as bases de um território político e econômico pré-existente, considerando a monopolização do território pelo capital. Trata-se de uma construção em andamento sob todos os seus aspectos materiais e imateriais, a partir da recente ocupação não indígena e não extrativista daquela região⁷. Logo, não há assimilação das possíveis características culturais locais. Há, sim, um espaço, não sem tensões, marcado pela presença de diversas identidades regionais.

As evidências de eslavidade estão presentes na identidade regional do grupo envolvido na pesquisa e materializam-se em sua participação na construção do espaço geográfico local. Foram empiricamente comprovadas em campo, contudo, é pertinente levar em conta seu caráter velado, vivenciado com maior ênfase no interior das famílias. É nesse ambiente que o *habitus* camponês eslavo toma corpo e revela as faces peculiares dessa identidade.

O que a pesquisa nos apontou foi vivência de uma “eslavidade de interior” aqui compreendida a partir do entendimento de Hall (2011) sobre algumas manifestações de minorias étnicas como as “que mantêm costumes e práticas sociais distintas na vida cotidiana, sobretudo nos contextos familiar e doméstico” (p. 62).

Em nosso ponto de vista, o argumento de Hall se fortalece frente a alguns casos que poderiam sugerir certo comportamento de omissão do pertencimento étnico em espaços de relações sociais interétnicas. É situação bastante comum na região, por exemplo, que as mulheres não deem os seus sobrenomes eslavos aos filhos. É também comum que em situações onde lhes requeiram uma assinatura ou declaração do nome completo, o fazem suprimindo o sobrenome de solteira ou abreviando-o sob a alegação de que as pessoas não compreendem a sua grafia ou se espantam com a dificuldade de pronúncia. Consideram essas situações como momentos de certo constrangimento, pois precisam dar explicações sobre a origem do nome.

De maneira genérica, estes casos estão relacionados com alguns momentos de suas vidas em que tiveram a identidade negada, os casos mais comuns são os da própria família que optava por não valorizar o pertencimento étnico, como nos afirmou uma entrevistada “meu pai que era brasileiro não deixou que a mãe ensinasse a língua ucraina pros filhos, por isso só aprendi rezar o pai nosso” (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 07/11/2014).

Uma situação de vivência da “eslavidade de interior” que nos chamou a atenção foi o caso de uma entrevistada descendente de poloneses. Demonstra predicados contundentes da mulher eslava: mesmo vivendo na cidade, afirma-nos que não perdeu suas raízes camponesas, canta cantigas populares polonesas para os filhos, prepara alimentos da culinária polonesa, mantém uma diversificada horta caseira em seu quintal, utiliza elementos da cultura eslava na organização da casa, personifica o *habitus* das *matrioshkas* ou *babushkas*⁸ que trazem para si o cuidado de toda a família extensa.

Entretanto, a entrevistada compartilhou conosco um episódio de sua história de vida bastante curioso: por ocasião do registro civil de seu

primogênito não deu a ele seu sobrenome, tomando certa idade o filho passou a questioná-la por que não possuía o sobrenome materno. Ao engravidar pela segunda vez, seu primogênito pediu-lhe que o bebê fosse registrado também com o sobrenome materno. O filho a comoveu de tal maneira que ela assim o fez, além de buscar judicialmente o acréscimo de seu sobrenome ao registro civil do primogênito. Segundo a entrevistada, o episódio serviu-lhe de incentivo à valorização de sua identidade étnica (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 26/08/2014).

A seguir apresentaremos, por meio de fotografia, alguns elementos da presença material da cultura eslava no cotidiano da Zona da Mata Rondoniense (ZMR).

Figura 7: Sistema polonês de cerca com encaixe de madeira sem utilização de pregos



Fonte: Paula (2014)

Figura 8: *Pessanka* – artesanato das culturas polonesa e ucraniana, que tem a festa da Páscoa como a sua principal representatividade



Fonte: Paula (2014)

Figura 9: Parede decorada com fotos de família e panos de parede



Fonte: Paula (2014)

Figura 10: Calendário da Igreja Greco-Católica Ucraniana



Fonte: Paula (2014)

Acreditamos que a timidez na manifestação da eslavicidade em espaços de convivência extrafamiliares seja resquício da condição histórica enfrentada pelos imigrantes eslavos e seus descendentes ainda no Paraná. Para a afirmativa, nos embasamos principalmente nos estudos sociológicos das relações entre negros e brancos no Brasil desenvolvidos pelo grupo de pesquisadores liderados por Florestan Fernandes, o Paraná ficou sob a responsabilidade de Octávio Ianni, que em Curitiba, desenvolveu as atividades de campo a partir de 1955.

A pesquisa que tinha por objetivo comprovar o mito da democracia racial brasileira, mas provocou “a inesperada descoberta de Otávio Ianni sobre o preconceito contra descendentes de imigrantes poloneses em Curitiba”⁹. Ianni (1966) assim descreve o teor da diferenciação racial que pesa sobre o polonês na região de Curitiba

[...] o polonês e muito de seus descendentes ainda não foram definidos como brasileiros pelo consenso social. [...] ainda o prendem ideologicamente a um suposto universo *polonês*, em que este é tido como: inclinado ao alcoolismo; exacerbadamente religioso; sempre loiro; dado preferencialmente aos trabalhos

braçais; rude e, por conseguinte, intelectualmente inferiores; dado ao acasalamento com negros. No contexto da ideologia racial dominante, o imigrado de primeira geração ou das gerações seguintes, desde que tomados socialmente como tal, não é nem *polonês*, nem *brasileiro* – é *polaco*, isto é uma categoria social à parte, inferior, próxima ao negro¹⁰ (p. 54-55) (grifos originais).

Outro trabalho que analisa o tema é a pesquisa de N. M. Doustdar (1990) que explorou o sentimento antipolonês desenvolvido no Paraná quer pelo Estado, pelos nacionais ou por outros grupos europeus migrados para o Brasil,

A identificação do polonês com o meio rural e uma certa aversão pelo quadro urbano, associada ao baixo índice de instrução, estimula o preconceito de que são vítimas. Há uma baixa avaliação do polonês e um tratamento pouco respeitoso nas imagens estilizadas por brasileiros ou luso-brasileiros e por outras nacionalidades. Provavelmente esse tratamento corresponde a um período que antecede as décadas de restauração da Polônia como nação politicamente independente. Isso se manifesta de forma clara em expressões como ‘polaco sem bandeira’ (p. 40).

Já V. Gregory (2008) faz uma denúncia mais sutil a respeito da invisibilidade eslava na ocupação do sudoeste paranaense quando analisa os registros das empresas colonizadoras que destacavam a origem étnica predominante na ocupação daquela região, considerando os registros de uma gleba específica, o autor os reproduz acrescentando que a mesma foi predominantemente ocupada “por italianos e uns poucos descendentes de alemães que se contrapõem aos alguns de outras raças, que não necessitam receber uma identidade” (p. 96) e sarcasticamente conclui “são simplesmente alguns outros” (p. 96).

No caso dos descendentes de ucranianos, estes foram também alvos do comportamento antipolonês (Doustdar, 1990) presente em alguns dos municípios paranaenses. Um de nossos interlocutores nos confidenciou que em sua infância e adolescência vividas no município de Pitanga-PR, lhe causava sofrimento o fato de ser descendente de ucranianos. Pois era sempre considerado pelos colegas de escola como um “polaco bocó”, termo que remete ao estereótipo do homem polonês intelectualmente inferior. Segundo este informante, somente agora tem consciência de suas origens étnicas e tenta transmiti-las aos filhos (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 24/06/2014). O mal-estar vivenciado por este descendente de ucranianos, não esteve centrado no fato de ter sido confundido com um descendente de polonês sem sê-lo, e

sim no estereótipo preconceituoso para com os descendentes eslavos manifestado em parte da sociedade paranaense.

O histórico de preconceitos direcionado aos eslavos pode ter desenvolvido em seus descendentes o comportamento de atitudes que contribuem para sua invisibilidade na Zona da Mata Rondoniense. Neste caso, o espaço que se demonstraria como seguro seria apenas o interior das famílias, razão pela qual estamos considerando a característica observada localmente como “eslavicidade de interior”. Ela não se perde, não deixa de manifestar-se, contudo, não se mostra à comunidade de acolhimento, seu espaço de manifestação se dá no interior das famílias.

Esta configuração comportamental poder ser compreendida como estratégia de sobrevivência e proteção do modo de vida estruturado no *habitus* eslavo. Não obstante, é um comportamento que provoca consequências, a “eslavicidade de interior” figura como uma das principais responsáveis pelo sentimento de solidão étnica que manifestam os entrevistados, assim como impede formação de comunidade etnocultural local.

A noção de solidão étnica que aqui utilizamos se traduz como os sentimentos de tristeza e saudades da terra natal e do antigo grupo de convivência cultural, o sentimento de afastamento dos “seus”. Respeitadas as proporcionalidades, similar à noção de banzo, manifestada pelos africanos trazidos ao Brasil Colonial para serem escravizados, portanto um sentimento desenvolvido em condições de diásporas.

No grupo pesquisado, a manifestação de solidão étnica parece ora justificar o pertencimento étnico, ora justificar o afastamento do modo de vida estruturado no *habitus* eslavo. Vejamos dois comentários que ilustram a ausência dos espaços de fala, outro fator que provoca a solidão étnica:

Às vezes eu ainda tento falar um pouquinho de *ucraíno* com minha irmã, a Paraika. Mas, é muito difícil, lá já tem a nora dela, tem os filhos dela e a gente que ter opinião. Se tiver vergonha não fala. Às vezes a pessoa fala:

- Nós não vamos falar em *ucraíno* porque os caboclo pensam que nos tamo falando mal deles!

É onde se perde a língua, é desse jeito. Eu sinto hoje perder a origem da gente, eu fico triste, mas fazer o que? A vida é assim por diante! (Pedro Semtchuk)

Mas a língua ucraniana eu só não escrevo, mas falo de tudo. Bem, eu falo alguma coisa, falava dentro de casa com a Julia, mas agora ela faleceu e eu não tenho mais com quem falar em *ucraíno* (Pedro Bobek).

A solidão étnica do Sr. Pedro Semtchuk e do Sr. Pedro Bobek se revela em suas tristezas por terem perdido seus espaços de fala não têm mais com quem falar a língua de origem étnica, sentem-se falantes solitários. Em outros momentos da entrevista do Sr. Pedro Semtchuk, a solidão evidencia-se ao revelar que não há mais como cantar em ucraniano, pois sozinho não se canta ou quando constata a ausência local da igreja de rito ucraniano, já para o Sr. Pedro Bobek é uma solidão duplicada, a falta de um interlocutor ancora na ausência de Júlia, sua companheira de vida (apêndices 4 e 5).

Um dos maiores motivos de desenraizamento cultural é mesmo o abandono da língua materna, questionados sobre a sua relação com a língua de origem étnica obtivemos o resultado do quadro abaixo:

Quadro 6: Relação do entrevistado com a língua de sua origem étnica

Condição atual do entrevistado	V. a	%
Não aprendeu	27	43,6
Falantes sem de espaço de fala	16	25,8
Ex-falantes	16	25,8
Utilizam, cotidianamente, termos ou palavras no interior das famílias	2	3,2
Falantes parcial do polonês e do ucraniano	1	1,6
Total	62	100

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Entre os 43,6% que não aprenderam a língua de sua origem étnica, afirmam que compreendem algumas palavras ou expressões delas. Já o maior contingente (51,6%) é formado por falantes sem espaço de fala (25,8%) e ex-falantes (25,8%) são todos não praticantes, estes dois grupos manifestam mais fortemente a solidão étnica, incluem-se aí os senhores Pedro Semtchuk e Pedro Bobek.

A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder (Bourdieu, 1977). Está vinculada à condição de dominação de uma sociedade sobre outra. No caso do Brasil, exceto no período nacionalista de Vargas, as línguas trazidas pelos imigrantes não foram oficialmente perseguidas como ocorreu às línguas indígenas, contudo, o tratamento de desvalorização de algumas dessas línguas foi projetado no convívio social cotidiano dos grupos falantes.

Considerando novamente o pensamento de Bourdieu (op. cit.) quando sustenta que “[...] o que fala nunca é a palavra, o discurso, mas toda a pessoa social” (p. 12), esta é, então, a vítima do tratamento de desvalorização que toma lugar em todos os espaços das relações sociais, e por sua vez atinge o universo cultural. A sociolinguista M. S. Pimentel da Silva (2009) defende que

a vitalidade de uma língua passa pela vitalidade cultural da sociedade onde ela é falada, ou seja, há uma intrincada relação entre língua e cultura, a perda de uma arrasta consigo a outra.

Por parte dos 43,6% de entrevistados que afirmam não terem aprendido a sua língua de origem, ouvimos em diversos depoimentos que tal condição foi opção dos pais para que eles (filhos) não passassem por constrangimentos em relação aos brasileiros. Para Pimentel da Silva (op. cit.) dois fatores são fortes contribuintes para a morte da língua dentro de uma sociedade, um deles se dá quando os pais deixam de falar a língua de origem com os filhos, como ocorreu a um grupo de nossos entrevistados. O outro é a vinculação existente entre língua e religião tradicional, esta última garante a sustentabilidade da primeira. Quando se desvinculam há o desaparecimento da língua.

É inegável assim, a intrínseca relação entre língua, cultura e religião tradicional, qualquer descontinuidade em uma destas faces atingirá as demais. Em espaços descontínuos, como são os espaços de vivência de nossos interlocutores, formam-se as condições ideais para o desenvolvimento da solidão étnica por aqueles que em tempos anteriores viveram em comunidades étnicas. Logo as ausências da língua e religião tradicional condicionam o aparecimento deste sentimento.

Além da ausência de espaços de fala, a dificuldade em manter os costumes da cultura eslava também aponta para o sentimento de solidão étnica, como observamos nas palavras de outro colaborador,

Hoje eu sou imigrante do Paraná pra cá, nesse sentido! Mas sendo imigrante o que posso segurar da tradição, eu seguro. Queria segurar mais, eu aqui fico afastado da família, de tudo. Não queria perder as tradições ucranianas que são muito bonitas, não tem outro país que tenha tradições igual ucraniano (Antônio Sembalista).

A solidão de Seu Antônio é “de tudo” e para ele se expressa no termo tradição. Trata-se dos costumes, das heranças do *habitus* camponês eslavo reordenadas e ressignificadas nas colônias étnicas do Sul. Na íntegra de sua entrevista (apêndice 2) podemos observá-la subscrita em diversos trechos de seus comentários.

Quanto ao percentual daqueles que afirmam utilizar alguns termos ou palavras no interior da família, embora seja pequena (3,2%) sua constatação corrobora para a nossa tese da “eslavicidade de interior”.

Simultaneamente, em todas as famílias que colaboraram com a pesquisa tem havido negociações na construção de uma identidade regional desde o início de sua chegada à região. Também já se sentem rondonienses, apropriam-se das vivências locais, ressignificam valores ou conceitos coletivos e pessoais.

Grosso modo, todo o grupo apresenta comportamento social inerente aos grupos impactados pelos processos de desterritorialização e reterritorialização configurados no interior dos movimentos migratórios, em outras palavras é a noção que A. Sayad (1988) desenvolve sobre os espaços de deslocamentos migratórios que não são somente físicos, mas também, sociais, econômicos, políticos e culturais. E que, acrescentamos, atinge cada indivíduo em temporalidades distintas.

No processo de reterritorialização conformado em diferentes temporalidades, o “sentir-se rondoniense” é outra face identitária de nossos interlocutores, resulta do desenvolvimento do sentimento de pertencimento ao lugar, que R. Nóbrega (2016) trata como “sentimento de pertencimento local compartilhado coletivamente” (p. 14).

As formas mais comuns desse tipo de manifestação se dão em relação ao grupo étnico e o lugar, seja este de origem ou de vivência, como assegura P. Little (2002) ao afirmar que “ser de um lugar não requer uma relação necessária com etnicidade ou com raça, que tendem a ser avaliadas em termos de pureza, mas sim uma relação com um espaço físico determinado” (p. 10), pois este é capaz de gerar manifestação de pertencimento, pode então, ser reconhecido como território afetivo.

Nele, ainda que conflituosamente, ocorrerá a reterritorialização, a readaptação dos modos de vida, contribuindo para a redefinição da identidade. Esta, por sua vez, é fator socialmente relevante para diagnosticar a pertença ao território, haja vista que ao mesmo tempo em que ela é construtora de tal sentimento, é também construída por ele.

Advindos de processos diaspóricos responsáveis pelos movimentos (des)reterritorializantes, os migrantes paranaenses descendentes de poloneses e de ucranianos vêm construindo um novo território na Zona da Mata Rondoniense, organizando sobre ele rearranjos de identidades que possam lhes assegurar, de alguma forma, a manutenção (parcial) do modo de vida estruturado no *habitus* camponês eslavo intergeracionalmente herdado.

A terceira face desta identidade em construção, ou manifestação de uma identidade camponesa, será melhor discutida no capítulo 3.

A invisibilidade local do descendente eslavo

Os levantamentos censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentaram maior rigor metodológico para os registros da entrada de imigrantes no país somente a partir do recenseamento de 1950.

Tentando compreender melhor os processos históricos da imigração ao Brasil ocorrida em períodos anteriores, o IBGE vem produzindo documentos de análises que divulga em suas séries históricas¹¹, tais como as informações sobre os estrangeiros e naturalizados no país computados pelos censos demográficos e que aqui foram adaptados para o quadro 7.

Quadro 7: Estrangeiros e naturalizados no Brasil

Período	Percentual (%) de imigrantes na população absoluta do país
1872	3,9
1890	-
1900	6,2
1920	4,9
1940	3,1
1950	2,1
1960	1,8
1970	1,2
1980	0,8
1991	0,4
2000	0,3
2010	0,2

Fonte: IBGE – Séries Históricas e Estatísticas

Os picos de imigração se deram no período 1870/1930 quando o número de imigrantes desembarcados em portos brasileiros foi da ordem de 4,1 milhões (Soares, et al., 2015), a partir da década de 1940 a sua entrada diminuiu e a população de brasileiros natos descendentes de imigrantes cresceu.

Este segundo grupo constitui toda a população brasileira, exceto a de origem indígena¹². O IBGE não leva em conta as informações de pertencimento étnico, trabalha somente com o critério de autodeclaração de cor¹³.

Portanto, não é possível precisar o número de descendentes eslavos tanto no país quanto na região que forma o recorte geográfico da pesquisa. De acordo com a página do Consulado Geral da República da Polônia em Curitiba¹⁴, os números estimados sugerem uma população de poloneses e descendentes na ordem de 800 mil pessoas ou 1% da população brasileira.

Quanto aos ucranianos, a página da Representação Central Ucrâniano-Brasileira¹⁵ afirma que se trata de uma população de aproximadamente 500 mil pessoas, das quais 96,5% já são nascidos no Brasil e 81% deles vivem no Paraná, já para Rondônia e especificamente a Zona da Mata Rondoniense não há qualquer registro numérico.

Por si só, a lacuna sobre dados mais específicos contribui para a invisibilidade da presença eslava naquela região e pode ser compreendida como um fator externo para explicar tal invisibilidade. Há, no entanto, a presença de fatores internos como possíveis geradores da causa: a “eslavicidade de interior” e a não formação local de comunidades étnico-culturais que juntas provocam entre si uma movimentação cíclica e mútua. Contribuem, concomitantemente, um para o aparecimento do outro. Tentamos expressar melhor esta noção através da ilustração demonstrada pela figura 11.

Figura 11: Processo interno gerador da invisibilidade eslava na ZMR



O conjunto de fatores se sustenta ainda, por outros fatores que lhe são coadjuvantes, mas que se apresentam como bagagens na construção da identidade do grupo, tais como o desapego às questões relacionadas com vida social e política, histórico de vivência em comunidades mais fechadas, quer ainda nas aldeias no Leste Europeu ou já nas colônias no interior do Paraná e possivelmente, o mais forte deles: o histórico de discriminação racial sofrido pelos poloneses em algumas regiões paranaenses, conforme atestam vários estudos a esse respeito, dentre eles os de Ianni (1966) na região de Curitiba.

Neste sentido, a invisibilidade local do grupo pesquisado está atrelada tanto à manifestação de sua identidade étnica, quanto ao comportamento social externo em que o grupo foi submetido no decorrer de suas trajetórias migratórias.

Desse modo, sua invisibilidade local pode ser compreendida como um mecanismo de proteção. Na Zona da Mata Rondoniense, os descendentes não se inserem em movimentos sociais ou organizações de classes como sindicatos, partidos políticos, etc. Encontramos somente três famílias que tiveram membros representantes da política local (um deputado estadual, um vereador e um vice-prefeito), embora nenhum tenha constituído carreira política, duas famílias com membros de liderança sindical ou de associação de produtores. No cômputo geral dessas participações, foram três casos registrados no município de Nova Brasilândia d'Oeste e dois no município de Novo Horizonte do Oeste. Em Rolim de Moura não identificamos sequer um caso de interlocutor ou membro de sua família participante do cenário político. É interessante considerar tal ausência tendo em vista que o município possui um histórico apreciável de representação política tanto no cenário estadual, quanto nacional¹⁶.

Parece inexistir nos entrevistados e seus familiares, maiores apreços ou pretensões pelas causas políticas locais. Uma possível explicação reside no fato de que os descendentes de eslavos ainda carregam no *habitus* algum resquício do comportamento de submissão imposto pelo regime de servidão, quando entre todas as relações de dependência, uma delas era a ausência de decisões por parte do servo camponês para qualquer ação da coletividade (aldeia).

Após a Diáspora não houve grandes modificações neste comportamento. Embora, na nova terra, não tivessem a quem recorrer. O movimento, então foi suplicar para que sacerdotes quer de ritos latinos (poloneses), quer de rito oriental (ucranianos) viessem em seu socorro. Ainda que o grande desejo e a necessidade fossem a presença de padres eslavos para orientar a conduta espiritual das comunidades, sentiam também, a necessidade de líderes comunitários.

Esperavam dos padres eslavos a condução geral da comunidade, comportamento não manifestado pelos religiosos brasileiros. Embora, analisem esta questão sob contextos diferenciados Wachowicz (1977), Andrezza (1999) e Guérios (2012) retratam a necessidade sentida pelos imigrantes eslavos nos primeiros tempos de estruturação das colônias. Também Thomas e Znaniecki (2006) registram os descontroles sociais dos poloneses imigrados para os Estados Unidos, agravados pela ausência de líderes religiosos da mesma etnia.

Este histórico sugere a manutenção de um comportamento de não liderança fora do espaço da igreja ou, de modo geral, a passividade em ser

liderado¹⁷. Acrescido da vivência da “eslavicidade de interior”, este comportamento nos auxilia na compreensão sobre a ausência dos descendentes de eslavos nas organizações laicas locais mais complexas, como os partidos políticos, associações de produtores ou de moradores, sindicatos e outros.

Por outro lado, nossos interlocutores deixam sempre à mostra certa necessidade, ou prazer em comentar sua participação em trabalhos voluntários ou ocupação de postos nas hierarquias das igrejas (católica e evangélicas), quer por eles ou por seus membros familiares. O comportamento ficou evidente em diversas falas de nossos colaboradores, como nos compartilhou um deles “fico muito feliz em ter uma irmã freira, e ainda que trabalha lá na África ajudando o povo” (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 27/11/2014).

Do conjunto de entrevistados fazem parte famílias que possuem membros religiosos (padres e/ou freiras), famílias que têm membros catequistas, ministras e ministros de eucaristia, presbíteros ou pastores evangélicos. Outros ajudaram ou ajudam na construção e organização das igrejas desde o momento em que chegaram à região, quando tudo ainda estava por fazer, como atestam as lembranças do Sr. Saturno

Nóis ia na igreja lá no Rolim de vez em quando. Mas eu fiz curso de catequista, ía lá nas reunião, voltava e passava pra comunidade. Fui presidente da igreja, catequista, tesoureiro. E aqui nós fomos padrinhos de muito batizado, casamento... foi muito! (Saturno Skiezinski).

Oi ainda como seu Pedro Bobek que, sentindo-se desterritorializado, relembra seu trabalho à frente da comunidade ucraniana onde vivia no Paraná,

[...] lá em Ivaiporã pode ir na igreja ucraniana pra ver o que eu e a dona Julia fizemos, fui presidente duas vezes, a dona Julia foi uma. Veio dinheiro pra nós da Ucrânia pra aplica na igreja que nós fizemos com pouco povo né! O povo quando é bastante é fácil de fazer, mas quando é pouca gente... olha! (Pedro Bobek).

Juntos, estes casos vão desde as referências “honrosas” de parentes consanguíneos como gestores dos bens de salvação (corpo de especialistas religiosos) às suas próprias participações nos trabalhos religiosos que lhes dão um sentido/sentimento de menor grau de exclusão do capital religioso, ainda que se reconheçam como leigos (Bourdieu, 2013).

Podemos assim, inferir que a invisibilidade da presença eslava na Zona da Mata Rondoniense advém quase que exclusivamente de processos inerentes à reconstrução de sua identidade de caráter regional e que toma como base antigo comportamento vivenciado nas sociedades de acolhimento anteriores (paranaenses). Não parece haver qualquer tipo de restrição da comunidade local em relação à sua presença, há sim comportamento de não manifestação da esclavidade junto a ela.

Para algumas situações de invisibilidade não encontramos respostas. É comum em cidades pequenas que ruas, praças, escolas ou outros equipamentos urbanos recebam o nome de antigos moradores como forma de homenagear a história de seus pioneiros, tão comum à historiografia regional brasileira, de forte base positivista. Num rápido olhar sobre este panorama, é possível se chegar a um histórico generalizado da formação inicial de um núcleo urbano. Entretanto, se observarmos nosso recorte geográfico da pesquisa por este viés, não há qualquer indício de reconhecimento à presença eslava na região.

Do grupo entrevistado, 11 famílias migraram para região na década de 1970 e 45 delas chegaram nos primeiros anos da década de 1980, formaram um grupo de 56 famílias participantes diretas do processo de abertura e reocupação dos municípios analisados.

A íntegra das seis entrevistas coletadas através da técnica da história oral, os fragmentos de falas dos demais entrevistados explorados neste trabalho ou as fotografias gentilmente cedidas por algumas famílias para compor o quadro ilustrativo do texto mostram com clareza a participação do grupo na construção do território local, e neste momento utilizamos o termo território sob suas vertentes política, econômica e cultural (Haesbaerth, 2012). O perfil histórico e geográfico destes três municípios elaborados por pesquisadores locais independentes, aos quais tivemos acesso, não fazem qualquer citação a respeito da participação dos descendentes eslavos na construção do espaço sócio e geográfico local¹⁸.

***NASI LUDZIE/NACH LHUDE*¹⁹ EM RONDÔNIA? INEXISTÊNCIA DA COMUNIDADE COM CARACTERÍSTICAS ÉTNICAS**

Então, aprendemos a falar em português e agora já to até esquecendo em ucraino. Hoje eu ainda falo ucraino com o Antônio Sembalista, com Seu Pedro Bobek e com um filho que mora em Porto Velho, eu falo com ele em ucraino! Os outros filhos sabem pra dizer assim um Louvado Seja Nosso Senhor

Jesus Cristo que é *Slava Issússu Krystu*, um *Slava na vike*²⁰, esses eles sabem (*Bába Kluska*).

Bába Kluska é mais uma descendente migrada acometida pela solidão étnica ocasionada pela perda do espaço de fala de sua língua de origem étnica, entre outros fatores.

Algumas expressões de determinados modos de vida, ou mesmo *habitus* específicos necessitam ambiente de vivência comum – a comunidade. O interior de uma família pode não ser espaço suficiente para sua expressividade e perpetuação, na ausência de uma comunidade com características étnicas para a manifestação do modo de vida próprio, ações e atitudes inerentes a esse modo de vida deixam de ser manifestadas gradativamente. Neste contexto, em especial, o caso mais contundente é mesmo a ausência do espaço de fala das línguas de origem étnicas, a polonesa e a ucraniana.

Utilizamos o termo comunidade com características étnicas, porque para o grupo, não se trataria mais de comunidade formada por “pessoas que permanecem unidas a despeito de todos os fatores que as separam e que apresentam o conhecimento compartilhado por todos os seus membros” (Bauman, 2005, p. 17). Mesmo para pesquisadores como Bauman (op. cit.) a noção de comunidade já é considerada enquanto comunidades atualmente imaginadas, isto é, já desapareceram frente às contradições da modernidade.

A comunidade em que se inserem os descendentes de eslavos da Zona da Mata Rondoniense é resultante das relações sociais que tomaram corpo ao longo do processo de ocupação recente da região. E neste caso, é preciso não esquecer que o Estado de Rondônia é fruto de políticas públicas gestadas para desenvolver espaços de articulação entre a Amazônia e o Centro Sul, objetivando assegurar a territorialização do capital naquela região (Monte-Mor, 1980), este contexto pôs em contato direto, as mais diversas populações regionais do país.

Em espaços como estes há pouca condição de manifestações de pertencimentos étnicos específicos. Há ausência de espaços de encontro institucionalizados – igrejas, clubes e agremiações, logo não haverá oportunidades comuns para as manifestações étnicas, condicionando-as a serem vividas somente no interior das famílias.

Neste subtema em tela, observarmos que os descendentes de poloneses e os de ucranianos expressam comportamentos e sentimentos distintos relacionados à ausência de comunidades com características étnicas. Para os primeiros parece ter havido uma negociação maior com as culturas regionais em que tomaram parte, condição que os leva hoje a demonstrar

sentirem em menor intensidade o impacto cultural ocasionado pelos deslocamentos migratórios nos quais estiveram envolvidos.

Mas, não podemos inferir que não sejam também acometidos pela solidão étnica ou que não sintam falta de sua *nasi ludzie*. Tais sentimentos parecem, somente, terem sido amenizados com o tempo, a ponto de fazê-los se perceber mais como rondonienses, ou mais reterritorializados na região onde vivem. Ainda assim, registramos comentários que demonstram alguns sentimentos de ausências e de faltas como os que seguem abaixo:

[...] como não tenho com quem falar em polonês, então to ensinando pro meu neto. (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 10/01/2015).

[...] antes tempo, o jeito das pessoas viver era diferente do mundo de hoje, os filhos desde novos aprendiam com o trabalho, não tinha tanta violência. Aqui, parece que não respeitam os mais velhos, não foi essa a educação que meu pai me deu (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 24/07/2014).

[...] tenho saudade é dos costumes do povo de lá, um deles é a mesa de café com fartura que até hoje é assim na casa dos parentes do Paraná. Quando vou lá a passeio, é preciso tomar café com muita comilança na casa de todos. Aqui o costume é diferente, quando tem visita só serve um cafezinho preto (Pesquisa de campo, Nova Brasilândia d'Oeste, 21/11/2014).

Apesar de não mencionarem, os três interlocutores descendentes de poloneses remetem-nos a constatação da falta que sentem de pertencerem a uma comunidade com características eslavas.

Ancorando a atenção especificamente ao segundo depoimento exposto, este foi um comentário bastante comum aos nossos entrevistados. Grosso modo, se trataria somente de conflitos geracionais, mas para o grupo este comportamento é desconsiderado enquanto tal. Nossos interlocutores concebem-no como resultantes da assimilação e convivência com a sociedade local ou como comportamento adquirido através do acesso à mídia e que influenciam de forma negativa os membros mais novos das famílias²¹.

Para os descendentes de ucranianos originários de comunidades com menor contato com a sociedade de acolhimento, os sentimentos de solidão étnica e da ausência da *nasch lhude* são mais evidentes e estão diretamente relacionados à ausência da igreja ucraniana, embora também apareçam a partir do estranhamento que têm para com as formas de vida manifestadas pelos demais moradores da região. Algumas de suas falas esclarecem melhor nossa afirmação:

[...] uma coisa que me deixou um pouco triste é que aqui em Rondônia, duas filhas minhas viraram evangélicas (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 17/09/2014).

[...] eu acho muito diferente o povo daqui. É o sistema do seringueiro, voltado só pra sobrevivência, é um povo que não pensa no futuro (Pesquisa de campo, Nova Brasilândia d'Oeste, 16/09/2014).

[...] hoje acho muito estranho a forma como os filhos tratam os pais e os avós. Nunca que os mais novos se sentavam à mesa ocupando o lugar dos mais velhos. Hoje, são os primeiros e não se importam. Acho isso muito estranho. Antes, os pais eram mais bravos com os filhos e isso resolvia (Pesquisa de campo, Nova Brasilândia d'Oeste, 18/11/2014).

Dos fragmentos de fala é possível inferir três concepções bastante significativas aos membros de uma comunidade eslava: o catolicismo, a importância superestimada do mundo do trabalho e o respeito hierárquico de parentesco²². Quanto mais fechada for uma comunidade de onde seus membros migram para outros territórios, tanto mais eles sentirão dificuldades de se reterritorializarem nos novos locais de moradia.

Interessante, no entanto, é observarmos que a estranheza manifestada em relação ao comportamento social percebido no novo local de moradia, e aqui em questão a Zona da Mata Rondoniense, se estabelece a partir de antigos padrões vividos e vivenciados ainda nas colônias ou pequenas vilas do interior paranaense, sugerindo assim, que tenha sido desconsiderada toda a trajetória migratória vivida pelos entrevistados antes de se fixarem na região.

Neste contexto, continuam imaginando que as antigas comunidades estejam estruturadas tal qual o momento em que tiveram que deixá-las. Estas, certamente, já se modificaram muito como resultado de dinâmicas culturais internas e externas (Laraia, 1986). Esse tipo de mudança foi detectado por R. Ambroziak (2011) quando estudou comunidades de origem polonesa no interior do Paraná, sua constatação foi de que

Com o passar do tempo, a identidade das comunidades locais de origem polonesa nas paróquias está sujeita a diversos tipos de transformações. A mais profunda delas ocorre quando o indivíduo muda a sua religião e o sistema de valores transmitido de geração em geração. Pode também ocorrer uma crise de identidade, quando se difunde o relativismo, a relatividade dos valores e das normas. Em regra, estão sujeitos a esse tipo de crise os jovens, e as comunidades por nós analisadas não constituem a

esse respeito nenhuma exceção. É um fenômeno natural que a identidade de gerações sucessivas dos imigrantes tem o direito, e até a obrigação, de sofrer mudanças. As novas gerações já se educam em condições inteiramente diversas e não conhecem esse importante veículo de cultura que é a língua dos antepassados. Os seus próprios pais já se envergonham de utilizar-se dessa língua, [...]. A juventude não compreende as tradições e os costumes poloneses, que parecem ser antiquados, fora de moda, e cada vez mais raramente identifica-se com a herança étnica e cultural dos avós, da qual aparentemente não necessita. Aos poucos vão morrendo as últimas testemunhas da vinda dos poloneses ao Brasil, bem como aqueles que gravaram a história a partir dos relatos orais dos pais. Diferente também é o catolicismo dos jovens. Pouca coisa nele resta das tradições polonesas, ele é mais universal, menos ligado com a Polônia e os símbolos poloneses (p. 127).

Para os descendentes assentados na Zona da Mata Rondoniense, parece ficar a sensação de que em suas colônias ou pequenas vilas de origem a cultura e o *habitus* eslavo continuam sob as mesmas condições do momento em que migraram, este pensamento contribui para o sentimento de solidão étnica.

Além das estratégias de vivência criadas para os locais de migração por onde passaram, como a manifestação da eslavicidade de interior e seus desdobramentos, é pertinente considerarmos também outras causas que contribuíram para a sua permanência na região sem que viessem a constituir uma comunidade do ponto de vista do pertencimento étnico.

Uma delas é o próprio histórico das trajetórias migratórias empreendidas pelas famílias até sua fixação definitiva na região, outra tem origem na estrutura de implantação dos projetos de colonização desenvolvidos em Rondônia pelo Incra.

No que diz respeito às trajetórias migratórias do grupo, já abordamos que foram envolvidos em processos de deslocamentos compulsórios e neste caso é imprescindível levar em conta que a decisão de migrar não é exclusiva do indivíduo ou de sua família, mas “resultado da interação que se estabelece a partir de necessidades e de vontades dos imigrantes e seus descendentes com os interesses e com as decisões decorrentes da correlação de forças políticas e econômicas no Sul e no Brasil” (Gregory, 2002, p. 29). Até que se instalassem na Zona da Mata Rondoniense, nossos interlocutores foram parte do contingente populacional manobrado desde a política getulista da *Marcha para o Oeste*, à política militarista do *Integrar para não Entregar* pautadas nos

princípios ideológicos dos “vazios demográficos” (T. Santos, 1993; Oliveira, 1991; Gregory, 2002; Desconsi, 2011).

Para o migrante, sempre à parte das reais intenções implícitas nas entrelinhas dos discursos de poder, se sobressai a esperança de que as políticas governamentais serão capazes de lhe melhorar as condições de vida. Nas lembranças do vivido, o Sr. Pedro Semtchuk expõe seu entendimento a cerca das políticas de ocupação do oeste paranaense e corrobora para a constatação de reflexões críticas tecidas pelos autores acima citados sobre a expansão do capital institucionalizado pelo poder público,

[...] quando veio a Companhia Melhoramento lá loteou tudo aquilo. Era lei de Getúlio Vargas, da divisa de São Paulo até Umuarama no norte do Paraná, Getúlio Vargas mandou lotear as terras, era pra cada pobre ter sua chácara e não precisar trabalhar de empregado. E ele tava certo, porque empregado é escravo. E agora voltou tudo a escravidão (Pedro Semtchuk).

Na marcha para o oeste que gradativamente foi deslocando a fronteira agrícola e os contingentes populacionais, apesar de os projetos do Incri terem sido inicialmente gestados como projetos de colonização dirigida, na realidade tiveram mesmo que abrigar as levas de migrantes que se aventuravam em “deslocamentos espontâneos”. No caso específico de Rondônia, as levas migratórias chegavam intensas e desordenadas, contribuindo para a formação de comunidades heterogêneas tanto rurais quanto urbanas (Monte-Mor, 1980, p. 104).

Os casos expostos acima poderiam nos elucidar satisfatoriamente as razões que explicariam a ausência de comunidades com características étnicas configuradas como espaços de manifestações do pertencimento étnico na região.

Entretanto, se tomarmos por comparação os descendentes de pomeranos que trazem consigo um histórico de diásporas e deslocamentos compulsórios idênticos aos descendentes de eslavos protagonistas dessa pesquisa, migrados do estado do Espírito Santo para o mesmo projeto de colonização (PIC Gy-Paraná) onde ocuparam áreas do atual município de Espigão do Oeste, além de algumas linhas vicinais de municípios da Zona da Mata Rondoniense, estes descendentes conseguiram formar em Rondônia comunidades com características étnicas, manterem os espaços de uso da língua de origem e as igrejas luteranas para professarem a sua fé²³.

A ausência de convivência social sob o abrigo da *nasi ludzie/nach lhude* está presente na fala de uma de nossas entrevistadas, questionada sobre sua

convivência com descendentes de poloneses e ucranianos, sua resposta foi contundente “convivo, mas não na perspectiva étnica!” (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 27/10/2014). O panorama geral de inter-relacionamento dos descendentes de eslavos vivendo na região é demonstrado no quadro 8.

Para 55,1% dos entrevistados não há nenhuma convivência local com seus “patrícios”, quando 37,4% deles sequer conhecem representantes de sua etnia. Os resultados que evidenciam as convivências mais expressivas, sejam forte ou pouca, refere-se aos descendentes de poloneses. Isto também nos ajuda a compreender porque os ucranianos sentem com mais intensidade os efeitos da solidão étnica.

Quadro 8: Convivência entre os descendentes de eslavos na ZMR

Situação de convivência		Forte convivência %	Pouca convivência %	Nenhuma convivência %
Não conhece		-	-	37,4
Conhece	Polonês - polonês	11,3	12,7	-
	Polonês - ucraniano	1,6	11,3	6,4
	Ucraniano - ucraniano	-	4,8	11,3
	Ucraniano - polonês	1,6	1,6	-
Subtotal		14,5	30,4	55,1
Total geral		100		

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Quando abordávamos os descendentes de ucranianos que participaram da pesquisa, as duas perguntas iniciais eram comuns: “mas existe ucraniano por aqui? Quem são os ucranianos que você já encontrou?” Ocasões em que listávamos os já contatados ou fornecíamos alguns endereços ao interlocutor que manifestava de imediato o interesse de conhecê-los²⁴.

Para o caso da relação de convivência entre os descendentes de poloneses e de ucranianos, os valores que representam forte convivência se repetem para as duas etnias, já os valores que demonstram a pouca convivência modificam-se significativamente. Poderíamos considerar aqui o histórico conflito entre os dois grupos (Guérios, 2012), pois “o comportamento de rivalidade que o camponês incorporou na Europa, foi transportado para o Brasil” (Wachowicz, 1977, p. 27), porém, quando nossos entrevistados foram questionados se tinham alguma rusga com os descendentes da outra etnia ou se sabiam algo sobre ela, as respostas foram sempre negativas. Um dos

entrevistados, nascido no Estado de Santa Catarina, fez um comentário generalizando o caso somente para as antigas colônias do Paraná.

[...] eu e seu Assis somos um caso de ucraniano e polonês que se dão bem. Mas, lá na minha região, sinceramente, nunca existiu essa rixa. Acho que só no PR existia aquela rixa. Inclusive meu pai até sabia falar polonês, por causa dos vizinhos. Por lá nunca deu problema não! (Antônio Sembalista).

Por fim, cremos que a ausência das igrejas étnicas, tanto polonesa quanto a ucraniana também contribuíram (e continuam a contribuir) seriamente para que nossos entrevistados se sintam em condição de desagregados étnicos.

A AUSÊNCIA DA IGREJA ESLAVA E AS TRANSFORMAÇÕES DA IDENTIDADE ÉTNICA

Está cristalizada no censo comum de grupos de descendentes poloneses e ucranianos, ou de grupos que com eles convivem de forma mais íntima, a concepção de que a cultura e a identidade étnica destes povos estão diretamente relacionadas à sua religiosidade, em sua maioria católica, quer de rito latino, ortodoxo²⁵ ou greco-católico ucraniano. Tomando por base esta premissa discutiremos neste tópico somente a implicação da ausência da igreja eslava para a manutenção da cultura e identidade dos descendentes de eslavos na Zona da Mata Rondoniense, já a manifestação de sua religiosidade cotidiana será discutida no capítulo 5.

A igreja sempre teve uma forte influência na organização social dos povos eslavos, sendo inclusive objeto de análise de diversas áreas de estudo e da literatura. Numa infinidade de exemplos podemos elencar desde a biografia da Catarina, a Grande²⁶, imperatriz de origem alemã e de confissão luterana que logo percebeu a premente necessidade de conversão à Igreja Ortodoxa Russa como caminho para chegar ao poder, passando por textos históricos sobre formação do Reino do Rus (Ucrânia) vinculando-o sempre à sua conversão ao Cristianismo no ano de 988 (Mcneill, 1972; Haneiko, 1985; Tsvietkov, 1994) aos textos mais analíticos como os de Thomas e Znanięcki (2006) que consideram a religiosidade intrínseca à cultura eslava (polonesa) como um resquício do feudalismo.

Para Thomas e Znanięcki (op. cit.) na luta para preservar os sistemas sociais tradicionais do campesinato eslavo, a igreja tomou para si grande parte da tarefa quando determinava que as atividades a serem executadas por um

sacerdote numa comunidade camponesa deveria ser a orientação dos fiéis a respeito de sua vida sexual, vida familiar e comunitária, vida econômica, vida social, vida na igreja e vida nacional, esta última relativa à língua polonesa, o sentimento nacional polonês e a relação dos poloneses com os inimigos nacionais, ou seja, os autores deixam óbvia a responsabilidade que a igreja polonesa tomou para si como a tarefa de construção da identidade étnica. Na Igreja Greco-Católica Ucraniana os posicionamentos foram idênticos.

Em ambas se fez/faz presente uma relação emaranhada entre instituição religiosa, cultura, língua e pertencimento étnico, outra razão pela qual, nos primeiros anos da diáspora eslava ao Brasil, os fiéis enviassem cartas com abaixo-assinado às autoridades eclesiais tanto da igreja polonesa de rito latino, quanto da igreja ucraniana para que, com brevidade, fossem enviados padres às colônias brasileiras (Malczewski, 2011; Marin huk, 2011; Guérios, 2012; Feldato, 2014).

As considerações de Z. Malczewski (2011) contribuem para esclarecer melhor essa intrincada relação entre igreja e pertencimento étnico própria dos descendentes de eslavos no Brasil, ao analisar historicamente o papel do clero polonês em terras brasileiras, o autor afirma que há um

[...] amplo leque de atividade, sobretudo pastoral, mas também cultural e em muitas outras áreas, teve um enorme significado para os colonos poloneses e para toda a sociedade do país da sua residência. É um fato inegável que o clero polonês desempenhou um importante papel na preservação do polonismo entre os emigrados poloneses no Brasil. O papel do padre polonês não se restringia, portanto, a tarefas puramente pastorais. *Essa realidade ocorre ainda hoje na atividade dos religiosos poloneses e das irmãs polonesas entre os brasileiros de origem polonesa, estabelecidos principalmente no interior do país* (p. 4) (grifo nosso).

Os pedidos de envios de padres eslavos foram sendo atendidos e com o passar dos anos surgiram congregações sacerdotais²⁷ e religiosas para atender às necessidades espirituais e culturais dos imigrantes e seus descendentes no Paraná em especial, mas também nos demais estados do Sul. Assim, as comunidades de descendentes se estruturaram culturalmente nos limites de atuação das igrejas, condição que tornou a valorização das línguas e das identidades polonesa e ucraniana quase um dogma religioso.

A religião passou a ocupar o espaço central na vida das comunidades tanto rurais quanto urbanas desempenhando profunda influência na manutenção das identidades étnicas, conclusão a que chegou P. Guérios (2012)

em sua pesquisa sobre as colônias de descendentes ucranianos que vivem em Prudentópolis, analisando o calendário da Igreja Ucraniana que tem nos festejos de Natal e Páscoa as suas mais importantes comemorações, este autor afirma que “nestes grandes momentos do calendário ritual a Igreja ainda age, mesmo na sede do Município, como o grande agregador simbólico da comunidade” (p. 246).

Outro espaço onde podemos observar o caráter agregador da religião e da cultura está no livro de comemoração do centenário da imigração ucraniana para o município de Ivaí-PR, nele E. Krevey (2009) assegura que

[...] a finalidade das comemorações foi reverenciar e prestar os devidos preitos filiais de grande gratidão, admiração, reconhecimentos, amor, reverência a nossos antepassados – verdadeiros heróis do espírito, que não só zelosamente conservaram, mas também nos legaram incomparáveis valores como a verdadeira fé, a Igreja, a liturgia, o rito, as celebrações, canções, tradições, costumes e a cultura em geral (p. 10) (grifo nosso).

Para além das concepções do autor, nos parece óbvio que as igrejas, seja a polonesa de rito latino, seja a greco-católica ucraniana são espaços de referência para a manutenção das culturas próprias. Na verdade, este papel é também comum às igrejas de maneira geral e vão de encontro aos comentários P. Bourdieu (2013), ao argumentar que a religião inculca em uma dada formação social, um sistema de práticas e de representações consagradas que vão determinar a estrutura de suas relações sociais e econômicas vigentes. Em outras palavras, a religião influencia diretamente o *habitus* de um grupo social.

A partir das considerações de Bourdieu, podemos avaliar que a ausência das igrejas eslavas na Zona da Mata Rondoniense contribui demasiadamente para as transformações que ocorrem nas identidades e no *habitus* eslavo herdado e manifestado pelos seus descendentes que hoje vivem na região: sem a presença dessas igrejas todo seu universo cultural tende a modificar-se com maior rapidez, ou manifestar-se somente em ambientes privados – no interior das famílias.

Tomando, novamente, como elemento de comparação as comunidades pomeranas migradas para a mesma região e que apresentam profunda relação entre cultura, pertencimento étnico e religião, observamos que a presença local da igreja luterana corrobora para nossa afirmativa sobre a ausência das igrejas eslavas na Zona da Mata Rondoniense. O estudo de R. S. Link (2004) registra a presença dessa igreja acompanhando seus fiéis que migraram para Rondônia

[...] os primeiros migrantes chegaram em Rondônia totalizando 60 pessoas, distribuídas em duas famílias, Hollander e Braun. De semelhante forma, conforme as condições melhoravam, mais migrantes chegavam. A maioria dos pomeranos, como diz Isaura Boone, ‘começaram a entrar a partir de 1973, porque já existia a igreja, por isso eles vieram’ (p. 54).

Sobre ausência local das igrejas polonesa de rito latino e greco-católica ucraniana recai também uma parcela de responsabilidade pelas manifestações do sentimento de solidão étnica. Tal ausência é percebida em trechos das falas de nossos entrevistados,

Depois que vim pra Rondônia senti muita falta da Igreja Ucrânia, muito, muito! Porque eu vivi nela até chegar aqui. Nós chegamos em setenta e nove, então eu tinha, que idade eu tinha? Eu nasci em 24, tinha 55 anos. Eu sofri muito! (*Bába Kluska*).

Outra entrevistada também deixa transparecer a falta que sente da mesma igreja, situação que lhe gera solidão étnica. Em nosso primeiro contato para o convite de participação na pesquisa, ela nos perguntou de imediato “mas, há ucranianos por aqui?” Com nossa resposta positiva, seu comentário foi “então já dá pra ter uma igreja ucrânia aqui”. Em novo encontro para aplicarmos o formulário, a interlocutora demonstrou melancolia por viver longe de seu universo cultural de origem “se tivesse uma igreja ucrânia aqui, acho que eu ia frequentar mais a igreja e ia me sentir mais ucraniana” (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, (25/09/2014).

As razões que geraram a atual condição cultural-religiosa de nossos interlocutores não estão bem claras. No caso específico dos descendentes de ucranianos sua migração para a região sempre foi de conhecimento da própria igreja, E. Krevey (2009) que foi bispo e eparca da Igreja Greco-Católica Ucraniana no período de 1972 a 2004, registra as trajetórias migratórias que espalharam os descendentes de ucranianos pelo território nacional considerando também o seu deslocamento para Rondônia,

Com o passar dos anos, os filhos, netos e bisnetos dos primeiros colonos, sonhando e buscando um destino melhor, novas conquistas e condições mais propícias de trabalho e remuneração, [...] em considerável número migraram para as cidades maiores e centros industriais e culturais. E assim, muitos deles estabeleceram-se em Ponta Grossa, Curitiba, Apucarana, Pitanga, Campo Mourão, Ivaiporã, Ortigueira, e até muito longe em

direção ao noroeste do país, no estado do Mato Grosso e em Rondônia, situados às portas da Amazônia (p. 17).

As lembranças dos descendentes de ucranianos entrevistados citam a missão do padre Tarás Olinik - OSBM que esporadicamente visitava seus “fiéis patrícios”, em suas visitas se acompanhava de catequistas para trabalhar com as crianças filhas dos colonos. Nestas ocasiões celebrava missas e batizados para seus fiéis migrantes, a partir de 1991 com a independência de Ucrânia e o reestabelecimento do catolicismo naquele país, o padre foi enviado para lá, onde faleceu anos depois. Não houve um sucessor para dar continuidade aos trabalhos iniciados por Padre Olinik na Zona da Mata Rondoniense²⁸.

O sr. Pedro Bobek nos dá detalhes das visitas missionárias de Padre Olínik, quando se recorda também da ocasião única da visita de outro padre basiliano em Rolim de Moura.

O padre ucraniano veio aqui no Rolim quando eu comprei a serraria. Veio rezar missa e abençoar o nosso negócio. Era um padre lá de Prudentópolis, só veio uma vez porque tem um irmão que mora aqui, o seu Antônio Sembalista. Depois tinha outro padre que vinha aqui, Tarás era o nome dele, ficava dois ou três dias conversando com nós. Eu pegava o carro e levava ele lá em Ji-Paraná pra pegar o avião e ir embora. Mas, o padre faleceu lá na Ucrânia, era pra trazer ele pro Brasil, mas como ficava muito caro, sepultaram ele lá mesmo. Só que isso já deve ter uns dez anos. (Pedro Bobek).

Especificamente aos descendentes de poloneses, nos chamou a atenção dois comportamentos ligados à sua identidade étnica que evidenciam sua religiosidade. Uma delas foi a presença da Bíblia publicada em língua polonesa na casa, ocupando espaço de respeito e que por tal motivo, nos pareceu receber deferência de livro com dupla sacralidade – uma por ser a bíblia, outra pela edição em língua étnica, ainda que a família não tenha leitura na língua polonesa. Outra foi encontrarmos entre as famílias polonesas pesquisadas, três que se consideram aparentadas de Karol Wojtyła (João Paulo II), de certa forma seus sobrenomes sugerem alguma semelhança sonora ou gráfica com o sobrenome *Wojtyła*. Neste caso a representatividade da presença polonesa no mais alto posto da Igreja Católica reconfigura-se na noção de pertencimento étnico atrelado à manifestação de religiosidade.

Não encontramos nas famílias polonesas qualquer lamento pela falta de padres poloneses ou pela ausência de celebrações religiosas em língua de origem étnica como foi comum entre as famílias ucranianas. Porém, a manifestação de comportamentos como os descritos acima demonstra a criação de mecanismos que os façam sentirem-se mais confortáveis em relação à sua religiosidade na ausência da igreja polonesa de rito latino na região.

Figura 12: Bíblia Sagrada em língua polonesa



As manifestações de religiosidade, em especial do catolicismo fazem parte do *habitus* camponês eslavo. Como o grupo entrevistado se considera identitariamente camponês, as manifestações de submissão e admiração à igreja católica, embora não mais em sua vertente étnica, são facilmente observadas. Uma reflexão mais acurada sobre manutenção do campesinato como modo de vida dos descendentes de eslavos na Zona da Mata Rondoniense será discutida no próximo capítulo.

NOTAS

1 Para S. Hall (2011, p. 27) não há mais a volta para a mesma “terra”. Após a diáspora, se houver o retorno ao antigo lugar de moradia, este poderá estar modificado pela dinâmica da modernidade e conseqüentemente, provocar no indivíduo a interrupção dos elos naturais e espontâneos com o lugar, considerando que ele [indivíduo] também teve sua identidade transformada pela experiência da diáspora.

2 Neste entrevistado em especial, encontramos profunda manifestação do que vamos denominar mais a frente como *solidão étnica* que se revela em virtude da ausência de comunidade, distanciamento dos parentes, assimilação de hábitos locais e abandono de hábitos herdados.

3 Processo ininterrupto de construção e reconstrução.

4 No tocante ao pertencimento religioso, o Censo Demográfico 2010 (IBGE) apontou Rondônia como o estado de maior proporção de evangélicos no país, com 33,8% de sua população residente, em contrapartida 47,5% declaram-se católicos, 14,3% declaram-se sem religião e 4,4% são praticantes de outros cultos.

5 Produto de uma elaboração social, aquilo que o homem utiliza em sua vida cotidiana, ultrapassa o quadro doméstico, podem se configurar como utensílios, mas também como símbolos ou signos (Santos, 2006, p. 66).

6 São os eventos desenvolvidos pelo homem considerando a natureza e os objetos. O agir humano pode dar-se sob três tipos: 1 agir técnico que leva a interação formal requerida pela técnica; 2 agir formal que supõe obediências aos formalismos jurídico, econômico e científico; 3 agir simbólico que compreende as formas afetivas, emotivas, rituais, determinado pelos modelos gerais de significação e de representação (Santos, op. cit., p. 82).

7 A criação oficial dos municípios pesquisados foi o resultado da consolidação do PIC Gy-Paraná, o núcleo de povoamento de Rolim de Moura data de 1976, o mais antigo. Dele deriva a criação do Núcleo de Apoio Urbano – NUAR em 1980 que deu origem ao município de Novo Horizonte do Oeste (Oliveira, 2010, p. 139). Já o município de Nova Brasilândia do Oeste surgiu como núcleo populacional em 1982, no entanto só foi oficializado pelo Incra como sua área de abrangência em 1983 (www.cidades.ibge.gov.br).

8 A *matrioshkas* ou *babushkas* são bonecas tradicionais da cultura eslava, confeccionadas em madeira e ocas por dentro, para que abriguem as demais bonecas do conjunto quando somente a menor é maciça. Diversas lendas explicam a simbologia das bonecas, uma delas é exatamente a de representar o *habitus* da mulher camponesa eslava, mãe de extensa prole e que toma para si a responsabilidade de cuidar tanto dos filhos, quanto com dos membros mais velhos da família, as avós, mães e sogras e os avôs, pais e sogros.

9 Título do ensaio de Márcio Oliveira sobre o preconceito contra os poloneses e seus descendentes na cidade de Curitiba constatado pelas pesquisas do sociólogo Octavio Ianni nas décadas de 1950 e 1960. O ensaio foi publicado na Revista Sociedade e Estado – vol. 30 número 3, de 2015. Disponível em: <www.scielo.br/scielo>.

10 Implicitamente, Ianni aproveita-se da oportunidade para demonstrar também o preconceito dirigido ao negro em sua área de estudo.

11 Disponíveis em <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series>>.

12 O site da Fundação Nacional do Índio (Funai) apresenta dados baseados nos divulgados pelo IBGE que não subdivide a população indígena brasileira por etnias, registra uma população de 817.963 pessoas, dos quais 502.783 vivem na zona rural (não considera as terras indígenas como territórios étnicos) e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras <www.funai.gov.br>. Já o Instituto Socioambiental (ISA) registra a existência de 246 etnias indígenas no Brasil, 26 das quais vivem em Rondônia (<www.socioambiental.org>).

13 Segundo os dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2011), considerando o critério de cor, a autodeclaração dos 190 755 799 de brasileiros subdivide-se em: 1) 91 051 646 brancos; 2) 14 517 961 pretos; 3) 2 084 288 amarelos; 4) 82 277 333 pardos; 4) 817 963 indígenas e 5) 6 608 sem declaração.

14 Disponível em: <www.kurytyba.msz.gov.pl>. Acesso em: 27 jan. 2016.

15 Disponível em: <www.rcub.com.br>. Acesso em: 27 jan. 2016.

16 Neste momento, o município de Rolim de Moura é domicílio eleitoral de 2 senadores da República, (ambos já foram governadores do Estado), 2 deputados federais e 1 secretário de Estado, sendo também do município o candidato derrotado ao governo do Estado nas eleições de 2014.

17 O comportamento de entrega para ser liderado parece-nos sugerir de que se trata de mais um elemento componente do habitus eslavo. Na obra *Vozes de Tchernobil: a história oral do desastre nuclear* (2016), uma das entrevistadas de S. Aleksievitch questiona a passividade dos ucranianos e bielorrussos em se deixar governar por formas autoritárias “[...] as pessoas estão acostumadas a viver sob a férula do tsar. Sob o poder do tsar, o paizinho. Ele pode ser chamado de secretário-geral ou presidente, tanto faz” (p. 76).

18 LOPES, J. B. **Rolim de Moura**: seus pioneiros e desbravadores. Rolim de Moura-RO, 1989. JANUÁRIO, M.L. **Rolim de Moura**: uma viagem no tempo. Rolim de Moura-RO: D’Press, 2013. OLIVEIRA, J.L. **Rondônia**: geopolítica e estrutura fundiária. Porto Velho: Grafel, 2010.

19 *nasi ludzie* = polonês transliterado; *nach lhude* = ucraniano transliterado que se traduzem como “nossa gente”.

20 Segundo Haneiko (1985, p. 41) esta é a fórmula habitual de saudação cristã para o povo ucraniano. Com a saudação *Slava Issússu Krystu* (equivalente a “Deus seja louvado”), a resposta será *Slava na vike* (equivalente a “para sempre seja louvado”).

21 Ouvimos esses mesmos comentários vindos de 2 entrevistados com idades inferiores a 35 anos, o que sugere não se tratar somente de conflito geracional.

22 O respeito aos mais velhos é um comportamento descrito por Thomas e Znaniecki (2006. P. 174-175) como tradicional tanto ao camponês polonês na Europa quanto aos grupos migrados para os Estados Unidos, para estes autores não se trata de um comportamento patriarcal, pois a autoridade de onde advém o respeito aos mais velhos pode estar representada tanto pelas figuras de irmãos ou irmãs mais velhas após a morte dos pais, quanto fora do contexto familiar, ou seja, representado pelas pessoas mais idosas da comunidade.

23 Mais informações em LINK, R. S. **Luteranos em Rondônia**: o processo migratório e o acompanhamento da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (1867-1987). Dissertação de Mestrado. Disponível em: <www3.est.edu.br/biblioteca/btd/Textos/Mestre/rlink_m.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2016; JACOB, J. K. **Cidades irmãs pomeranas**: Vila Pavão (ES) e Espigão do Oeste (RO). Vila Pavão e Espigão D'Oeste. Gráfica e Editora Cricaré, 2011.

24 Não dispomos de informações para afirmar se tais interesses se consolidaram.

25 Entre os ucranianos e seus descendentes há uma divisão na Igreja de rito Bizantino, de acordo com o site da Igreja Ortodoxa Ucraniana no Brasil “os ucranianos que chegaram ao Brasil pertenciam ao mesmo rito bizantino (também denominado grego, oriental ou ruteno), mas estavam divididos pelas jurisdições: os Greco-católicos (ortodoxos que se uniram a Roma em 1596, sob o reinado de Segismundo III da Polônia, na cidade de Brest Litovsk, – uniatas) representavam a grande maioria e uma minoria de ortodoxos da Igreja Ortodoxa Autocefálica Ucraniana, sob a autoridade do Patriarca Ecumênico em Constantinopla”, ainda de acordo com o mesmo site, a chegada mais expressiva de ucranianos ortodoxos no Brasil se deu a partir da I Guerra Mundial. Não encontramos no recorte geográfico da pesquisa nenhum descendente de ucraniano que pertenceu à Igreja Ortodoxa Ucraniana (no Brasil), considerando que são descendentes de imigrados na transição do século XIX para o XX, cremos que este seja o motivo que explique a ausência fiéis ortodoxos nesta pesquisa. Disponível em: <www.ucranianos.com.br/igreja_ortodoxa_ucranianos.htm>. Acesso em: 18 ago. 2016.

26 Massie, R. K. **Catarina a Grande**: relato de uma mulher. São Paulo: Projeto Rocco Digital. Disponível em: <www.4shared.com>. Acesso em: 19 nov. 2014.

27 As comunidades de descendência ucraniana ficaram inicialmente a cargo dos padres ucranianos diocesanos, mais tarde dos padres da Ordem de São Basílio Magno (de rito oriental) já formados no Brasil, enquanto as comunidades polonesas receberam

assistência inicial dos padres poloneses diocesanos e depois dos padres da Sociedade do Verbo Divino e Congregação de São Vicente de Paulo (ambas de rito latino e com seminários no Brasil) (Feldato, 2014).

28 Os descendentes de eslavos da região somente vieram receber a visita de outro representante da Igreja Greco-Católica Ucraniana no período de 22 a 28 de setembro de 2015. Tratou-se de D. Volodemer Koubetch, que contatado por nós, interessou-se em conhecer a realidade destes descendentes na Zona da Mata Rondoniense. No entanto, sua visita restringiu-se somente aos nossos interlocutores. Na ocasião, D. Volodemer conduziu uma celebração da Divina Liturgia para toda a comunidade local.



3 A TERRA SUBIU... NÃO TINHA MAIS COMO VIVER LÁ...: A BUSCA PELA NOVA TERRA

Por que cada um tanto a deseja? Por que se vive com tanta escassez sobre a terra? Nasce muita gente nela? As necessidades aumentam sem cessar?

Não! Os pobres não têm maiores necessidades. Há nela, a mesma quantidade de gente, ou menos que antes.

A roubam e a exploram os gananciosos senhores, que ansiosos se lançam sobre os campos alheios (Ivan Frankó, s/d - p. 35) (tradução livre).

No século XIX o poeta ucraniano I. Frankó (1856-1916) utilizava-se da literatura para denunciar as condições de extrema exploração às quais eram submetidos os camponeses eslavos. Apesar da abolição da servidão em regiões como a Galícia, onde nascera o poeta, a nobreza continuava a usurpar-lhe tanto a força de trabalho, quanto a colheita, por fim expropriou-lhes a terra.

A diáspora se apresentava quase como única opção de sobrevivência àqueles camponeses eslavos. Muitos escolheram o Brasil, ao se fixarem no Paraná tornaram-se donos de sua própria terra, senhores de si, de sua força de trabalho e de suas colheitas... construíram ali um novo território.

Sob o signo da modernização agrícola do espaço paranaense deflagrou-se, na segunda metade do século XX, um novo conflito agrário envolvendo os descendentes de imigrantes eslavos, outra vez vivenciaram a condição de expropriados das terras e do trabalho. Restou-lhes a migração, parte deles escolheu Rondônia para construir outro novo território.

A continuidade da mesma história de vida por gerações está exposta no fragmento da fala de uma colaboradora da pesquisa, e aqui utilizada como título deste capítulo. Novamente a migração foi, senão a única, a melhor opção de sobrevivência ao grupo de descendentes eslavos que deixou o Paraná entre as décadas de 1970 e 1980 acompanhando os rumos de expansão da fronteira agrícola até Rondônia em busca de condições para recompor o modo de vida camponês.

No imaginário dos migrantes que se tornariam colonos, o novo Estado passou a representar tanto a garantia para as famílias continuarem a viver na terra e da terra – tendo seguranças mínimas de sobrevivência, quanto a acenar como possibilidade de concretizar o sonho em adquirir maior quantidade de terra, afastando então a chance de possíveis dificuldades financeiras futuras,

para estes descendentes tratava-se também do afastamento do “medo da miséria” (capítulo V).

Embora o sonho de enriquecimento povoasse mentes e fantasias das famílias, a necessidade de deixar o Paraná era premente. Para os migrantes dirigidos a Rondônia esta era a condição do momento, pois “não tinha mais como viver lá” (Pesquisa de campo, Novo Horizonte do Oeste em 29/10/2014).

O desmonte do modo de produção tradicional camponês, provocado pela valorização-capitalização da terra e a tecnificação da agricultura paranaense representada pelo agronegócio instalou um significativo grau de pauperização das comunidades rurais paranaenses. As lavouras que absorviam mão de obra foram substituídas por lavouras mecanizadas como soja e trigo ou a pecuária. Entre os anos de 1960 e 1980 a área ocupada pelo café ficou reduzida à metade enquanto que a soja e o trigo aumentaram sua área mais de 20 vezes (Dal Maso, 1990; Paulino, 2012). Este cenário refletiu sobremaneira nos altos níveis de migração destinados a Rondônia.

A MIGRAÇÃO COMO CONDIÇÃO DE MANUTENÇÃO DO MODO DE VIDA CAMPONÊS

A maior parte dos estudos sobre a expansão da fronteira agrícola na Amazônia é datada a partir de meados da década de 1960 (Martine, 1978; Becker, 1979; Lená & Oliveira, 1991; T. Santos, 1993; Loureiro, 2014), desde então a reocupação da Amazônia intensificou-se com as correntes migratórias a ela direcionadas e efetivou a territorialização local do capital. É ilustrativa, neste caso, a citação do discurso do Presidente Castelo Branco em 1966 explorada por V. Loureiro (2014):

[...] O primeiro passo para que aceitemos de bom grado a *colaboração estrangeira na Amazônia* será dar a ela uma infraestrutura necessária e suficiente e, vê-la habitada por nossos irmãos do Nordeste e de outras regiões do país que queiram vir colaborar com o esforço do governo para desenvolver essa região (p. 82). (grifo nosso)

A presença de “irmãos do Nordeste e de outras regiões do país” ofertaria a mão de obra imediata e necessária para prover a região de infraestrutura com o objetivo de receber a “colaboração estrangeira”. Em outras palavras, as levas migratórias “desbravariam”¹ a região para a chegada do capital.

Na verdade, após a década de 1960, as políticas de migração para a Amazônia surgem como ações decorrentes de um intrincado cenário local, nacional e global que tornaram a região destino de um dos mais intensos movimentos migratórios já registrados no país. M. M. dos Passos (2009) pormenoriza tal cenário quando elenca os motivos encontrados pelo governo militar para efetivar a colonização agrícola na Amazônia: (1) temor de uma possível expansão do socialismo a partir da conjuntura global de Guerra Fria; (2) os conflitos fundiários cada vez mais se avolumavam no sul do país, como o caso dos descendentes de antigos imigrantes que oriundos de minifúndios subdivididos sucessivamente impossibilitava a subsistência das famílias camponeses, momento em que, passaram a ocupar terras públicas e reservas indígenas, causando constrangimentos ao regime militar governante; (3) as severas geadas de 1974 e 1975 que destruíram os cafezais do norte paranaense deixando milhares de camponeses sem possibilidades de sustento.

Passos (op. cit.) não faz menção, mas ao cenário por ele descrito é preciso acrescentar ainda os camponeses desalojados das áreas de formação da barragem da hidrelétrica de Itaipu, conforme V. H. Ribeiro *et al* (2012) foram os moradores de 6.913 propriedades rurais e de 1.606 propriedades urbanas que ocupavam áreas de oito municípios² do oeste paranaense. Entre o nosso grupo de entrevistados, estão dez famílias que migraram diretamente daqueles municípios para Rondônia, ou moraram neles por um período anterior ao momento da migração, chegaram ao Estado entre os anos de 1978 e 1995.

Inicialmente, a estratégia mais simples e barata para o governo militar seria os grandes projetos de colonização agrícola, como os concebidos para a Transamazônica. No Estado de Rondônia, contudo, a movimentação da fronteira agrícola se iniciou um pouco mais tarde, haja vista que inicialmente a área não fazia parte do planejamento do governo militar em reocupar a Amazônia com pequenos agricultores.

Neste sentido, o II Planos de Metas (1974) definiu os caminhos do crescimento brasileiro a partir de uma modernização econômica de caráter conservador, englobou o processo de colonização da Amazônia como estratégia para consolidar algumas variáveis da política governamental vigente, entre elas a atração do capital internacional, no sentido de viabilizar a modernização da economia brasileira e a chegada do capital à terra, como estratégia de valorizar os espaços vazios, cuja aparente improdutividade geraria o risco de ser interpretada como marca de uma inoperância oficial (Passos, 2009; Loureiro, 2014).

Rondônia converteu-se, então no “plano B” para colonização dirigida somente quando o governo federal sentiu-se pressionado por interesses econômicos do Centro Sul, tendo que transformar áreas específicas da Amazônia, como a região do Pará, em palco de investimentos aos grandes projetos agropecuários e industriais (Martins, 1995; Millikan, 1999; Loureiro, 2014) que beneficiariam prioritariamente os grupos capitalistas do Centro Sul e estrangeiros. A escolha de Rondônia como o novo destino para a implantação dos projetos de colonização tem várias razões que segundo M. Coy (1986) foram

[...] a localização da região na continuidade da direção do movimento das frentes pioneiras do Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso) rumo ao Norte; a existência da estrada Cuiabá-Porto Velho mantendo esta extensão da frente pioneira; a situação jurídica das terras de Rondônia facilitando a colonização oficial pela existência de uma porcentagem relativamente elevada de terras públicas; a existência de terras mais férteis do que dentro da média da região amazônica (sobretudo no centro de Rondônia onde está localizado o primeiro núcleo de colonização, o PIC Ouro Preto, em 1970), etc. O sistema de colonização começa então pela construção rudimentar de estradas de penetração, e pela delimitação de lotes retangulares cobertos por floresta virgem [...] (p. 175).

O reordenamento de estratégias do governo federal tornou os fluxos migratórios para o ainda Território Federal do Guaporé mais significativo somente a partir de 1975, registrou seu pico na primeira metade da década de 1980. Em sua maior parte, as levas de migrantes se constituíam por despossuídos que, no Centro Sul viviam na condição de pequenos proprietários, parceiros, meeiros ou agregados expulsos da terra a partir da adoção de uma nova forma de uso dela. Eram “os sujeitos sobrantés”, aqueles que ficaram de fora da recomposição das forças produtivas daquela região (Paulino, 2012, p. 47).

A possibilidade de tornar-se outra vez proprietário de terra, independente do quinhão fundiário retirava o camponês da condição de sobranse (Paulino, op. cit.). Contudo, a condição deveria ser a migração, e Rondônia apareceu como o ambiente possível para o retorno à terra. Corroborando com este contexto analisado por E. Paulino, a pesquisa de campo mostra que a década de 1980 foi o período de maior deslocamento dos paranaenses descendentes de escravos para Rondônia.

Quadro 9: Período de chegada dos migrantes descendentes de escravos em Rondônia

Período da chegada	Colonos entrevistados V. a	%
1971 a 1980	11	17,8
1981 a 1990	45	72,5
1991 a 2000	4	6,5
2001 a 2010	2	3,2
Após 2010	-	0,0
Total geral	62	100

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

O grupo migrou influenciado pela expansão da fronteira agrícola, contudo, cada indivíduo ou família se impulsionava pelo desejo da (re)conquista da terra (Quadro 10), enquanto espaço de reprodução social da unidade doméstica recentemente solapada pelo processo de reorganização das forças produtivas no campo paranaense. Nesta caminhada o elo que os caracterizava como migrantes era satisfazer suas necessidades de sobrevivência (comida, roupa etc.) sem abandonar as suas ilusões, suas utopias e suas histórias. Este perfil psicossocial é comum ao migrante, sua ilusão é necessária, pois se apoia sobre uma base social (Silva e Menezes, 2006).

Quadro 10: Motivo da migração para a ZMR

Motivo da migração	Colonos entrevistados
Em busca de terra	40
Melhora de vida (trabalho na cidade)	8
Trabalho com madeira (serraria ou exploração da madeira)	8
Abertura de pequeno comércio	5
Serviço público	1
Total	62

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Parte significativa das respostas fornecendo os motivos impulsionadores para a migração à Zona da Mata Rondoniense atrelou-se a uma história de expropriação da terra que a família sofreu no Sul.

Deixar a terra de origem em busca de novas terras é um processo doloroso, carregado de traumas do abandono, de perda do pertencimento: do lugar de origem – o antigo território; da terra – as identidades e das simbologias. Neste contexto, migrar torna-se a esperança da conquista: do mundo do trabalho – o campo; do modo de vida – o *habitus*, em um espaço de recriação das territorialidades no novo território, mas significa também

rememorar a história da terra de origem principalmente quando a família se reúne.

A *escolha* de migrar não se dá em um vazio, pelo contrário, existe uma teia intrincada de relações que envolve o movimento do capital articulado à sua expansão e integra regiões isoladas ao conjunto da sociedade global. Portanto, a necessidade dos colonos terem novamente acesso à terra, mesmo que fosse preciso *desbravá-la*, também está vinculada aos interesses do capital.

Os migrantes empobrecidos que se fixaram na Amazônia desconheciam as alianças firmadas entre o Estado e o capital. Em outras palavras, os movimentos migratórios direcionados a região prestaram-se aos objetivos de incorporarem-na aos mercados nacional e internacional, deixando o espaço livre para a consolidação do agronegócio no sul do país (T. Santos, 1993; Loureiro, 2014).

As políticas de incentivo às migrações de camponeses pauperizados para Rondônia, sob a condição de colonos, contribuíram para o desenvolvimento desigual e combinado do capital, levado a cabo com a implantação dos projetos de colonização dirigida desenvolvidos naquele Estado, como argumenta Dal Maso (1990):

A migração não é determinada pela colonização, embora em áreas de fronteira, seja necessária para que esta se efetive. A migração, resultado da expropriação realizada pelo desenvolvimento do capitalismo, possibilita a reprodução da relação capital-trabalho, relação antagonica, desarticulando e esvaziando o potencial de lutas dos movimentos sociais e partidos políticos de base operária e camponesa numa nova ordenação das forças sociais em conflito (p. 4).

Nesse sentido, a rota migratória Sul-Rondônia se desenhou para atender aos interesses capitalistas. Quando comenta sobre os altos níveis de migração para Rondônia, B. Milikan (1999) assegura que era “[...] o momento específico do desenvolvimento capitalista no Brasil: os processos de modernização agrícola e industrialização rápida na região Centro Sul do país” (p. 100), ou seja, desinstalavam-se lá os sistemas arcaicos de posse e produção da terra que cediam seu lugar aos sistemas modernos enquanto, transportados pelas migrações se reproduziam em Rondônia.

A consolidação de rotas migratórias em regiões que se configuram como fronteiras agrícolas, a exemplo de Rondônia é relativamente simples, pois joga o migrante numa roda viva em que um conjunto de situações influencia suas decisões:

Os migrantes não agem isoladamente, nem no ato de reflexão inicial, nem na realização dos percursos concretos, nem nas formas de inserção no destino. Eles são inseridos em redes de conterrâneos (conhecidos), familiares, parentes, ou ainda, agentes promotores da migração (como administradores municipais, empresas colonizadoras que fornecem informações, as escolhas disponíveis, os apoios ao deslocamento e à fixação definitiva) (Desconsi, 2011, p. 32).

Todas as influências acima relacionadas pelo autor foram observadas em nossos interlocutores. Contudo, não parece haver, por parte deles, a percepção de que foram ou são parte integrante dessa engrenagem. Trata-se de uma visão relativamente alienada que o grupo tem sobre os motivos da própria migração para Rondônia e que pode ser melhor compreendida se considerarmos as colocações de J. S. Martins (2002) “os conflitos sociais que tem o camponês como protagonista, como classe social que se defronta com o capital, quando não são apenas conflitos de interesse em torno de preços, tendem a ser conflitos externos, estranhos ao que se possa considerar efetivamente capitalismo” (p. 85), essa (in)consciência de mundo encontrada no grupo envolvido na pesquisa, o autor classifica como alienada ou conservadora.

Suas lutas e discursos acontecem por motivos que apresentam focos mais imediatos e de ocorrências locais, ou em situações em que se sentem diretamente atingidos. Não há consciência real de seu papel na engrenagem que envolve todo o processo de avanço da fronteira agrícola para territorializar o capital na Amazônia.

Porém, é sob este viés que as resistências aparecem como desejos de manutenção do *habitus* camponês, em continuar vivendo da terra e não necessariamente na terra apreendida como território subjetivo ou lugar de origem. Logo, para a manutenção do seu modo de vida a migração torna-se estratégia preponderante.

Alguns estudiosos condicionam o ato da migração a uma das estratégias de manutenção do campesinato. Aqui, tomamos por base três deles que se dedicam a compreender o modelo de campesinato encontrado no sul do país.

Para K. Woortmann (2009) é bastante óbvio que “[...] a migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa” (p. 217).

Apreendendo-a como prática consolidada na preservação do campesinato, Tavares dos Santos (1993) tem o seguinte entendimento quando analisa a migração gaúcha para o Mato Grosso:

Parece que a razão desta repercussão foi a necessidade de terra dos colonos que queriam principalmente garantir o futuro de seus filhos, pelo menos em condições semelhantes às suas. Ora, o empecilho era o preço da terra que estava fora de seu alcance. Também é preciso lembrar que a migração dos camponeses do Rio Grande do Sul para Santa Catarina e Paraná já era tradição. A novidade era partir para o Mato Grosso (p. 73).

Completando a tríade, G. Seyferth (2009) expõe os motivos que levam às migrações camponesas, quando a produtividade do lote rural chega a seu ponto máximo nas colônias formadas pelos imigrantes, e os filhos atingiam a idade adulta, a opção é a saída de parte da prole em busca de novas terras. Esse mecanismo permite a não fragmentação da terra através da partilha de herança, mantendo o modo de vida camponês do grupo familiar que permanece nela, bem como sua reprodução em outros lugares por aqueles que migraram.

Embasamo-nos ainda em Martins (1995) que desenvolveu estudos em todas as regiões brasileiras, ao considerar as condições do campesinato no sul do país, conseguiu espacializar com clareza a rota de migração camponesa como estratégia de sobrevivência:

A história dos camponeses-proprietários do Sul é uma história de migrações. Há cem anos, foram trazidos da Europa para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo. Há pouco mais de trinta anos deslocaram-se para as regiões novas do Paraná. Hoje, muitos estão migrando para Rondônia e Mato Grosso. Tanto o deslocamento do posseiro quanto o deslocamento do pequeno proprietário são determinados fundamentalmente pelo avanço do capital sobre a terra (p. 17).

A prática da migração como condição de manutenção do modo de vida camponês, no entanto, não é um processo harmonioso. Na compreensão de E. R. Wolf (1976) nele há sempre tensões, como a partilha que pode quebrar a solidariedade interna do grupo camponês. Para o autor há dois sistemas de herança: “por partilha” quando o grupo pode dispor da terra de forma limitada, neste caso, cada sucessor recebe uma combinação de recursos menos importantes que a parte dirigida pelo distribuinte; e o sistema “sem partilha” é aquele que destina a propriedade a um único descendente da família.

É o tamanho da propriedade que determinará a escolha do sistema de partilha e mesmo que seja causador de tensões é visto e reconhecido pelo grupo como legítimo. No caso específico das unidades de produção dos colonos imigrantes no sul do país, devido à sua pequena conformação territorial, o processo de partilha impossibilitaria a sobrevivência das novas famílias. Deste modo, o mecanismo desencadeado pelos herdeiros, de busca por outras terras sempre que o crescimento da família ameaçasse sua manutenção tornou-se recorrente através da prática migratória.

O processo de partilha da terra contribuiu, dessa maneira, para que no decorrer do século XX, o oeste brasileiro fosse transformado em novos espaços da reprodução camponesa. Dialeticamente, garantiu a expansão e territorialização do capital nessa parte do país.

Os resultados obtidos com a pesquisa de campo vêm ao encontro das teorias que concebem a migração como estratégia de manutenção do modo de vida camponês. Tendo em vista que 39% das famílias entrevistadas na zona rural e 29% das famílias entrevistadas na cidade garantem terem migrado devido à quantidade insuficiente de terra para mantê-las. A estratégia foi observada nos comentários feitos por um de nossos entrevistados sobre a mudança da família para a Zona da Mata Rondoniense na década de 1980.

Vim com os pais e os irmãos. No Paraná a gente tinha só três alqueires e trabalhava de meeiro no café dos outros. Aqui, nós também trabalhamos de empreita, de meeiros até conseguir juntar dinheiro e comprar 7 alqueires. Quando chegemos, fomos cuidar de uma lavoura de café e no meio da lavoura plantemos feijão, com o dinheiro do feijão é que conseguimos comprar a propriedade. Mas, eu ainda trabalho de diarista nas propriedades dos vizinhos. Nós viemos em busca de vida melhor, porque as propagandas da Eucatur falavam muito bem de Rondônia. (Pesquisa de campo, Novo Horizonte do Oeste, 30/09/2014).

Por este depoimento, podemos constatar a necessidade da migração em família como forma de garantir o sustento e a manutenção do modo de vida camponês, as possibilidades que se evidenciavam deveriam ser bem analisadas, como os projetos de colonização na Amazônia amplamente propagandeados no Paraná. Fixada na região, a família de nosso entrevistado mantém o *habitus* camponês³, demonstra, no entanto, algumas adaptações à região amazônica, como a troca da produção agrícola da pequena propriedade que hoje se sustenta produzindo cultivares amazônicos, como a pupunha e o cacau.

A expropriação da terra, a migração e a colonização

A prática da migração como estratégia para a reprodução e a manutenção do campesinato é real (Wortmann, 2009), porém ocorre numa conjuntura que envolve outros fatores.

Quando a atividade agropecuária é “cooptada” pelo modo de produção capitalista, fatores como a expropriação e a colonização compõem com a migração o arcabouço que explica a não permanência da família camponesa ou parte dela na unidade produtora original, provocando movimentações pelo território à procura de novas terras.

A expropriação atinge as sociedades camponesas sob duas condições distintas, a primeira é a expropriação da renda da terra, definida por A. U. Oliveira (2007) como “[...] o processo de sujeição do campesinato ao capital que está em marcha, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção” (p. 12). Instala-se sutilmente, sob as condições da alienação do camponês, da sociedade e do próprio mercado. Tomando por base todas as recriações de campesinato presentes na sociedade brasileira que mantêm vínculos com o mercado, é possível afirmar que a expropriação da renda da terra atinge toda a população diretamente envolvida com as atividades agropecuárias no país.

A segunda, trata-se da expropriação pela perda ou processo de compra e venda da terra provocada pelo desenvolvimento desigual e combinado do capital que transforma, cria e recria espaços geográficos necessários à sua consolidação. As histórias de vida coletadas durante as nossas entrevistas dão sentido às colocações de Oliveira (op. cit.), numa delas o entrevistado nos conta que migrou muito quando criança e adolescente, seu pai não tinha parada. Depois de se casar a saga foi mais ou menos parecida, sempre em busca da terra: foi com a família para o Paraguai, retornou para a fronteira do Mato Grosso do Sul. Em 1980 migrou para Rondônia, comprou uma marcação⁴ no PIC Ouro Preto, região central do Estado de Rondônia, anos mais tarde conseguiu regularizar o título da propriedade junto ao Incra. Vendeu a terra para adquirir outra no município de Rolim de Moura. Tempos depois, trocou aquela propriedade por outra no município de Novo Horizonte do Oeste, onde a família vive há três anos (Pesquisa de Campo, Novo Horizonte do Oeste, 22/09/2014). A história de vida dessa família acompanha os caminhos da expansão da fronteira agrícola até chegar a Amazônia.

No grupo de entrevistados, a expropriação da terra faz parte de suas histórias familiares ao longo de gerações. Na transição do modo de produção

feudal para o capitalista, seus antepassados foram expropriados das terras no Leste Europeu, principal motivo da imigração para o Brasil e outros países americanos.

Na memória herdada do grupo estão presentes as histórias de perda das terras de trabalho. Nas narrativas do Sr. Antônio Sembalista, a expropriação em que sua família foi submetida na Ucrânia justifica a imigração para o Brasil:

Minha avó contava muita coisa, o prazer dela era de tardezinha juntar os netos eu e meus irmãos, nós era em oito. Me lembro bem, a mãe fazendo a janta, preparando tudo e ela sentava no chão com a gente e começava a falar como é que era quando eles moravam lá na Ucrânia, como é que eles fugiram de lá e deixaram casa, parentes, tudo! Então separou a família, uns ficaram pra lá, outros vieram pra cá (Antônio Sembalista).

Historicamente enredados no processo de expropriação da terra, os descendentes de eslavos que se instalaram na Zona da Mata Rondoniense encaixam-se, em sua maioria, ou na condição de colonos migrados buscando preservar o modo de vida camponês, ou ex-colonos expropriados dela.

Focando a análise exclusivamente em resultados de entrevistas feitas com moradores da zona urbana, é possível afirmar que hoje boa parte desses interlocutores, ou vivem sob o infortúnio de não terem conseguido o acesso à terra, ou não conseguiram manter-se nela, sendo necessário migrar para a cidade. Muitos descendentes de eslavos que chegaram à Zona da Mata Rondoniense, conforme tivemos notícias, foram reexpropriados⁵. Dos entrevistados na zona urbana 62% tinham, no Paraná, sua condição de vida relacionada ao campo; 29% migraram em busca de mais terra para comportar a família; 20% eram arrendatário, diaristas, etc.; 13% perderam a terra sob alguma condição, como mostra o quadro 11, a respeito de sua situação de vida no momento da migração.

Quadro 11: Condição de vida dos colonos no Paraná

Condição alegada pelo entrevistado	Zona rural	Zona urbana
Pouca terra para o tamanho da família	39%	29%
Arrendatário, diarista, meeiro etc.	28%	20%
Perda da terra	11%	13%
Atividades no comércio	11%	20%
Desemprego ou condição não informada	11%	18%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

As políticas públicas de colonização implantadas na Amazônia se figuravam como a esperança de o governo brasileiro resolver os conflitos sociais existentes no Centro Sul do país sem promover mudanças na estrutura fundiária. As medidas decorrentes de tais políticas, Oliveira (2007) classificou como: “juntar a fome com a vontade de comer”; Ianni (1979) denominou-as “contra reforma agrária do Estado autoritário” e Martins (1997) considerou-as como uma socialização dos custos da ocupação capitalista na Amazônia, quando “transferiu para toda a sociedade o preço da não realização da reforma agrária, isto é, a opção por um modelo concentracionista de propriedade e não um modelo distributivista” (p. 88).

A expropriação da terra, a migração e a colonização, nas quais foram envolvidos os nossos interlocutores são, portanto, ações intrinsecamente relacionadas entre si e determinadas pelas relações socioeconômicas em suas articulações diretas com os setores da economia nacional e global. Nesta ação de faces tripla, ficam as memórias da capacidade de resistência e da construção social dos expropriados na busca por uma parcela do território, ficam também as memórias da capacidade destruidora do capital (Oliveira, 2007), são memórias reveladoras de que a migração foi (quase) o único caminho encontrado para dar continuidade a vida, pois “lá no Paraná não tinha mais meios de sobrevivência, o pai era empregado de fazenda, depois perdeu o trabalho. Então depois que meu avô paterno faleceu, resolvemos vir embora pra Rondônia” (Pesquisa de Campo, Nova Brasilândia d’Oeste, 04/11/2014).

A Zona da Mata Rondoniense na política de colonização do Inca

Na visão de M. C. da Silva (2013) a concentração de esforços para o desenvolvimento do capital na Amazônia visando a instalação de uma industrialização de ponta e a transformação das atividades de subsistência em agroindústria criou enclaves para onde foram transplantados modos de organização da produção e da circulação de mercadorias conectados com o cenário econômico internacional.

Na conexão de outras regiões do país com a Amazônia, dialeticamente, criaram-se também enclaves para onde foram transplantadas técnicas de produção agrícola mais rudimentares, permitindo assim que seus espaços de origem, notadamente a Região Sul, recebessem os padrões de produção globalizada.

Nesta conjuntura sociopolítica e econômica, o governo federal optou por direcionar os fluxos migratórios do Centro Sul e Nordeste para Rondônia. Ficou sob a responsabilidade do Inca administrar os projetos de colonização

estrategicamente criados para cumprir a política destinada à ocupação da Amazônia (Santos, 2007). Nesse contexto, o primeiro projeto implantado no então Território Federal de Rondônia em 1970, o Projeto Integrado de Colonização – PIC Ouro Preto constituiu-se no principal instrumento de divulgação oficial da política de colonização em todo o país, atraindo o mais intenso fluxo migratório dirigido a Rondônia em todos os tempos.

Na verdade, a história da atuação do Incra em Rondônia é marcada por dois momentos. Inicialmente, na década de 1970 foi desenvolver os projetos de colonização para abrigar os fluxos de migrantes oriundos da colonização dirigida, além de regularização fundiária para poucos migrantes que chegavam por conta própria. Nesta primeira fase estava a implantação dos Projetos Integrados de Colonização (PICs) que destinaram aproximadamente dois milhões e seiscentos mil hectares de terra aos colonos. Os PICs concediam lotes de 50 a 100 hectares de terra, em tese deveriam oferecer ainda assistência técnica rural, abertura de estradas vicinais e coletoras. Nem sempre foi possível ao colono contar com tais suportes. Aliás, as ausências de suportes contribuíram sobremaneira para o abandono de lotes no interior dos projetos, a alta rotatividade de colonos e o aumento do comércio das “marcações” de terra.

Além do PIC Ouro Preto criado em 1970, o Incra criou mais 4 projetos integrados de colonização, a saber, o PIC Sidney Girão em Guajará-Mirim (1971); o PIC Gy-Paraná, com sede localizada em Cacoal (1972); o PIC Paulo de Assis Ribeiro com sede em Colorado d'Oeste (1973) e o PIC Padre Adolfo Rohl em Jaru (1975). Juntos, os 05 projetos assentaram 17.695 famílias (Perdigão e Bassegio, 1992), exceto o PIC Sidney Girão, todos foram implantados ao longo do trecho da rodovia BR-364, condição geográfica que facilitou a entrada dos migrantes oriundos do Centro Sul.

Simultaneamente, o Incra implantou os Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), o Burareiro (1975), e o Marechal Dutra (1978), ambos sediados em Ariquemes com estruturas e objetivos diferentes. Eram formados por lotes entre 100 e 250 hectares, repassados a pequenos e médios empresários rurais que provassem possuir algum capital financeiro e conhecimento das culturas a serem neles produzidas – as lavouras cacaueteira e cafeeira. Este modelo de projeto não recebia os chamados programas da metodologia operacional do órgão colonizador planejado para os PICs, tais como educação, saúde, previdência social, habitação rural, empresa cooperativa, crédito e comercialização. É preciso registrar que nos PICs as metodologias operacionais funcionaram em condições de precariedade ou em alguns casos,

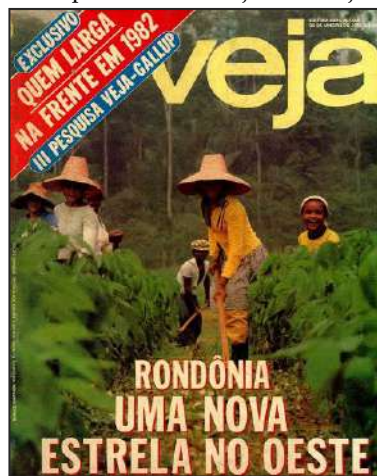
sequer chegaram a funcionar. Os dois PADs abrigaram 4.407 famílias (Perdigão e Bassegio, 1992).

O segundo momento de atividade do Inca, já na década de 1980 foi tentar ordenar o grande fluxo da migração espontânea que aportava em Rondônia atraído pelas propagandas da colonização na região ou influenciado por parentes e conhecidos que já haviam migrado. A Figura 13 ilustra a atuação dos meios de comunicação em divulgar à população do país o novo “eldorado” brasileiro.

Em virtude do grande desequilíbrio entre a demanda e a oferta de terras públicas, a estratégia do órgão foi criar os Projetos de Assentamento – PAs com áreas reduzidas pela metade (50 hectares), foram eles os PAs, Urupá, Machadinho, Bom Princípio, Cujubim, São Felipe e Buritis que juntos assentaram aproximadamente 8.500 famílias (Oliveira, 2010).

A chegada de trabalhadores sem terra à região não diminuía, o intenso fluxo de entrada obrigou o Inca a tomar ações mais rápidas para o assentamento dessas famílias. Foram então, criados os Projetos de Assentamento Rápido (PARs), com lotes de 50 hectares, mas que não possuíam sequer estradas de acesso, somente as picadas. Conforme Perdigão e Basségio (1992) toda a infraestrutura estava condicionada para o momento em que cada projeto entrasse em fase de produção própria, Oliveira (2010) é mais enfático, argumenta que em relação ao PAR, [...] “não havia qualquer compromisso do Inca com relação à infraestrutura” (p. 321). Esta modalidade deu origem aos PARs Gleba G, BR-364 e Gleba Jacundá onde foram assentadas 16.000 famílias.

Figura 13: Capa da revista Veja de 6 de janeiro de 1982



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

A Zona da Mata Rondoniense tem sua origem em áreas de abrangência do PIC Gy-Paraná, implantado pelo Incra em 1972, com estrutura fundiária parcelada em módulo fiscal de 100 hectares. Assentou 4.756 famílias (Perdigão e Bassegio, 1992) que ocuparam os cinco setores ou extensões do PIC: Gy-Paraná (sede), Abaitará, Prosperidade, Tatu e Rolim de Moura.

A Extensão Rolim de Moura que deu origem à cidade de Rolim de Moura foi criada para assentar os colonos excedentes do setor sede do projeto, nele foram demarcados 3.000 lotes rurais (Januário, 2013).

Esta extensão não recebeu as estruturas inicialmente planejadas como as que deveriam ser implantadas em um PIC, principalmente no diz respeito à abertura de estradas vicinais e coletoras. As falas de diversos entrevistados sugerem que, no caso da extensão Rolim de Moura, a abertura das estradas se deu de forma semelhante aquelas determinadas para os PARs criados em regime de urgência para acudir a grande demanda de famílias que buscavam acesso a terra. O comentário abaixo do Sr. Saturno sobre as dificuldades iniciais vividas pelos colonos da Extensão Rolim de Moura mostram que as ações do Incra referentes à abertura das estradas vicinais para o PIC vinham sempre a reboque das ações dos próprios colonos.

Mais tarde abriram a estrada até na 168. De lá fomos juntando os cara que tinha marcação e metemos o motosserra. Abrimos a estrada, da 168 até na 160. No outro ano o Incra veio e abriu por cima até na 160. Daí abrimos a picada de novo, da 160 até na 152. Então o Incra passava a estrada onde os colonos já tinham feito a picada (Saturno Skiezinski).

Não é possível afirmar categoricamente⁶, mas a comparação entre as lembranças dos entrevistados com as descrições da modalidade de PAR registradas por Perdigão e Basségio (1992), isto é, o condicionamento de infraestrutura somente para o momento em que cada projeto entrasse em fase de produção parece sugerir que este atraso de ação já era prática do Incra ainda para os PICs, com a implantação dos PARs elas somente foram oficializadas, como enfatiza Oliveira (2010). As ações retardatárias do Incra são até os dias de hoje observadas pelos colonos, como fez o Sr. Saturno em sua entrevista,

[...] a malária pegava todo mundo! Aquele dinheiro do arroz e dos porcos era pra não morrer. Depois que o INCRA entrou melhorou um pouco. Mas deu muito pouca assistência, praticamente nada, quem abriu as estradas aqui foi o colono e o madeireiro. O INCRA não deu apoio em quase nada, só entregou a terra e soltou

esse povo aí. Ainda tem gente que até hoje não tem documento da terra. O governo foi muito irresponsável mesmo com esse povo. Chamou e não cuidou, não deu atenção nenhuma! (Saturno Skiezinski).

A partir do traçado inicial da Linha 25, ramificação da rodovia BR-364 (em Pimenta Bueno), a entrada de colonos provocou o aparecimento do núcleo populacional Rolim de Moura, e destes novos povoados foram surgindo e transformando-se em pequenas cidades da atual região administrativa Zona da Mata Rondoniense. A distribuição dos lotes rurais aos colonos iniciou em 1975, como atestam os registros de experiências vividas por J. B. Lopes (1989) “no dia 11 de novembro de 1975 com mais de 128 companheiros, chegamos ao Projeto Rolim de Moura, para recebermos os 3.000 lotes deste projeto que foram entregues parcelarmente” (p. 13).

Semelhante aos demais projetos de colonização implantados em Rondônia, o modelo de conformação territorial foi o conhecido “espinha de peixe”, geralmente cortados por estradas denominadas eixos (aproximadamente a cada 14 quilômetros) e linhas (aproximadamente a cada 4 quilômetros), tornando os espaços físicos dos projetos, imensos quarteirões constituídos de lotes rurais rasgados latitude e longitudinalmente por estradas vicinais. O cruzamento entre algumas linhas e eixos originou diversas cidades rondonienses. Algumas linhas se consolidaram como rodovias estaduais, a exemplo da RO-010, a antiga Linha 25 ou a RO-479, antiga Linha 184, ambas responsáveis pela penetração e reocupação, a partir do eixo da rodovia BR-364, aos municípios da Zona da Mata Rondoniense.

A implantação do PIC Gy-Paraná com a extensão de seus setores cumpria os objetivos das políticas de colonização dirigida para a Amazônia, uma vez que o Estado Brasileiro conseguia promover alguns investimentos sociais num movimento de contra-reforma agrária (Ianni, 1979) que garantiam e promoviam a expansão do capital no país.

A CONDIÇÃO DO CAMPESINATO NA ZONA DA MATA RONDONIENSE

Estudos sobre o campesinato ao redor do mundo são representativos nas ciências humanas desde o século XIX, podemos recordar clássicos como K. Marx (2011 [1852]), V. Lênin (1982) ou K. Kautsky (1996 [1898]), que previam o desaparecimento do camponês, ou mencionar aqueles de abordagens antropológicas mais recentes como S. Mintz (1973, 1985) e E. Wolf (1976) que compreendem as sociedades camponesas como “parciais”.

Neste contexto, trazemos para a análise as considerações de E. Wolf (1976):

[...] Nas sociedades primitivas, os excedentes são trocados diretamente pelos grupos e por seus membros; os camponeses, no entanto, são cultivadores rurais, cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar o seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre os grupos da sociedade que não cultivam a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca de bens e serviços (p. 16).

Na transferência dos excedentes da produção camponesa para as mãos de um grupo dominante, institucionaliza-se a lógica que responsabiliza o camponês pela produção e fornecimento de alimentos aos demais grupos da sociedade que não o fazem. Para esclarecer melhor o pensamento de E. Wolf é interessante recorrermos à análise que A. C. Witkoski (2010) faz sobre a mesma passagem do texto:

[...] quando Wolf está se referindo aos excedentes que escorregam por entre os dedos do camponês e do domínio político a que está submetido, o autor não atribui à cidade um papel exclusivo de monopólio de poder organizado [...]. Mais importante que o papel da cidade, neste processo relacional é [...], o do Estado, como ator aparentemente invisível, constitui um elemento decisivo, não só para o reconhecimento da civilização enquanto tal, mas também para estabelecer fronteiras, nem sempre rígidas, entre o que é e o que não é camponês. Nessa visão, só quando o camponês está inserido, integralmente, em uma sociedade, com a presença de um Estado organizado, ou seja, quando o camponês está constrangido pelas ordens e penas daqueles que detêm o poder, podemos de fato, falar adequadamente da existência da figura dele (p. 161).

Os conflitos se instalam quando a forma tradicional de vida do camponês passa a ser invadida e definida por forças exógenas ainda que haja resistências de sua parte aos novos padrões de vida e de produção econômica que lhe atingem.

Assim, o que o torna camponês, é o fato de que, apesar de possuir forma tradicional de vida, está integralmente inserido em uma sociedade de mercado com um Estado regulador. Nesta perspectiva, é possível considerar inúmeras formas de campesinato. Adepto das correntes que concebem as

sociedades camponesas como “parciais”, M. Almeida (2007) acredita existirem no Brasil,

[...] tanto os colonos de fazendas de café como os moradores de fazendas de cana-de-açúcar, tanto os pequenos proprietários do Centro Sul como os foreiros e meeiros, tanto caboclos como seringueiros, pertenceriam a um mosaico ou contínuo de tipos de campesinato. Haveria camponeses proletários, camponeses rendeiros, camponeses autônomos – todas essas categorias rurais vistas como diferentemente articuladas a poderes urbanos, isto é, vistas como *part-societies* (p. 160).

A existência desse mosaico se tornou possível devido à formação histórico social e econômica do povo brasileiro, permitiu que se desenvolvesse no país formas distintas do modelo clássico de campesinato europeu – aquele transplantado para cá com a chegada dos imigrantes europeus em substituição à mão de obra escrava negra.

Na tentativa de demarcar a presença do campesinato na constituição da história nacional, há autores que identificam sua presença no Brasil, até mesmo antes da chegada dos imigrantes, quando teria se desenvolvido um protocampesinato anterior ao século XIX, dedicado ao abastecimento interno da Colônia e formado por escravos, lavradores subordinados aos senhores de engenho e pequenos produtores do Agreste e do Sertão (Linhares e Silva, 2009; Cardoso, 2009).

M. Almeida (2007) ainda nos chama atenção para a necessidade de considerar os campesinatos marginais, isto é, as massas rurais que as teorias estruturais deixaram de lado. Este autor afirma que

Caboclos, sertanejos independentes, caipiras, caiçaras, quilombolas, seringueiros, microminorias indígenas e, mais especificamente ainda, ribeirinhos, regatões, ilhéus, seringueiros, pescadores artesanais, caçadores, coletores das matas, coletores do mangue, agricultores de pés-de-serra e de veredas e chapadas, além de garimpeiros – essas microcategorias não contavam como atores dinâmicos [...], as teorias estruturais mostravam certa indecisão conceitual, sem que ficasse claro se deveriam contar como campesinatos ou como sociedades à parte, ou ainda como nacionalidades (p. 164-165).

Credenciando todas estas microcategorias, é possível dar um caráter mais flexível à compreensão do homem do campo brasileiro inserido nos diversos ecossistemas que o país abriga, pois surgem da adaptabilidade

necessária a cada um deles. Levando em conta a diversidade de camponeses presentes no Brasil, M. M. Moura (1986) sustenta que “[...] o camponês é um produtor que se define por oposição ao não produtor, não importando se cultiva a terra ou pesca no mar” (p. 13). Diante da diversidade que envolve o campesinato, é preciso buscar e definir as formas de sua adaptabilidade (passiva e ativa dialeticamente) ao ecossistema que o envolve (Witkoski, 2010).

Nestes termos, o camponês que vive na Zona da Mata Rondoniense é o próprio colono (discutido mais adiante) assim reconhecido devido a sua participação efetiva nos projetos de colonização do Incra naquela área.

Este camponês, assentado nos projetos de colonização sob a condição oficial de colono teria então a necessidade de adaptar-se à nova terra e em qualquer adaptação ou recriação do campesinato estará implícita sempre a relação direta homem – natureza, onde quer que se instale é preciso observar as especificidades do ambiente para desenvolver sobre ele um modo de vida específico.

Nos primeiros tempos da chegada, o ecossistema amazônico foi o grande vilão para alguns colonos; outros passaram a apreciar as suas especificidades como vantagens. No conjunto das dificuldades, a malária ocupou lugar principal. Provocada pelo rápido processo de derrubada da mata nativa, a doença acometia grande parte das famílias nos primeiros anos de estruturação da propriedade. Compreendendo-a como “o grande problema dos primeiros tempos”, as narrativas do Sr. Mariano Dopiate e do Sr. Saturno Skiezinski, traduzem as dificuldades do colono com o novo ambiente de vivência:

A malária, Deus me livre! Há trinta ano atrás a malária dava dentro de casa, tá com vinte e nove ano que viemo pra cá! Dava uma malária doida por aqui, ah! Eu não parava de pé, ia pro mato e já voltava com malária! (Mariano Dopiate)

Contei até 23 malárias que peguei, depois não contei mais, larguei pra lá! Mas, acho que peguei umas trinta e tomando remédio da Sucam, era só aqueles comprimido que tinha na época. Aqui nós sofremos com malária, meu Deus! A primeira que eu peguei aqui em Rondônia foi com vinte dias que tinha chegado em Médici, em 76 (Saturno Skiezinski).

Outra dificuldade na adaptação inicial foram as chuvas e que na região se concentram durante o período de outubro-abril, com elas as cheias dos rios, todos de regime pluvial. Se alguns reclamam das dificuldades

provocadas pela concentração temporal das chuvas, outros a veem como fator extremamente positivo, assim se expressou um entrevistado no momento em que nos mostrava sua propriedade. Em sua percepção,

Rondônia é uma terra abençoada, aqui só tem duas estações ou seca ou águas. No tempo das águas a gente planta o que tiver que plantar, colhe e não perde nada, no tempo da seca faz o que tiver que fazer preparando pras águas. Então não tem perigo de perder nada.

Olha como o pasto tá bonito mesmo com a seca! É que eu aprendi a conhecer o clima da região, esse pedaço de pasto eu já deixo pra seca. Sempre mudo o gado de um pasto pra outro, de manhã numa parte e a tarde na outra. Assim não judia do pasto (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 11/06/2014).

O clima da região é apontado por 76% dos entrevistados como condição positiva para se viver na região, com frequência seguido por comentários desabonadores sobre os rigores do frio paranaense.

Chama-nos atenção a postura positiva dos interlocutores da pesquisa em relação ao clima local. É postura inusitada e vai à contramão do que afirma a maioria dos estudos, crônicas, relatos ou literatura sobre a Amazônia publicados desde os séculos XVIII e XIX e que tradicionalmente, apresentaram a região como área de difícil fixação humana, ocasionada principalmente pelas elevadas temperaturas⁷.

As explicações para essa compreensão por boa parte dos entrevistados pode estar relacionada às grandes perdas de lavouras ou parte de rebanhos causados por fortes geadas do sul. Sua percepção sobre o clima local vem de encontro à visão dos camponeses do Paraná estudados por E. Paulino (2012), quando comparamos a reprodução do fragmento de fala de um dos interlocutores da autora “[...] e o pior, quem garante que depois a gente não vai perder tudo? É aquela agonia se vai chover muito ou pouco” (p. 208), a incerteza de boa colheita que para o camponês do Sul fica sempre à mercê das condições climáticas, enquanto que a sucessão habitual do tempo no clima local afasta os perigos de perdas de colheitas ou maiores problemas com os rebanhos, tais como perdas de pastagens. Instala, de forma rotineira as atividades laborais que devem variar entre o período das chuvas e o período de secas, portanto, garante as colheitas, as safras de carne e leite, logo afasta mais profundamente o medo da miséria – não há riscos eminentes de sua instalação.

Os caminhos que fizeram com que os descendentes de escravos se adaptassem ao ambiente da Zona da Mata Rondoniense foram se construindo gradativamente, de forma análoga às próprias picadas abertas por eles para entrar e reocupar a terra. A conquista do ambiente, mesclada por certa rendição a ele se deu através da adaptabilidade, utilizada pelo homem como possibilidade de criar condições e responder, de forma humana, aos mais diversos ambientes, evidenciando que pode habitar o mundo (Witkoski, 2010), condições que os estudos mais antigos sobre a Amazônia não haviam levado em conta, quer pelo nível do desenvolvimento científico da época (até meados do século XX), quer pela postura ideológica em considerá-la periferia do mundo civilizado.

O camponês migrado para a Zona da Mata Rondoniense, lá identificado como colono adaptou-se ao ambiente utilizando de início somente seus saberes herdados. Ao migrar levou consigo toda a percepção sobre o que seria o mundo, levou sua cultura, expressa no *habitus* incorporado e internalizado.

Nos primeiros tempos, tentou reproduzir naquele ambiente o seu espaço de vivência representado pela: (1) agricultura de subsistência em área limpa, daí sua premente necessidade de desmatar associada às orientações do órgão colonizador; (2) cultivo das lavouras praticadas no Sul, baseadas principalmente no plantio de café, arroz, milho; (3) criação de animais iniciada com pequenos plantéis trazido do Sul como garantia de fonte inicial de subsistência e de poupança e (4) construção de moradias nos antigos padrões sulinos, inicialmente paredes e coberturas em madeira conforme atestam as imagens da figura 15, mais tarde com materiais mais elaborados como a telha de amianto, mas uso contínuo da madeira.

A reprodução de atividades econômicas nos padrões em que eram desenvolvidas no Sul foi mostrando-se inviável e altamente predatória ao ambiente amazônico como o desmatamento seguido de queimadas. Tratava-se da condição de desconhecimento total às especificidades físico-geográficas da região e da carência de técnicas mais racionais no manejo do ambiente por parte do colono migrado. Mas, a sua presença na região para desencadear o “desbravamento da terra” era de suma importância, pois se figurava como os preparativos à chegada do capital e, nestes termos a ordem era desmatar e queimar.

A fase da Colonização Agrícola na Amazônia tinha como seu corolário o desmatamento, portanto desmatar e queimar eram a condição imprescindível para que o assentado conseguisse a posse definitiva do lote de

terra. Em Rondônia, as cifras do desmatamento cresciam de forma assustadora, no ano de 1975 quando os órgãos governamentais brasileiros passaram a ter acesso às imagens do satélite Landsat, estimou-se que 0,5% das florestas tropicais rondonienses tinham vindo ao chão. Cinco anos mais tarde (1980) a área de desmatamento cumulativo já registrava 3,1% da área total do Estado (Millikan, 1999).

As primeiras colheitas, apesar de produtivas denunciaram a impossibilidade de as famílias sobreviverem da agricultura familiar para o abastecimento do mercado local. A falta de estradas levava à perda total ou parcial da produção, como nos conta uma entrevistada. Segundo ela, a família plantou arroz, no entanto, das primeiras colheitas muito se perdeu. A maior parte das colheitas iniciais a família tirou em muitas viagens carregando no caciao por grandes distâncias até conseguir atingir a estrada onde o caminhão conseguia chegar para levar a produção até o mercado. Até o irmão caçula, na época com 6 anos de idade, auxiliava nesta atividade, ele fazia o percurso carregando uma pequena lata cheia de arroz (Pesquisa de campo, Nova Brasilândia d'Oeste, 04/11/2014).

A seguir apresentaremos a construção inicial do espaço sócio geográfico da ZMR.

Figura 14: Colheita de café da família Semtchuk em Rolim de Moura



Fonte: Semtchuk (1986)

Figura 15: Primeira residência da família Sandeski



Fonte: Sandeski (1984)

Após a abertura inicial dos lotes com desmate e queima e a melhora na trafegabilidade das linhas e estradas coletoras, isto é, após o “amansamento inicial da terra”, o capital do Centro Sul do país chegou e se instalou na região definindo seu arranjo produtivo local⁸: a pecuária. Ao camponês migrado para a Zona da Mata Rondoniense, coube adequar-se a este cenário como condição para manter-se na terra. A narrativa do Sr. Antônio Sembalista é expressiva quanto à necessidade de adequação econômica da propriedade:

Na área que desmatei, a primeira coisa que plantei foi o feijão e produziu bem. Mas vender pra quem se não tinha estrada? Então quando o pessoal começou a entrar aqui, aí vendi todo feijão!

Depois plantei muito café, dez alqueires. Foi onde eu me quebrei, quando eu plantei tava um preço muito bom, mas quando começou a colheita o preço caiu lá embaixo e até hoje tá ruim!

O meu café desenvolveu muito bem, só que não compensava o preço da venda. Ficou oito anos com o preço baixo, com cinco anos de café carregado comecei a formar pasto. Mas, até essas alturas, eu já tinha gastado quase todo o dinheiro que tinha de reserva, foi três anos sem colher o café, tinha que zelar, desbrotar tudo e na hora que começou a produção já vi que não compensava mais. Então comecei jogar pasto e criar gado e até hoje tô aí, já trabalho com gado há vinte e seis anos (Antônio Sembalista).

Consciente ou não de sua posição na esfera produtiva local o camponês precisa sempre se adequar à lógica de produção ditada pela regionalização econômica e imposta pelo mercado global como estratégia de sobrevivência para manter-se produzindo e tirando renda da terra.

Dentro desse contexto, M. Kersten (1992) entende que o campesinato fica atrelado ao capital através de condições distintas, dentre elas: (1) insuficiência de terras ou instrumentos de trabalho, especificamente com nossos entrevistados, tanto o governo quanto os laticínios locais exigem que o leite seja entregue já resfriado, para tal formam grupos de produtores a quem fornecem os equipamentos, atrelando-os aos compradores do produto; e (2) especialização e tecnificação da produção: historicamente, o grupo pesquisado é formado por agricultores cultivadores da policultura, mas obrigou-se a optar pela pecuária como principal fonte de renda da propriedade.

Um exemplo de atividade condicionada às imposições do capital local é o compromisso fiel com a ordenha diária para a entrega do leite e que em diversos momentos era comentada pelos interlocutores, algumas situações eram narradas como constatação imutável, outras de maneira bastante humorada e com tom de brincadeira “ou cumpro minha obrigação de todo dia, ou ganho as contas do patrão” (risos) (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 17/07/2014).

Seria, então, a proletarização do colono camponês nosso interlocutor? M. N. B. Wanderley (1985) nos assegura que não, para a pesquisadora o “capital não proletariza a totalidade da força de trabalho” (p. 37), pois, o campesinato ocupa um espaço criado pelo capital, espaço que é ocupado por um trabalhador do capital, não um proletário, já que a expropriação da força de trabalho não ocorre somente na proletarização. Neste espaço, o campesinato se transforma qualitativamente, cria e recria condições que asseguram sua existência. T. Shanin (1980) também deixou contribuições a respeito da questão ao afirmar que

[...] sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas (p. 58).

Acreditamos também que a adaptabilidade às exigências do mercado que nossos interlocutores desenvolveram possa ser apreendida como uma característica de resistência que se configura como estratégia para manter-se na terra e podendo preservar o seu modo de vida.

Uma de suas manifestações de resistência está na recusa em aderirem ao uso de tecnologias (mais) avançadas no manejo do rebanho bovino. Das vinte propriedades rurais envolvidas na pesquisa, quatorze delas organizam-se, prioritariamente, na produção do gado leiteiro e somente três delas possuem ordenhadeira mecânica, nas demais a atividade é manual e conta com presença da mão de obra feminina, em seis delas a ordenha é de total responsabilidade da mulher.

Nestes casos, a opção por produções pequenas que não lhes lance no mundo do agronegócio é uma estratégia que lhes garante manter a unidade produtora dentro dos padrões camponeses, assim apesar de ser necessário uma maior inserção na economia de mercado direcionando a produção a partir de seus interesses, há concomitantemente um movimento de resistência que não aceita totalizar a produção sob os padrões ditados por este mesmo mercado. São comportamentos que evidenciam uma estratégia coletiva mínima para assegurar a continuidade do modo de vida camponês.

O colono e o sonho da terra

Rondônia passou a significar aos paranaenses descendentes de eslavos, deslocados compulsoriamente, a continuidade de permanência na terra ou o retorno a ela e ao *habitus* camponês, ainda que sob um ambiente físico-geográfico completamente adverso ao local de origem. Entretanto, no novo ambiente se acenava a chance de acesso aos lotes de terras, como relata uma das senhoras entrevistadas e que compartilhou conosco a história de sua migração para a região:

Vimos para Rondônia em 1988, em busca de terra. Lá no Paraná a gente tinha um terreninho e vendemos pra fazer lavoura, mas não deu certo, a terra subiu e ficamos sem nada. Como minha irmã já morava em Pimenta Bueno, então viemos.

Vimos de ônibus, só com as malas e as 4 crianças. Aqui era preciso se capitalizar primeiros para tentar adquirir uma terra. Então trabalhamos muito na feira, meu marido conseguiu comprar uma marcação na gleba Pirajuí, Linha 35. Plantou arroz e abacaxi, o caminho da cidade até a terra era sempre a pé. Ele trabalhava na empreita ou diária pros vizinhos e junto cuidava dessa marcação e eu ficava na cidade com os filhos e vendia pastel na feira. Acabamos perdendo a marcação, então tivemos que recomençar tudo (Pesquisa de campo, Novo Horizonte do Oeste, 29/10/2014).

Em bagageiros de ônibus⁹ ou em caminhões paus de arara, além de pessoas era possível o transporte de animais domésticos, de pequenas e obsoletas máquinas, de sementes e todos os apetrechos necessários para se reproduzir na nova terra as condições do modo de vida camponês.

Nessas circunstâncias, boa parte de Rondônia e em modo particular da Zona da Mata Rondoniense tornam-se palco para a reprodução de práticas do campesinato sulino, por sua vez alicerçado nas heranças do campesinato europeu, embora salpicado por características oriundas de outros modelos de campesinato encontrado noutras regiões brasileiras.

Figura 16: Ônibus da Eucatur na travessia sobre o Rio Machado na Linha 184 N atual RO 479 - década de 1980



Fonte: Sandeski (1984)

Os camponeses imigrantes que se instalaram na Região Sul ficaram tradicionalmente conhecidos por colonos devido ao regime de distribuição da terra (mercantilizada) implantado pelo governo brasileiro nos séculos XIX e XX. Como argumenta Seyferth (2009) “[...] ao receber as terras para cultivo no regime de colonização, o imigrante tornou-se colono, apropriando-se da designação oficial como categoria definidora de uma identidade social” (p. 55). Para a autora a categoria colono passa então, a representar um estilo de vida marcado pelo trabalho familiar árduo, em um espaço preciso – o lote colonial, que apresenta as mesmas características da propriedade camponesa enquanto unidade básica de produção, consumo e vida social.

O mesmo entendimento sobre a similitude conceitual entre colono e camponês é observado em M. C. Zanini (2009) e afirma que “[...] o colono é

dessa forma, na Região Sul do país, o camponês ou agricultor de origem estrangeira – alemão, polonês, italiano etc.” (p. 93).

Com algumas adequações, o conceito de colono foi empregado pela política de colonização implantada pelo Inbra em Rondônia. Passaram a ser considerados colonos os agricultores assentados nos projetos de colonização do órgão, quer originários da Região Sul ou não. Para S. P. Cunha (1995), colono em Rondônia é:

[...] o agricultor assentado em projetos (ou regularizado fora deles) que possui algum tipo de documentação do INCRA ou está à espera dela. Usa a terra como meio de produção e, geralmente, utiliza mão-de-obra familiar com a qual, raramente, consegue cuidar mais do que de 5 ou 6 hectares, mesmo possuindo uma quantidade de terra muito maior (p. 39).

Enquanto o conceito de Cunha (op. cit.) se apoia mais na estrutura jurídica elaborada pelo Inbra, C. C. Teixeira (1999) recorre ao conceito de Seyferth, acima discutido, e apreende-o sob um viés sócio-histórico ao acrescentar que os colonos de Rondônia descendentes dos “[...] assim chamados colonos do Sul, em sua maioria descendentes de estrangeiros, provêm de diferentes áreas geográficas e, culturalmente, são herdeiros de tradições que seus pais trouxeram da Europa na segunda metade do século XIX” (p. 55).

Definida a sua origem, o colono em Rondônia é o camponês deslocado compulsoriamente e que perseguindo o sonho/ilusão de um pedaço de terra, teve (ou não) acesso a ela de formas distintas, adquirindo um lote rural diretamente nos projetos de colonização, adquirindo uma marcação ou adquirindo lotes de proprietários que já os haviam requerido junto ao Inbra. O quadro 12 expõe as condições de acesso a terra, em Rondônia, conforme as declarações dos entrevistados:

Quadro 12: Condição do primeiro acesso à terra dos colonos em Rondônia

Condição de acesso à terra	Entrevistados
Processo comum de compra e venda	15
Marcação com posterior regularização da terra	9
Marcação com perda da terra	9
Aquisição direta do Inbra	4
Acesso não efetuado	5
Total	42*

(*) O valor total representa o universo que declarou a busca da terra ser o principal motivo da migração a Rondônia, constante no quadro 10

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Dos nove entrevistados que narraram suas histórias de perda da marcação, cinco deles após capitalizarem-se conseguiram novo acesso a ela em outro momento. Nestas situações, como apontam os trabalhos de G. Felix (2008) e de C. Desconsi (2011) há vinculações do colono como trabalhador nas empresas da região, ou mesmo em atividades agropecuárias que lhe permitam em um certo tempo condições financeiras para adquirir a terra. A. Chayanov (1974) já entendia que destinar parte da mão de obra familiar para atividades não agrícolas era estratégia de capitalização do camponês russo como caminho de acesso a terra, assim como T. Shanin (1985 apud Menezes, 2002) considera que a possibilidade de saída do camponês para empregos suplementares (na cidade) pode ser condição de reprodução do campesinato.

Um caso a ser exposto aqui é do Sr. Saturno Skiezinski quando nos conta que após perder uma marcação, adquiriu outra terra pagando com serviços de derrubada:

[...] no outro ano um cara que conhecemos, o Darci Fagundes chegou e falou:

- Vou comprar um pedaço dessa terra. Vocês derrubam pra mim e me pagam em serviço e eu vou pagar a dinheiro a terra!

Então ele comprou um pedaço de terra pra nós e paguemos em derrubada, com trabalho porque nós não tinha dinheiro, não tinha nada!

[...] E fomos derrubando o mato pra esse pessoal, nós era novo né! Eu e meus dois irmãos encarava tudo. Essas terra daqui da [linha vicinal] 156 indo pro rumo de Nova Brasilândia dá pra contar os lote que eu não derrubei. Minha vida era derrubar mata! É assim que eu consegui a minha terra (Saturno Skiezinski).

Esta é mesmo uma prática recorrente entre camponeses de origem eslava, o Sr. Pedro Semtchuk também narra episódios de sua vida, onde tentava manter-se na terra complementando a renda familiar vendendo sua força de trabalho a outras propriedades rurais no Paraná,

Nesse tempo tinha uma fazenda de um tal de Odilon, ele morava em Cianorte e tinha fazenda perto de Toledo. Era mil alqueires. Ele tava pagando gente pra roçar pasto. Então deixava a mulher e a criançada na chácara repassando as plantas, mandioca, arroz e outras coisas e eu cai lá! Os outros pagavam onze conto por dia, o Odilon pagava vinte. Eu trabalhava lá cinco dia e cenhão no bolso! (Pedro Semtchuk).

Do ponto de vista social, a história do Sr. Saturno é bem mais promissora que a do Sr. Pedro quando nos narra as diversas expropriações da terra pelas quais passou. Outras histórias que nos compartilharam tiveram desfechos conflituosos, principalmente aquela que, já em Rondônia, estiveram relacionadas às negociações com as marcações. Num típico caso de perda da terra, um entrevistado relata-nos que seu pai a adquiriu para ser paga em serviços de derrubada. No momento do acerto, o vendedor destinou a ele a parte da terra que deveria ser mantida como reserva legal, e, então a família acabou perdendo a posse. O desgosto de seu pai foi tamanho que se tornou alcoólatra e por fim acabou falecendo algum tempo depois. Esta situação gerou a desintegração da família (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 23/10/2014).

Consolidado o processo de expropriação, migração e colonização com o acesso a terra para um contingente de migrantes¹⁰, o colono da Zona da Mata Rondoniense expressa, pois, a categoria definidora de uma identidade social a que se refere Seyfert (2009), interferindo, inclusive, na organização espacial local, como as “rodoviárias do colono” presentes nas três pequenas cidades em análise.

O CAMPONÊS DESCENDENTE DE ESLAVO NA ZONA DA MATA RONDONIENSE: RESISTÊNCIAS E ADAPTAÇÕES

A adaptação e reorganização da produção camponesa para atender aos interesses do mercado podem ser compreendidas como indício de resistência do camponês e garantir seus vínculos com a terra, pois o agir camponês apresenta uma racionalidade específica que nem sempre é dominada por qualquer poderoso sistema exterior (Silva, 1998).

O abandono de culturas agrícolas temporárias pela criação de gado de corte e leiteiro como base econômica da propriedade garantiu aos nossos interlocutores a permanência na terra e a manutenção do modo de vida. Isso é possível porque há, no modo de produção camponês, liberdade e racionalidade (Silva, op. cit.) que garantem e permitem sua adequação às conjunturas espaciais e temporais.

Aliás, o cenário de troca da agricultura comercial pela pecuária tornou-se um tanto comum para a sobrevivência das pequenas propriedades brasileiras. Impossibilitadas de concorrer com a produção agrícola centrada em bases tecnológicas de alto custo, a estratégia produtiva para a ocupação da mão de obra familiar, sem a realização de grandes investimentos de riscos

fazem da pecuária a melhor opção como substituta das lavouras tradicionais (Paulino, 2012).

Nesse sentido, o rebanho bovino passa a ser a principal fonte de renda da propriedade, absorve o trabalho familiar além de constituir-se em uma estocagem de recursos como fonte de segurança e poupança. A agricultura toma caráter secundário servindo apenas para o consumo da unidade doméstica e do rebanho.

Contudo, as readequações para o mercado provocam alguns conflitos, por sua vez geradores de outras resistências. Neste caso, adequar-se ao mercado não significa produzir exatamente sobre os padrões exigidos por ele. A resistência dos colonos descendentes de escravos na região pesquisada em utilizar tecnologias mais avançadas para a produção leiteira, expressa bem o comportamento de recusa frente à possibilidade de utilização de técnicas mais avançadas e de maior capacidade produtiva. Ainda que limitado pelo contexto do capitalismo, esse comportamento assegura-lhes certa autonomia, principalmente sobre seu próprio modo de vida.

Em nossos entrevistados, o *habitus* camponês, entre tantas faces, mostra suas visões acerca das heranças camponesas que carregam e que compreendem como resistências. Somente dois dos entrevistados moradores da zona rural não reconhecem tais heranças em seu dia a dia; 5 deles afirmam não conhecer outra forma de vida que não a camponesa, pois nunca moraram na cidade. Os demais, 13 entrevistados, declaram sua necessidade da terra e do mato para viverem. Alguns destes sentimentos também estão presentes nos entrevistados moradores da cidade.

A cotidianidade da vida no campo é comentada por 10 entrevistados como condição de vida positiva: o levantar cedo, tirar o leite, tratar das criações, tomar chimarrão é apreendida por muitos como costumes do campo, acreditam que estas manifestações sejam incompatíveis com a vida moderna urbana. Neste grupo, uma entrevistada comentou satisfeita a sua nova condição “depois de morar na cidade, trabalhar muito e criar os filhos, agora posso morar tranquila na chácara” (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 18/12/2014). Trata-se de um caso particular de retorno ao campo, um evento que vai além de uma resistência em permanecer nele, só se efetiva após superações de condições singulares ou complexas, para poder retornar a viver lá.

A camponesa descendente de eslavos na Zona da Mata Rondoniense

As atividades laboriais desempenhadas pela mulher descendente de eslavos no interior da unidade produtora familiar da Zona da Mata Rondoniense ainda estão diretamente ligadas aos antigos costumes do campesinato eslavo, embora apresente muitas transformações comportamentais no que se refere à clássica divisão sexual do trabalho (quadro 40).

Contudo, ainda compartilha com o esposo as atividades produtivas e de manutenção da propriedade, pelas quais é considerada como mão de obra. Sobre si recaem, ainda, todas as atividades domésticas incluindo a responsabilidade na educação da prole.

As meninas, desde muito cedo vão se responsabilizando pelas atividades domésticas, conforme vão crescendo suas mães vão entregando-lhes as atividades domésticas e dedicando-se mais as atividades produtivas e de manutenção da propriedade. As famílias envolvidas nesta pesquisa, principalmente àquelas que ainda vivem no campo, reproduzem comportamento parecido ao descrito por S. Tenchena (2010) em relação às mulheres imigrantes ucranianas que viveram em Prudentópolis-PR

[...] o campo de atuação da mulher incluía o cuidado com a casa, a educação dos filhos, o cuidado com jardim, horta e animais domésticos (principalmente as vacas leiteiras), o beneficiamento do leite, a comercialização dos produtos. [...] As mulheres tinham jornadas de trabalho ainda mais duras do que as do homem, uma vez que estavam profundamente inseridas no processo de trabalho da propriedade rural (ajudantes qualificadas do homem), ao mesmo tempo em que respondiam, sozinhas, pelo seu “trabalho natural” (casa e filhos). [...] Aos sábados, além das tarefas habituais, competia à mulher lavar a casa e a cozinha, quando completava o serviço da cozinha, a mulher pegava o cesto de roupa para remendar ou lavar. Ela não ficava nunca sem trabalhar (p. 38).

As atividades praticadas pelas nossas interlocutoras são heranças do campesinato eslavo, como o seu envolvimento com a pecuária, notadamente a ordenha, conforme registrou Tenchena (op. cit.) sobre as mulheres imigradas ao Brasil ou como constatou A. Chayanov (1974) sobre as camponesas russas do século XIX e vêm se mantendo mesmo nos dias de hoje, como observamos junto as nossas interlocutoras.

Ainda que Chayanov (op. cit.) não especifique tal atividade como feminina, apresenta dados que apontam o maior número de camponesas russas envolvidas nos trabalhos da pecuária. A partir deles, elaboramos o quadro 13 que mostra percentuais da divisão sexual do trabalho em uma unidade administrativa territorial da província russa de Volokolamsk. É possível observar que o número de mulheres camponesas dedicadas ao trabalho com a pecuária é quase o dobro do número de homens envolvidos na mesma atividade, de forma semelhantes os trabalhos domésticos são de responsabilidade quase exclusiva da mulher russa, o que gera um tempo livre ao homem duplamente superior ao da mulher.

Os sociólogos Thomas e Znaniecki (2006) também deixaram apontamentos que evidenciam a responsabilidade da mulher eslava com os cuidados do rebanho bovino, quando reproduziram declarações de um sacerdote da Galícia sobre a influência da igreja na organização social dos camponeses poloneses,

[...] um camponês confessou que havia surrado sua esposa por ela não tratar com cuidado os filhos e ocupar-se do gado [...] Em algumas ocasiões o conselho é o de se dar um *morg* a mulher para que ela compre um vestido bonito por trazer a casa sempre limpa e se ocupar do gado (311) (tradução livre).

Quadro 13: Demonstrativo de Chayanov (1974) sobre a divisão sexual do trabalho na Uesd de Volokolamsk

Atividade de trabalho	Homens (%)	Mulheres (%)
Trabalho na agricultura	27,5	20,4
Trabalho na pecuária	7,5	13,4
Atividades artesanais e comerciais	32,5	13,7
Trabalho doméstico	5,7	40,2
Tempo livre	26,8	12,3
Total	100,0	100,0

Fonte: Adaptação de A. Chayanov (1974, p. 209)

Na comparação de dados da pesquisa de campo com a literatura que analisa o modo de vida da camponesa eslava, encontramos algumas manifestações que comprovam a sua continuidade. Na atividade de ordenha, em especial, das 20 famílias camponesas envolvidas na pesquisa, para seis delas se trata de atividade exclusivamente feminina.

Uma interlocutora, descendente de poloneses, professora aposentada de escola da zona rural e atualmente moradora da cidade, relatou um pouco de sua vida evidenciando a importância cultural do trabalho para essa gente. Segundo ela “trabalhava a semana inteira na escola, no sábado ia fazer faxina

em casa, lavar roupa, assar pão... e ainda sobrava tempo!” Comentou sobre a estranheza que ainda sente a respeito das mulheres da região que “não gostam de tirar leite”. Em sua concepção a ordenha é uma tarefa essencialmente feminina, pode receber ajuda masculina caso o rebanho seja grande, ou quando a propriedade produz muito leite para comercialização. Afirma que enquanto morou no sítio, a ordenha foi sempre de sua responsabilidade (Pesquisa de campo, Nova Brasilândia d’Oeste, 24/11/2014).

Outra interlocutora nos mostrou as marcas pelo corpo (pernas e braços) resultantes das investidas de vacas bravas nos momentos da ordenha. Mesmo assim, afirma que é a atividade que mais gosta de fazer (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 22/07/2014). E uma de nossas interlocutoras mais velhas, com idade superior a 75 anos, afirma que desligou-se da atividade recentemente por insistência dos filhos preocupados com sua idade e após ter sofrido algumas escoriações pelo corpo por investidas de uma vaca (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 16/07/2014).

Atualmente, as mulheres mais jovens não se dedicam, ou dedicam-se pouco às tarefas laborais da unidade produtora. Em sua maioria saem para estudar e trabalhar, entre esse grupo figuram professoras, psicólogas, advogadas, comerciárias, dentre outras, porém, na cidade reproduzem muito da concepção da mulher camponesa eslava na organização e administração da casa no decorrer da semana. Já finais destas, mesmo aquelas que já constituíram suas próprias famílias na cidade retornam acompanhadas para a casa paterna, ocasiões em que a família extensa costuma estar reunida.

Em tais ocasiões essas mulheres mais jovens desenvolvem diversas atividades femininas relacionadas ao *habitus* camponês eslavo. Assim nos relatou uma delas professora, com 60 horas de trabalho em duas modalidades de Educação Infantil e de Jovens e Adultos, aos finais de semana vai para a chácara de sua mãe (viúva) onde planta, cuida da horta, produz sabão para o consumo da família. Segundo ela, é sua forma de acalmar-se do estresse de seu trabalho como professora (Pesquisa de campo, Nova Brasilândia d’Oeste, 21/11/2014).

Os comportamentos femininos que verificamos em campo estão mesmo relacionados a uma ordem cultural, ainda que se modifiquem através das gerações são particulares da mulher eslava porque “diferem de uma sociedade à outra, sua hierarquia interna e seus modos de proceder; [...] transformam-se as técnicas que presidem essas tarefas, como também as regras de ação e os modelos de comportamento que dizem respeito a elas” (Giard, 2011, p. 218).

Um colaborador descendente de poloneses e de ucranianos nos descreveu a rotina semanal da família que aborda este aspecto, segundo ele todas as tardes de sexta feira vai até a cidade buscar a filha solteira que lá trabalha, aos sábados chega a outra filha, netos e genro (descendente de ucranianos) para passarem o final de semana. Na noite de domingo, todos retornam para a cidade (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 11/06/2014).

Além das atividades de trabalho, uma das características que compõe o perfil da mulher camponesa descendente de eslava é a capacidade de agregar a família em todas as ocasiões possíveis. Se as condições da vida moderna atingiram a família e provocaram mudanças na própria organização da propriedade, há sempre a criação de oportunidades ou a necessidade de agregar as mulheres mais novas para que não se afastem de seu modo de vida de origem.

A ORGANIZAÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL

As clássicas teorias sobre o campesinato sempre o abordaram a partir de sua intrínseca relação com a cidade que simbolicamente é o *locus* do mercado. Numa sociedade capitalista o camponês também se insere nela, portanto vincula-se ao capital. Ainda que seu trabalho seja independente, sua vida se articula sob as tramas das relações de mercado, mesmo que de maneira residual o que o torna partícipe da divisão do trabalho e lhe obriga a produzir em função do mercado (Martins, 2002).

Quanto mais se especializa a divisão do trabalho, mais se solidifica a inter-relação entre as regiões urbanas e as agrícolas (Santos, 2008). No caso especificamente das regiões agrícolas essa inter-relação permite também o acesso de antigos e novos *habitus* que circulam livremente nesse mundo (não dicotômico) e se expressam pela utilização de antigas e novas tecnologias que integram as unidades de produção agrárias.

Conforme já mencionado, nos municípios recorte da pesquisa, a base econômica das propriedades rurais está assentada na pecuária leiteira e de corte. A primeira ocupa lugar de destaque, não pela sua produção, mas pela importância financeira, é geradora de renda mensal, além utilizar a mão de obra familiar disponível. Quanto à média de produção de leite, o Censo agropecuário 2006, informa o seguinte coeficiente por município.

Quadro 14: Produção média dos municípios de leite por litro/ propriedade/ano

Município	Produção (litro/ano/propriedade)
Rolim de Moura	16.469
Nova Brasilândia d'Oeste	7.954
Novo Horizonte do Oeste	7.755

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006

De acordo com os dados do IBGE (op. cit.), dos sete municípios que formam a Zona da Mata Rondoniense, os que compõem o recorte da pesquisa perfazem juntos 52% do total de leite produzido na região, com destaque para Rolim de Moura, que produz mais que os outros dois juntos, conforme ilustra o quadro acima. Este dado se evidencia nas atividades praticadas por nossos interlocutores da zona rural, uma vez que 70% deles afirmam ser a pecuária leiteira a base econômica de suas propriedades, ainda que associem outras atividades como geradoras de renda, tais como a venda de animais ou produção de café. O quadro 15 apresenta dados que esclarecem melhor este cenário:

Quadro 15: Atividades econômicas exercidas nas propriedades dos descendentes de escravos na ZMR

Atividades econômicas da propriedade	N. de propriedade por município		
	R. M.	N. B. O.	N. H. O.
Leite + venda de bezerros	1	1	1
Leite + gado de corte	3	-	1
Leite + venda de porcos, ovos e galinhas	2	1	-
Leite + venda de peixes	-	-	1
Leite + café	1	1	1
Gado de corte ou outras atividades	3	1	2
Total	10	4	6

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Tanto a produção de carne quanto a produção leiteira das propriedades dos entrevistados encaixam-se nos padrões de adaptação local da produção camponesa determinada pelos imperativos do mercado regional e nacional. Há também as áreas destinadas a produção agrícola que atende ao mercado local e que merecem destaque o café, milho, feijão e mandioca (IBGE, 2006).

A conformação fundiária das propriedades rurais dos entrevistados permanece mais ou menos integrada aos padrões iniciais dos lotes nos projetos de colonização do Incra, isto é, módulos fiscais de 100 ou 50 hectares e que equivalem respectivamente a 42 ou 21 alqueires paulistas. No entanto, foi possível encontrar propriedades com tamanhos variados, as mudanças se

deram ou por anexação de mais terras adquiridas ao longo do tempo ou a venda de parcelas do lote inicial.

Quadro 16: Tamanho das propriedades rurais dos descendentes de escravos na ZMR

Tamanho (alqueire paulista)	Número de propriedades
Até 20 alqueires	6
21 alqueires	6
42 alqueires	3
Acima de 43 alqueires	3
Não proprietários	2
Total	20

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Os entrevistados inseridos na categoria não proprietários são migrados que não conseguiram acesso à terra. Hoje cuidam da propriedade em que vivem, não plantam nem se dedicam à pecuária, têm somente cultivo de horta e animais domésticos para subsistência, vivem de outras fontes de renda.

Um deles nos relata ter migrado para Rondônia *na ilusão de ficar rico* e arrependeu-se, pois no Paraná era empregado e ganhava mais. Comprou uma marcação de herdeiros e perdeu. Trabalhou com lavoura até os 55 anos de idade, hoje aos 60 virou construtor de casas nas linhas vicinais de Rolim de Moura (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 17/09/2014). O outro afirma ter sido muito bom deslocar-se com a família para Rondônia, “aqui larguei mão de sofrer, lá nem conseguia tratar dos filhos”, diz ele. Arrendou três alqueires onde criou os filhos, hoje é aposentado e aluga a chácara em que mora (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 19/01/2015).

O objetivo e resultado pessoal de suas migrações foram semelhantes. A compreensão de cada um sobre sua própria trajetória é bastante distinta. Mesmo assim, ambos simbolizam os excluídos do sistema ou os *sobrantes* (Paulino, 2012), aqueles que estão às margens na sociedade brasileira, os que não são, na visão de Martins (1995, p. 25), “nem de fora e nem de dentro”

Para os demais descendentes de escravos envolvidos na pesquisa, a atividade leiteira lhes garante uma renda mensal. A partir dessa segurança, sentem-se motivados a inserirem-se, juntamente com suas famílias, no fabuloso mundo do consumo de bens duráveis e não duráveis. Em quase todas as residências às quais tivemos acesso, foi possível observar a presença de eletrodomésticos e eletroeletrônicos que cativam um indivíduo para o mundo moderno (quadro 17).

A chegada da energia elétrica quer proporcionada por associações de produtores rurais locais há mais de uma década, quer através do Projeto Luz para Todos, do governo federal implantado nos últimos anos, democratizou ao campo o acesso às facilidades da vida moderna. Entretanto, promove mudanças significativas no *habitus* dos colonos e que podem ser percebidas em três circunstâncias: (1) maior facilidade de locomoção à cidade redimensionando a antiga relação dicotômica campo-cidade; (2) maior inserção na sociedade globalizada a partir da disponibilidade de outros meios de comunicação além do rádio; (3) transformação no processo de produção e armazenamento de alimentos.

Quadro 17: Eletrodomésticos e eletroeletrônicos presentes nas residências rurais dos descendentes de eslavos na ZMR

Eletrodomésticos e eletroeletrônicos	V. a	%
Geladeira	20	100%
Liquidificador	20	100%
Televisor + antena parabólica	19	95%
Ferro elétrico	19	95%
Fogão à gás	19	95%
Chuveiro elétrico	18	90%
Ventilador de ar	18	90%
Bomba d'água elétrica	18	90%
Telefone rural	17	85%
Veículo automotivo	16	80%
Freezer	16	80%
Forno micro ondas	8	40%
Computador (<i>desktop, laptop</i>)	8	40%
Acesso à internet	7	35%
Máquina de lavar roupas	7	35%
Aparelho de ar condicionado	7	35%
Tablet	2	10%

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

A telefonia rural também direciona para mudanças das relações, maior aproximação e facilidade de comunicação, é válido acrescentar aqui nossa impressão/vivência acerca do telefone celular num dos momentos da pesquisa de campo:

Num sábado à tarde parti em busca de Antônio Topolniak com endereço em mãos: Linha 192 S km 10. Nas proximidades do que

seria o km 10 encontrei uma capela com alguns poucos fiéis organizando o espaço para uma dança de quadrilha que teria lugar àquela noite. Perguntei por Antônio, um dos presentes me disse que sua propriedade ficava bem mais à frente, no km 16. Mas que ele (Antônio) se encontrava próximo do local onde conversávamos, na casa deste senhor. Então utilizando um celular rural ligou para sua casa e pediu que Antônio me esperasse no travessão (uma pequena estradinha que corta a linha vicinal). Dirigi-me para lá e em menos de 5 minutos Antônio chegou. (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 26/07/2014).

O acesso às novas tecnologias imprime tanto aos colonos quanto às suas propriedades novas configurações resultantes de mudanças de comportamento social, ou pelas facilidades de organização física e econômica da propriedade, mas que modificam por sua vez, algumas atitudes de seu *habitus* camponês. Neste campo é emblemática a utilização do conjunto televisor/antena parabólica¹¹ que só não foi total devido às orientações religiosas.

Figura 17: Residência rural na Linha 144 S, em Novo Horizonte do Oeste – em primeiro plano a antena parabólica



Fonte: Paula (2014)

De forma positiva, observamos também uma íntima relação de convivência entre o moderno e o tradicional, que pode expressar simultaneamente um caráter de transitoriedade e de resistência. Enquanto 95% das residências de nossos interlocutores da zona rural possuem fogão a gás,

numa franca e inicial manifestação de “modernidade”, 65% delas possui e utiliza diariamente o fogão a lenha¹², mesmo sob as elevadas temperaturas da Amazônia. O fogão a gás ganha o status de artigo de luxo a ser utilizado em momentos de emergência, isto é, somente em ocasiões em que o fogão a lenha não estiver acesso. Este último possibilita a cocção mais lentamente, por sua vez prolonga o tempo das conversas durante o processo de preparo dos alimentos, assegura à cozinha um espaço de sociabilidade familiar e também com visitantes.

Figura 18: Presença do fogão a lenha nas cozinhas de residências rurais



Fonte: Paula (2014)

Em muitas casas, a cozinha fica em varandas semiabertas, mais ventiladas e proporcionam maior conforto climático ao espaço de socialização. Em 27 residências de todo o universo pesquisado (zona rural e urbana), no decorrer das entrevistas, fomos convidadas para conhecer seu interior, com maior permanência na cozinha, ambiente onde convivem harmonicamente os fogões a lenha e a gás, freezers, geladeiras e antigos moedores de café ou carne.

Em algumas propriedades há um pequeno depósito revendedor das botijas de gás¹³, não mais que 20 unidades delas e que atende aos moradores próximos. É uma comodidade, pois o morador não precisa deslocar-se até a cidade para adquirir o produto.

Figura 19: Revenda de gás em residência rural de Rolim de Moura - Linha 196 S



Fonte: Paula (2014)

No tocante à utilização de máquinas e instrumentos agrícolas há, também, manifestações de resistência ao novo. O quadro 18 mostra que enquanto os eletrodomésticos e eletroeletrônicos vêm dominando o cotidiano nas residências de nossos interlocutores, os instrumentos de trabalho mais modernos e elaborados não ganharam o mesmo espaço e são pouco expressivos no conjunto de propriedades analisadas.

Somente os instrumentos mais simples como enxadas, enxadões, carriolas, etc, foram encontrados em todas as propriedades analisadas. Há maior aquisição de instrumentos manuais, como o pulverizador manual para a aplicação de agrotóxicos, a roçadeira de pasto manual e a motosserra, todos utilizados para a manutenção das pastagens. É um panorama bastante similar ao encontrado por M. C. Silva (1998) junto aos camponeses do noroeste de Portugal, que demonstram resistência à abertura de inovações tecnológicas no campo por concebê-las como de uso incontroláveis ou de resultados incertos, e neste contexto implica desafiar ou questionar saberes e poderes tradicionais.

Quadro 18: Maquinários utilizados nas propriedades rurais dos descendentes de escravos na ZMR

Maquinário	Quantidade encontrada
Resfriador de leite particular	1
Resfriador de leite compartilhado	4
Caminhão boiadeiro	1
Trator	2
Arado mecânico	1
Espalhador de calcário	1
Ordenhadeira mecânica	3
Motosserra	5
Roçadeira de pasto mecânica	1
Roçadeira de pasto manual	5
Pulverizador manual	7
Carroça de animal	2
Carreta de moto	1

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Quando se trata da manutenção dos rendimentos mensais da propriedade, inovações tecnológicas parecem mesmo causar-lhes certo temor e incertezas, que para Silva (1998) pautado em Scott (1985) são formas cotidianas de resistência e têm como uma de suas ações a “ética de subsistência”¹⁴ que faz valer mais para o camponês o primado da segurança de subsistência e a estabilidade de um rendimento mínimo que a quantidade de excedente produzido.

Enquanto a resistência em relação à utilização de instrumentos agrícolas mais modernos é claramente percebida, uma situação contrária nos causou certa surpresa: a baixíssima presença das hortas nas propriedades rurais envolvidas na pesquisa. Houve um franco abandono em sua produção e manutenção, as justificativas alegadas pelos entrevistados teriam sido convincentes, caso não as tivéssemos encontrado em 42% residências na zona urbana.

Os entrevistados atribuem o seu desaparecimento ou fraco potencial nas propriedades rurais devido: (1) a infestação na região do caramujo africano; (2) a fraqueza das terras; (3) o avanço de animais silvestres ocasionado pela retirada das matas; (4) a dificuldade de produzir na região as hortaliças componentes do *habitus* alimentar eslavo; (5) a inviabilidade econômica de produção própria frente aos preços praticados pelos mercados e feiras da cidade.

O Sr. Antônio Sembalista argumenta a respeito das dificuldades no cultivo de hortas:

Hoje só tenho hortinha pequena. Já tive horta grande só que não compensa plantar por causa do clima. Não é falta de esterco, adubo, é que não vai solucionar o problema, a terra aqui é outra. La no Sul a nossa terra tem cem anos, meu pai plantou batata, cebola, alho, tudo dava. Aqui não, a gente planta e com pouco tempo a terra começa a ficar dura, enfraquece e tem que colocar adubo, o calor é demais aqui! Tem certas coisas que tudo vai num clima frio, cebola, repolho, e eu já trouxe muda de batata selecionada de lá. Até cresce bonitinha, mas não produz dá cipó grande e batatinha bem pequenininha. Alho produz aqui, mas só se colocar isolado da terra e plantar na caixa, encher de terra e levantar a caixa! (Antônio Sembalista).

No comentário fica explícita a necessidade de continuar mantendo os padrões alimentares e consumir hortaliças oriundas das regiões temperadas como a batata inglesa, a cebola, o repolho, a cenoura. Como sua produção não se adapta às condições climáticas locais adquirir-las em mercados e feiras é opção mais viável. No caso específico do repolho, um dos alimentos base da culinária eslava, encontramos a insistência em seu cultivo em três propriedades, porém de acordo com os entrevistados que os produzem, a cabeça tem formação reduzida e apodrecimento rápido. O endro (quadro 19) é também um dos temperos muito apreciado, mas de difícil cultivo devido ao clima. Quando encontrado (três propriedades) parece ser um elemento de demonstração de pertencimento étnico, pois notamos certa satisfação em declarar seu cultivo¹⁵.

Quanto ao avanço de animais silvestres, um dos entrevistados nos relatou: “eles invadem tudo, as hortas, as fruteiras, roça de arroz, milho [...] tudo. É capivara, quati, macaco, cateto. Até manguinha verde os papagaios comem, então é melhor comprar no mercado” (Pesquisa de campo, Novo Horizonte do Oeste, 25/10/2014).

Embora pareça uma questão polêmica, é preciso reconhecer que o abandono das hortas e a conseqüente aquisição de hortaliças nos mercados da cidade não representa, de maneira alguma, no abandono do modo de vida camponês. Estas são situações que para E. Paulino (2012) funcionam como estratégias de fortalecimento econômico da unidade produtora ao permitir que o camponês se dedique com mais afinco àquelas atividades mais rentáveis, enquanto adquire no mercado os produtos daquelas atividade que lhe tomaria tempo e recursos.

Nas poucas hortas encontradas, os produtos cultivados que encontramos estão registrados no quadro 19.

Quadro 19: Hortaliças das propriedades rurais dos descendentes de escravos na ZMR

Hortaliça	Propriedades em que são encontradas V.a	%	Hortaliça	Propriedades em que são encontradas V.a	%
Alface	11	55	Repolho	3	15
Temperos (*)	11	55	Quiabo	3	15
Couve	9	45	Abóbora	3	15
Mandioca	7	35	Tomate	3	15
Almeirão	5	25	Maxixe	2	10
Pimentas	5	25	Inhame	2	10
Batata Doce	4	20	Jiló	1	5
Rúcula	4	20	Cenoura	1	5
Pepino	3	15	Alho	1	5
Cebola	3	15	Chicória	1	5

(*) Aglutinamos como temperos a salsinha, cebolinha, endro e coentro.

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Quanto aos pomares ou fruteiras, são bem mais comuns às propriedades, somente um entrevistado afirmou não ter nenhuma fruteira. Os pomares são compostos por árvores de frutas que estão expressas no quadro 20. Assim como algumas hortaliças, as frutas da região vão sendo incorporadas gradativamente aos hábitos alimentares do grupo pesquisado. Ainda que o cupuaçuzeiro tenha sido encontrado somente em cinco propriedades, em todo universo pesquisado a fruta é muito apreciada tanto na forma de suco, quanto em doces como geléias e cremes.

Quadro 20: Frutas cultivadas em pomares das propriedades rurais dos descendentes de escravos na ZMR

Fruta	Propriedades em que são encontradas V. a	%	Fruta	Propriedades em que são encontradas V. a	%
Laranja	17	85,0	Ameixa Amarela	4	20,0
Manga	9	45,0	Pitanga	3	15,0
Banana	9	45,0	Romã	3	15,0
Coco	9	45,0	Caju	2	10,0
Acerola	7	35,0	Jambo Roxo	2	10,0
Mexericas	6	30,0	Limão	2	10,0
Jabuticaba	6	30,0	Fruta Pão	1	5,0
Cupuaçu	5	25,0	Abacaxi	1	5,0
Mamão	5	25,0	Orvalheira (uvaia)	1	5,0
Jaca	5	25,0	Uva	1	5,0
Abacate	5	25,0	Goiaba	1	5,0
Figo	4	20,0	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Algumas frutas, comuns no Sul como a uva, o figo, a pitanga, a orvalheira (uvaia) e a ameixa amarela recebem esforços para seus cultivos, em especial esta última que, na região, chega a formar-se árvore, mas não produz. Seus cultivadores trazem sempre uma esperança em vê-la frutificar.

Frutas como a manga, jaca, caju também são bastante apreciadas e só foram conhecidas pelo grupo quando chegaram a Rondônia. Já as frutas como o coco, a laranja e mexericas (mexerica, bergamota, tangerina, poncã) parecem continuar exercendo sobre os descendentes escravos o mesmo fascínio que aos antigos parentes quando migraram ao Brasil. Não faltam na literatura situações que registram o seu encanto pelas frutas tropicais (Andrezza, 1999; Bartholo, 2009; Krevey, 2003), não faltam nos pomares dos entrevistados exemplares dessas espécies.

NOTAS

1 A expressão “desbravar” é sinônimo de amansar, dominar. Enquanto conceito de cunho ideológico se trata da imposição do pensamento ocidental sobre povos e territórios não ocidentais, por muito tempo considerados selvagens. Historicamente, no Brasil o homem desbravador foi representado pela figura do bandeirante, num passado recente repaginado para o arquétipo do pioneiro, em ambos os casos tratou-se de homens encarregados da nobre missão de ordenar ou retirar aqueles ou aquilo que não enquadravam na nova lógica de desenvolvimento econômico para uma região. A manifestação do pensamento que apropria-se do termo, faz parte do Estatuto da Terra (Lei n. 4504/64), esta lei utiliza-o três vezes como conceito legitimador da ocupação nos moldes capitalistas (ocidentais) sobre ambientes considerados selvagens, bravos ou vazios demográficos, assim faz o inciso 2º do Artigo 11 da referida Lei: “Tanto quanto possível, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária imprimirá ao instituto das terras devolutas orientação tendente a harmonizar as peculiaridades regionais com os altos interesses do *desbravamento* através da colonização racional visando a erradicar os males do minifúndio e do latifúndio”. (grifo nosso).

2 Guaíra, Terra Roxa, Mal. Candido Rondon, Santa Helena, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Foz do Iguaçu.

3 Não temos a pretensão de intensificar as discussões a respeito do celibato na família camponesa. No entanto, vale registrar este como um caso encontrado no decorrer das pesquisas de campo. Este entrevistado, hoje com 54 anos não se casou para cuidar dos pais e assim herdou parte da propriedade onde vive com a mãe (pai falecido), a outra parte ficou para o irmão que constituiu família. A irmã casou-se e foi morar na cidadezinha (Migrantinópolis, distrito de Novo Horizonte do Oeste). Nesta família a divisibilidade por herança da pequena propriedade foi a mínima possível de forma a assegurar, naquela unidade de produção camponesa, a permanência dos pais até sua morte. Maior aprofundamento na questão pode ser encontrado em *Celibato e condição camponesa* de P. Bourdieu (1962) e *Resistir e adaptar-se: constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal* de M. C. Silva (1998), dentre outros estudos.

4 A chamada marcação é a posse de um pedaço de terra, sempre efetivada por meio de uma transação de compra e venda sem valor jurídico legal (contrato de gaveta). Nos primeiros tempos da colonização podia se referir a: (1) a aquisição de terras públicas ainda não anexadas pelos projetos de colonização; (2) terras de antigos seringais indocumentados; (3) terras doadas à colonizadoras particulares ou terras que já tinham donos e foram revendidas mais de uma vez. Ao adquirir uma marcação a expectativa do colono era a futura chegada do Incra para a sua regularização, na realidade esse tipo de negociação tomou corpo na região em virtude do intenso fluxo migratório, da morosidade do órgão colonizador em classificar e assentar os colonos e mesmo a falta de terras para acolher tantos migrantes. Como a regularização fundiária em Rondônia ainda apresenta grandes problemas as negociações de marcações continuam sendo comum nas transações de comércio da terra, contudo, a falta de legalização fundiária

impede o pequeno proprietário desta modalidade de aquisição de terra em acessar aos créditos rurais de bancos oficiais.

5 Ver nota 7 (Capítulo I)

6 Para uma afirmação categórica, seria necessária uma análise individual e criteriosa sobre cada um dos 5 PICs e sobre cada um dos 3 PARs, o que não é nosso objetivo neste trabalho.

7 Este foi o caso dos estudos do naturalista francês Buffon (1707-1788) que influenciaram muito o pensamento ocidental da época. Para este naturalista existiria um condicionamento geográfico e climático limitador da evolução do Novo Mundo, sobre a Amazônia especificamente, caracterizou-a como uma parcela da natureza ainda em formação, mas sem oferecer nenhuma condição ao pleno desenvolvimento das formas de vida naturais e humana (Pinto, 2006). Nesta seara de pensamento, encaixam-se uma gama de obras literárias que se basearam nestes conceitos para construir seus ambientes de enredo, como o fez o escritor austríaco K. Falkerburger (1979), em *As Botas do Diabo*, quando descreve de forma dramática, os rigores do clima equatorial na extensão da antiga Ferrovia Madeira-Mamoré.

8 O Arranjo Produtivo Local (APL) da Zona da Mata Rondoniense tem base na pecuária, absorvendo a produção das pequenas e médias propriedades locais estão 3 frigoríficos de grande porte (Grupo JBS, Grupo Marfrig, Grupo Minerva); 1 cooperativa de leite; 3 laticínios, 2 deles com unidade de captação ou captação de produto nos três municípios envolvidos na pesquisa; uma indústria de beneficiamento de soro lácteo. De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE), os 7 municípios que formam a Zona da Mata Rondoniense possuem juntos, um plantel de 1.000. 656 cabeças de gado bovino e produzem uma média de 61.846 litros de leite por propriedade, merecendo destaque para os municípios de Rolim de Moura e Santa Luzia do Oeste. Disponível em <www.cidades.ibge.gov.br>.

9 A empresa de transporte União Cascavel, citada por nossos interlocutores foi a primeira empresa a estabelecer uma rota regular de viagem Paraná-Rondônia, ainda nos primeiros anos da década de 1970. Informações históricas contidas em <www.eucatur.com.br/institucional/nossa-historia>. Acesso em: 18 mar. 2015.

10 Ver nota de rodapé n. 5 (Capítulo I).

11 Uma situação bastante ilustrativa neste item tem sido a atual crise na Ucrânia, durante os trabalhos de campo, este foi sempre um dos assuntos abordados. Na verdade, no período da pesquisa ficamos mais inteiradas dos acontecimentos pelos interlocutores que pelos noticiários.

12 Em sua maioria o fogão de ferro, conhecido como “fogão econômico”. Muitos deles ainda trazidos em suas mudanças do Paraná.

13 Para as propriedades revendedoras é mais uma fonte de renda, em conversa com uma entrevistada que oferece o serviço, ela afirma lucrar R\$ 10,00 (dez reais) por botija revendida. Registros de campo – Rolim de Moura, 24/092014.

14 O conceito de “ética de subsistência” pode ser compreendido como ética não ditada pela maximização do lucro da economia de mercado, sendo adversa aos riscos, não possui só uma vertente econômica, mas também uma dimensão moral, normativa e cultural (Silva, 1998, p. 64).

15 Numa conversa informal na cidade de Rolim de Moura com um descendente eslavo que não participou da pesquisa, ele nos disse sobre sua mãe que reside no município de Nova Brasilândia do Oeste: *você precisa conhecer minha mãe! Até endro ela cultivava!* (Pesquisa de campo – Rolim de Moura, 10/072014).



4 EU ME SINTO AGRICULTOR... APESAR DE TRABALHAR NO COMÉRCIO: NÓS SOMOS MUITO BICHO DO MATO: OS COLONOS DA CIDADE

[...] estou muito satisfeito por ter sido escolhido para servir no Exército. Só assim pude conhecer um pouco do mundo lá fora. Pessoas diferentes, grandes cidades, as casas são feitas com cinco ou seis andares, acho que vocês nem conseguem imaginar. É bonito de ver deslizar o trem pelos trilhos, levando diversas mercadorias e passageiros de estação a estação. Uns vão a São Paulo, outros ao Rio Grande do Sul e também pra Paranaguá (Burko, 2010).

As memórias do camponês Vasilio Burko, filho de imigrantes ucranianos que convocado para servir ao Exército de Curitiba em 1921, o fazem narrar sua primeira experiência com a cidade e com a sociedade exterior às colônias ucranianas paranaenses onde ainda predomina o modo de vida estruturado no campesinato eslavo.

A admiração, receio, encanto e espanto sentidos por Vasilio e seus dois companheiros de farda em contato com a cidade, por certo já não dominam mais o comportamento de qualquer descendente de eslavos. Sua inserção nas sociedades de acolhimento e no mundo é garantida pela franca evolução das comunicações ocorridas no país nos últimos 50 anos e responsáveis por introduzir a população brasileira às relações globalizadas, apesar do cenário de profundas disparidades e assimetrias em que tomam lugar.

Apesar da convivência banal com o novo e da inserção à vida pós-moderna, o *habitus* camponês dos descendentes de eslavos resiste em suas mais variadas manifestações, esta condição torna comum o seu grande apeço pelo campo e pelas pequenas cidades que conseguem manter algum ritmo de vida semelhante a ele.

É a consciência do identificar-se semelhante a um “bicho do mato” como evidencia o fragmento da fala de um interlocutor e que nomina o presente capítulo. Em suas palavras está implícito o desejo que muitos desses descendentes manifestam em continuar vivendo sob os estreitos laços de relação com a terra.

Por ocasião de uma conversa informal com o filho de uma de nossas interlocutoras, que é comerciante e morador da cidade, nos ofereceu pistas para delinear a afirmação que tecemos no parágrafo acima, ele nos afirmou “preciso ir ao sítio pelo menos nos fins de semana, tenho que sentir a terra

embaixo das unhas” (Pesquisa de campo, Nova Brasilândia d’Oeste, 24/05/2014).

Tendo em mente as causas subjetivas que orientam as trajetórias migratórias familiares, associadas ao cenário econômico brasileiro gerador dos deslocamentos compulsórios para a Amazônia, é compreensível as decisões dos descendentes de escravos na escolha de pequenas cidades da Zona da Mata Rondoniense como o local de destino para a sua fixação no momento em que tiveram de abandonar suas áreas de origem, ou moradias anteriores.

Assim, aglomerações urbanas situadas no eixo da rodovia BR-364 e que apresentavam condições mínimas de equipamentos e serviços urbanos como os disponíveis na Vila de Rondônia, atual cidade de Ji-Paraná, nos anos entre 1970 e 1980 foram preteridas por áreas que lhes acenavam maior possibilidade de acesso à terra e vivência em minúsculos aglomerados populacionais.

AS CIDADES DA ZONA DA MATA RONDONIENSE: LOCUS DO MUNDO CAMPONÊS MINIATURIZADO

O pesquisador R. L. Monte-Mor (1980) estabelece uma divisão simples a fim de compreender a dinâmica da produção do espaço geográfico de Rondônia, a partir das articulações do capital, para o autor

[...] é preciso que se enfatize a compreensão de Rondônia como um espaço de articulação entre a Amazônia e o Centro Sul. A partir desta colocação poder-se-ia fazer uma divisão grosseira em dois grandes espaços regionais e suas redes urbanas: de um lado, o espaço regional ‘tradicional’, intimamente ligado ao contexto amazônico, de atividades econômicas extrativistas e de penetração com origem no norte do país; de outro, o espaço regional ‘moderno’ decorrente da penetração recente das forças capitalistas do Centro Sul, sob a forma de pequenos proprietários que demandam o Território a partir da rodovia BR-364 (p. 126).

É interessante sua observação, considera as áreas ocupadas pelos projetos integrados e dirigidos de colonização em Rondônia, denominadas por ele como “Região de Rodovia” (p. 127), como espaço regional “moderno” (entre aspas) e que pode ser entendido como reprodução local do arcaico retirado do Centro Sul (Milikan, 1999), mas que teve como missão transformar-se em instrumento de preparação à chegada do moderno (sem aspas), dito de outra forma, a “domesticação” da terra para a chegada do capital.

Com esta manobra orquestrada pelas instituições públicas, o capital reterritorializou uma massa de camponeses empobrecidos nas terras de Rondônia, dando ou negando-lhes o acesso a um lote rural, conforme já analisamos no capítulo anterior.

Neste contexto, as cidades rondonienses que surgiram a partir dos projetos de colonização do Incra tiveram caráter bem específico, ou representavam “a ‘sala de espera’ para o futuro acesso à terra” (Coy, 1988, p. 177), ou foram ocupadas por colonos que não tiveram condições de se manter sobre seu lote, que foram expulsos por doenças, por força do fracasso agrícola ou pela venda da posse da terra recentemente adquirida (Passos, 1998) portanto, são cidades que cresceram sob o signo do rural. Tiveram suas funções determinadas pelas atividades rurais na região ou foram ocupadas por populações que não deixaram de manifestar naqueles espaços urbanos o *habitus* camponês.

Para Monte-Mor (1980) nos espaços rondonienses “não há, assim os ‘cidadãos’ ou ‘urbanitas’ e os ‘colonos’ ou habitantes rurais”. Eles se fundem num grupo quase homogêneo, onde morar na cidade pode significar uma opção familiar ou uma contingência temporal” (p. 136). Passadas três décadas destas constatações registradas pelo autor, pouco se modificou, a exemplo das cidades sedes dos municípios que compõe nosso recorte geográfico de análise – continuam sendo palco da manifestação do *habitus* camponês, tendo seus espaços reproduzidos a partir de concepções ordenadas por ele.

Os descendentes de eslavos, em especial aqueles moradores da cidade, transparecem tais manifestações em suas falas, atitudes, comportamentos e construções espaciais, como novamente sugere o fragmento de fala que nomeia este capítulo. Identificar-se como agricultor, mesmo que morando e trabalhando na cidade foi comentado por quatro entrevistados, sentem que o seu trabalho na cidade é temporário.

Por possuírem parte de sua população manifestante de um modo de vida baseado no *habitus* camponês e terem a base de sua economia voltada para atender às necessidades do campo, estamos considerando as cidades envolvidas nesta pesquisa como o lócus do mundo camponês miniaturizado, conceito que tomamos emprestado de M. C. C. Zanini (2009). Esta autora encontrou condições muito semelhantes em suas pesquisas com camponeses descendentes de italianos que por diversos motivos viram-se obrigados a migrar da zona rural para a cidade de Santa Maria/RS, espaço em que continuaram a reproduzir o seu *habitus* camponês.

Grosso modo, Zanini e Santos (2009) apreendem a reprodução urbana miniaturizada do mundo camponês como aquela organizada por

[...] indivíduos que em terrenos urbanos ou mesmo em apartamentos procuravam reproduzir um gosto pelas coisas do mundo camponês. Eram pequenas hortas, fogões à lenha, parreirais que possibilitavam aqueles indivíduos se sentirem, mesmo distantes, conectados ao 'mundo de origem' camponês e italiano que deve ser entendido como formador de *habitus* (Bourdieu, 1983), ou seja, estavam a tal ponto interiorizados que acompanham os indivíduos onde que eles se situem (p. 18).

Como observam Zanini e Santos (op. cit.), são casos onde a lógica da construção e organização do espaço sociogeográfico está embasada na manutenção do modo de vida estruturado no *habitus* camponês. As semelhanças de resultados encontrados entre a presente pesquisa e aqueles obtidos por Zanini (2009) em Santa Maria/RS inferem que as formas de organização socioespacial urbanas encontradas na Zona da Mata Rondoniense são derivadas do mesmo modelo de urbanização verificado por Zanini (op. cit.).

Para uma melhor compreensão desse quadro comparativo, é salutar uma inflexão sobre o processo de urbanização brasileiro bastante discutido e criticado, por isso, com algumas proposições teóricas que convêm serem aqui levantadas.

Os maiores questionamentos giram em torno dos critérios utilizados pelo IBGE para estabelecer a 'jurássica dicotomia oficial' (Veiga, 2006, p. 21) entre a área urbana e a rural¹. De forma totalmente generalizada, o órgão delega a todas as sedes dos 5.570 municípios brasileiros o status de cidade, quando somente 145 delas (IBGE, 2014) apresentam contingentes demográficos superiores a 200 mil habitantes².

Não há critérios específicos para considerar a diferenciação dicotomizada entre o urbano e o rural. Há sim, críticas a este processo culturalmente instituído no país e que gera situações muito afastadas da realidade de vida da população brasileira.

A falsa ideia de urbanização da população brasileira, definida pelo critério acima mencionado e aplicado pelo IBGE, ultrapassa a casa dos 80% e provocam sérias críticas de pesquisadores como Veiga (2002), Abramovay (2000), Endlich (2013), Bernardelli (2013), Santos (2008) e outros, ainda que sustentem linhas antagônicas entre si como é o caso de Veiga, bastante criticado pelos demais pesquisadores por apontar a necessidade de mudanças somente quantitativas e não estruturais.

Diante de tal realidade M. Santos (op. cit.) propõe não mais a divisão dicotômica entre o rural e o urbano, mas a alternativa para pensarmos o

território brasileiro como “um Brasil urbano e um Brasil agrícola, em que o critério de distinção seria devido muito mais ao tipo de relações realizadas sobre os respectivos sobespaços. Não mais se trataria de um Brasil das cidades oposto a um Brasil rural” (p. 75).

Considerando as relações existentes no subespaço Zona da Mata Rondoniense como um fragmento do Brasil agrícola, é que denominamos as pequenas e médias cidades dela constituintes como espaços miniaturizados do mundo camponês. Neste espaço, parte de sua estrutura se organiza também sobre concepções eslavas de produção do espaço geográfico.

Nas cidades envolvidas nesta pesquisa são encontrados diversos elementos que as caracterizam como reprodutoras e mantenedoras do mundo rural, como a produção de gêneros agrários nos quintais das residências urbanas: hortas ou mesmo pequenas plantações, a criação de aves (galinhas, frangos, patos), consumo e comércio de lenha, dentre outras características de fácil observação.

São estratégias de manutenção do habitus camponês, pois permite a manutenção da segurança alimentar da família em período de moradia na cidade, isto é, a produção de parte da alimentação no interior dos quintais garante certa autonomia alimentar e econômica à família quando reproduz àquela autonomia estabelecida na antiga unidade de produção camponesa.

A seguir apresentamos alguns elementos do habitus camponês presente na paisagem urbana da ZMR

Figura 20: Derivados suínos (linguiça e banha) comercializados nas feiras livres de Nova Brasilândia d’Oeste



Fonte: Paula (2014)

Figura 21: Comércio informal de “frango caipira” em Rolim de Moura



Fonte: Paula (2014)

A organização sociogeográfica do lugar

Conforme já mencionado anteriormente, os municípios do recorte geográfico da pesquisa tiveram sua origem com a implantação do PIC Gy-Paraná.

O município de Rolim de Moura emancipou-se em 1983, hoje é a cidade polo que agrega os demais municípios da Zona da Mata Rondoniense. Localizado a 480 quilômetros da capital Porto Velho, com uma população de 56.242 habitantes³, oferece serviços (saúde, educação, comércio) que alcançam toda população da Zona da Mata Rondoniense calculada em 139.777 habitantes⁴.

Nova Brasilândia d’Oeste inicialmente foi uma gleba do Projeto de Assentamento Rápido (PAR) Bom Princípio⁵, criado em 1983 para tentar acolher o excedente de camponeses que buscavam terra no PIC Gy-Paraná e que a partir da Extensão Rolim de Moura foi cada vez mais ocupando as terras do oeste rondoniense, como atestam os comentários de Oliveira (2010).

[...] A maioria dos assentados no PABPO são migrantes internos, expelidos das localidades já colonizadas. A maioria é procedentes mesmo de Cacoal, inscritos e selecionados na sede do PICPGN. Não só os que se instalaram no PABPO, mas também, os que

foram assentados em glebas do entorno do PABPO, nas localidades dos atuais municípios de São Miguel do Guaporé e de Nova Brasilândia d'Oeste (p. 94).

Atualmente o município, criado em 1988, abriga uma população de 21.592 habitantes⁶. Grande parte da prestação de serviços, principalmente saúde e educação, seus habitantes precisam buscar nas cidades maiores de entorno como Rolim de Moura (distante 60 quilômetros), também em Cacoal ou Ji-Paraná.

Já a pequena cidade de Novo Horizonte do Oeste teve sua origem na formação de um Núcleo Urbano de Apoio Rural (NUAR), que M. Coy (1988) define como “pequenas localidades urbanas dentro do espaço rural no curto raio de ação para um total de cerca de 1.000 famílias de camponeses” (p. 185).

Em conversas com um servidor do Incra, escritório local de Ji-Paraná, o mesmo nos informou que “os núcleos não eram planejados pelo Incra, apareciam os núcleos urbanos e quando o Incra percebia que havia se formado uma aglomeração num determinado lugar com possibilidade de aumento populacional, criava-se então o NUAR. Eles são todos de origem espontânea” (Pesquisa de campo, Ji-Paraná, 11/08/2014).

No caso de Novo Horizonte do Oeste, a aglomeração urbana se formou a partir da venda de pequenas parcelas dos lotes rurais, na maior parte em suas fundiárias, razão pela qual o sítio urbano não é cortado pela rodovia RO-010, distanciando-se dela cerca de dois quilômetros ao norte.

Emancipado em 1992, o município possui uma população de 10.276 habitantes⁷ e assim como Nova Brasilândia d'Oeste também depende muito dos serviços ofertados pelas cidades maiores da região.

Historicamente, os três municípios ocupam áreas pertencentes ao território imemorial de perambulação dos povos Tupari, Makurap, Kampé e outras quatro etnias, reunidas e denominadas Povos do Rio Branco que hoje têm seus remanescentes vivendo na Terra Indígena Rio Branco demarcada em 1984, localizada à margem brasileira do rio Guaporé (Gonçalves, 2011). Na Zona da Mata Rondoniense a reocupação e a colonização se deram em meio ao “espaço vazio”, em total desconsideração aos territórios das comunidades indígenas (Santos Silva, 2014).

Quanto à ocupação vinculada à economia da borracha, diretamente ligada à criação do Território Federal do Guaporé em 1943 há poucas referências, os trabalhos que analisam este período da história regional priorizam como recorte geográfico os vales dos rios Madeira e Mamoré generalizando a análise para todo o Estado de Rondônia.

Apresentamos, a seguir, alguns aspectos da evolução do espaço urbano de Nova Brasilândia do Oeste.

Figura 22: Área central da cidade em 1984



Fonte: Mossolin (s/d)

Figura 23: Vista parcial e atual da cidade



Fonte: Paula (2015)

Uma das poucas referências à economia extrativista que imperou na região antes da implantação dos projetos de colonização do Incra está em E. S. Lopes (1983 apud C. Santos, 2007)

[...] nestas propriedades pratica-se a agricultura voltada para a produção de alimentos, nos moldes tradicionais e geralmente em áreas de várzeas. Nas áreas em que predominam estabelecimentos com mais de 500 hectares, a atividade econômica característica é o extrativismo vegetal, principalmente naqueles situados nos vales dos rios Madeira e Guaporé, ou a criação extensiva de gado. Estes estabelecimentos, embora reduzidos em termos de números, detém mais da metade da área total das propriedades coberta pelo censo de 1960 (p. 66).

Os conflitos iniciais entre indígenas e não indígenas em terras rondonienses se deram a partir da intensificação dos contatos que tiveram lugar nas duas fases da economia da borracha. Especificamente na região em tela, M. Gonçalves (2011) afirma que a aproximação entre indígenas e seringueiros se intensificou a partir de 1950 provocando profundas mudanças no modo de vida dos primeiros.

No momento da chegada dos migrantes do Centro Sul à região, os grupos indígenas sobreviventes aos contatos anteriores já estavam realdeados no Posto Indígena Rio Branco, mas os seringais da região ainda os utilizaram como mão de obra compulsória até o início da década de 1980.

Nossos interlocutores não registram a presença indígena nas áreas de assentamento quando chegaram, somente os seus vestígios como afirma o Sr. Saturno:

Achemos panela de barro quebrada, uma pedra tipo machado. Uns fala que era de índio, não sei! E a turma comentava que eram os índios que faziam aquilo, mas não chegemos a ver nada, nem índio nem outro povo. Nunca topemos com ninguém (Saturno Skiezinski).

Noutro momento de sua entrevista, o Sr. Saturno fala sobre a negociação das terras de antigos seringais:

Nóis não sabia onde é que ia chegar, viemos pra descobrir as terra. Era pra ser as terra de um seringueiro que vendia. Então viemos ver, trouxemos o agrimensor pra localizar e medir. Então o meu tio comprou essa terra e fomo roçar e derrubar pra ele (Saturno Skiezinski).

De forma pouco comum à população migrada que desconsidera por completo a presença anterior de indígenas e seringueiros na região este entrevistado comenta:

[...] quando nós entremos na 152 e fomos roçar pra esse homem que pagou nossa terra, o Darci, se acampamos na beira do córrego que passa lá na linha. No quilometro quatro tem um galho dum outro corguinho que se junta. Foi ali no meio dos dois que fizemos barraca no meio do mato. No outro dia quando começemos a roçar achemos dois pé de limão galego e duas touceira de bananeira e ninguém nunca falou que tinha gente por aqui. E tinham derrubado a mata porque achemos os toco derrubado, mas as árvores em volta já tava tudo grande, já tinha crescido. Por lá era puro bacuri.

E daqueles pés de limão e banana, todo mundo pegou muda e foi dividindo pras nove famílias que moravam na linha. Era banana maçã e foi de lá que eu peguei muda, plantei e depois vendi tanta banana! Era uma moita grande, muito antiga, os broto pequeno sofrendo embaixo da mata. Mas tava tudo verdinho.

[...] Então é uma coisa interessante, porque nós sempre falava:

- Nós não somos os primeiro que entramos aqui! Teve alguém que entrou na nossa frente. E deixou alguma coisa que nós foi usar depois. E aquilo eu calculo que tinha uns trinta anos, porque era mais grosso do que as árvore que eu plantei nesse sítio quando cheguei. Aquilo nunca mais eu esqueço! (Saturno Skiezinski).

Em um contexto bastante distinto desta análise do Sr. Saturno, para o colono que chegava à região imperou a tônica de ocupação de terra livre. Foi, mais uma vez, a propagação ideológica do vazio demográfico amazônico que deveria ser transformada em senso comum para justificar todo o aparato que objetivaria estruturar a chegada do capital num futuro próximo.

Economicamente, os três municípios têm conformações um tanto distintas. A base econômica de Rolim de Moura é a pecuária e centra-se nessa atividade todo o Arranjo Produtivo Local (APL)⁸. Já os outros dois municípios têm suas atividades divididas entre a pecuária e a agricultura, com destaque para a cafeicultura. Um de nossos entrevistados atribui este cenário às diferenças na qualidade dos solos, segundo ele as terras destes últimos municípios são mais apropriadas para a lavoura cafeeira (Pesquisa de campo, Novo Horizonte do Oeste, 20/08/2014). Este perfil econômico nos permite

classificar nossa área de estudo como pertencente ao Brasil agrícola proposto por M. Santos (2008).

Um bom exemplo para mostrar a organização socioespacial destas pequenas cidades em função do mundo rural são as suas “rodoviárias do colono” que podem estar instaladas em áreas anexas à rodoviária local ou em espaços separados. Oferecem serviços de transporte aos colonos, feitos geralmente em caminhões com bancos de madeira adaptados em suas carrocerias. Nos últimos tempos, estes vêm cedendo lugar aos ônibus já descartados das frotas de transportes de outras regiões.

São veículos com rotas regulares de viagens entre as linhas vicinais e as cidades, costumam ocorrer entre duas ou três vezes semanais logo nas primeiras horas da manhã com retorno após o fechamento de agências bancárias e dos órgãos públicos. Para cada linha vicinal há um veículo, muitas vezes pertencente um colono também morador da mesma linha vicinal e que buscando uma renda extra oferece o serviço de transporte.

No entorno dessas rodoviárias, se estabelece uma rede de comércio tanto para adquirir os produtos que os colonos trazem à cidade, quanto para atender às suas necessidades como os pequenos mercados de “secos e molhados”, pequenos restaurantes e lanchonetes, lojas agropecuárias, farmácias, selarias e uma infinidade de barracas de comércio informal – os camelôs.

Figura 24: Rodoviária do colono de Rolim de Moura: com vista dos ônibus e caminhão adaptado para o transporte de colonos



Fonte: Paula (2015)

Boa parte da economia e estruturas destas três cidades giram em torno do modo de vida e de produção econômica do colono, ou seja, elas se funcionalizam baseadas na participação dos colonos na economia local. Inseridos no mercado local, estes são potenciais consumidores, um exemplo disto é o alto número de lojas de produtos agropecuários na região, somente em Rolim de Moura há 15 delas registradas na Junta Comercial local.

A MANIFESTAÇÃO DO *HABITUS* CAMPONÊS NA CIDADE

A organização do espaço urbano com elementos do modo de vida camponês é bastante visível nas cidades envolvidas na pesquisa, de forma geral para toda a população que as compõe e de forma específica para descendentes de escravos. É mesmo a manifestação do *habitus* camponês cotidianamente presente na vida do lugar, pois ser camponês transcende ao produtor da terra ou ao morador de uma zona rural, os vínculos com o lugar de origem, o campo, são mais fortes que a questão produtiva pura e simples (Zanini, 2009).

Neste mesmo contexto, também são esclarecedoras as análises de Martins (2004-2005), sobre a “camponização” na cidade, ainda que seu espaço de observação tenha sido uma área do Brasil urbano, a metrópole de São Paulo, o seu ponto de vista sobre as populações expropriadas da terra e envolvidas no êxodo rural assegura que as transformações, adaptações e reafirmações da cultura originariamente rural são técnicas sociais autoprotetivas e autodefensivas adotadas por grupos que sentem algum tipo de ameaça de desaparecimento desta cultura.

Os mecanismos de autoproteção são elementos presentes nos processos de territorialização. Portanto, reproduzir os ambientes culturais comuns à sua origem provoca no indivíduo sentimentos de maior confortabilidade frente à nova realidade de vida, logo, maior sentimento de reterritorialização.

Todas as famílias que entrevistamos na cidade, em algum momento tiveram suas vidas estruturadas na zona rural. Questionadas sobre as práticas de atividades de lazer e entretenimento, 21,4 % afirmam que passam o final de semana e feriados no sítio, são propriedades próprias ou de parentes onde coordenam ou auxiliam as atividades necessárias para a organização e produção da propriedade rural, assim foi o comentário de uma entrevistada “pra mim é uma festa ir para o sítio dos parentes, matar porco... cuidar de toda a lida, fazer *kyshka*⁹. Todo mundo gosta muito da *kyshka* que eu faço!” (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 26/08/2014).

Na cidade reproduzem tudo o que é possível das formas de vida no campo, seja na adoção de mecanismos que lhes assegurem a autossuficiência alimentar, na organização dos espaços internos e externos da casa ou na própria cosmovisão de mundo. Nesse ambiente, somado a todos os processos de territorialização vivenciados desde a chegada e fixação do grupo na região, promovem também a reterritorialização do modo de vida camponês eslavo.

Significativos 78,6% de nossos entrevistados na zona urbana identificam em si e em suas famílias algumas heranças camponesas. Para melhor compreensão o quadro 21 apresenta as respostas agregadas em bloco por semelhanças.

Quadro 21: Identificação de heranças camponesas nas famílias descendentes de escravos da ZMR

Bloco de respostas semelhantes	Zona Urbana	
	V. a.	%
Gostar das atividades rurais (plantar, capinar, lidar com gado, matar porco e frango caipira, etc.)	10	24,0
A forma de cuidar da casa, das plantas e do quintal, tirar a comida nas panelas	8	19,1
Acordar cedo para o chimarrão e tratar das criações	6	14,2
Não tem mais heranças, mas sente muita saudade da vida no campo	3	7,2
Não gostar de morar na cidade	3	7,2
Todas as atividades da vida (não conhece outro tipo de vida)	1	2,3
Gosta de “produzir” tudo o que precisa em casa e no sítio	1	2,3
Ter ferramentas de sítio em casa	1	2,3
Não sabe/ não identifica	9	21,4
Total	42	100

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

São atividades e comportamentos que comprovam a continuidade do *habitus* camponês num ambiente modificado – pequenas cidades da Amazônia. É também uma estratégia de construção do novo território com tentativas de estrutura-lo em bases modeladas pelos antigos. Para M. M. dos Passos (2009),

[...] o ambiente, malgrado as diferenças ecológicas, é construído à imagem do local de origem: é o local para morar, trabalhar e, notadamente, sonhar. Sonhar com o futuro, mas, também, com o passado. O passado está presente, no desenho das casas, na reprodução das festas, na alimentação, nas cantorias, nas figuras afixadas às paredes, nas lembranças. Este ambiente pode ser

duradouro, ou se diluir e desaparecer à medida que outras culturas e outras técnicas aportam a esse mesmo território (p. 5).

Algumas heranças hoje se mostram incompatíveis com os ambientes urbanos, tais como a criação de porcos em pequenas pocilgas de quintais para transformá-los em carne, banha ou embutidos no devido tempo de abate, momento em que outro animal deveria ser colocado em cativeiro para a manutenção do processo de “engorda para o gasto”, esta sempre foi uma prática cultural dos descendentes de eslavos. Atualmente somente lhes é permitido a manutenção de pequenos galinheiros, tendo em vista que as vigilâncias sanitárias municipais proíbem a criação de suínos nas cidades, situação geradora de inúmeras reclamações como as que ouvimos de nossos entrevistados.

Na tentativa de manter o ritual da matança do porco ou “cuidar de toda a lida”, como comentou nossa entrevistada citada, a solução encontrada por alguns é comprar o animal vivo de sitiantes para abatê-lo em casa, como agem alguns interlocutores. Um deles nos afirmou “eu mesmo sempre compro um porco, mato e destrincho pro consumo da casa” (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 05/06/2014). São ações que resultam do gosto de produzir tudo o que se precisa em casa, como alegam 2,3% do grupo.

Algumas famílias já não mantêm heranças camponesas em seu cotidiano, como atestam 7,2 % dos entrevistados. É preciso observar que o quadro mostra somente aquelas ações reconhecidas pelos próprios entrevistados, notemos que somente 2,3% deles identificam como uma dessas heranças – a prática de possuir ferramentas rurais em casa. Contudo, quando observadas, 93% das residências urbanas envolvidas na pesquisa possuíam ao menos duas dessas ferramentas no momento das entrevistas.

Todas as ferramentas são utilizadas para os mais diversos serviços de manutenção das residências, hortas, jardins e reparos diversos, assim como a organização da lenha para abastecer fogões e fornos de barro, ou mesmo a fabricação de objetos como brinquedos e pequenos móveis (figura 27).

O arsenal de ferramentas do mundo rural presente nas residências urbanas retrata a resistência na preservação da autossuficiência camponesa, a continuidade de produção de todos os itens possíveis e necessários à vida cotidiana dentro do espaço da moradia urbana. A autossuficiência está diretamente relacionada à maior liberdade de qualquer espécie de dívida, isto é, todo produto artesanal confeccionado pela própria família evita maiores gastos de manutenção familiar, pois não contrair dívidas é um elemento simbólico que reafirma a autonomia camponesa (Paulino, 2012).

Quadro 22: Ferramentas e utensílios agrícolas presentes nas residências urbanas da ZMR

Tipo de Ferramenta	V.a	%	Tipo de Ferramenta	V.a	%
Enxada	37	88,1	Cavadeira (boca de lobo)	8	19,0
Martelo	20	47,9	Picareta	4	9,5
Enxadão	16	38,0	Tesourão de poda	3	7,1
Foice	16	38,0	Moto serra	2	4,7
Machado	14	33,3	Alicate	1	2,3
Facão	13	30,9	Bomba de veneno manual	1	2,3
Pá	12	28,5	Cuitelo	1	2,3
Rastelo	12	28,5	Equipamento de apicultura (*)	1	2,3
Serrote	9	21,4	Furadeira	1	2,3
Carriola	8	19,0	Pé de cabra	1	2,3

(*) o equipamento de apicultura trata-se de material pertencente a um criador de abelhas sem ferrões em área urbana.

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Na reprodução miniaturizada do mundo rural (Zanini, 2009), observamos uma negociação de espaço e utilização tanto de tecnologias mais antigas, legítimas reprodutoras das atividades pertencentes ao *habitus* camponês eslavo, quanto de tecnologias mais modernas que promovem a integração total da família na sociedade globalizada. Os quadros 23 e 24 demonstram esse panorama.

Quadro 23: Tecnologias antigas utilizadas pelas famílias descendentes de eslavos na zona urbana

Instrumento em uso	V.a	%
Cilindro para massas	28	66,6
Moedor de carne	14	33,3
Fogão a lenha	12	28,5
Tachos	11	26,1
Moedor/torrador de café	8	19,0
Forno caseiro	6	14,2
Defumador de carne	1	2,3

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Alguns desses instrumentos, já passaram por evoluções como o cilindro para massas encontrado em 66,6% das residências urbanas e o moedor de carne, presente em 33,3% delas, em algumas residências tais instrumentos já são versões elétricas, facilita o trabalho da dona de casa e continua tendo a

função de reproduzir práticas e hábitos da gastronomia eslava como a preparação de pães, bolachas, macarrão caseiro, linguiças, dentre outros pratos de sua preferência alimentar. Os demais instrumentos continuam em sua forma antiga e exercendo a mesma função.

Quadro 24: Tecnologias de comunicação presentes nas residências urbanas das famílias descendentes de eslavos

Tecnologia de comunicação mais utilizada	V. a	%
Televisor + antena parabólica	41	97,7
Telefone celular	39	92,8
Acesso à internet	29	69,0
Computador de mesa	26	61,9
Telefone fixo	16	38,0
Notebook	12	28,5
Canal de TV por assinatura	10	23,8
Tablet	5	11,9
Televisor com antena local	1	2,3

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Quando se trata de tecnologias de consumo de massa (eletroeletrônicos), em especial àquelas voltadas para ampliar as comunicações, a conectividade de nossos interlocutores com o mundo exterior não os coloca em posição retardatária. As famílias têm acesso aos mais diversos veículos de comunicação em uso no país.

Se analisado por um observador fora do Estado de Rondônia, dado curioso seria a maciça utilização do conjunto televisor-antena parabólica (97,7% das residências), ocorre que até a década passada a qualidade dos sinais de transmissão de canais locais eram bastante ruins. Com a popularização da antena parabólica, a imensa maioria dos moradores dos municípios rondonienses adquiriu o aparelho, tal cenário implicou no acesso direto às centrais de televisão. Por outro lado, desconecta-os das informações locais.

Os canais mais acessados pelos descendentes são as redes Globo, Record, SBT e Band, além dos canais católicos como a Rede Vida e Canção Nova. Estes últimos são acessados pelos descendentes mais idosos ou por aqueles que apresentam alguma dificuldade de locomoção. Frente às dificuldades de ir até a igreja, acessam a programação dessas emissoras de TV, uma entrevistada fez um comentário ilustrativo a esse respeito, “eu vou pouco na Igreja, mas acho que rezo muito mais que meu filho e a nora que vão todo domingo, pois eu assisto a missa na TV todo dia e rezo o terço” (Pesquisa de campo, Rolim de Moura 19/05/2014).

Apresentamos, a seguir, alguns aspectos da organização e produção de elementos do mundo camponês presentes nas residências urbanas da ZMR.

Figura 25: Balanço infantil confeccionado na própria residência



Fonte: Paula (2014)

Figura 26: Espaço de abrigo de ferramentas



Fonte: Paula (2014)

Figura 27: Confecção de móveis na própria residência



Fonte: Paula (2014)

Quanto às demais tecnologias de comunicação, estas lhes asseguram os novos formatos de sociabilidade que o mundo moderno oferece a um indivíduo.

A casa, as cores, os lambrequins e o paiol

[...] surge tanto na zona urbana como na rural uma produção de edifícios de madeira, perfeitamente adaptados às condições locais, que conseguiram resolver, apesar das adaptações, as necessidades de moradia e os mais diversos programas, que sob o imperativo da necessidade buscava soluções mais simples e objetivas, às vezes, subordinadas a algumas regras construtivas que cada migrante ou imigrante trazia de seu antigo território.

Aproveitando os recursos materiais locais, de modo a obter rapidez e facilidade construtiva, conseguiram criar, com a produção desta arquitetura uma linguagem própria capaz de expressar uma cultura arquitetônica local, dominando a técnica de trabalhar com madeira e criando um repertório arquitetônico rico e singular (A. C. Zani, 2013, p. 7-8).

Para o leitor que conhece a paisagem e o histórico de ocupação recente da Zona da Mata Rondoniense, a citação de Zani (op. cit.) parece descrever caprichosamente a construção arquitetônica do espaço local. Dito de outra forma, é possível observar pelo olhar a paisagem arquitetônica local e constatar a fidelidade da descrição. Entretanto, no texto acima, o autor descreve a condição de construção de outro espaço, o norte do Paraná das décadas de 1930 a 1970.

Não se trata de coincidências, o próprio fragmento de texto explica: a paisagem arquitetônica da Zona da Mata Rondoniense seria reproduções “subordinadas a algumas regras construtivas que cada migrante ou imigrante trazia de seu antigo território”. Quando se finda o processo de construção das residências de madeira no norte e noroeste do Paraná, imediatamente ele passa a ser reproduzido em Rondônia pelos grupos migrados exatamente daquele estado.

Pelas concepções de Zani (op. cit.), os espaços se constroem a partir de conhecimentos herdados e adquiridos pelos grupos sociais. As mesmas concepções são compartilhadas por K. Imaguire Jr. (1982) ao estabelecer que “assim como a arquitetura é produto de uma sociedade, é válido também empreender-se o conhecimento dessa sociedade por sua arquitetura” (p. 7). A arquitetura é, por assim dizer, parte da materialização de concepções de mundo manifestadas por um grupo, com adaptações, se necessárias, para o ambiente físico onde será reproduzida.

Um processo de construção socioespacial estará intimamente vinculado ao *habitus*, ao princípio gerador e unificador das práticas que quando manifestadas por um conjunto de agentes situados em condições homogêneas de existência, (re)produzirão práticas semelhantes (Bourdieu, 2007) ainda que readaptadas ou ressignificadas para ambientes ecológicos diversos.

Por si só, este prisma teórico explica a abundância de casas de madeira na Zona da Mata Rondoniense, contudo, as questões econômicas e ambientais fazem parte do arranjo de construção de uma determinada paisagem arquitetônica e devem ser contabilizadas na formação da paisagem. Neste sentido, os estudos de Imaguire Jr. (1982, 1993) sugerem que a utilização das casas de madeira no Paraná pode ser compreendida por um conjunto de fatores como as práticas de construção trazidas da Europa como as casas de tronco sobrepostos dos poloneses, a abundância da madeira na região, a simplicidade das construções espontâneas e o baixo custo, permitindo assim que esse tipo de moradia se tornasse acessível a todos. A partir das colocações de Imaguire Jr. (1982) observamos que se fizeram presentes na Zona da Mata

Rondoniense, os mesmos elementos de ordem econômica e ambiental, somadas às heranças de processos sociais trazidos para a região pelos migrantes descendentes de escravos, acrescidos dos demais grupos paranaenses lá assentados. Juntos, todos estes elementos justificam a construção local do espaço geográfico composto por uma paisagem rica em casas de madeira, em pequenos chalés, em cores fortes e ainda uma tímida insistência no emprego de lambrequins, como suporte decorativo.

As casas são em maioria de madeira beneficiada, em tábuas dispostas verticalmente. São comuns tanto as janelas de madeira, quanto as esquadrias de metal em conjunto com o vidro (estilo *vitroux* ou veneziana), também já são possíveis observar casas de madeira com janelas de vidro temperado.

Devido à elevada umidade da região nos consecutivos períodos de chuva, houve a adaptação para uma base em alvenaria que impede a deterioração da madeira exposta à proximidade do solo úmido, bem como a troca total do assoalho de madeira por pisos de cimento ou cerâmica. Esses tipos de pisos são mais adequados às elevadas temperaturas da região, contribuem para que o calor não seja muito intenso no interior das residências.

Costumeiramente têm estrutura de duas águas com inclinação média a partir do centro. É comum uma pequena quebra na linha de inclinação, o que de imediato, lembra a “casa de polaco”¹⁰, algumas com adaptações de ambientes que sugerem ser um sótão. Quanto aos banheiros, são todos internos construídos em alvenaria, ou somente meia parede desse material, são as chamadas “paredes meia saia”.

Figura 28: Vista parcial da nova casa da Família Mreglad – observa-se a parede “meia saia”



Fonte: Paula (2015)

Outra forma de moradia, embora de presença tímida na região, mas percebida na paisagem, é o chalé (*chalet*)¹¹. Alguns, de certa forma, foram adaptados às condições ambientais locais, outros têm estrutura arquitetônica idêntica aos encontrados no sul do país. Os últimos, que no geral utilizam o amianto como material de cobertura tornam-se impróprios ao espaço local devido ao calor. Entretanto, é preciso considerar que a sua presença funciona também como mecanismo de territorialização afetiva da paisagem, reproduzir as formas arquitetônicas no novo local de moradia é, pois, a forma de repossuir os valores perdidos dos objetos que ficaram para trás no momento da partida, tais como as casas (Dardel, 2015).

Figura 29: Chalé com cobertura de amianto em Rolim de Moura



Fonte: Paula (2014)

Figura 30: Casa de madeira da Família Semtchuk em Nova Brasilândia d'Oeste



Fonte: Paula (2014)

A paisagem arquitetônica local ainda muito rica em casas de madeira começa a dar sinais de reversão de cenário. Atualmente as construções em madeira não são mais viáveis economicamente, outro fator que começa a contribuir para a transformação da paisagem é o fato de que as construções espontâneas ou autoconstruções tornaram-se proibidas por instituições públicas e organização de classe.

A obrigatoriedade da execução de uma obra administrada por um profissional especializado tem levado ao aparecimento de residências em padrões totalmente diferenciados das tradições arquitetônicas de moradia da população local. Na cidade de Rolim de Moura, já existem bairros completamente diferenciados do padrão geral de moradia da cidade. Nele, onde residem duas famílias envolvidas na pesquisa, há somente casas com fachadas mais modernas, de linhas retas e em sua maioria dispostas latitudinalmente sobre o terreno.

Portanto, medidas institucionalizadas como esta, ou como a proibição aos criadouros de suínos em ambientes urbanos, implantadas com objetivo de garantir a segurança e a sanidade dos cidadãos, promovem perdas ou transformações no *habitus* manifestado por uma comunidade.

Dentro do grupo de entrevistados da zona urbana, 52,4% deles já residem em casas de alvenaria, 40,5% em casas de madeira e 7,1% em casas mistas, isto é, aquelas que apresentam parte dos cômodos construídos em madeiras e outra parte em alvenaria, estas últimas são comumente resultantes de processos de autoconstruções. O grupo foi chamado a opinar sobre suas preferências pela casa de madeira, as respostas foram agrupadas pelas semelhanças de opiniões no quadro 25.

Quadro 25: Opinião dos descendentes de escravos moradores da zona urbana sobre as moradias em madeira

Conjunto de respostas	V. a.	%
Já se adaptou em casa de alvenaria, não tem saudade da casa de madeira; não compensa mais construir em madeira	13	31,0
Gosta muito de morar em casa de madeira; é mais fresca; é térmica; é mais aconchegante	12	28,6
Mora em casa de alvenaria, mas tem saudade, é aconchegante; é tradição	11	26,1
Nunca morou em casa de alvenaria; não quer trocar	5	12,0
Sempre morou em casa de madeira, mas quer trocar	1	2,3

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Se observarmos o conjunto de respostas formado pelos montantes de 28,6% e 26,1% e que representam, respectivamente, o grupo que segue residindo em casas de madeira e o grupo que já não o faz mais, suas concepções são fundadas nas relações de pertencimento ao espaço da moradia, revelando sentimentos de bem-estar, de aconchego, de reminiscências, que alguns deles descreveram como tradição.

Ao construir uma enriquecedora análise sobre o espaço social e suas representações, o sociólogo português A. T. Fernandes (1992) dedica parte dessa análise para as representações do espaço da habitação. Segundo ele:

O ser humano transforma a habitação numa manifestação e num prolongamento de seu ser. O espaço habitado, enquanto lugar de intimidade é o mundo da acumulação da experiência. [...] a habitação é esse recôndito que mais desperta os sonhos e as recordações. Na casa o 'espaço contém tempo-comprimido. A ela regressamos toda a nossa vida e nossa fantasia' (p. 72).

O prolongamento do ser, de que fala Fernandes é encontrado no sentimento do grupo de entrevistados citado acima com relação à casa de madeira, quer para aqueles que ainda as habitam, quer para outros que já a deixaram, fato é que a casa de madeira é capaz de despertar neles manifestações de intimidade, de sonhos e recordações, pois a casa não vive apenas do dia a dia, ela guarda também os tesouros dos dias antigos, abriga o devaneio, protege e sonhador e permite sonhar em paz (Bachelard, 1978).

Para guardar estes tesouros dos dias antigos, ou para lembrá-los, posto que se trata de uma população migrada, as cores das casas dos descendentes de poloneses e de ucranianos são majoritariamente coloridas em tons mais fortes, misturas inusitadas que num primeiro olhar parecem fugir de qualquer padrão estético. Não costumam fazer parte dos grupos de cores temporariamente utilizados pelo mercado da construção civil ou das tendências comerciais arquitetônicas.

Culturalmente, a utilização de cores intensas estaria relacionada ao imaginário popular, em que as cores formam um conjunto de signos que atuam diretamente no sistema de crenças do povo eslavo, nos instrumentos de construção do mundo dos objetos que reconhecem o aspecto ativo do conhecimento (Bourdieu, 2012).

Em conversa com uma descendente de poloneses de outra cidade da região (não participante da pesquisa), a mesma teceu um interessante comentário sobre o tema. Segundo esta interlocutora, o costume eslavo de colorir suas casas em tons fortes e variados remontaria ainda à era pré-cristã:

os camponeses eslavos se utilizavam de cores fortes como estratégia para afastar as energias negativas ou mesmo os espíritos malfeitores que tentavam atingir suas famílias de alguma forma. Para a proteção familiar, as casas eram pintadas com cores fortes e diversas, se possível cada parede externa deveria receber uma cor diferente. Uma das queixas de nossa interlocutora seria o abandono dessa prática, para ela hoje a maior parte dos descendentes, tanto os moradores do Sul quanto os migrados a Rondônia, sequer conhecem esse costume. (Pesquisa de campo, Presidente Médici, 23/09/2014).

Num outro momento, foi possível comprovarmos esse desconhecimento, em conversa com uma participante da pesquisa lhe questionamos o que a faz colorir sua casa de vermelho, ela simplesmente nos respondeu que acha bonito, sem deixar transparecer que nesta preferência estivesse presente qualquer indício de alguma crença (Pesquisa de campo, Nova Brasilândia d'Oeste, 05/11/2014).

Este caso, não deixa de expressar a reprodução do *habitus* eslavo porque é matriz de percepção, embora de forma inconsciente. É também uma relação inconsciente de posse, originária “do mundo social a que estamos acostumados, quer dizer, para o qual e pelo qual somos feitos, que implica a posse do possuidor por aquilo que ele possui” (Bourdieu, 2012, p. 83-84), as cores fortes se apossam dos gostos e preferências do possuidor, do indivíduo, tornando-se habituais ao seu ambiente de vivência.

Infelizmente não conseguimos encontrar qualquer referência teórica ou literária que ratificasse a fala de nossa interlocutora da cidade de Presidente Médici, contudo acreditamos ser procedente devido ao forte processo de transferência das simbologias pagãs¹² ocorrido após a cristianização do Leste Europeu. No Brasil, imigrantes os eslavos continuaram organizando o seu espaço com elementos de caráter religioso que têm raízes num passado muito remoto (Andreazza, 1999, p. 182). A página de uma rede social¹³ que trata da cultura eslava assegura que “o azul é a cor dos céus em dias claros, representa os ideais e o verde, para os eslavos representa o crescimento e a harmonização das cores. A casa simboliza a vida, nela está o destino do ser humano: viver a vida em plenitude e ser feliz”.

As cores prediletas dos descendentes de eslavos, para as suas residências na Zona da Mata Rondoniense são os tons de verde, seguidos pelos tons de laranja, mas também são comuns o vermelho o rosa/violeta e o amarelo, assim como composições de verde-rosa, vermelho-branco, laranja-marrom, entre outras. Este cenário de cores pode ser observado tanto nas residências da cidade quanto naquelas da zona rural (figura 31).

Já o interior das residências mereceria um tópico a parte, dado à sua riqueza e formas de organização, entretanto pela profusão de cores que apresenta o discutiremos aqui.

Trata-se de um espaço livre para a manifestação e a manutenção da eslavidade que consideramos “de interior”. É o espaço vivido, seu interior é capaz de expressar as concepções de mundo dos moradores, como os seus conceitos de organização do espaço, as suas crenças e religiosidade, assim nos sugere o pensamento de Bachelard (1978) “a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo” (p. 200), um espaço construído e organizado para sustentar um modo de vida particular.

Nas casas dos interlocutores da pesquisa, seja na cidade ou na zona rural, sejam casas das famílias mais estruturadas financeiramente ou daquelas com menores recursos econômicos, nelas encontramos uma rica variedade de elementos que deixam evidente a presença e manutenção da cultura eslava. Uma profusão de itens presentes indistintamente numa ou noutra residência evidenciando o *habitus* camponês eslavo, como o gosto pelas cores, pela disposição dos móveis, pela presença constante de ícones sagrados¹⁴, fotos antigas e calendários (folhinhas) com motivos religiosos distribuídos pelas paredes da sala (figura 33).

Apresentaremos, a seguir, a composição de cores presente na paisagem arquitetônica da ZMR.

Figura 31: Casa da família Bobek em Rolim de Moura



Fonte: Paula (2014, 2015)

Figura 32: Composição de verde-rosa em chalé de Nova Brasilândia d'Oeste



Fonte: Paula (2014, 2015)

A seguir apresentamos elementos da cultura eslava presentes no interior das residências da ZMR.

Figura 33: Decoração de parede da sala da casa da Família Topolniak em Rolim de Moura



Fonte: Paula (2014, 2015)

As imagens mostram que muitos dos antigos costumes camponeses na decoração da casa estão mantidos e comprovam os seus vínculos com o campo, enquanto lugar de pertencimento. Transcendem em muito a questão

produtiva como defende Zanini (2009) quando analisa a miniaturização do mundo camponês na cidade.

Outro antigo costume presente nas casas dos descendentes de eslavos é a decoração da fachada das casas com pequenos formatos de lambrequins. Ancorada no pensamento de M. Kerstem, A. Foetch (2006) esclarece que “os lambrequins ou ‘pingadeiras de polaco’ como também são conhecidos, são elementos recortados em madeira que dão um acabamento rendado aos beirais, são encontrados em habitações de diferentes grupos étnicos, mas constantemente nas casas polonesas” (p. 92).

Outra definição mais técnica é registrada pelo arquiteto Imaguire Jr. (1976) que dedicou bom tempo de suas pesquisas para a análise dos lambrequins:

Independente das formas que tenham tido no Velho Mundo, seguem aqui uma linha de evolução bastante clara: desde o simples corte em ângulo reto voltado para o solo, passando por inúmeras formas, saídas umas das outras até chegar a compor longos rendados, em que, se perde a função original. Essas peças de madeira, medindo ao redor de quarenta centímetros de comprimento, dificilmente são iguais. Dentro dos modelos mais frequentes, de elaboração média, a variação de seus elementos básicos – orifícios, extremidades, curvas – quase nunca coincidem (p. 4).

Escrevendo para o Caderno G do jornal *Gazeta do Povo* de 28 de agosto de 2005 J. Koppe afirma ser possível identificar o estilo do lambrequim pela sua origem, as peças com desenhos em linhas retas, simples e quadradas são tipicamente de casas polonesas, enquanto os mais adornados são encontrados nas casas alemãs e os mais detalhados nas casas italianas.

Lambrequins em formas de simples corte em ângulo reto voltado para o solo como descreve Imaguire Jr. (1976), de formas quadradas, tipicamente polonesas como acrescentam as observações (jornalísticas) de Koppe (op. cit.) são os modelos encontrados nas fachadas de muitas casas da Zona da Mata Rondoniense (figuras 34 e 35). Não estão restritos às casas dos descendentes de poloneses e ucranianos, mas de maneira geral às casas construídas por paranaenses. No período da pesquisa de campo encontramos uma casa (figura 35), cuja fachada nos chamou a atenção, momento em que resolvemos chegar e perguntar a história e a descendência da família moradora. O morador, próprio construtor da casa, nos revelou ser mineiro que migrou ainda criança para o Paraná, lá aprendeu o ofício de carpinteiro e as decorações com lambrequins com um antigo vizinho carpinteiro de origem ucraniana.

Migrado para a Zona da Mata, passou a reproduzir os lambrequins na construção de sua casa e nas demais em que ajudou a construir (Pesquisa extracampo, Rolim de Moura, 25/10/2014).

Apresentamos, a seguir, os lambrequins, presentes na paisagem arquitetônica da ZMR.

Figura 34: Detalhe de lambrequim em casa de Novo Horizonte do Oeste;



Fonte: Paula (2014)

Figura 35: Detalhe de lambrequim em casa de Rolim de Moura



Fonte: Paula (2014)

Em virtude da ampla utilização do amianto para cobertura das residências, foi possível estender os beirais para além do corpo da construção, assim os lambrequins locais perderam sua função prática, isto é, deixar de

servir como “pingadeira” para dar melhor vazão a água das chuvas, passando ter somente função estética.

Não se encontram modelos mais elaboradas na paisagem arquitetônica local, no entanto, eles estão sempre presentes, quer nas casas da cidade, nas casas da zona rural, bem como nas coberturas das porteiros de entrada das propriedades rurais.

Por fim, boa parte das casas do grupo de descendentes de eslavos que vivem na cidade possui um paiol, isto é, uma pequena construção, geralmente em madeira, construída à parte do corpo da casa e aos fundos do terreno. É uma adaptação dos paióis camponeses utilizados para abrigar tanto os instrumentos agrícolas, quanto as colheitas. Na cidade são menores, e utilizados para abrigar todos os instrumentos agrícolas que as residências urbanas possuem (quadro 22), além de móveis velhos e descartados. Funcionam mesmo como depósitos para utensílios que não possuem lugar de guarda no interior das residências ou em seus depósitos de alimentos.

Chamado pelos descendentes de eslavos de “paiozinho”, é peça importante da residência urbana, pois permite que materiais em desuso temporário na residência fiquem lá depositados, guarda a possibilidade de reutilização num momento de emergência ou necessidade maior. O “paiozinho” das residências urbanas materializa a necessidade cultural do ato e o significado de guardar, frente ao medo da miséria.

As hortas, pomares e jardins urbanos

Se as hortas da zona rural apontam para um franco processo de desaparecimento, nos quintais da cidade qualquer espaço torna-se potencial para uma pequena produção caseira. Trata-se de mais uma constatação de prática da autossuficiência alimentar, característica do *habitus* camponês. Está relacionada com o temor da impossibilidade de a família se autossustentar morando na cidade (Zanini, 2009) e como estratégia para a diminuição das dívidas familiares – a autonomia camponesa (Paulino, 2012). Neste contexto, as hortas e pequenos pomares urbanos funcionariam como fontes de provisão alimentícia da família, reproduzindo um predicado específico do *habitus* eslavo, o quintal da casa não precisa ser uma área grande, mas deve pertencer ao morador para que este se considere um *hospodari*, isto é, uma pessoa que consegue fazer de seu quintal, de sua propriedade um meio de subsistência (Freire, 2001).

Nos quintais das casas de descendentes de eslavos há, ao menos, a produção abundante de cheiro verde (salsinha e cebolinha). Em algumas delas encontramos grande variedade de hortaliças e de fruteiras que também

ganham a função de sombrear os quintais. O quadro 26, à frente, demonstra as variedades de plantas encontradas nos quintais de nossos interlocutores moradores da zona urbana.

De forma semelhante às poucas hortas e pomares das propriedades da zona rural, merecem destaque aqui o cultivo de coentro, maxixe, as frutas como o araçá-boi, o cacau, o coco, o cupuaçu e a jaca. Estes são cultivares comuns ao ecossistema amazônico que gradativamente vêm incorporando-se ao paladar do grupo de descendentes.

Outro destaque são as tentativas de reproduzir no ambiente local alguns cultivares comuns às regiões temperadas como o endro, mostarda, alfazema, as fruteiras ameixa-amarela, cereja, orvalheira (uvaia) e a pitanga. Estas tentativas somam-se às demais estratégias de construção do território afetivo, da própria reterritorialização, da expectativa de reproduzir a “nossa terra em outras terras”.

Quadro 26: Espécies cultivadas em hortas e quintais urbanos dos descendentes de eslavos na ZMR

Hortaliças	V. a	% (*)	Fruteiras	V. a.	%(*)
Cheiro verde	18	42,8	Manga	8	19,0
Mandioca	8	19,0	Jaboticaba	7	16,6
Couve	6	14,2	Pitanga	6	14,2
Abobora	5	11,9	Cupuaçu	6	14,2
Almeirão	4	9,5	Goiaba	6	14,2
Endro	4	9,5	Banana	6	14,2
Alface	4	9,5	Acerola	5	11,9
Quiabo	4	9,5	Mamão	5	11,9
Pepino	4	9,5	Laranja	4	2,3
Rúcula	4	9,5	Coco	4	9,5
Batata doce	3	7,1	Limão	4	9,5
Pimentão	3	7,1	Figo	4	9,5
Coentro	3	7,1	Pinha	4	9,5
Manjericão	3	7,1	Uvaia	3	7,1
Maxixe	2	4,7	Ameixa amarela	3	7,1
Mostarda	2	4,7	Araçá-boi	3	7,1
Cebola	2	4,7	Abacaxi	2	4,7
Jiló	2	4,7	Jaca	2	4,7
Gengibre	2	4,7	Cacau	1	2,3
Vagem	1	2,3	Romã	1	2,3
Alfazema	1	2,3	Canela	1	2,3
-	-	-	Cereja	1	2,3

(*) Os valores percentuais ultrapassam os 100% porque cada entrevistado apresenta mais de item de cultivo.

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Encontramos algumas hortas urbanas suspensas (figura 36), as explicações são recorrentes: a grande proliferação do caramujo africano na região e o desconhecimento sobre seu controle ou os possíveis males causados por ele. Enquanto na zona rural o caramujo tem sido explicação para o fim do cultivo das hortas, os moradores da zona urbana têm buscado soluções para contornar a praga frente a atual dificuldade de exterminá-la.

Nas residências urbanas da ZMR é comum a presença de hortas e pomares, conforme podemos ver abaixo.

Figura 36: Horta suspensa em uma das casas da família Dopiate em Rolim de Moura



Fonte: Paula (2014)

Figura 37: Pomar da casa da família Mrojinski em Rolim de Moura



Fonte: Paula (2014)

Quanto aos jardins, estes contrariam a imagem dos tradicionais jardins das casas do Sul. As flores, folhagens e pequenos arbustos são comuns e abundantes, contudo distribuídos de forma assimétrica pelos espaços destinados a eles, assim como não recebem grandes cuidados.

Eles estão presentes em 59,5% das casas dos descendentes de escravos moradores da cidade, ainda que seja em espaços divididos com os pequenos pomares. Neles são encontrados espécies como lírios, rosa do deserto, primavera, hortênsia, rosas, antúrios, cactos, samambaias, icsórias, flor da Amazônia, entre muitas outras (figura 38).

Apresentamos, a seguir jardins em residências dos descendentes de escravos na ZMR.

Figura 38: Jardim de residência em Nova Brasilândia d'Oeste



Fonte: Paula (2014)

Figura 39: Jardim de residência em Rolim de Moura



Fonte: Paula (2014)

O MUNDO DO TRABALHO NA CIDADE

Para Witkoski (2010) a linguagem e a reflexão são habilidades que distinguem o homem das demais formas de vida na natureza, “contudo a principal distinção entre o homem e a natureza é o estatuto ontológico do trabalho” (p. 129). O autor se pauta nas obras de Marx e Engels para assegurar que o elemento determinante da relação entre o homem e a natureza e os homens entre si mediados pela natureza é o trabalho, pois se trata de troca de energia fundada no trabalho do sujeito e não do trabalho animal.

Neste viés, o trabalho tem caráter subjetivo, é um ato de poder e uma manifestação cultural, portanto variante em sua concepção, organização,

divisão e importância. Pelo trabalho, como observa Witkoski (op. cit.) “o homem confere outra forma à natureza, criando o que antes nomeamos de cultura” (p. 131).

Para os descendentes de escravos as concepções do mundo do trabalho ainda dão sinais de estarem aprisionadas no passado histórico da servidão, um mundo resultante da extrema exploração laboral do servo pelo senhor, pelo estado e pela igreja, a quem o servo pagava a renda com trabalho, produto e dinheiro.

Na servidão do camponês eslavo, a obrigação de corveia poderia ser imposta com trabalhos de até seis dias por semana. Quando ocorreu a proibição de mais de três dias de trabalho pelo governo austro-húngaro que dominava a maior parte da Galícia, a nobreza passou a exigir dos servos camponeses jornadas diárias maiores como forma de compensar a impossibilidade de lhe exigir trabalho nos demais dias (Himka, 1988; Andreatza, 1999). O trabalho como sinônimo de atividade exaustiva passou a ser a concepção culturalmente predominante para os camponeses galicianos (ucranianos e poloneses) que migraram para o Brasil.

A diáspora para as terras americanas assinalava a concreta possibilidade “de serem senhores de si mesmos” (Andreatza, 1999, p. 16), contudo, a condição histórica de analfabetismo dos ucranianos e poloneses imigrados não os libertava psicologicamente da antiga condição de servos camponeses, logo não os livrava da noção chayanoviana de *tyagostnost*.

Grosso modo, o termo indicaria somente o grau de autoexploração da força de trabalho que se estabelece entre a medida de satisfação das necessidades e o peso do trabalho (Chayanov, 1974, [1924] 2014), podendo ser também traduzido como as “fadigas do trabalho”, ou esforço cansativo.

Entretanto, a noção de *tyagostnost* denuncia em si, a vida oprimida do camponês, embora paradoxalmente repleta de ritos, festas e representações, nela fica evidente a ideia de sofrimento e de sacrifício que envolvem o trabalho, ocupante do lugar central na vida do camponês (Moura, 1986).

Dialeticamente, no lado de cá do Atlântico, a imensa fadiga do trabalho passa a ser apreendida como “redentora”, nenhum esforço é excessivo e nenhum sacrifício é demasiado grande quando se pode aumentar a quantidade absoluta da renda da família (Thomas e Znaniecki, 2006), quando se concretiza a posse efetiva da terra pela família.

Esta noção chayanoviana é bastante presente nas concepções de mundo dos nossos colaboradores. Há sempre uma história de vida em que o sofrimento advindo do trabalho ocupa lugar central e se apresenta como fio

condutor à “chegada ao paraíso”, a uma vida tranquila. Ainda que não se trate especificamente do trabalho camponês, os fragmentos¹⁵ de fala a seguir evidenciam a concepção de trabalho como instrumento de redenção:

Aqui eu fiquei na barraca esses cinco meses e eu não me suportava sem nada a fazer.

- Os homem tão lutando, eu dizia, e eu só fazia comida e lavava roupa.

Dois de meus filhos então começaram a ir na escolinha [...] um dia voltaram dizendo:

- Mãe, tem um senhor que tem um barraco [...]. Já tem quatro meses que o homem tá fazendo comida pra aquele povo que vai no sertão buscar terra. [...] mas ele quer deixar, a mulher dele não tá aguentando mais.

Meu marido e os filhos falaram:

- Mãe, a senhora não vai aguentar, vai sofrer. Esse calor aqui é muito. Lá no sul é frio.

E eu disse:

- Coragem! Vamos! daí começamos a trabalhar.

E de lá nós começamos a levantar [...]. Depois que já fazia uns quatro meses que eu com meu marido pegamos esse restaurante, a gente já tava começando a juntar um pouquinho de dinheiro. Trabalhava ali e comprava a comida, o principal, que não era daqui. O rancho vinha de Cacoal pra nós (*Bába Kluska*).

Nesta fala *Bába Kluska* deixa exposta a representação semiótica de *tyagostnost* que os descendentes de eslavos têm do trabalho. Três expressões saltam do fragmento do texto e nos permitem concluir tal concepção: luta (*os homens estão lutando*), sofrimento (*vai sofrer*) e *coragem*. Sua visão de trabalho é a própria construção da linha da vida – lutar, sofrer, ter coragem e vencer. Fica evidente também a valorização do trabalho coletivo como elemento de agregação familiar, logo evidencia a centralidade do trabalho na vida da família.

Outro colaborador, o Sr. Pedro Bobek, expressa o mesmo sentimento em relação ao trabalho sofrido como passaporte para se “vencer na vida”, todas as suas lembranças estão relacionadas a ele:

Eu comecei a trabalha com uns oito anos. Eu vinha da escola, ia por água pras criação, que era num terreninho pequeno. Andava até seis quilômetros pra almoçar e ali ficava trabalhando na enxadinha até a noite. De noite eu saía com a minha mãe e com

minhas irmã e ia embora pra casa, fazia tarefinha com aqueles candieirozinho, lampiãozinho. No outro dia ia pra escola, ia almoçar... é que nós tinha a cozinha lá na lavoura. E a vida foi assim sofrida. Depois que eu já tinha um idadinha, a minha mamãe me pois pra trabalhar com um tio meu na venda.

[...] Olha! Eu, não vou dizer que sofri, mas eu trabalhei demais e não me arrependo (Pedro Bobek).

Na fala do Sr. Pedro, a expressão sofrimento também aparece como condição para atingir estabilidade financeira mínima à família. De forma semelhante, nas demais entrevistas é recorrente a centralidade do trabalho no modo de vida dos descendentes eslavos. Expressam com clareza o que poderíamos definir como um trinômio evolutivo: trabalho → sofrimento → bonança.

O estágio final do trinômio, a bonança é apreendido não somente como condição de vitória ou conquista. Possui um sentido duplo e o mais importante deles é a garantia de segurança econômica, a finalização ou amenização do sofrimento e afastamento do “fantasma da miséria”, a *bidá* que será discutida no próximo capítulo.

Os depoimentos acima retratam a importância cultural dispensada ao trabalho como ato de sobrevivência que parece somente ter valor se estruturado sob a noção literal de *tyagosnost*. O esforço físico se torna o método honroso para a conquista da estabilidade financeira individual ou familiar. O outro lado dessa concepção sobre o trabalho, muito manifestada pelo grupo entrevistado, é um certo grau de preconceito com a condição de pobreza que nestes casos é taxativamente expressa como resultante da preguiça.

Algumas de suas falas que reproduzem a marca da distinção entre o “nós” e o “outro” estão assentadas prioritariamente sobre as concepções de mundo do trabalho. Elencamos aqui três comentários de interlocutores em que transparecem tal forma de pensamento:

[...] o povo daqui não cuida muito das coisas [...] é um povo que não pensa no amanhã, só no hoje. Acho que o povo daqui não gosta de trabalhar (Pesquisa de campo, Novo Horizonte do Oeste, 29/10/2014);

[...] é um povo que não pensa no futuro, acho que é o sistema do seringueiro, voltado só pra sobrevivência, é vagabundo! (Pesquisa de campo, Nova Brasilândia d'Oeste, 16/09/2014);

[...] acho que o trabalho dignifica o povo, não adianta só ficar sentado igual ao povo daqui faz (Pesquisa de campo, Nova Brasilândia d'Oeste, 18/11/2014).

Nestes comentários estão expostos sentimentos incômodos pela ausência de práticas não cumulativas de bens. É conveniente ressaltarmos uma vez mais que a população considerada pelos descendentes como “povo da região” é formada por migrantes de estados do Norte ou Nordeste, a presença cabocla na região da pesquisa é insipiente, há poucos remanescentes de seringueiros, ribeirinhos ou mesmo de quilombolas. Dito isto, é relevante considerar que a relação pouco mercantilizada e também imemorial destes povos com a natureza lhes confere um olhar totalmente diferente daquele manifestado pelos povos de origem europeia sobre as concepções de produção de riquezas, de mundo do trabalho, da vida e do futuro.

As populações caboclas que vivem na Amazônia formam sociedades com uma estrutura pouco rígida e fixa, possuem um potencial subjetivo de mudanças com pouco ou nenhum apego ao acúmulo de bens. Desenvolvem fortes relações de dependência dos recursos naturais, enquanto mantêm com o mercado apenas relações superficiais. Sua noção de qualidade e de melhora de vida não coincide com os ideais de vida encontrados nas sociedades urbanas ocidentais (Suess e Mendoza, 2011).

São, dessa forma, visões de mundo diametralmente opostas àquelas manifestadas pelos descendentes de eslavos. Acreditamos que resida aí a diferença localmente percebida pelos descendentes de eslavos e que suas falas expressam, de forma bastante simples¹⁶ como “preguiça”, “vagabundagem” e “ausência de dignidade”.

A importância do trabalho para as famílias de descendentes de eslavos pode ser comprovada também por reproduções de fábulas que ilustram um preceito moral¹⁷ considerado estratégia para a formação ética da família e por isto, transmitida oralmente de geração em geração.

As atividades econômicas na cidade

Os descendentes de eslavos que residem nas áreas urbanas dos municípios componentes do recorte geográfico desta pesquisa apresentam algum tipo de relação com o campo também em suas áreas de atuação profissional. Por conseguinte, mais um motivo que confere à cidade, nesta análise, o caráter de mundo camponês miniaturizado. O quadro abaixo elenca as profissões exercidas pelos entrevistados que residem na cidade.

Quadro 27: Profissões exercidas pelos descendentes de escravos na ZMR

Gênero	Profissão	V. a.	%
Feminino	Agricultora	1	2,3
	Comerciante	2	4,7
	Do lar	9	21,4
	Doméstica	1	2,3
	Professora	6	14,2
	Técnica em Enfermagem	1	2,3
Masculino	Agricultor	4	9,5
	Apicultor	1	2,3
	Aposentado	3	7,1
	Bancário	1	2,3
	Comerciante	1	2,3
	Construtor (pedreiro)	1	2,3
	Engenheiro Agrônomo	1	2,3
	Funcionário Público	2	4,7
	Professor Universitário	1	2,3
	Torneiro Florestal (serrador)	2	4,7
	Torneiro mecânico	2	4,7
	Vendedor (comerciário)	1	2,3
Total		42	100

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

A profissão de agricultor é a identidade profissional do grupo, ainda que morem na cidade cinco entrevistados se reconhecem assim, além de manifestarem esperanças em retornar a trabalhar no campo. Alguns afirmam a atual profissão, mas em algum momento da conversa deixam transparecer que identificam mesmo como agricultores.

Na cidade também encontramos um apicultor que exerce o ofício numa pequena chácara urbana onde vive com a família. Neste espaço há um diversificado pomar para abrigar colmeias de abelhas sem ferrão. Segundo o entrevistado, a apicultura é uma tradição secular em sua família que ele tenta preservar. Na Zona da Mata Rondoniense a apicultura é exercida por descendentes de escravos e outros migrantes do Sul, há inclusive uma associação dos produtores de mel, a Associação de Apicultores Chapada dos Parecis, com sede em Rolim de Moura, que comercializa os produtos para todo o Estado de Rondônia. Infelizmente, segundo alguns associados, a atividade está em decadência devido a retirada das matas para a formação de pastagens.

Para tentar manter-se nesta atividade, nosso interlocutor participa de uma rede virtual de apicultores poloneses, ucranianos e russos. Sua família é a única na região a produzir a geleia real (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 06/11/2014).

Entre todos os moradores da cidade, 31% deles mantém alguma relação regular e efetiva com a terra, ou são proprietários de um lote rural, ou têm parentes em linha direta (pais ou filhos) que os possui, o que lhes permite desenvolver nela ou algum tipo de atividade com alguma forma de geração de renda ou contribui para a autossuficiência alimentar da família na cidade, como a criação de aves, suínos, ou produção de frutas, verduras e tubérculos.

As demais profissões exercidas pelos entrevistados são típicas do mundo urbano, mas por trata-se de cidades que segundo a classificação de Santos (2008) compõe o universo do Brasil agrícola, estão sempre atendendo às demandas oriundas tanto do campo, quanto do modo de vida nele desenvolvido e reproduzido de forma miniaturizada nestas três pequenas cidades.

O trabalho da mulher descendente de eslavos na cidade

Conforme mostra o quadro 27, as mulheres descendentes de eslavas que vivem na cidade ocupam profissões como comerciantes, professoras, enfermeiras, domésticas, concomitantemente, todas são “donas de casa”.

É no interior da família que tomam para si toda a responsabilidade com a administração da casa e do grupo que nela habita. São trabalhadoras de dupla jornada, ainda que algumas delas contem com apoio de mão de obra contratada. Responsáveis tanto pelas atividades consideradas de grande importância como o preparo dos alimentos, quanto aquelas periféricas como as práticas de cultivos das pequenas hortas e jardins.

Na verdade são receptoras e mantenedoras do *habitus* que determina o papel da mulher eslava no convívio social. Dessas mulheres, o seu grupo de convivência sempre esperou o comportamento semelhante ao descrito por S. Tenchena (2010), já mencionado no capítulo III, manifestado pelas camponesas ucranianas imigradas para Brasil,

Lá a autora descreve o comportamento das mulheres ucranianas e suas descendentes ainda no “antes tempo” da colonização eslava em Prudentópolis – PR, entretanto muitas falas de nossas colaboradoras corroboram com a descrição do comportamento registrado pela autora e demonstram que mesmo no século XXI, em meio a profundas transformações comportamentais da sociedade brasileira, boa parte do antigo comportamento

continua reproduzindo-se. Esta pesquisa contou com a participação e 21 colaboradoras que hoje vivem na cidade, sete delas já estão aposentadas, quatro declararam serem somente donas de casa e nove têm dupla jornada, trabalham fora e desenvolvem no interior da residência o papel da mulher exigido pelo *habitus* camponês eslavo.

Acompanhando o perfil social da mulher brasileira, a maior parte de nossas entrevistadas ou são arrimo de família, ou têm em sua força de trabalho contribuição imprescindível para a manutenção econômica familiar. É comum, entre elas, o comportamento¹⁸ que qualificaremos aqui como sendo “de provisão”, isto é, em qualquer situação de necessidade financeira da família, quer vivendo sozinhas ou com um companheiro, tomam para si as rédeas da situação, algumas chegam a contribuir com mais de uma fonte de renda para a provisão da família. São casos em que agregam às suas atividades profissionais normais outras fontes alternativas de renda, tais como produção e venda de artesanatos, alimentos, etc.

Este posicionamento foi comentado por uma de nossas entrevistadas, garantindo que “aqui em casa eu é que seguro as pontas pra família poder sobreviver” (Pesquisa de campo, Nova Brasilândia d’Oeste, 17/11/2014).

No signo do medo da miséria, a mulher descendente de eslava traz para si responsabilidades que a deixa em posição de igualdade ao homem no tocante ao desenvolvimento do trabalho. Essa foi a expressão de *Bába Kluska*, demonstrando certo sentimento de culpa, quando alegou que os homens estavam lutando e ela somente cozinhando e lavando. O mesmo senso de responsabilidade foi observado em outra entrevistada, ela tomou para si a responsabilidade do sustento familiar. Ao narrar parte de sua história de vida, nos confidenciou que “enquanto tava claro, eu tava trabalhando. Tinha filho e com trinta dias já ia pra roça, jogava o filho embaixo dum pé de café e ia trabalhar. Hoje eu não tenho saúde porque trabalhei muito quando era moça e de adulta, nunca cumpri um resguardo dos meus 11 filhos” (Pesquisa de campo, Nova Brasilândia d’Oeste, 19/11/2014).

Relatos semelhantes foram ouvidos por Andreazza (1999) em sua pesquisa de campo com famílias ucranianas em Antônio Olyntho - PR, situação que a fez concluir que naquela comunidade “a mulher grávida não ocupava espaços privilegiados e desempenhava a função procriativa sem regalias” (p. 202).

Sobre a vida conjugal, de maneira consciente ou não, algumas delas parecem formar uma categoria de mulheres que sustentam psicologicamente a família, isto é, são elas quem determinam, em alguns momentos, quais serão

os caminhos a serem seguidos pela família. Em análises da natureza parecida, Tenchena (2010) atribui a estas mulheres um papel disciplinador. Encontramos diversos casos, em que elas parecem empurrar o companheiro pela vida a fora, ou tornarem-se seus esteios frente às dificuldades cotidianas.

Nesta categoria, encontramos mulheres que aceitaram migrar acompanhando os esposos e no contexto dos constantes deslocamentos, seguiram mantendo coesa a família frente às dificuldades financeira, social e religiosa. Podemos constatar tal assertiva, a partir de uma narrativa que nos foi confiada por uma delas:

A gente trabalhava de meeiro num sítio e eu dava aulas numa escolinha perto. Depois de um certo tempo o dono vendeu o sítio e tivemos que procurar outro lugar para viver. Eu queria ir para a cidade e trabalhar de qualquer coisa, de doméstica, faxineira, o que aparecesse, meu marido se recusava a trabalhar de empregado na cidade. Depois de muita conversa fomos morar no subúrbio de Realeza. Lá então, passei a trabalhar numa escolinha da cidade.

Nesse tempo ouvia pelo rádio as propagandas da União Cascavel chamando o povo para vir a Rondônia. Como a gente estava sem terra para trabalhar, disse ao marido que havia chegado a hora de buscar um pedaço de terra própria e não trabalhar mais na terra de outros, quando tudo ficava organizado o patrão mandava a gente embora. Vendemos tudo, juntamos 12 mil cruzeiros na época, compramos as passagens para a família e viemos. Chegamos a Cacoal no mês de julho de 1976 (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 10/01/2014).

As andanças dessas mulheres somente cessaram quando os filhos já crescidos se fixaram num lugar, constituíram suas vidas profissionais e novas famílias, forçando os pais a não seguirem à diante ou impedindo a migração de retorno. Este é o atual estágio de vida de outra interlocutora, ela demonstra certo alívio ao admitir uma condição de sossego familiar, segundo ela “hoje os filhos cresceram e estão todos empregados, o marido morreu, então parei com essa estrada de sofrimento, deixei de mudar tanto. Parece que me sinto mais tranquila” (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 24/07/2014).

Na verdade, estas histórias de vida materializam as condições que para T. dos Santos (1993), Silva e Menezes (2006) e Desconsi (2011) explicam as migrações com causas estruturais determinadas pela ordem socioeconômica de uma sociedade e que agem em conjunto com as causas subjetivas determinadas pelas condições sociais de existência dos agentes sociais. No

caso destas mulheres, foram condições agravadas por certo desequilíbrio nas análises das possibilidades de migração e que a partir de suas falas sugerem ter existido desinformação e desconhecimento por parte da família. Para proteger a estrutura familiar elas optaram por participar dos deslocamentos migratórios, além de tomar para si uma elevada carga de responsabilidade (financeira e educacional) na condução da família.

Tomando para si grande parcela das decisões familiares, como a de migrar, acabaram por manter no interior das famílias muitos traços da cultura e do comportamento eslavo – o medo da miséria, a religiosidade, a sociabilidade reservada, questões que serão melhor discutidos no capítulo seguinte.

NOTAS

1 Este modelo de ordenamento territorial foi instituído ainda pelo Decreto-Lei n. 311 de 2 de março de 1938, determinando que toda sede de município tenha categoria de cidade, e que o perímetro urbano de cada cidade seja determinado por sua câmara de vereadores. Disponível em: <www2.camara.leg.br>. Acesso em: 23 mar. 2016.

2 Tomamos aqui a base de contingentes demográficos superiores a 200 mil habitantes por ser o limite mínimo, grosseiramente, proposto por Santos (2008, p. 75) para se pensar o que poderia ser considerada uma região urbana.

3 Segundo estimativas do IBGE para 2015. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 mar. 2016.

4 Segundo estimativas do IBGE para 2015. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 mar. 2016. Não foi computada aqui a população de outros municípios circunvizinhos que não fazem parte da mesma microrregião administrativa, mas que também são polarizados pelo município de Rolim de Moura.

5 O Projeto de Assentamento Rápido Bom Princípio (Pabpo) foi implantado às margens da rodovia BR- 429 dando origem também às cidades de Alvorada do Oeste, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Seringueiras.

6 Segundo estimativas do IBGE para 2015. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 mar. 2016.

7 Segundo estimativas do IBGE para 2015. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 mar. 2016.

8 Ver nota de rodapé n. 8, do capítulo III.

9 *Kyshka* é uma espécie de morcilha/morcela, geralmente feito à base de sangue e gordura suínos mistura a arroz ou trigo sarraceno e bastante apreciada na cozinha eslava.

10 Para Zani (2013, p. 11) “casa de polaco” em linguagem popular significa a casa de madeira construída no Sul e no Centro Sul com telhado empinado e com sótão, geralmente habitadas por poloneses e ucranianos.

11 Segundo o Dicionário Ilustrado de Arquitetura v. I (1998, p. 57) chalé, que origina da palavra francesa *chalet* é a casa que imita o estilo suíço, tem como característica principal o uso de madeira como elemento estrutural e decorativo, a utilização de ornamentação rendilhada, particularmente o lambrequim e o emprego de telhado com duas águas íngremes e com amplos beirais. Comuns no sul do Brasil para as casas rurais e campestres.

12 Até a cristianização do Reino Rus de Kiev (Ucrânia) em 988 com a conversão do Príncipe Volodymyr (Andreazza, 1999, p. 37) e do Reino da Polônia em 966 com o batismo de Mieszko I (Romanowski, 2009) aquela região manifestava crenças pagãs que possuíam estreitas relações com o ciclo anual do calendário solar. Com o processo de cristianização da Ucrânia e Polônia, juntamente com a latinização desta última muito dos costumes, crenças, músicas e danças entraram num processo de ressignificação, de resistência ou mesmo de desaparecimento. Entre tantos textos que discutem a questão, T. Zaluski (2016) discute de forma muito apropriada a origem das *kolyady* e *schtchdryoky* (canções natalinas da cultura ucraniana) ainda praticadas nas comunidades de descendentes no Paraná. As expressões religiosas e culturais estavam sempre relacionadas aos ciclos da natureza, às estações do ano, ao início e término dos ciclos agrícolas e que para Zaluski (op. cit.) transparece em vários ritos e tradições, como, por exemplo, a *kutiá* – trigo cozido, a sementeira de trigo pelas casas no ano novo com votos de abundante colheita, o *didukh* – feixe de trigo no canto da casa, feno no chão e sobre a mesa, alimento para os mortos, etc. A transcrição a seguir do texto de Zaluski abordando como se estabeleceu a relação de convivência entre a antiga e a nova crença, nos auxilia na compreensão do *habitus* eslavos presentes nos descendentes da ZMR, inclusive o gosto (inconsciente) pelas cores fortes para a pintura de suas casas.

Com a chegada do cristianismo começou uma luta destrutiva contra o calendário pagão e todos os costumes antigos, contra a festa de nascimento do Sol. [...] O Sol com o decorrer do tempo foi substituído pela pessoa de Cristo. [...] Neste encontro das duas crenças, a Igreja não destruiu todo o passado. Às vezes, conscientemente procurando um caminho de compromisso e outras vezes, dando com a resistência do povo, cedeu em muitos pontos. Houve tentativas de separar da festa cristã estas tradições nas quais celebra-se a abundância das colheitas, [...] onde veem-se elementos de encantamento ou tentativas de influenciar com fórmulas e magias a natureza, a vida do lar, o trabalho, etc. Mas a tradição milenar e apego da alma do povo por estas riquezas do passado não se deixou vencer e conseguiu uma linha média ou um compromisso para a convivência de elementos pagãos com o cristianismo. (p. 19-24).

13 Disponível em <www.facebook.com/culturaeslava>. Acesso em 19 abr. 2014.

14 Mais comuns aos descendentes de ucranianos, tradicionalmente na igreja ucraniana de rito bizantino não há a adoção de imagens, somente ícones. Ainda que estes descendentes frequentem a igreja católica de rito latino é fraca a adoção e devoção às imagens de entidades do mundo cristão ocidental, merece destaque somente a imagem de Nossa Senhora Aparecida.

15 Os dois casos tratam-se de moradores da cidade, mas que tiveram suas histórias de vida diretamente ligadas ao mundo camponês.

16 O comportamento observado em nossos colaboradores e que marca a distinção entre o “nós” e os “outros” é simples porque é gerado pelo total desconhecimento de outras possibilidades de formas de vida.

17 Um exemplo é a fábula da galinha camponesa que busca a parceria dos outros animais para o plantio do trigo. Não conseguindo a solidariedade de nenhum deles, cumpre sozinha todo o processo de produção (limpeza do terreno, semeadura, colheita) até obter o pão como resultado final, somente aí todos os animais aparecem para comer. Momento então, que a galinha camponesa lhes questiona sobre seus direitos [por merecimento] ao pão. Moral: quem não produz riqueza [fisiocrata] não merece o pão.

18 Modelado e influenciado pelas concepções de mundo do trabalho discutidas no item anterior.



5 *NADA DE MAIS HORRÍVEL QUE FAZER POUCA COMIDA E SE CHEGAR ALGUÉM? O HABITUS DOS DESCENDENTES DE ESLAVOS NA ZONA DA MATA RONDONIENSE*

Havia centeio e cereais à vontade. Comida havia, faltava roupa para vestir. A mocidade, até 16 anos, não conhecia sapatos. Também não conhecia a língua nacional. Um par de sapatos era herdado, mesmo quando Miguel Grabowski negava-se a concertá-lo:

- É só pregar a sola e ainda poderão ser usados por algum tempo, as mães animavam o sapateiro.

[...] a criação de vacas, porcos e galinhas constituía uma fonte considerável de renda para a família. As crianças estavam bem alimentadas e a sobra servia aos cachorros ou aos porcos em engorda (Wachowicz, 1997, p. 121).

A MESA FARTA E O MEDO DA MISÉRIA

Um dos principais elementos que compõe o *habitus* camponês eslavo é o medo da miséria, representado, sobretudo pelos temores da fome, uma ameaça social presente em diversos momentos da história de antepassados dos protagonistas desta pesquisa, de forma mais expressiva aos ucranianos¹.

Acrescidos aos temores da fome também figuram as incertezas de sobrevivência geradas pelos processos de expropriação da terra e as consequentes migrações. A busca por novas terras ocasiona frequentes dilemas que colocam à berlinda a sobrevivência da família. Historicamente, também aparecem os conflitos étnicos e de classe que tiveram lugar no Leste Europeu, como a perseguição aos camponeses ucranianos e poloneses ora pelas nobrezas locais, ora pelos governos institucionalizados da Rússia, Prússia e Áustria.

Toda a conjuntura da diáspora, bem como as dificuldades estruturais encontradas no Brasil durante os primeiros tempos de migração acrescentaram, de forma contundente, o medo da miséria ao *habitus* camponês eslavo.

A concepção de mundo construída sob o constante medo coletivo da fome tem sido determinante para influenciar a concepção do mundo do trabalho para o grupo analisado. Sua posição de centralidade na vida dos descendentes se converte em condição ímpar para o afastamento da possibilidade de vida em condição de miséria.

Em contrapartida, a evidência da mesa farta sinaliza para a certificação subjetiva do afastamento da miséria e da fome. Em si, nada mais é que manifestação do sentimento de tranquilidade frente à garantia da segurança alimentar. As novas gerações já admitem maior conforto em relação à segurança alimentar, não chegam a assombrar-se com o medo da miséria, “minha mãe tem mania de estocar comida, cada safra do feijão ela compra e guarda em garrafas pet pra não carunchar, eu já prefiro comprar aos poucos no mercado”, argumenta a nossa entrevistada mais nova (Pesquisa de campo, Nova Brasilândia d’Oeste, 21/11/2014).

Embora tenhamos registrado mudanças no *habitus* nesta entrevistada, advindas de uma condição geracional gestada pelo período de estabilidade econômica por que passou o país nas últimas duas décadas, a condição de preocupação com o futuro se determina pelo “*habitus* como produto dos condicionamentos ‘normalmente’ impostos àqueles que estão destinados a uma condição e a um comportamento” (Bourdieu, 2007, p. 350), é concomitantemente *habitus* de caráter étnico (produto de comportamento étnico) e *habitus* de classe.

Para o *habitus* de classe Bourdieu (op. cit.) estabelece a distinção ao explicar que “a necessidade impõe um gosto de necessidade que implica uma forma de adaptação à necessidade e, por conseguinte, de aceitação do necessário, de resignação ao inevitável”. Portanto, o medo da miséria como um dos elementos fundantes do *habitus* camponês eslavo, estrutura-se nas concepções étnicas para a estrutura da vida familiar e nas distinções de classes sociais, considerando que o modo de vida manifestado pelo grupo da pesquisa é o modo de vida camponês.

A fome e a miséria são componentes da memória coletiva do grupo de descendentes de eslavos que vivem na Zona da Mata Rondoniense, categorizada enquanto memória herdada (Pollak, 1992), quando acionada se reveste em narrativas sobre episódios de fome, sofrimento e privações vividas pelos antepassados. No decorrer dos trabalhos de campo, a memória herdada ganhou vida, ou melhor, foi revivida e revisitada com frequência. Nestes momentos foram recorrentes as lembranças das dificuldades encontradas nos primeiros tempos da imigração,

Quando chegaram pro Brasil não tinha comida, só tinha taquara. Ela quando é nova dá aquele broto liso que não tem folha, então tiravam o broto, cortava o miolinho, cozinhava e comiam. Diz que não é ruim, diz que é bom! [...] eles sofreram quando chegamos no Brasil, eu era criancinha. O sofrimento foi brabo, [...] tinha

miséria. Vinha aquelas praga de gafanhoto, rato de peste. Eram miúdo e se a pessoa andasse, não tinha lugar pra pôr o pé onde não tivesse um rato. Judiavam muito da gente! O que plantava, o que produzia embaixo da terra eles cavoucava, a mandioca, a batata doce e apodrecia tudo antes da colheita (Mariano Dopiate).

Meu avô que era um dos mais moço e junto com outros da comitiva iam trabalhar, mas o salário do meu avô era uma abóbora por dia pra levar pro acampamento, já pensou? (Pedro Bobek).

Os dois fragmentos narram as condições de sofrimento e privações dos primeiros tempos de vida em solo brasileiro. Quando revisitadas, são memórias que continuam provocando alguma dor àqueles que não a viveram fisicamente, ou ainda não tinham consciência dela como é o caso de Seu Mariano, nascido durante a viagem ao Brasil.

Encontrando manifestações similares junto aos descendentes de ucranianos de Prudentópolis, Guérios (2012) chama a atenção para o que denomina de lembranças convergentes, em quais as marcas da *bidá* (miséria) aparecem em diferentes testemunhos. O autor esclarece que a expressão *bidá* tem significado amplo para a tradução “miséria”, nela se agregam termos como sofrimento, pobreza, infelicidade.

Em nossos interlocutores não observamos em nenhum momento a utilização de tal expressão (*bidá*), entretanto, a sua marca psicológica é onipresente a todo grupo, “agindo como categoria nativa socialmente construída que inflete a percepção dos descendentes acerca de seu passado” (Guérios, op. cit., p. 66). O emprego recorrente dessa categoria em seus relatos nos permite supor que seja constitutiva de um “esquema de percepção” por meio do qual os indivíduos pertencentes a uma determinada configuração social interpretam as situações a que são confrontados (Guérios, op. cit.).

Além das lembranças do passado, o medo da miséria se manifesta sob outras roupagens e evidencia modos de vida minimalistas onde a aquisição de bens supérfluos pode, inclusive, configurar-se como comportamento ostensivo. Entre as famílias pesquisadas há profundo senso de economia pautado na otimização do reuso de todo e qualquer produto, notadamente os industrializados que tenham cumprido sua função principal e guardam potencial para exercer outras funções, 84% das famílias admitem a prática do reuso de diversos materiais.

Tal prática é completamente desvinculada de qualquer modelo de consciência ambiental, todas as possibilidades de reaproveitamento se

embasam na premissa de poupar para um futuro que pode ser incerto. São práticas incentivadas com o aprendizado familiar transmitido por gerações.

Na pesquisa de campo, colhemos alguns depoimentos que demonstram o comportamento *antidesperdício* também como constituinte dos currículos da educação formal nas escolas étnicas polonesas e ucranianas, eram currículos responsáveis pela formação de uma futura dona de casa. Vem de uma interlocutora o comentário que ilustra a preocupação educacional com a cultura do *antidesperdício*, “aprendi a fazer de tudo no colégio das freiras: costurar, bordar, pintar, crochê, tricô. A gente tem que ter préstimos, saber fazer tudo. As freiras diziam que era preciso aprender até mesmo a remendar uma roupa, pois a gente não sabia com quem ia se casar no futuro” (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 27/11/2014).

O quadro 28 expõe os principais destinos dados às embalagens industrializadas costumeiramente consumidas pelas famílias de descendentes eslavos na Zona da Mata Rondoniense.

Quadro 28: Destino do reuso de embalagens industrializadas pelas famílias eslavas na ZMR

Tipo de material	Destino	V. a	%
Sacolas plásticas	Acondicionamento de lixo	51	82,2
Pequenas embalagens plásticas (potes de margarinas, maioneses, sorvetes, etc.)	Acondicionamento de porções de alimentos secos e/ou manipulados	31	50,0
Pequenas embalagens plásticas e de vidro (potes de margarinas, de cafés solúveis, potes de doces, etc.)	Acondicionamento de temperos e condimentos	26	41,9
Embalagens de vidro (conservas, café solúvel)	Acondicionamento de conservas e doces caseiros	23	37,0
Embalagens de garrafas pet (refrigerantes)	Acondicionamento de grãos (feijão, milho pipoca), banha suína, sabão e amaciante líquidos caseiros	19	30,6
Embalagens de garrafas pet (refrigerantes) e potes plásticos (margarinas)	Produção de gelo	15	24,2
Embalagens em forma de copos (doces e conservas industrializadas)	Reutilização como componente de utensílio de cozinha cotidianamente	8	12,7

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Na mesma seara do aprendizado formal sobre o comportamento “antidesperdício” está a prática da otimização do tempo, questão mencionada por outra entrevistada que também estudou em escola étnica

[...] tenho a necessidade de ter tempo determinado para cada coisa no trabalho, ou nos afazeres de casa, hora de refeição. Não gosto de deixar ninguém me esperando, mas também não consigo conviver com quem se atrasa para os compromissos marcados e esse costume eu aprendi no colégio das freiras ucranianas. Uma vez, eu cheguei atrasada na capela para as orações da manhã, eu saí do dormitório e fui caminhado bem devagar. As freiras me chamaram a atenção, nunca mais me atrasei para nada (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 29/11/2014).

O *não desperdiçar o tempo* pode ser compreendido como afastamento do medo da miséria, pois o tempo convertido em trabalho sugere acúmulo da produção (de alimentos) que garante a mesa farta.

São percepções que ultrapassam a educação familiar, elas explicitam a visão coletiva de mundo – o *habitus* de caráter étnico (Bourdieu, 2007), onde a ameaça da miséria é presença integral. Neste cenário torna-se necessário o desenvolvimento de mecanismos que afastem a possibilidade de sua concretização, portanto, é indispensável o aprendizado sobre a economia, a reutilização, o conserto e o acúmulo para um futuro incerto.

Junto com o medo da miséria há a insegurança no futuro, preocupação que chega mesmo a ser infundada. Colhemos diversos depoimentos que estampam os temores mais comuns ao grupo, a seguir apresentamos três:

Tenho medo desse assunto de lixo, veneno, da seca, daqui mais um pouco a terra não vai mais produzir, então dá medo dos meus netos passar fome (Pesquisa de campo, Novo Horizonte do Oeste 16/12/2014).

[...] Medo da falta de profissão, do financeiro, de não conseguir sustentar e dar estudo pros filhos (Pesquisa de campo, Nova Brasilândia d’Oeste, 21/11/2014).

É preocupação no dia-a-dia. Acho que é pela criação, parece que é sempre um medo de não ter para o futuro (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 04/04/2014).

Os três depoimentos são respectivamente de um entrevistado, 54 anos, uma entrevistada de 25 e outra de 48 anos; ele, um camponês; elas, uma dona de casa, outra professora estatutária, todos descendentes de poloneses.

Analisando o estágio financeiro de cada interlocutor, somente a entrevistada de 25 anos teria reais razões para manifestar tais medos, posto que os outros dois já tenham vida e patrimônio financeiro consolidados. Contudo, é esse o comportamento comum à grande maioria dos entrevistados, a explicação para sua existência nos parece ser compreendida e comentada por uma das entrevistadas, “[...] Acho que é pela criação”.

O *habitus* de caráter étnico determina as percepções de mundo dos descendentes de eslavos em tempos e espaço distintos, foi/é acionado tanto como elemento formador de currículos ocultos das escolas étnicas – como às que frequentaram algumas de nossas entrevistadas e acima descritas – quanto continua a ser acionado como elemento formador e direcionador dos processos de educação familiar.

Um caso muito particular a nos chamar a atenção foi a conversa com um entrevistado descendente de ucranianos sobre o assunto, momento que o mesmo comentou já ter superado o “fantasma coletivo da fome”. Num determinado ponto da conversa, sua fala evidenciou ressentimentos e certa revolta com os antigos comportamentos de sua família paterna quanto ao controle máximo na distribuição dos alimentos, principalmente nas ocasiões em que recebiam algum visitante (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 05/06/2014).

Cruzando esse comentário específico de nossas conversas com o momento da imigração de sua família ao Brasil e que segundo ele ocorreu “quando a União Soviética tomou a Ucrânia”, imediatamente é possível perceber que a vinda de sua família se deu no contexto da Grande Fome Ucraniana – o *Holodomor*. Portanto, o comportamento familiar que nosso entrevistado critica, parece denunciar a manifestação natural do próprio *habitus* eslavo acrescido das memórias trágicas do *Holodomor*.

Nascido já em melhores condições econômicas da família (no Brasil), nosso entrevistado não consegue compreender os padrões comportamentais de seus pais e avós em relação ao racionamento de comida naquelas ocasiões em que aumentavam as bocas a serem alimentadas. Trata-se, aqui, de uma situação específica em que o entrevistado não apresenta comportamento estruturado na memória herdada (Pollak, 1992), ou seja, ele não sente e não compreende um comportamento adaptado à uma condição que não vivenciou.

A fala de Sr. Mariano Dopiate corrobora para entendermos o antigo comportamento da família deste entrevistado, pois sua família que imigrou para o Brasil em 1934 também fugia do *Holodomor*

Era o vovô que falava mais essas coisas, o comunismo era uma lei que não é ruim. Só que a pessoa trabaia só pro governo, pra ela nada [...]. Não é que nem aqui no Brasil que cada qual trabaia pra si, a pessoa procura preço melhor pra tudo. Lá no comunismo não tem. Então o vô dizia:

- É muito bem cuidado, mas a gente não manda nada. Chega uma visita na casa e não se pode oferecer um gole de café, porque faz falta pro outro dia! (Mariano Dopiate).

Para afastar todos os fantasmas da *bidá* (miséria, fome) é necessário garantir sua condição oposta, a *chtchástia* (felicidade, abundância) que Guérios (2012) considera como categorias de contrastes onipresentes na vida dos descendentes de ucranianos e que neste estudo, estendemos igualmente à vida dos descendentes de poloneses, pois estas categorias, a *bidá* e *chtchástia* operam em ambas as etnias.

Ao buscar a compreensão do contraste *bidá versus chtchástia* o autor defende que “há um esquema de percepção pré-codificado para a compreensão do mundo difundido entre os atores pertencentes a um dado grupo social [...] essa oposição é viva ainda hoje entre os descendentes dos migrantes, que lançam mão dela a todo momento em suas interações cotidianas” (p. 65). Assim como Guérios (op. cit.) observamos percepção semelhante manifestada pelos descendentes de eslavos em Rondônia.

Em nosso grupo de colaboradores, a percepção da *chtchástia*, por sua vez, é notadamente manifestada pela abundância de comida à mesa, quer na quantidade, quer na variedade. Conclusão semelhante teve Zanini (2009) com o estudo sobre os camponeses colonos de Santa Maria/RS, em resposta à questão do porque o preparo de alimentos por aquele grupo é sempre superior à quantidade de pessoas que iriam consumi-lo, a autora sustenta que *no Brasil a mesa farta tornou-se símbolo da empreitada migrantista* (p. 98), ou seja, mesa farta torna-se um símbolo subjetivo do sucesso da migração associada a uma ruptura da condição anterior do migrado que certamente havia sofrido de carências alimentares. Diversos depoimentos colhidos na pesquisa de campo sinalizam para as mesmas conclusões de Zanini (op. cit.), como as observadas na fala do Sr. Antônio Sembalista,

Nós vivemos bem: ovos, leite, queijo, galinha, eu mato a melhor novilha pra comer e aqui não falta carne não, nunca faltou! Sempre mato uma novilha pra mim e outra pros filhos e tem que ser a mais bonita, é pra gente né! Porque ucraniano gosta muito de fartura e de carne (Antônio Sembalista).

Seu comentário deixa à mostra o apreço pela fartura. Porém, mais contundente ainda foi o comentário que ouvimos de uma colaboradora “[...] não faço pouca comida! Mesmo se tem pouca gente pra comer, nada de mais horrível que fazer pouca comida e se chegar alguém? Se sobrar, não perde nada porque eu reaproveito tudo depois, retempero, faço sopa!” (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 07/11/2014).

Neste comentário estão presentes as duas categorias que Guérios (2012) considera como contraste onipresente na vida dos descendentes, a *bidá* e *chtchástia*. O preparo de quantidade de comida maior que o necessário é mecanismo para a certificação da condição familiar de abundância, a *chtchástia*. Por outro lado, o reaproveitamento das sobras de alimento é materialização da cultura do “antidesperdício” arraigada pelo temor da miséria. Dentro deste contexto, depósitos de alimentos abastecidos e mesas fartas acabam adquirindo uma forte conotação simbólica, têm o poder de provocar em seus donos, efeitos de tranquilidade temporária que garantem o imediato afastamento da *bidá*.

Autossuficiência alimentar

M. C. Zanini (op. cit.) registra que no mundo camponês, o preparo de alimentos como pão caseiro, doces e refeições mais elaboradas sempre está relacionado à lógica da precaução como garantia de sobrevivência em tempos de escassez. É essa a lógica que opera no comportamento dos camponeses migrados para a cidade, razão pela qual recriam nela um mundo camponês miniaturizado.

A autossuficiência alimentar se constrói em diferentes faces do *habitus* e que podem ser lidas desde os temores provocados pelo medo da miséria à preservação de um paladar cultural específico. Neste último caso, os gostos alimentares marcam de forma acentuada as aprendizagens primitivas, sobrevivem aos afastamentos e desmoraamentos do mundo de origem, conseguem manter laços duradouros com ele, que é também um mundo materno de onde os alimentos são originários (Bourdieu, 2007). Nesse mundo a produção caseira garante características próprias ou mesmo adaptadas com alimentos específicos que constituem um determinado modo de vida, pois os hábitos alimentares formados na infância nos conduzem a privilegiar tipos determinados de sabores (Claval, 2007). Há entre os descendentes de eslavos entrevistados uma intensa prática de produção de alimentos caseiros (quadro 29).

Quadro 29: Produtos caseiros componentes da alimentação dos descendentes de escravos na ZMR

Produto	Origem do processamento (%)				Total
	Feito em casa	Feira ou ambulante	Adquirido de parente/amigo	Não consome	
Banha suína	45,3	4,8	3,2	46,7	100
Pães e broas	58,2	16,1	1,6	24,1	100
Bolachas	27,4	14,5	1,6	56,5	100
Queijos	21,0	27,5	3,2	48,3	100
Linguiças e defumados	14,3	35,7	-	50,0	100
Café torrado	6,5	8,0	-	85,5	100
Fermento	25,8	-	-	74,2	100
Manteiga	16,2	-	3,2	80,6	100
Vinho/cerveja	8,0	-	-	92,0	100
Conservas	67,8	-	4,8	27,4	100
Doces e compotas	42,0	-	3,2	54,8	100

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Ganham maior expressividade aqueles produzidos pela própria família, mas como há mercado de consumo é possível adquirir diversos produtos em feiras ou direto das residências produtoras. Somente 24,1% consomem pães industrializados, nestes casos são adquiridos nas padarias ou supermercados, mesmo nestes estabelecimentos é possível encontrar broas e pães caseiros à venda. As conservas são consumidas por 72,6% deles (quadro 30).

Quadro 30: Conservas e doces caseiros mais consumidos pelos descendentes de escravos na ZMR

Conservas	V. a.	%	Doces/compotas	V. a.	%
Pepino azedo	39	63,0	Banana	18	29,1
Cebola	28	45,1	Mamão	7	11,3
Pimenta	18	29,1	Coco	6	10,0
Repolho (<i>kapusta</i>)	10	16,2	Figo	6	10,0
Mista (diversos legumes)	10	16,2	Abobora	5	8,0
Pimentão	2	3,2	Leite	4	6,4
Beterraba	2	3,2	Abacaxi	3	4,8
Jurubeba	1	1,6	Goiaba	2	3,2
Palmito	1	1,6	Jabuticaba	2	3,2
Chuchu	1	1,6	Melancia	1	1,7
Quiabo	1	1,6	-	-	-
Rabanete	1	1,6	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

O costume de consumir alimentos em conserva e compotas se deve aos invernos rigorosos do Leste Europeu que gera a necessidade de estocagem de alimentos para os períodos frios. Embora menos intensos, os invernos do sul do país também solicitam tal prática quando a produção de frutas, verduras e legumes diminuem com o inverno ou são afetadas pelas geadas.

Não se explicaria, no entanto, as mesmas práticas na região Norte, isto é, a troca de produtos *in natura* e frescos por conservados que perdem parte de suas propriedades nutritivas. Para este caso, o elemento potencial que justifica a troca é mesmo o hábito alimentar, o consumo de produtos/alimentos culturalmente consolidado no paladar do grupo em questão. Junto às famílias que costumam consumir as conservas, a mais apreciada é a de pepino (63%) que os poloneses denominam *ogórek* e os ucranianos de *voherkê quasni*. A elaboração da iguaria é conhecida como “azedar pepino”, outra conserva muito apreciada (45,1%) é a de cebola.

Figura 40: Conserva de pepino ou “pepino azedo” - *ogórek/ voherkê quasni*



Fonte: Paula (2015)

No tocante ao consumo de proteína animal, a literatura nos faz crer que se trata de um hábito alimentar que tomou maior corpo já em terras brasileira, dado à facilidade dos criatórios, P. Claval (2007) argumenta que “o consumo de carne não era cotidiano nos meios camponeses, que deviam se contentar, frequentemente, em acrescentar à sopa o toucinho, o creme, a manteiga ou a gordura” (p. 278). Já K. Kaustsky (1996) vai além, ao tecer considerações sobre o empobrecimento que se abateu sobre os camponeses europeus no final da Idade Média,

A regressão na criação também acarretaria logo outra produção de cereais. Diminuindo o gado, também diminuiria o adubo. O preparo da terra iria ressentir-se da falta de animais de tração em

razão da diminuição da criação de gado [...] Em consequência verificou-se a regressão da economia camponesa, a exaustão progressiva dos solos e a redução sistemática do grau de fertilidade dos campos. Em anos favoráveis, talvez as terras produzissem o suficiente para sua sobrevivência; um ano ruim, ou qualquer incursão bélica inimiga, bastava agora para arruinar totalmente o camponês.

[...] No século XVI, o camponês passou de carnívoro a vegetariano, nos séculos XVII e XVIII já existem, porém, regiões em que o mesmo começa a passar fome (p. 31).

As condições de pobreza abordadas por Kaustsky (op. cit.) já foram aqui mencionadas, quando entre um comentário ou outro, nossos interlocutores esclarecem os motivos que, cerca de um século mais tarde do período analisado pelo autor, trouxeram seus antepassados ao Brasil ou as dificuldades encontradas na nova terra nos primeiros tempos pós-migração. O consumo da carne bovina era mesmo mais raro, a presença deste rebanho na unidade de produção camponesa teve, e ainda tem, caráter de poupança como garantia às necessidades eventuais, já a criação de porcos e galináceos para o consumo familiar sempre foi atividade constante e abundante. A fartura da carne suína é lembrada pelo Sr. Mariano, nos faxinais onde a família morava

Nesse tempo nós tinha bastante porco criado no mato. Lá era lugar onde todo mundo tinha porco solto, o baguá. Cada um podia matar qualquer porco porque não tinha dono certo, não tinha marca nem sinal. Eles se extraviavam no mato e se criavam, então dono todo mundo era! (Mariano Dopiate).

A mesma estratégia para a produção familiar de proteína animal foi reproduzida pelos descendentes em sua chegada à Zona da Mata, como podemos constatar pela fala do Sr. Saturno,

Logo trouxemos os porco, saímos de Médici com os porco [...] quando nós trouxemos os porco já tinha o Projeto Rolim e só ali que descobrimos que tinha um meio de chegar pela 25 e vinha pela 184 mesmo que é a rodovia que liga Rolim à BR hoje. Então, peguemos a 180 [...] cortando os toco pra passar com carrinho de animal. E assim tocamos esses porco, mas primeiro abrimos a tropeira pra poder chegar. Nós trouxemos 53 porco em três pessoas. Compremos lá em Médici e ajeitemos o que tinha pra trazer, saímos de lá dia 16 de dezembro e chegamos ali na 152 dia 24 de dezembro! (Saturno Skiezinski).

O consumo destas proteínas continua presente na dieta alimentar dos descendentes de eslavos na região. O quadro 29 mostra que 53,3% das famílias entrevistadas consomem a banha suína na alimentação, assim como 50,0% dela consomem embutidos suínos (linguiça, salame, morcilha) com frequência. Os quadros 31 e 32 expressam a origem e o consumo da proteína animal consumida pelos entrevistados.

Quadro 31: Origem da proteína animal consumida na zona rural da ZMR

Produto	Origem de aquisição					
	Produção própria %	Mercado Açougue %	Feira %	Adquire em outra propriedade %	Não consome %	Total %
Carne bovina	55,0	30,0	5,0	10,0	-	100
Carne suína	60,0	20,0	15,0	5,0	-	100
Frango granja	-	10,0	-	-	90,0	100
Frango caipira	95,0	-	5,0	-	-	100
Peixe	35,0	15,0	15,0	20,0	15,0	100
Ovos	95,0	5,0	-	-	-	100
Patos	15,0	-	-	-	85,0	100

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Destaca-se no quadro 31 a produção própria do pescado (35%) quase que exclusivamente representado pela criação do tambaqui em cativeiro. Não se trata de tradição alimentar dos descendentes de eslavos, mas das novas possibilidades de arranjo da cadeia produtiva local, principalmente para a agricultura familiar e que vem sendo incentivada por políticas governamentais locais. Segundo Pedroza Filho et al. (2016), Rondônia é, atualmente, o maior produtor de peixes redondos (tambaqui, pacu e seus híbridos) em cativeiros no país, sua produção apresentou um salto significativo em 2014.

O consumo de peixe já era praticado pelos descendentes de eslavos ainda no Paraná, inclusive tendo parte dos cardápios tradicionais de festas religiosas como Natal e Páscoa, mas de forma esporádica. Na Zona da Mata Rondoniense o alimento vem ganhando mais espaço em suas mesas, ainda que seu preparo não apresente variações de cardápio, é costumeiramente consumido frito.

O consumo de patos, verificado em ambos os quadros (zonal urbana e rural) é restrito aos descendentes de poloneses que o utilizam exclusivamente

para o preparo da *czarnina*, contudo, sua elaboração não é expressiva, somente algumas famílias ainda preparam esta sopa tradicional da culinária polonesa².

Quadro 32: Origem da proteína animal consumida na zona urbana da ZMR

Produto	Origem						
	Criadouro caseiro %	Mercado Feira %	Próprio sítio %	Adquire de sítios locais %	Não consome %	Pesca %	Total %
Carne bovina	-	76,2	11,9	11,9	-	-	100
Carne suína	-	61,9	16,6	11,9	9,6	-	100
Frango granja	-	71,4	-	-	28,6	-	100
Frango caipira	28,6	35,6	16,6	7,3	11,9	-	100
Peixe	-	52,3	7,3	-	23,8	16,6	100
Ovos	19,0	59,5	14,2	7,3	-	-	100
Patos	7,3	-	-	-	92,7	-	100

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

No quadro 32 merece destaque as produções caseiras de frango (28,6%) e ovos (19,0%), se tratam de práticas de autossuficiência alimentar encontradas na cidade. Nelas estão implícitas percepções que vão além das preferências pela produção própria de alimentos, é a garantia de segurança alimentar, quando se faz presente o hábito da aplicação de cuidados por parte do homem que trabalha para si (ao contrário da percepção geral do assalariado) mantendo a ausência de necessidades futuras (Kaustsky, 1996), são, pois, estratégias para afastar o medo da miséria e garantir sensações de abundância alimentar às famílias.

CULINÁRIA TRADICIONAL E NOVOS HÁBITOS ALIMENTARES

No campo da História da Alimentação, o pesquisador C. R. A. Santos (2005) acredita que os hábitos e práticas alimentares de um grupo social, tanto aqueles praticados pelas gerações quanto aqueles incorporados recentemente podem constituir-se em tradições culinárias. São capazes de fazer com que os integrantes do grupo se considerem inseridos num contexto sociocultural que lhes outorgue uma identidade reafirmada pela memória gustativa.

Como complemento formador de identidade, os hábitos alimentares são também integradores do conjunto que compõe a cultura material de um povo. Por sua vez, esta pode ser apreendida como signos que adquirem significados por serem diferentes dos outros signos e servem como referência, podendo também mudar conforme o contexto em que são usados (Hilbert, 2009). Enquanto signos, os elementos componentes da cultura material de um determinado povo, podem contextualmente ressignificarem-se, transformarem-se ou adaptarem suas estruturas corporais para preservar seus antigos significados.

Os processos comuns de transformações culturais do grupo de descendentes eslavos têm se mostrado dinâmicos, no mesmo ritmo ocorrem as possibilidades de adaptações para a manutenção dos signos culturais e que especificamente nos hábitos alimentares passam a ser utilizados com frequência.

Quando não é possível o preparo de algum alimento tradicional por falta de ingredientes específicos não encontrados no novo local de moradia, buscam opções de troca por produtos similares, está é uma estratégia empregada por *Bába Kluska* para o preparo do *borscht*³

Quase sempre tem comida ucraniana aqui, a família gosta! Fazemos muito *borstch* né. Com beterraba, repolho e também a costelinha de porco bem temperadinha, é muito gostoso!

Faz assim: pica a costelinha de porco e põe pra ferver, quando amolecer se põe a beterraba e o repolho juntos. Depois salsinha, cebolinha, uma pimentinha. Depois põe sal, um pouquinho pra não passar do ponto! põe vinagre. Quando ele já está cozido, a gente tira de lado e quando fica assim metade do calor aí se tinha a *smetanca*, a nata do leite. Então batia um copão e colocava pra ficar com aquele caldo grosso. Mas isso é muito bom! Mas quando hoje não tem *smetanca*, então a gente compra creme de leite, faz o mesmo resultado. Eu, agora, faço com creme de leite e não sobra não. Todo mundo come!

A *smetanca*, a nata *in natura*, hoje indisponível nas residências da cidade que se adequaram ao consumo do leite pasteurizado/industrializado, não criou obstáculos para a continuidade do preparo do prato em questão. Neste caso, tanto *Bába* quanto outras famílias eslavas da região adaptaram o preparo do prato com ingredientes industrializados. Ao reordenar a estrutura corporal do alimento, mantém-se o seu significado e imputa ao grupo familiar cômodas sensações de pertença étnica, isto é, o consumo de alimentos da culinária étnica lhe provoca sensações de ainda se sentir “ucraniano/ucraniana” ou “polonês/polonesa”. Estes são casos em que a

cozinha permanece como um dos lugares de resistência da identidade cultural, mesmo tendo que assumir uma grande flexibilidade (Pinto, 2006).

São também, por assim dizer, pequenos antídotos às dores da solidão étnica – o ato da preparação e consumo, frequentes ou esporádicos, de alimentos das culinárias ucraniana e polonesas fazem com que estes descendentes sintam-se mais próximos da cultura herdada.

Por outro lado, se entendermos a identidade como um processo em constante reconstrução, as cozinhas étnicas estarão sempre sujeitas a constantes transformações, a uma contínua recriação (Boguszewski, 2007), dessa forma há sempre espaço para releituras e que, dialeticamente, contribuem para se manterem os costumes.

Apuramos que 60% das famílias descendentes de poloneses e de ucranianos consomem alimentos da culinária tradicional de suas etnias, 30% delas afirmam não mais consumirem estes alimentos e 10% alegam não conhecer a culinária de sua origem étnica.

Quadro 33: Alimentos da culinária tradicional eslava consumidos na ZMR

Culinária Tradicional			Valores	
Estrutura corporal	Nomenclatura polonesa	Nomenclatura ucraniana	V. a	%
Pepino azedo	<i>ogórek</i>	<i>voherkê quasni</i>	39	63,0
Cebola azeda	*	*	28	45,1
Pastel cozido	<i>pieroghi</i>	<i>perohê</i>	26	42,0
Charuto de repolho	<i>golabki ou aluszki</i>	<i>holopty</i>	14	22,5
Sopa de beterraba	<i>barszcz</i>	<i>borscht</i>	13	20,9
Repolho em conserva	<i>kapusta</i>	<i>kapusta</i>	10	16,2
Macarrão caseiro (massinha)	*	<i>Tisto</i>	10	16,2
Broa	*	*	5	8,0
Raiz forte**	<i>chrzan</i>	<i>hrim</i>	4	6,4
Molho à base de trigo	-	<i>záprazka</i>	4	6,4
Linguiça defumada	<i>kielbasa</i>	<i>kubaçá</i>	3	4,8
Caldo de galinha	-	<i>rossil</i>	3	4,8
Nata	*	<i>smetanka</i>	3	4,8
Sopa de sangue de pato	<i>czarnina</i>	-	3	4,8
Conserva de repolho com beterraba	*	<i>crejilka</i>	3	3,8
Bolachas decoradas	*	*	2	3,2
Cerveja caseira	*	*	1	1,6
Bolinho de batata	<i>klusky</i>	-	1	1,6

* Não utilizaram mais o nome do prato em língua de origem étnica no momento das entrevistas.

** Não há produção da raiz na região, os descendentes que ainda fazem uso dela a buscam no Paraná.

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Encontramos uma significativa diversidade de pratos típicos que fazem parte do universo gastronômico de nossos entrevistados (figuras 41 a 44), embora alguns com ínfima expressividade, seja pelo esquecimento seja pela impossibilidade de reordenamento da estrutura corporal do prato ou bebida, tal qual ocorre com a cerveja caseira pouco produzida pelas famílias locais devido à ausência de sua principal matéria prima na região, o lúpulo. Somente são produzidas quando as famílias conseguem o material fora do Estado.

Outra importante constatação que o quadro 33 sugere é a preparação de pratos que não são mais nominados em suas línguas de origem étnica. Nestes casos cessou-se a continuidade de sua identificação nominal, mas não de sua produção, tal realidade sustenta a prática da culinária tradicional como reduto de resistência das manifestações étnicas. Ainda que outras manifestações se transformem ou desapareçam, a culinária se mantém como um vínculo estável com a noção de pertencimento étnico.

No universo do *habitus* eslavo, aqui verificado em suas manutenções, perdas, transformações e acréscimos, os hábitos alimentares incluem-se em todo este sistema. Tanto no sul do Brasil quanto na Zona da Mata Rondoniense algumas adaptações tomaram corpo a ponto de elaborar uma “culinária adaptada” a partir de produtos que os imigrantes tiveram acesso ainda em anos iniciais de vida no Brasil, mas que tiveram forças para gerar um novo hábito alimentar embasados em produtos oriundos de cultivares locais e temporários como o milho, o arroz e a batata doce (quadro 34).

Quadro 34: Adaptação da culinária eslava com produtos brasileiros

Alimento	V.a	%
Polenta com leite	9	14,6
Arroz com leite	8	12,7
Farinha de milho com leite	11	18,0
Pão caseiro com banha suína	4	6,4
Macarrão (industrializado) com leite	3	4,8
Batata doce com leite	3	4,8

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Sua incorporação ao cardápio eslavo ampliou-se, consolidou-se e acompanhou as gerações, continua integrando a dieta dos descendentes eslavos. Costumeiramente, são refeições mais frugais que podem substituir o jantar, ou fazer parte do conjunto de pratos servidos à mesa, dito de outra forma: contribuem para a manutenção da mesa farta.

A seguir apresentamos elementos da culinária eslava, presentes na ZMR.

Figura 41: Linguiça defumada – *kielbasa/ kubačá*



Fonte: Paula (2014)

Figura 42: Café com *Záprazka*, na família Mikalzenzen



Fonte: Makalzenzen (2015)

Figura 43: *Páska*, pão produzido somente para comemorar a Páscoa



Fonte: Paula (2014)

Figura 44: Pastel cozido – *pieroghi/perohê*



Fonte: Paula (2014)

O chimarrão e seus ritos

A erva mate (*Ilex paraguariensis*) é conhecida pelos povos pré-colombianos que ocuparam a parte sul do continente americano desde tempos imemoriais, por esta razão T. Linhares (1969 apud Boguszewski, 2007) afirmou que “a América nasceu bebendo mate” (p. 20).

Antes do estabelecimento do colonizador europeu no continente, os grupos Guaraní já haviam estabelecido o comércio da congonha⁴ desde o Chile até as regiões andinas do Peru e Bolívia (Boguszewski, op. cit.).

A partir do século XIX a erva mate do Paraná ganhou mercado em concorrência com a erva paraguaia. Além da exportação, sua difusão entre a população local de origem não indígena ganhou espaço e, aos poucos, os imigrantes europeus foram criando o hábito alimentar de consumir o chimarrão, além de se inserirem rapidamente às atividades de extrativismo e comércio da erva mate.

O envolvimento dos imigrantes poloneses e ucranianos com a erva se tornou bastante intenso e mereceu diversos tipos de registros em memórias, crônicas ou pesquisas acadêmicas sobre a total adoção da bebida nativa por estes dois grupos. Quando relata as crônicas da imigração eslava na região de Prudentópolis, o escritor J. C Fernandes (2006) comenta que

[...] a erva mate, que fora meio de sobrevivência dos primitivos habitantes daquela sertania, era agora, conhecida e apreciada por ucranianos e poloneses que, rapidamente, aprenderam a podá-la na época certa, a sapecá-la nos carijos e, depois de torrada, a moê-la e refiná-la. A cuia e a bombilha, antes olhadas com reservas, passavam de mão em mão nas choupanas dos europeus, enquanto o excesso do prodigioso produto era estocado nos depósitos feitos de vara de bracatinga, cobertos de talos de palmeiras, para, depois, somadas as muitas arrobas, ser levado em cargueiros e carroças aos atacadistas da cidade (p. 198).

O chimarrão, acrescido de todo o seu ritual de consumo, incorporou-se ao *habitus* eslavo, nele se pratica mais que o simples ato de consumir a bebida através do conjunto cuia e bombilha. Uma roda de chimarrão requer um espaço de sociabilidade, estabelece os tempos de lazer ou descanso no cotidiano sempre ocupado pelas atividades do trabalho.

Os descendentes de eslavos da Zona da Mata Rondoniense levaram consigo o costume do consumo da bebida, embora nos primeiros tempos da

reocupação da região convivessem com sua escassez ou com o produto deteriorado pelas intempéries amazônicas, como lembra o Sr. Mariano:

Acho que era por muita chuva, umidade. Então embolorava a erva [mate], o trigo embolorava, a farinha de milho, tudo!

Ainda bem que quando nós chegueмо aqui já tinha quem vendia a erva! Acho que é porque a maior parte das pessoas daqui são de fora. Os Trento também são de fora, lá de Santa Catarina e eles já sabiam o sistema do povo e já traziam a erva (Mariano Dopiate).

Na região, os espaços de sociabilidade vivenciados em horários (quase) categoricamente estabelecidos são promotores de encontros sucessivos dos membros da família, dos vizinhos ou dos clientes de casas de comércio dentre os diversos espaços criados pela sociabilidade do chimarrão. Conforme o quadro 35, a maior parte dos entrevistados faz o uso da erva mate, quer compartilhando-o em casa, quer participando das rodas ofertadas por vizinhos, comerciantes ou em repartições públicas, quando além da construção de espaços de lazer, o chimarrão ocupa alguns espaços no trabalho.

Quadro 35: Uso do chimarrão pelos descendentes de escravos da ZMR

Usuário	Zona rural		Zona urbana	
	V. a	%	V. a	%
Sim	16	80,0	31	73,8
Fora de casa	1	5,0	3	7,2
Não	3	15,0	8	19,0
Total	20	100	42	100

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

A frequência de seu consumo apresenta maior variação na zona urbana que na rural, a explicação, acreditamos estar assentada no maior volume de atividades e compromissos de trabalho e estudo que atingem os moradores da cidade, enquanto os moradores da zona rural têm mais autonomia sobre seus tempos de trabalhos, atividades comunitárias e lazer. Quando 82,3% dos colonos adeptos do chimarrão o consomem diariamente (quadro 36), somente 56,0 o fazem na cidade, os demais “mateam” com menor frequência.

Os espaços de sociabilidade para as rodas de chimarrão são formados das mais diversas possibilidades de grupos, entre os descendentes de escravos os mais praticados são os constantes do quadro 37. Ainda que a tradição do “matear” exija a formação de um grupo, àquelas pessoas que por alguma razão não dispõe de companhia para o compartilhamento da bebida o fazem sozinhas, este é o caso de 17,6% de colonos e 8,8% de moradores da cidade.

Quadro 36: Frequência no uso do chimarrão pelos descendentes de escravos da ZMR

Frequência (*)	Zona rural		Zona urbana	
	V. a	%	V. a	%
Diariamente	14	82,3	19	56,0
Duas vezes na semana	1	5,9	6	17,6
Quinzenal	1	5,9	5	14,7
Raramente	1	5,9	4	11,7

* Calculado sob o universo SIM do quadro 35

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Ainda que o ritmo das atividades e compromissos de trabalho imponha menor frequência, na cidade as possibilidades de compartilhar a bebida são maiores, são mais abundantes as opções para a formação de grupos, pois os vizinhos, parentes e conhecidos estão em espaços mais próximos.

Quadro 37: Formação dos grupos de chimarrão dos descendentes de escravos na ZMR

Grupo (*)	Zona rural		Zona urbana	
	V. a	%	V. a	%
Sozinho (a)	3	17,6	3	8,8
Casal	4	23,5	5	14,7
Família nuclear	6	35,5	13	38,4
Família extensa	2	11,7	4	11,7
Com vizinhos	2	11,7	9	26,4

* Calculado sob o universo do SIM do quadro 35

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Nas famílias da zona rural, os ritos do chimarrão têm lugar costumeiramente, no amanhecer e entardecer. O primeiro chimarrão do dia é mais compartilhado entre os casais, como observamos pelas entrevistas de alguns deles e que aqui registramos duas narrativas.

A rotina do primeiro casal é levantar bem cedo, acender o fogão à lenha, esquentar a água, fazer o chimarrão, tomarem juntos uma ou duas cuias. Ela vai para o curral ordenhar as vacas, quando o leite já foi recolhido, ele leva até uma das propriedades vizinhas para ser guardado no resfriador compartilhado com outros vizinhos. Quando retorna à propriedade, juntos tomam mais algumas cuias de chimarrão precedidas pelo café da manhã que deve ser reforçado. A partir daí seguem as atividades do dia na propriedade (Pesquisa de campo, Novo Horizonte do Oeste, 20/08/2014).

Noutra entrevista, o casal nos contou que cotidianamente, ele se levanta às 5 horas da manhã, prepara o chimarrão e leva até o quarto onde tomam juntos. Após três cuias ele se dirige para o curral na atividade de

ordenha, ela se levanta, prepara o café e segue para o curral com uma garrafa térmica para servi-lo ao marido e ao filho, que reside ao lado da casa paterna (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 11/06/2014).

Na cidade é mais comum que os momentos para o chimarrão aconteçam antes do almoço ou no entardecer. Há também, situações em que ocorrem mais vezes conforme constatamos ao chegar à casa de uma família, um pouco antes do almoço, o casal tomava o chimarrão numa sombra à frente da casa. Entramos na roda e enquanto conversávamos chegou mais um conhecido, disseram-nos que “mateam” 3 vezes ao dia. Pela manhã, apenas o casal, sem responsável direto para a preparação do mate (quem se levantar primeiro o prepara). Nos demais momentos, a hora do almoço e no fim da tarde, costumam receber a companhia de vizinhos ou conhecidos que aparecem para uma conversa, quando o assunto principal costuma girar sobre as pescarias da família e dos amigos (Pesquisa de campo, Nova Brasilândia d’Oeste, 16/09/2014).

A erva mate não é consumida somente pelos descendentes de eslavos da Zona da Mata Rondoniense, grande parte dos migrantes do Sul pratica o mesmo hábito, além de outros grupos migrados para a região que o adquiriram a partir da convivência com os sulistas. Seu consumo local é bastante significativo e o produto pode ser encontrado em supermercados e pequenas casas de comércio das cidades envolvidas nesta pesquisa. Na cidade de Rolim de Moura existe uma casa que comercializa somente a erva mate e os apetrechos necessários para o seu consumo (cuias, bombilhas, etc.). Em conversa com a proprietária, ela nos revelou que a casa revende aproximadamente 1.500 quilos por mês de ervas a granel tanto para o preparo do chimarrão, quanto para preparo do tererê.

Esta forma da bebida tem se popularizado muito entre os adolescentes e jovens, trata-se da erva mate triturada em ponto mais grosso e que deve ser consumida com água bastante gelada. É muito refrescante para as altas temperaturas regionais, contudo, àqueles já acostumados ao chimarrão (em água quente) afirmam não se adaptarem a esta variação da bebida.

Quanto aos principais ritos, os participantes das rodas de chimarrão na Zona da Mata Rondoniense reproduzem os mesmos praticados no Sul: o dono da casa é quem toma a primeira cuia e serve aos demais; a cuia só deve ser devolvida após ter “chiado”⁵, a entrega da cuia acompanhada da palavra “obrigado(a)” como sinal de que o integrante da roda já está satisfeito, e assim por diante.

Conforme vemos abaixo, é significativa a presença do chimarrão entre os descendentes de eslavos na ZMR.

Figura 45: Apetrechos do chimarrão na casa da família Sentechenchen de Paula em Rolim de Moura



Fonte: Paula (2014)

Figura 46: Chimarrão na família Skiezinski em Novo Horizonte do Oeste



Fonte: Skiezinski (2016)

Consumida em água quente ou gelada, fato é que a erva mate, sob os ritos do chimarrão ou do tererê consegue criar riquíssimos espaços de sociabilidade local nos tempos em que até mesmo as refeições familiares já não conseguem unir toda a família ao redor da mesa.

PARA ALÉM DA IGREJA: A RELIGIOSIDADE NO COTIDIANO

Visitando uma das famílias colaboradoras desta pesquisa, em determinado momento da conversa, o casal nos convidou para conhecer o pequeno altar em seu quarto. Lá, na capela do guarda-roupa, ficam as imagens das santas de suas respectivas devoções, dela representadas por Nossa Senhora do Perpetuo Socorro e Nossa Senhora Aparecida, dele a imagem de Nossa Senhora de Fátima. Expostas num pequeno nicho, as imagens compartilham o espaço com crucifixo, velas, pequenos ícones (santinhos) e flores. À frente deste altar, o casal afirma ser o local para fazer as orações diárias (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 10/06/2014).

Juntamente com as manifestações de orações diárias, o cenário acima descrito é comum à imensa maioria do grupo contatado na pesquisa de campo, principalmente aos mais velhos. Há sempre uma necessidade iminente em manifestar sua religiosidade, inclusive fora dos espaços da igreja.

Ainda que esteja inserido no mundo moderno e globalizado, o descendente de escravos da Zona da Mata Rondoniense continua a personificar o *homo religiosus* descrito por M. Eliade (1992), aquele que, oriundo de sociedades tradicionais sente a necessidade de estabelecer a vida num *Cosmos*, o centro de seu mundo, seja o território (por ele construído e transformado em *Cosmos*), seja a cidade, a vila ou a própria casa. Esse homem constrói modelos exemplares para seu comportamento e suas ações, busca ser diferente do que ele considera ser uma existência profana. Sua religiosidade vai além das formas históricas do cristianismo, conserva ainda uma estrutura de crenças já perdidas nos cristão da cidade.

Estamos associando aqui, o descendente de escravos ao *homo religiosus* de Eliade (op. cit.), porque o próprio autor reconhece que “alguns traços da conduta do homem arcaico persistem ainda no estado de ‘sobrevivências’, mesmo das sociedades mais industrializadas” (p. 31). Este é o caso do descendente de escravos da Zona da Mata Rondoniense, ainda é evidente no grupo, a sobrevivência de crenças e condutas tornadas raras ou já desaparecidas entre as sociedades urbanas, comportamento que não o torna, todavia, um homem pré-moderno.

As manifestações de sua forte religiosidade podem ser divididas em duas segmentações a saber: (1) as comportamentais que expressam um sistema de crenças e de vivências tais como o medo do pecado, do “fogo do inferno”, a concepção de obrigatoriedade presencial às cerimônias religiosas, o caráter de educação primordial dado à catequese; (2) as materiais, que para estruturar

este sistema de crenças e de vivência aparecem sob a forma de altares, ícones, imagens, ramos e água bentos no interior das residências ou em locais de trabalho.

Aos exemplos de manifestações comportamentais, podemos citar fragmentos de falas de nossos interlocutores, como observamos em *Bába Kluska*

A gente rezava porque o pai dizia:

- Rezem pra vocês não cair no pecado, pra Deus abençoar, pra vocês ser feliz, pra vocês ter saúde, pra não se machucar. pra às vezes um bicho não te pegar. Então papai dava catequese assim pra gente e a gente ainda tem medo do pecado (*Bába Kluska*).

Outra de nossas interlocutoras também manifesta o mesmo sistema de crenças com a presença da noção de *medo do pecado*. Ela nos narrou as dificuldades sofridas no casamento, até que ficasse viúva, uma de suas “mágoas” com relação ao esposo é o fato de que ele não levava os filhos à igreja, em suas palavras “ele era herege”. Por esta condição, afirma que tomou para si toda a responsabilidade da educação religiosa dos filhos, por fim, comenta que cumpriu sua missão cuidando do esposo até a morte. (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 28/11/2014).

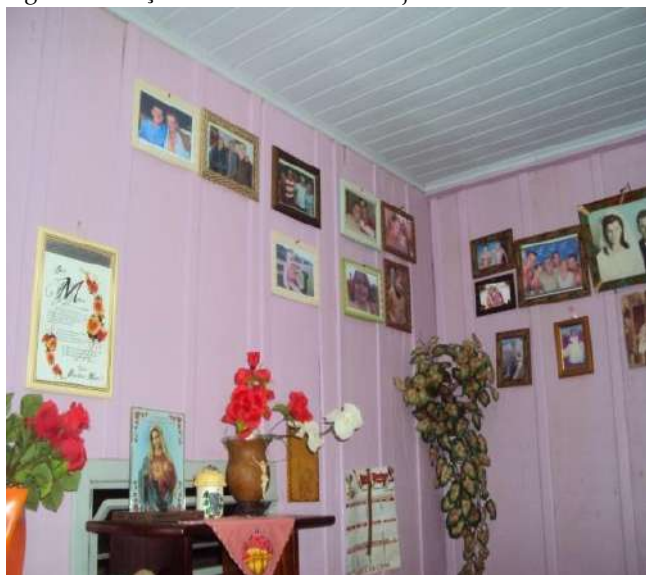
O comportamento de “heresia” para a esclavidade parece ser inaceitável. Logo, a convivência com um “herege” sugere ter representado a ela uma missão, e que foi cumprida até a morte do esposo.

Para ambas as entrevistadas a educação geral dos filhos está diretamente representada pela catequese, *Bába Kluska* relembra os ensinamentos de seu pai através da catequese, enquanto esta interlocutora registra o fato de não poder ter dividido tal tarefa com o esposo devido à sua condição de “herege”.

Quanto aos exemplos materiais, raro foi encontrarmos uma casa em que não estivessem expostos ícones, imagens ou altares.

Na página seguinte veremos algumas manifestações materiais da religiosidade dos descendentes de eslavos na ZMR.

Figura 47: Sala da casa de descendentes poloneses com a presença de ícone do Sagrado Coração de Maria e crucifixo junto às fotos de família



Fonte: Paula (2015)

Figura 48: Quadros de parede com ícone do Sagrado Coração de Jesus e de Maria, em casa de colono de descendência polonesa



Fonte: Paula (2015)

Ícones que representam o Sagrado Coração de Jesus e de Maria são os mais expostos em paredes ou altares das casas dos interlocutores da pesquisa. São na verdade mais uma evidência de manifestação do *habitus* eslavo, se trata de uma devoção trazida pelos imigrantes.

Numa busca histórica pela origem da devoção, V. R. Teixeira (2003) demarca as áreas geográficas influenciadas pela devoção crístico-mariana a partir da influência do franciscano S. Bernardino de Siena (1380-1444), este santo teve “um culto notável e bastante arraigado nas populações em toda a Itália e Europa Central, de França à Holanda, à Alemanha e à Áustria e curiosamente à Europa Oriental, com destaque para a Polônia, onde os franciscanos são ainda hoje chamados de Bernardinos, em sua homenagem” (p. 691).

Considerando o domínio do Império Austro-Húngaro sobre a Galícia do século XIX, esse fator corrobora com a tese de Teixeira (op. cit.) sobre a consolidação da devoção crístico-mariana nas áreas das atuais Polônia e Ucrânia.

Outra referência desta devoção está em E. L. Constenaro (2013) quando analisa a cozinha étnica ucraniana no interior do Paraná, esta autora expõe o envolvimento das mulheres com o grupo Apostolado de Oração e que, segundo ela, tem sua história ligada à Igreja Ucraniana no Brasil propagadora dessa irmandade devota do Sagrado Coração de Jesus no país. Juntas, as considerações dos dois autores nos explicam a origem da devoção crístico-mariana encontrada nos dias de hoje, entre as famílias de descendentes eslavas da Zona da Mata Rondoniense.

No Brasil, as expressões de fé foram construídas associadas diretamente à noção de etnicidade junto aos descendentes de imigrantes eslavos. Os estudos de G. Seyferth (1999) contribuem muito para a compreensão destas construções no interior das comunidades étnicas formadas no sul do país. Especificamente sobre os poloneses, Seyferth (op. cit.) sustenta que “elaboraram seu ideal de polonidade no Brasil associado à fé católica enquanto critério demarcador da nacionalidade. A ‘escola polonesa’, a imprensa produzida para as comunidades, o clero polonês e o uso cotidiano da língua materna, produziram um ideal de polonidade, uma afirmação de identidade étnica” (p. 207).

Portanto, sob o prisma da eslavidade, embora às vezes manifestada em demarcações específicas – a polonidade ou a ucraniedade – ao manter suas práticas religiosas, os nossos interlocutores reforçam seus sentimentos de pertença étnica.

Velas, ramos bentos e tormentas

A crença como sentimento total de confiança é uma força objetiva que pode ser objetivada nas coisas ou nos símbolos, e que especificamente aqui os elencamos como as velas, os ramos bentos, a água benta, etc. Estas “coisas” são para P. Bourdieu (2012) o “produto de atos subjetivos de reconhecimento e que, enquanto crédito e credibilidade, só existe na representação e pela representação, na confiança e pela confiança, na crença e pela crença, na obediência e pela obediência” (p. 188).

O produto dos atos subjetivos consiste no poder simbólico, sua existência se justifica porque aquele que lhe está sujeito acredita que ele existe.

O poder simbólico imanado das “coisas” acima citadas despertam nos descendentes de escravos sentimentos como tranquilidade, segurança e conforto gerados pela credibilidade depositada na existência do símbolo. Ora fazem parte de seus rituais cotidianos como práticas de arranjo ou organização da vida subjetiva, da casa, da propriedade e dos negócios, ora são acionados em momentos específicos ou em casos de necessidades eventuais.

Independentemente da intensidade e frequência que acionam tais símbolos, eles estão internalizados no inconsciente coletivo do grupo e representam medidas protetivas naturais, dispensam, assim, qualquer tipo de reflexão.

Do grupo de 62 entrevistados, 58,2% deles afirmam-se manter constantemente em casa ramos, água e velas bentas. Outros 19,3% dos interlocutores alegam o abandono de tais práticas, nestes casos elegem como o motivo principal estarem vivendo com companheiros ou companheiras não católicos, e 22,5% afirmam que nunca se utilizaram destes símbolos ou os abandonaram no momento da troca de religião, trata-se do grupo que se declara evangélico.

As velas são bastante utilizadas em momentos eventuais para pedidos de proteção, de livramentos em causas perigosas, com chuvas fortes seguidas de ventanias. Mas cotidianamente, são queimadas nos pequenos nichos de altares caseiros, aos pés dos santos e santas de devoção individual ou familiar.

Quadro 38: Ocasões de uso das velas, água e ramos bentos pelos descendentes de escravos da ZMR

Situação de utilização	Praticantes (%)	Descendência
Queima de ramo bento em dias de chuva forte, mesmo que em RO não seja comuns as “tempestades e tormentas”	40,4	Polonesa e ucraniana
Queima de ramo bento ou aspersão de água benta para proteção da casa	25,8	Polonesa e ucraniana
Consumo de água benta em caso de doença ou angústia (adultos)	6,4	Polonesa e ucraniana
Porções de cinza (ramo bento queimado) em chá para doenças infantis	6,4	Polonesa
Aspersão de água benta ou queima de ramos bento nos quintais às sextas-feiras, ou bênção dos animais do pátio	13,0	Polonesa
Queima de velas aos santos de devoção, em momentos de “tempestades” ou em casos de problemas de família	8,0	Ucraniana
Total (*)	100	

(*) Calculado sobre o universo dos usuário dos símbolos em questão

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

A água benta é também encontrada nas residências dos descendentes de escravos da região. Costumam ter duas origens, ou são levadas das igrejas quando foram bentas por ocasião de solenidades especiais como as missas de cerimônia da Páscoa, as missas de enfermos e de batismos, ou passam por “bênçãos virtuais”, isto é, foram bentas a partir de programas específicos de rádio e TV. Neste último caso, após o ritual do benzimento são imediatamente compartilhadas pela família que as bebem na busca de proteção diária e saúde.

Já os ramos bentos, parecem ter sua grande missão para amainar as forças da natureza como as tempestades e os ventos fortes. Além das alegações de seu uso que estão expressas no quadro acima, alguns comentários ilustram bem a dependência deste elemento como escudo de proteção material e espiritual. Uma entrevistada nos fez o seguinte comentário “eu não gosto muito daqui de Rondônia, mas acho uma terra abençoada porque aqui quase não dá tormenta⁶. Mas, aqui em casa não pode faltar o ramo bento e água para a proteção das tormentas, que eu ainda tenho muito medo!” (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 16/10/2014).

Outra nos contou que semanalmente recolhe o resíduo de folhas das árvores do quintal, acrescenta neles os ramos bentos trazidos da Igreja e os

queimam para que a fumaça proteja a sua casa e a dos filhos, que ficam na mesma propriedade rural (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 26/07/2014).

Num outro momento, já fora dos trabalhos da pesquisa de campo, conversávamos com a sobrinha (que não participou da pesquisa) de uma entrevistada, sobre a forte chuva que havia caído na cidade durante a noite, ocasião em que ela comentou “foi tão forte o vento que tive até que me levantar para queimar ramo bento!” (Pesquisa extracampo, Rolim de Moura, 23/04/2015).

Como evidencia esta última fala, o ritual da queima do ramo bento parece exercer no grupo a compreensão de que seja condição *sine qua non* para aplacar as forças da natureza representadas pela “tormenta” e assim livrar a família, a casa e os vizinhos de seus estragos.

Os três elementos analisados aqui, as velas, água e ramos bentos compõem um universo de crenças ritualizadas pela Igreja Católica, mas que se originam ainda de uma religiosidade pré-cristã e que foram, em algum momento, ressignificadas por esta igreja. São exemplos do que Eliade (1992) considera como os simbolismos que desempenham “um papel considerável na vida religiosa da humanidade; graças aos símbolos, o Mundo se torna ‘transparente’, suscetível de ‘revelar’ a transcendência” (p. 65). Há assim a possibilidade de entender e interferir no mundo (natureza) através do acionamento de símbolos, nestas circunstâncias o homem consegue tomar para si papel de domador da natureza.

Os “causos” de lobisomem e assombrações

Outras crenças manifestadas pelo grupo de entrevistados ligam-se aos medos e temores de forças sobrenaturais consideradas maléficas ou fora dos limites aceitos pela cristandade.

Chamados a opinar sobre a existência de visagens e assombrações não faltaram histórias que terminavam com a chancela do “eu já vi”. Curiosamente, nestes momentos as conversas pareciam ganhar um intenso fôlego, havia um rico arcabouço de histórias aprisionadas, na espreita de oportunidade para serem narradas.

Os questionamentos sobre as crenças em fenômenos sobrenaturais suscitaram três diferentes manifestações de comportamento criando rupturas distintas entre os credos religiosos professados pelos entrevistados, além das diferenças geracionais que envolvem todo o grupo.

Para aqueles que se declaram evangélico (22,5%), 71,4% deles sequer admitem discutir a questão, enquanto que um pequeno grupo formado por

28,6% admite acreditar que tais fenômenos existem. Deste último grupo ouvimos um comentário contundente que revela a força das concepções de mundo implícitas na própria esclavitude do grupo, a interlocutora nos disse: “sendo evangélica hoje, eu não deveria acreditar, mas cresci ouvindo essas histórias. E eu também acredito nos demônios, sei que eles existem, tá na Bíblia” (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 12/01/2015). A menção aos demônios descritos na Bíblia parece se transformar aqui, em mecanismo justificador de suas crenças culturais, hoje desabonadas pela sua nova conduta religiosas.

De todo o universo entrevistado, 35% deles afirmam nunca terem experienciado qualquer fenômeno sobrenatural, mas acreditam em sua existência quando levam em conta as histórias de família. Deste grupo fazem parte os entrevistados abaixo de 55 anos e que juntamente com aqueles que afirmam não crerem em manifestações sobrenaturais computam 33,8% desta faixa etária de entrevistados. De maneira geral, há clara inibição neste subgrupo em admitir a crença, como também não há convicção suficiente para negá-la. Nestes momentos optam pelo benefício da dúvida.

Já dos 42,5% restantes ouvimos um arcabouço significativo de histórias assombradas. Aqui, reproduziremos três “causos” que trazem em seu bojo a riqueza de detalhes em seus enredos. A primeira delas narra uma visagem presenciada por uma de nossas colaboradoras descendentes de ucranianos, ainda jovem, à porta de um pequeno cemitério na região de Campo Mourão-PR,

Lá na Serra Moiada onde meu irmão tava morando com meu outro irmão que era casado, uns quilometro longe de casa, e deu uma dor de dente nele que chegou furar. Então minha mãe chamou meu outro irmão pra ir lá vê ele. Não quis ir, daí eu fui acompanhando a mãe. Mas, pra ir tinha que passar bem na porta do cemitério, e lá tinha morrido um homem matado que era muito ruim. Aí quando nós tava chegando perto eu vi uma coisa, assim que nem um lençol branco balançando e vindo pro nosso lado.

Eu gritei, minha mãe falou que não era nada, que não viu nada. Mas, eu sei que ela viu, ela não quis falar pra mim não ficar com mais medo. Depois que passou do lugar onde nós viu o lençol, minha mãe falo pra não oiá pra trais e nós andemo bem depressa. Então, eu acredito em visage porque não foi ninguém que me falou, eu mesma que vi! (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 07/11/2014).

A segunda é um pitoresco caso de lobisomem, exposto com um forte grau de credibilidade por parte da narradora que muito nos impressionou. Trata-se de uma senhora de descendência polonesa, já com 90 anos de idade. A entrevista que nos concedeu foi também acompanhada por uma de suas filhas. Após nos contar um caso de visagem em quem ambas asseguram ter como cenário a atual casa em que residem, a entrevista chegou ao fim, momento em que mudamos a conversa para assuntos mais amenos, pois já íamos nos despedindo. Nesta ocasião a interlocutora olhou para a filha e lhe disse: “mas, eu queria contar pra ela aquela história do lobisomem”. A filha lhe lançou um olhar censurador, ela insistiu e imediatamente nos manifestamos afirmando que gostaríamos muito de ouvir a história, a filha então aceitou e narrou junto com a mãe o episódio em que foram protagonistas:

Lá no Paraná, nós morávamos no sítio. Tinha muito porco. Num dia de tardezinha uma porca escapou e falei pros meninos:

-Vão logo prender a porca que está solta, o Pai já vai chegar e se ele ver a porca solta vai ficar muito bravo.

E eles foram correndo cuidar de levar a porca de volta para o chiqueiro. Ela correu e entrou no galinheiro e começou a comer o coco das galinhas. Os meninos pegaram uma vara de bambu e foram cutucando ela.

-Mas pra quê? Ela ficou tão brava, tão brava e saiu de lá e foi correndo atrás dos meninos. Eles correndo, eu correndo. Ela tava quase pegando o Carlos.

Aí que eu pensei, não é porca é o lobisomem! Porque ele começou a correr atrás de nós com as patas da frente erguidas. Então eu gritei:

- Vai embora que depois eu te dou sal!

E ele parou de correr atrás de nós e foi embora. No outro dia apareceu lá na porteira de casa um homem bem vestido, de chapéu, de sapato. Parecia homem de cidade. Os meninos foram até a porteira e ele disse que veio buscar o sal. Os meninos foram em casa e me disseram:

- Mãe, um homem tá na porteira e disse que veio buscar o sal.

Eu falei pros meninos.

- Fala pra ele que sal eu não dou. Se ele quiser dou dinheiro pra ele comprar, mas o sal não dou!

Ele então foi embora e nunca mais voltou (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 28/11/2014).

A terceira história é também da aparição do lobisomem, narrada por um colaborador descendente de poloneses, 58 anos e que a vivenciou também lá no Paraná,

Sim, eu vi! Aconteceu comigo e com meu irmão. A mãe sempre falava pra nós que não podia comer carne na coesma e nós não comia. Até que numa coesma, eu e meu irmão fomos fazer uma cerca pro dono de uma fazenda e a gente ficava parando num paiolzinho que tinha lá. Era um dia de sexta feira e meu irmão falou:

- Hoje, nem que apareça o capeta, mas nós vamos comer carne!

E comemos no almoço. No começo da noite a gente começou a ouvir um barulho igual uma manada de boi estourada perto da cerca onde a gente tava construindo e não via boiada nenhuma. Mas aí, apareceu um boi grande e preto correndo pra nossa direção. Como tinha uma fogueira acesa meu irmão pegou um galho de coqueiro seco, acendeu e jogou rumo a esse boi que queria avançar na gente. O boi ficou nervoso, pulou na fogueira e engoliu aquele fogo todo. Meu irmão ficou com muito medo e gritou:

- Meu Deus! Eu prometo que vou rezar.

E o boi deixou a gente em paz, foi embora. No outro dia, contamos pro dono da fazenda e fomos com ele ver o lugar onde a gente tinha visto. Tava lá os rastros, mas não era de boi, era um pé muito grande, de mais de trinta centímetros. E no lugar do dedão tinha uma unha igual garra que ficava marcada mais funda no chão.

Então era o lobisomem e meu avô sempre dizia que ele vem em forma de bicho, pode ser boi, porco ou bode. Ele falava sempre que na coesma o demônio anda solto (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 29/11/2014).

As demais histórias de lobisomens, assombrações e visagens que vieram à tona nos momentos das entrevistas têm aproximadamente o mesmo teor, o que tornaria aqui as suas descrições repetitivas. Fato que nos chamou a atenção foi que as narrativas sobre o lobisomem todas tiveram o Paraná como cenário, não encontramos uma sequer que tenha acontecido em Rondônia. Quanto às visagens e assombrações os relatos envolvem as mais diversas localidades por onde os narradores viveram, inclusive Rondônia.

O mundo povoado por entidades sobrenaturais são comuns à cultura eslava, embasada nos estudos de Holowko (1994), M. L. Andrezza (1999) afirma que:

Segundo a cultura popular ucraniana, o lobisomem pode nascer como tal ou transformar-se, por ação de encantamento. Os nascidos lobisomens teriam adquirido tal condição pela ação de um determinado planeta, ou porque uma mulher grávida enxergara um deles. Já os enfeitiçados seriam aqueles transformados pelas bruxas; esquecer Deus também poderia motivar essa mutação, bem como fazer um acordo com bruxa (*vidhma*). [...] Acreditava-se que existiam formas de ajudar os lobisomens enfeitiçados à abandonar tal condição. Entre elas, a mais branda seria dar três voltas ao redor de um ícone e no extremo oposto arrancar a pele do enfeitiçado (p. 248).

Andrezza (op. cit.) e S. Tenchena (2010) registram ainda as adaptações que a entidade adquiriu no Brasil, uma se trata da língua, de *vovkulaka* (ucraniano), *wilkolak* (polonês) abrigou-se para *lovison*. Outra se trata da forma, na ausência de lobos na fauna brasileira, a figura do lobisomem passou a ser incorporada na figura do porco, no caso de nossos entrevistados ocorreram menções de seu aparecimento sob a forma de porco, boi ou bode e como assegura Andrezza trata-se de “situações em que a falta de lobos, no Brasil, não impediu a continuidade da crença” (p. 246).

Comparando as colocações de Andrezza e de Tenchena com a última narrativa aqui apresentada é interessante analisá-la também sob o ponto de vista do mito, que para Eliade (1992) tem como função mais importante a de “‘fixar’ modelo de todos os ritos e de todas as atividades humanas significativas como a alimentação, a sexualidade, o trabalho, a educação, etc. comportando-se como ser humano plenamente responsável, o homem imita os gestos dos deuses” (p. 51). Para nosso narrador a *visita* do lobisomem em forma de boi aconteceu devido à quebra da proibição de comer carne na quaresma, juntamente com a *blasfêmia* proferida pelo irmão, ou seja, sob a forma de lição moral, a visita do lobisomem mostrou-lhes os perigos do afastamento de Deus.

A SOCIABILIDADE, O LAZER E DIVERSÕES ENTRE OS DESCENDENTES DE ESLAVOS DA ZONA DA MATA RONDONIENSE

Na introdução de *A sociabilidade do homem simples*, Martins (2000) fala-nos sobre como a História realiza um embate diário na vida do homem, liberta-o de múltiplas misérias quando lhe cria condições adequadas de vida, de tempo para si e para os seus, de imaginação, de prazer no trabalho, de festas, enfim cria nela uma compreensão ativa de seu lugar social na realidade.

O exercício cotidiano da vida ocorre de forma a moldar as comunidades que o homem vai inserindo-se ou excluindo-se delas ao longo de sua vida. Por se tratar de um grupo envolvido em deslocamentos compulsórios provocados pelo avanço do capital no território brasileiro, nossos interlocutores inseriram-se e excluíram-se em diversas comunidades no transcurso do tempo.

As novas comunidades, originadas através da implantação do PIC Gy-Paraná, surgiram de forma indistinta entre a zona rural e a cidade, isto é, criaram ambientes comuns de convivência para colonos residentes ora na cidade, ora nos lotes rurais, atestando os apontamentos de Monte Mor (1980) de que no espaço rondoniense houve pouca ou nenhuma diferenciação entre os urbanitas e os colonos.

Estes ambientes genericamente comuns que puseram em contato direto as mais variadas populações regionais brasileiras geraram por vezes tanto o conagraamento, quanto o estranhamentos entre elas.

Na zona rural, a conformação espacial dos lotes de terras distribuídos ao longo das linhas vicinais e sem áreas destinadas a convivência social deixaram as propriedades longe uma das outras, inviabilizando uma convivência maior dos descendentes de eslavos entre si e com os demais colonos.

Tanto as comunidades rurais quanto as urbanas estruturaram-se, inicialmente, pelas (não) ações do Incra, em seguida pelas ações oficiais do Estado e das prefeituras. O histórico de formação oficializada das comunidades colocou nossos interlocutores na condição de participantes de grupos não marcados por sentimentos de pertença comunitária, neste sentido desenvolveram uma sociabilidade mais reservada para com a sua vizinhança.

É bastante diferente da sociabilidade desenvolvida no grupo familiar extenso, ou mesmo com alguns poucos amigos ainda do Paraná e que migraram juntos ou em momentos anteriores:

Nossa primeira mudança para Rondônia foi com o sogro, logo depois do casamento. Depois voltamos pro Mato Grosso do Sul e acabamos, de novo vindo, pra Rondônia, quando meu pai já tinha vindo também. Quando chegemos, passamos uns dias morando em baixo de lona em Rolim. Logo meu sogro conseguiu comprar uma pequena chácara que já tinha uma plantação de arroz e milho, com um barraco que chovia muito dentro *e fomos todos pra lá* (Pesquisa de campo, Nova Brasilândia d'Oeste, 27/11/2014).

O comportamento reservado que se sociabiliza somente entre o grupo familiar é também elemento do *habitus* eslavo, como apontam as descrições de Thomas e Znaniecki (2006)

Pelo que concerne as relações pessoais baseadas nas conexões familiares, se pode afirmar que o ideal de organização familiar seria um estado de coisas onde todos os membros da família fossem amigos pessoais e não tivessem amigos fora da família. Este ideal se expressa, inclusive, na terminologia de algumas localidades, onde o termo 'amigo' se reserva aos parentes (p. 175). (tradução livre)

O comportamento retraído, contudo, não significa que o grupo de escravos da Zona da Mata Rondoniense não desenvolvesse relações amistosas de convivência com a população local ao longo do tempo. Elas somente são menos intensas e pouco íntimas.

Na construção das relações sociais locais, foi se solidificando uma marcada distinção (com exceções) na sociabilidade dos descendentes escravos entre os *de orige* e o *povo da região*. O colono *de orige* considera *povo da região* aqueles migrados do Norte e Nordeste e foi comum ouvirmos referências ao seu "jeito estranho" de se comportarem:

Meu irmão chegou na casa de um professor, bateu palmas e disse: ô de casa? O homem respondeu de lá de dentro: entra pra dentro bicho! Meu irmão ficou sem saber o que fazer. Já pensou que costume estranho? Então nós estranhemo muito essas coisas (Pesquisa de campo, Novo Horizonte do Oeste, 30/09/2014).

O povo daqui tem um modo de vida diferente, não faz a coisa bem feita, não cuida muito das coisas. Por exemplo, não marca a cerca certinha, deixa as criações soltas pra invadir o pasto do outro. O povo daqui não pensa no amanhã, só no hoje. Quando chega na casa da gente, já vai direto nas fruteira e apanha fruta sem pedir, não que a gente não gosta de dar, mas custa pedir? (Pesquisa de campo, Novo Horizonte do Oeste, 29/10/2014).

Os conflitos acentuam-se ou atenuam-se sob cada condição de vivência. Ainda que se trate de uma população sem laços locais de etnicidade, é impossível não notar seu perfil etnocêntrico alicerçado na antiga ideologia hegemônica ocidental, onde prevalecem conceitos de superioridade étnica que calçaram as justificativas brasileiras para o incentivo à imigração europeia.

De modo geral, a inserção do grupo nas comunidades, tanto urbanas quanto rurais, se dá a partir de relações sociais abertas, mas com restrições circunstanciais considerando que o modo de vida do grupo é regido pela noção da *eslavicidade de interior*. Mesmo assim, não deixam de existir as relações de compadrio e da boa vizinhança controlada, como expressa a fala do Sr. Antônio Sembalista:

Por isso que eu acho a amizade tem que ser com todos. Mas pra passear, só na casa dos mais chegados, mas não pode ser todo dia que depois dá problema. Então, tô há 36 anos aqui e graças a Deus vivo e convivo com todos (Antônio Sembalista).

Para além do comportamento reservado, uma conquista na relação com a sociedade local é o fato de serem conhecidos no comércio dos municípios em que moram. Consideram como um grande privilégio, num momento de necessidade, terem créditos no comércio local e poderem adquirir os produtos de que necessitam tendo ou não dinheiro no ato da compra. Este é inclusive, um dos elementos capazes de atestar a reterritorialização de parte do grupo, um dos entrevistados teceu o seguinte comentário: “aqui já tenho nome, todo mundo me conhece, tenho credito em todo o comércio. Se for para outro lugar tinha que começar tudo de novo” (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 17/07/2014). O mesmo pensamento foi expresso por diversos entrevistados e o ouvimos tanto de moradores da cidade como do campo.

O franco acesso ao crédito comercial é apreendido pelos entrevistados como uma conquista no novo território que lhes garante segurança frente a uma eventual necessidade financeira e por esta razão, tão valorizada. Tal comportamento sugere ser um foi condutor a mais para auxiliar na compreensão sobre o medo da miséria.

O que parece não ter merecido valorização e manutenção para o grupo, principalmente aos moradores da zona rural, são as ações conjuntas como os mutirões ou a prática de empréstimos de máquinas e ferramentas. Na última situação, não encontramos nenhuma prática de empréstimos entre vizinhos, o único bem socializado é o resfriador de leite, já abordado, por se

tratar de doação/imposição do governo estadual e dos laticínios onde entregam sua produção de leite.

Questionados sobre a existência de mutirões, onze colonos entrevistados afirmam que não há mais esse tipo de ação comunitária nas linhas vicinais. Alegam que nas atividades da pecuária o mutirão tornou-se desnecessário e por isso desapareceu. Três entrevistados, afirmam que os mutirões ainda acontecem em suas comunidades, porém somente quando um colono fica doente e precisa de ajuda, enquanto outros seis afirmam que os mutirões existem para limpar pátios de suas igrejas, os campinhos de futebol ou as associações rurais. Um dos entrevistados faz um comentário bastante reflexivo sobre o fim dessa prática comunitária: “a própria tecnologia fez acabar o mutirão que faz acabar as amizades” (Pesquisa de campo, Nova Brasilândia d’Oeste, 30/11/2014).

No acesso dos colonos às tecnologias, conforme mostrou o quadro 17, alguns bens vêm provocando implicações mais agudas nas transformações de seu modo de vida camponês.

A aquisição da geladeira (100%) e do freezer (80%) permite melhores condições de armazenamento de alimentos, vindo ao encontro de tradição camponesa como a autossuficiência alimentar, principalmente de proteína animal e aqui discutida anteriormente. Porém, o acesso a esses bens tem provocado o desaparecimento de alguns comportamentos que integravam a sociabilidade do colono, com a possibilidade de armazenar toda a carne do animal abatido para o consumo da família diminui sensivelmente a prática de presentear os vizinhos com um pedaço de carne fresca, ou uma porção de torresmos fritos nos momentos de abate.

Nestes casos, como afirma o interlocutor citado acima, o acesso às tecnologias limita ou transforma as relações de amizade que já eram regulamentadas por códigos de restrições tanto com o Outro, o *povo da região*; quanto com o Nós, os *de orige* e que parecem imprimir um fechamento em tempos de múltiplas formas de sociabilidades. É, por certo, um novo arranjo de comportamento social, que modifica as relações de convivência e insere esse colono de antiga tradição camponesa à certa vida própria que as diferentes formas sociais e ideológicas adquirem com o desenvolvimento do capitalismo (Martins, 2000).

Contraditoriamente, o ambiente da cidade permeado pelas múltiplas formas de sociabilidades virtuais, devido à aproximação espacial continua mantendo as trocas de pequenas dádivas entre vizinhos como uma porção de banha ou torresmos por ocasião do abate de suínos, mudas de flores, porções

de frutas colhidas dos quintais, porções de bolachas caseiras ou outras iguarias, entre tantas outras.

As rodas de chimarrão ou tererê, mais comuns na cidade que no campo, também são um importante espaço de sociabilidade. Enquanto no campo o mate é compartilhado no interior da família, na cidade é mais comum a presença de um vizinho ou amigo.

A condição de sociabilidade manifestada pelos descendentes de eslavos que vivem na Zona da Mata Rondoniense é parte integrante de seu *habitus* e implica num comportamento determinado diante de uma determinada conjuntura social, política e econômica que motiva e condiciona os indivíduos a agirem de determinada maneira com interesse específico (Fraxe et. al. 2009).

Os mesmos autores argumentam ainda que as estratégias são inconscientes e surgem como ações práticas inspiradas por determinadas situações históricas. As condições históricas de vida dos imigrantes eslavos fixados no Paraná produziram nas futuras gerações o *habitus* e as formas de sociabilidade reservados em relação às comunidades de acolhimento por onde foram estabelecendo os lugares de destino em suas trajetórias migratórias, nestas condições a *eslavicidade de interior* orienta a intensidade da relação a ser desenvolvida com as comunidades de acolhimento.

Para um grupo que dispensa elevada importância ao trabalho, os prazeres da diversão e lazer nem sempre são apreciados ou considerados de importância para a manutenção da saúde física e mental, podem até serem considerados perniciosos. Não há entre o grupo práticas de consagrar tempo a estas atividades, ainda assim, as atividades consideradas de lazer e diversão para nossos interlocutores estão descritas no quadro 39.

Suas práticas são todas atividades simples, onde se privilegia a oportunidade do encontro do grupo familiar. Para uma melhor compreensão sobre a estrutura e abrangência do grupo familiar, tomamos por empréstimo a diferenciação estabelecida por Thomas e Znaniecki (2006) para a concepção da família camponesa polaca. Nesta concepção o grupo conjugal é formado somente pelo casal e seus filhos, enquanto do grupo familiar participam um grupo social, enquanto o grupo familiar é um grupo social que inclui a todos os parentes de sangue e políticos até um limite variável, geralmente até o quarto grau de parentesco.

Tomando por base esta concepção, verificamos que a maior parte das atividades de lazer e diversão do grupo de nossos interlocutores se estrutura através dos encontros do grupo familiar como as reuniões em família,

costumeiramente para almoços domingueiros quando se prepara o churrasco, as pescarias, o chimarrão em família e os acampamentos.

Quadro 39: Lazer e diversão das famílias descendentes de escravos da ZMR

Zona rural			Zona urbana		
Atividade	V. a	%	Atividade	V. a	%
Reunião de família (churrascos)	9	45,0	Reunião de família (churrascos)	15	35,7
Festa da igreja	6	30,0	Pescarias	9	21,4
Passeio na cidade (sorveteria, pizzaria, exposição agropecuária)	6	30,0	Ir para o sítio	9	21,4
Balneário	5	25,0	Bares e restaurantes	7	16,6
Pescaria	4	20,0	Jogos de bingos, futebol, sinuca	6	14,2
Visita aos vizinhos	3	15,0	Visita a vizinhos e conhecidos	4	9,5
Jogos com amigos (futebol, sinuca, truco)	3	15,0	Televisão	4	9,5
Igreja	2	10,0	Chimarrão em família	4	9,5
Televisão	1	5,0	Acampamento com a família	4	9,5
Tocar sanfona	1	5,0	Passeios de bicicleta, caminhadas	3	7,1
Nenhuma atividade	2	10,0	Balneário	3	7,1
-	-	-	Igreja	2	4,7
-	-	-	Acessar a internet	2	4,7
-	-	-	Ouvir música gauchesca	1	2,3
-	-	-	Passeio à feira livre	1	2,3
-	-	-	Nenhuma atividade	6	14,2

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

No caso dos acampamentos, sua ocorrência se dá quando se trata de grupo familiar morador da cidade que não possui sítio ou parentes que vivam no sítio. Quando a família possui parentes que vivem no sítio, o lazer e a diversão são representados pela visita a este local, como alegam 21,4% dos entrevistados urbanos.

A FAMÍLIA, AS TRANSFORMAÇÕES E ADAPTAÇÕES DO *HABITUS*

A. C. Witkoski (2010) argumenta que a família é a instituição onde se origina e se desenvolve o *habitus* do indivíduo até a sua morte, posto que as estruturas do *habitus* são produzidas por primeiro no ambiente autônomo das relações familiares, permeadas por uma divisão sexual e social do trabalho.

Entretanto, por constituir-se de um devir histórico, o *habitus* pode apresentar também caráter mutável conseqüente da própria construção das identidades, principalmente aquelas de caráter diaspórico, condição em que se encaixam os descendentes de eslavos na Zona da Mata Rondoniense, possuidores de histórico familiar marcado pelos deslocamentos compulsórios.

Neste contexto, exemplos que seriam imponderáveis à uma família de camponeses, quer moradores da zona rural ou da zona urbana (que continuam identificando-se como camponeses), agora fazem parte da flexibilidade na divisão sexual do trabalho. A antiga concepção do homem como mantenedor da família, vem se adaptando às relações sociais do mundo moderno e são vivenciadas no interior das famílias sem maiores sinais de conflitos. Demonstram que no seu interior se mantêm o modo de vida estruturado no *habitus* eslavo permeado por *habitus* modernos.

Os quadros 40, 41 e 42 apresentam entendimentos que por suas proximidades foram aglutinados formando conjunto de respostas.

Quadro 40: Responsabilidade financeira na manutenção da família descendentes de eslavos na ZMR

Item	Conjunto de respostas	V. a.	%
1	A obrigação é do homem, a mulher “pode” ajudar se puder	16	26,0
2	Deve ser de toda a família	14	22,5
3	Deve ser do casal	13	21,0
4	O homem porque ele é quem sabe fazer negócio (compra, venda). Ele deve trabalhar para a mulher conviver mais com os filhos	8	12,7
5	Os direitos são iguais: a mulher tem o “direito” de trabalhar e ganhar seu próprio dinheiro	4	6,4
6	Hoje os direitos são iguais, então a mulher deve ajudar	3	4,9
7	Não há problemas se a mulher trabalhar e ganhar mais	3	4,9
8	Não soube responder	1	1,6
Total		62	100

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Embora as respostas dos itens 1 e 4 representem juntos 38,9% da antiga concepção de “homem provedor”, somados os itens 2, 3, 5, 6 e 7 formam um conjunto de respostas mais condizentes com os novos comportamentos e arranjos familiares da sociedade moderna e evidenciam a visão manifestada por 59,7% dos entrevistados onde é possível identificar a presença de novo *habitus* formado no novo território a partir do convívio com populações de diferentes origens, acrescido de novos cenários comportamentais da sociedade brasileira inserida na modernidade.

Logo, pensar nestes novos *habitus*, implica pensar no contexto da modernidade em que o grupo vive, ou suas novas formas de vida onde as racionalidades do capital se fazem presentes. Na tentativa de encontrar caminhos que superem os dilemas da modernidade, Martins (2000, p. 21-22) nos assegura que na vida do homem comum se instauram conflitos culturais que disputam entre os valores costumeiros e tradicionais e os valores do que é novo e fugaz, pois em regiões periféricas do globo a modernidade se constitui por temporalidades distintas permitindo assim, que em suas relações sociais ainda convivam vestígios de outras estruturas como situações que ainda são realidades e relações vivas e vitais.

Uma das grandes transformações do *habitus* eslavo encontrada em nossos interlocutores está na mudança de concepções sobre o destino da herança familiar (quadro 41).

Quadro 41: Destino da herança nas famílias descendentes de eslavos da ZMR

Conjunto de respostas	V. a	%
Dever ser dividida em partes iguais para todos os filhos e filhas sem distinção	36	57,9
Parte maior para os filhos que trabalharam mais na construção do capital familiar	11	18,0
O filho que se responsabilizar em cuidar dos pais deve receber parte maior	6	10,0
Deve ficar com os filhos homens ou com aquele que cuidar dos pais	3	4,6
O filho que ficar cuidando dos pais na velhice deve ficar com metade dos bens	2	3,2
Já deve ir fazendo a divisão ao longo da vida, de acordo com o que for ganhando	1	1,6
Deve ser respeitada a lei do Brasil, todos iguais	1	1,6
Não soube opinar	2	3,2
Total	62	100

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Mais de 50% do grupo entende a herança como direito de todos os herdeiros, prática totalmente adversa daquela manifestadas pelas famílias eslavas até a década de 1970, como comprovou R. Wachowicz (1977), para o autor os filhos homens sempre foram os herdeiros naturais da propriedade familiar por serem considerados continuadores do nome da família. Nesta condição, aos meninos era assegurada maior instrução que as meninas “porque terias que enfrentar a vida, procurar trabalho e maior responsabilidade em sustentar futuramente uma família” (p. 40). A menção do destino da herança ao filho homem foi observada somente em 4,6% dos entrevistados, o que comprova a mudança de posicionamento e nos leva a afirmar que a concepção de direito de herança do *habitus* camponês eslavo é o elemento em que constatamos a maior transformação de comportamento.

Nos espaços sociais onde convivem, com ou sem conflitos, os antigos e os novos *habitus*, os entrevistados identificam em suas práticas cotidianas e de suas famílias algumas heranças étnico-culturais como as expressas no quadro 42.

As identificações mais citadas estão majoritariamente relacionadas ao mundo da religiosidade, quer sejam de comportamento social como o jejum quaresmal, o pedido de bênçãos aos mais velhos, quer de organização estrutural para que as práticas religiosas possam ter continuidade como a organização da casa e propriedade para as festas de Natal e Páscoa.

Quadro 42: Hábitos mantidos e identificados pelos descendentes de eslavos da ZMR

Conjunto de respostas	Zona Rural		Zona Urbana	
	V. a.	%	V. a.	%
Continuidade nos hábitos alimentares	-	-	2	4,7
Forma de arrumação da casa	-	-	3	7,1
Manutenção da religiosidade	3	15,0	5	11,9
Encontro da família nas datas de Natal e Páscoa	2	10,0	5	11,9
Organização da casa (decoreação) e do quintal para o Natal, ano Novo e Páscoa	2	10,0	3	7,1
Guardar os dias santos e jejuar durante o período da quaresma	3	15,0	4	9,5
Pedido de bênçãos aos membros mais velhos da família (avós, pais, tios e padrinhos), respeito aos mais velhos	2	10,0	3	7,1
Contar histórias de família e relembrar o passado	2	10,0	2	4,7
Conserto de objetos com sua reciclagem (otimização de uso)	-	-	1	2,3

A reunião da família para as refeições	-	-	1	2,3
Praticar sempre os bons hábitos (pagas as contas em dia)	-	-	1	2,3
Autossuficiência da unidade familiar (casa, propriedade) “fazer em casa”	1	5,0	1	2,3
Não identifica mudança, não soube responder	9	45,0	26	61,9

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Ainda buscando investigar a presença específica do *habitus* eslavo, o formulário indagava se os entrevistados reconheciam em si e em suas famílias algumas heranças das culturas polonesas ou ucranianas. Do universo pesquisado, somente 7 apresentaram respostas formalizadas, os demais não identificaram ou não souberam responder. Do grupo que respondeu as afirmações foram: 1 “sim, a área da metalurgia, minha profissão [torneiro mecânico] é de tradição polonesa” ; 2 “sim, a profissão de mecânico, herdada da família polonesa”; 3 “sim, a união da família, ter religião”; 4 “sim, os descendentes de ucranianos são trabalhadores, honestos e fiéis”; 5 “sim, a teimosia e um pouco de grosseria do ucraniano”; 6 “não, já perdi todos os vínculos da cultura, já me acho rondoniense”; 7 “não, já estamos adaptados à cultura brasileira” (Pesquisa de campo, 2014).

Porém quando questionados se mudanças de práticas culturais e comportamentais que atingiram as famílias após sua chegada à região, as respostas sugerem grandes transformações, e que no geral os entrevistados concebem como negativas ou como perdas de costumes familiares (quadro 43).

Assim como a maior parte das respostas (40% entre os entrevistados da zona rural e 28,5% da zona urbana) expressas no quadro 42 (heranças etnoculturais) estão relacionadas à religiosidade dos descendentes de eslavos, a maior expressividade do quadro 43 evidencia o mesmo universo, (25% entre os entrevistados da zona rural e 28,3% da zona urbana) quando relatam mudanças, falam do abandonos e ausências de práticas religiosas no cotidiano familiar. Confirmam as assertivas do capítulo 2 sobre a grande importância da religiosidade para os descendentes de eslavos. As demais observações, ainda que menos citadas, também se associam o quadro 43 com as mudanças ocorridas nas relações entre as gerações familiares – mais novos e mais velhos, trata-se aqui de típicos casos de mudanças geracionais que, no entanto, parte dos entrevistados tende a atribuí-las à convivência extra familiar construída no novo local de moradia. Este comportamento foi mais percebido àqueles indivíduos que em outros momentos da pesquisa evidenciaram sentimentos de desterritorialização em relação à Zona da Mata Rondoniense.

Para o grupo que não identifica a ocorrência de mudanças no interior da família, mas ateste diferenciação de comportamento na convivência com a população local, a distinção se dá porque concebem a população local a partir de um olhar negativo. Neste caso, reconhecer em si novos *habitus* equivaleria a também conceber-se sob a mesma esfera em que categoriza o *outro*.

Quadro 43: identificação de mudanças de hábitos e costumes das famílias descendentes de eslavos na ZMR

Conjunto de respostas		Zona Rural		Zona Urbana	
		V. a.	%	V. a.	%
S I M	Mudança de sotaque [perda do sotaque da terra natal]	2	10,0	3	7,1
	Ausência de respeito dos mais novos para com os mais velhos. Ex: os filhos saem de casa e não avisam mais, não pedem mais a benção aos mais velhos, mudança no jeito de criar os filhos	2	10,0	7	16,6
	Mudanças foram boas, econômicas e sociais (melhoria de vida)	-	-	1	2,3
	Mudanças na alimentação: consumo as comidas locais e abandono das comidas típicas	2	10,0	5	11,9
	Mudanças oriundas da convivência com o povo do lugar, ex: trocar a sopa por refeição sólida no jantar, ofertar café para uma visita em vez de chimarrão	-	-	1	2,3
	Houve poucas mudanças	2	10,0	3	7,1
N Ã O	Abandono das tradições eslavas do Natal e Páscoa	2	10,0	1	2,3
	Abandono as orações em família antes das refeições, perda da religiosidade fervorosa, não guardar mais a quaresma com rigor, abandono da prática do batismo ao recém-nascido	2	10,0	8	19,0
	Abandono da religião católica, falta de igreja ucraniana	1	5,0	2	4,7
	Abandono de práticas de benzimentos e uso de remédios caseiros	-	-	1	2,3
	Abandono das visitas aos vizinhos [devido ao uso da televisão]	2	10,0	-	-
	Não ocorreram mudanças no interior da família, o que mudou foi o jeito de conviver com o povo do lugar	2	10,0	10	23,8
	Não sabe identificar	7	35,0	1	2,3

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Nem sempre o grupo aceita com bons olhos a dinamicidade da cultura que se processa no tempo-espaço, que por vezes provoca a saudade do “antes tempo”, mas que também facilita sobremaneira o cotidiano. Sabe que é preciso ressignificar ou combinar a forma de produzir e de reelaborar a própria vida, de readaptar técnicas e substituir saberes como estratégia para manter costumes e práticas da cultura eslava. Assim fazia a família Skiezinski, como conta o Sr. Saturno,

Quando chegamos por aqui tudo era difícil, então nos Natal eu fazia vinho de açaí e vinagre de banana. Cortava um cacho de banana, deixava madurar até a casca ficar pintadinha [...] aquilo ia pingando, diluindo a banana e virando vinagre. [...] Hoje já não faço mais vinagre, não caço mais. Mas, essas coisas aprendemos tudo aqui. O vinho era pras festa de Natal, cozinhava e extraía o suco do açaí, esfriava e bebia como se fosse vinho mesmo porque não tinha outra bebida. Então era ele! (Saturno Skiezinski).

O processo de criação é inerente a toda cultura, pois os homens são inventivos e reagem aos novos desafios impostos pelo meio físico ou pela vida social. Ao enfrentar dificuldades criam novas técnicas ou adaptam-nas às necessidades imediatas, transformam assim os ambientes sociais, alteram valores e adotam novos hábitos (Claval, 2007).

Todo o processo de ressignificação é lento, portanto, levando em conta as últimas três décadas em que os descendentes de eslavos se fixaram na região, acrescidos do cabedal de valores e técnicas assimiladas dos diversos lugares onde viveram anteriormente, a construção de um novo território cultural encontra-se em franco trabalho de estruturação.

Destarte, é possível afirmarmos que de forma generalizada, há uma negociação entre os antigos e novos *habitus*, observada no comportamento social e nos costumes de nossos interlocutores tomando parte de seu devir histórico, e em suas presenças podemos constatar que na construção identidade regional que está em curso, a eslavidade se faz presente. Ainda que o seu maior espaço de manifestações seja no interior das famílias, as relações de sociabilidade na Zona da Mata Rondoniense estão permeadas por códigos comportamentais e estruturas espaciais que atestam a sua existência.

NOTAS

1 Ver nota de rodapé n. 11, do capítulo I.

2 A condição de desaparecimento gradual desta iguaria da culinária polonesa parece não ser exclusiva aos descendentes da ZMR, por ocasião do IV Simpósio de Estudos Eslavos realizados na Unicentro, campus de Irati-PR, em junho de 2016, participávamos da palestra de uma pesquisadora polonesa quando esta mencionou a iguaria em sua fala, ao nosso lado um grupo de senhoras descendentes de poloneses passaram a questionar os presentes das imediações sobre o que se tratava, momento em que explicamos a estrutura corporal da *czarnina*. Somente aí uma delas mencionou então se recordar que sua avó a preparava, mas que o prato foi esquecido nos hábitos culinários de sua família.

3 *Borscht* para os ucranianos, *barszcz* para os poloneses. Trata-se do mesmo prato, uma sopa agridoce à base de beterraba e repolho, comum a diversos grupos eslavos.

4 Termo derivado de *Kongõ* dos Povos Tupi Guarani, sendo por muito tempo assim utilizado nas relações comerciais da erva mate.

5 O chiado é o som de que a água da cuia foi toda sugada e assim não há sobra de água para o próximo receptor da roda.

6 Temporais, intempéries climáticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar o modo de vida de um grupo de migrantes paranaenses descendente de eslavos que buscou construir um novo território na região da Zona da Mata Rondoniense.

As reflexões aqui presentes foram construídas à luz de alguns conceitos como os de territórios, de campesinato, de identidade e memória, imprescindíveis para um entendimento mais claro sobre as trajetórias de vida das famílias envolvidas na pesquisa. Esta base conceitual possibilitou uma compreensão melhor sobre o histórico de suas migrações, dos processos de expropriação da terra nos quais foram envolvidos, seguidos de tentativas (nem sempre exitosas) para reconquistá-la e a construção de um novo território em terras estranhas.

Pelo fio condutor de suas histórias, centrado em tentativas, foi possível explorar a modelagem de uma nova identidade regional que vem sendo elaborada a partir do encontro com o “outro”, costumeiramente comparada pelos próprios interlocutores com as antigas identidades que portavam em seus antigos territórios de vivência e que nos momentos das entrevistas eram acionadas pela memória da família ou de cada depoente em particular.

Entretanto, a tônica deste estudo foi mesmo a análise de seu modo de vida estruturada na noção de *habitus* defendida nos estudos de P. Bourdieu. É ele o determinador das concepções e percepções de mundo do indivíduo e de seu grupo social, embora seja também vulnerável aos processos TDR e, portanto, tende a modificar-se igualmente. Semelhante à identidade, o *habitus* se reelabora a partir de condições diferentes de existência.

Embora o *habitus* seja atingido pelos processos de desreterritorialização por quais passam os indivíduos e seus grupos sociais, suas heranças de concepções de mundo não se apartam facilmente do sujeito e assim, manifestam-se no transcurso de sua vida. Foi sob este prisma que constatamos a presença do *habitus camponês eslavo* junto aos descendentes de poloneses e de ucranianos migrados para a Zona da Mata Rondoniense nas últimas três décadas.

Trata-se mesmo de um fragmento particular da noção bourdieusiana de *habitus*, o *habitus camponês eslavo*, específico aos descendentes destes grupos que passaram pela experiência da diáspora. Embora já transcorridos 130 anos da presença eslava em solo brasileiro – de seu convívio social em uma nação multicultural entremeada por conflitos étnicos velados e raramente reconhecidos pelo Poder Público – sua manifestação ainda é facilmente

observada entre os descendentes, como foi possível constatar no grupo envolvido nesta pesquisa.

Suas concepções sobre o mundo do trabalho, a religiosidade, a sociabilidade, a “fome pela terra” (Wachowicz, 1970), a produção de seu espaço sociogeográfico estão organizados a partir deste *habitus*. Ele determina o modelo das relações sociais que envolvem o grupo de descendentes, sejam elas resultantes de sua inserção na sociedade ou no mercado local, estão inseridos na modernidade, ora usufruem suas benesses, ora sendo excluídos delas. Sob a égide da globalização o seu modo de vida continua assentado nas heranças camponesas, independentemente se o seu atual local de moradia seja o campo ou a cidade. Estas, aliás, são extensões de um mundo camponês miniaturizado quando analisadas à luz dos estudos de Zanini (2009) sobre a questão.

Na Zona da Mata Rondoniense o grupo vai construindo a sua nova identidade regional, nela, o *habitus* camponês eslavo gera uma particularidade detectada no comportamento social dos descendentes que vivem na região, a *eslavicidade de interior* – a vivência da cultura eslava mais restrita ao interior das famílias – e que a tratamos neste trabalho como noção e categoria de análise.

Suas relações pessoais desenvolvidas ao longo dos processos de desreterritorialização que os atingiram em suas trajetórias sociais e migratórias provocaram o desenvolvimento de comportamento um tanto velado com aqueles que consideram “o outro”. Tal comportamento impede a formação de uma comunidade etnocultural institucionalmente organizada posto que não se reconhecem como um grupo de descendentes eslavo, os espaços onde convivem mutuamente se dão sob outras perspectivas de sociabilidade.

A ausência de comunidade organizada ou espaço comum de convivência entre si desencadeou, sobretudo nos interlocutores mais velhos, o sentimento de solidão étnica e que atinge de forma mais intensa os descendentes de ucranianos. Embora representantes dos dois grupos manifestem saudades dos espaços e tempos onde vivam e conviviam com parentes e vizinhos de suas etnias – as antigas colônias ou cidadezinhas paranaenses. Alguns interlocutores acreditam mesmo que nelas se mantém a cotidianidade tal qual o momento de sua partida.

Acrescidos à saudade do “antes tempo” aparecem outros motivos que justificam a solidão étnica, como as ausências dos espaços de fala (língua de origem étnica) e da igreja greco-católica ucraniana, inclusive por alguns interlocutores de origem polonesa, que no Paraná eram seus frequentadores.

As manifestações da eslavicidade de interior juntamente com o sentimento de solidão étnica são evidências do processo de desreterritorialização (afetiva) que é muito subjetivo e atinge de formas distintas os indivíduos. Por vezes foi possível perceber diferentes níveis de reterritorialização em uma única família, alguns de seus membros não conseguiram estabelecer um sentimento de pertença territorial com o novo local de moradia, enquanto outros criaram laços a ponto de afirmar se sentirem “rondonienses”.

Quando analisamos a estrutura identitária do grupo, fica evidente a sua composição multifacetada e que aqui assinalamos três dessas faces: uma é a própria manifestação da identidade regional, embora não seja unânime, muitos dos entrevistados já se consideram rondonienses. Outra face é a camponesa, sentir-se agricultor ou agricultora é uma manifestação consciente do grupo. É falada e chancelada por eles próprios, não somente observada em suas vivências.

Por último, a face identitária que menos acreditam serem portadores é a identidade étnica definida pelos traços da cultura eslava, no entanto, ela é determinante para o modo de vida do grupo, pois todas as suas concepções e percepções de mundo são elementos formadores do *habitus* camponês eslavo.

No tocante à consolidação do processo de reterritorialização do grupo, inicialmente acreditávamos que o sentimento de reterritorialização se instalasse no indivíduo de forma inversamente proporcional à sua idade, isto é, aqueles indivíduos migrados para a Zona da Mata Rondoniense ainda na infância sentir-se-iam mais “rondonienses” que aqueles que se instalaram na região já em idade adulta. Entretanto, as pesquisas de campo apontaram para o desmonte de tal hipótese: não há qualquer subgrupos de indivíduos, quer seja de faixa etária, classe social, gênero ou grau de escolaridade que determine tanto a continuidade dos processos de desterritorialização, quanto o surgimento dos processos de reterritorialização, ou o aparecimento do território afetivo, do desenvolvimento do sentimento de pertença ao atual lugar de moradia.

Ambos os processos constituem elementos importantes e presentes na nova identidade regional em elaboração na Zona da Mata Rondoniense, faz parte dela um significativo conjunto de práticas da cultura eslava. Pouco visível no primeiro olhar, mas determina que algumas características eslavas sejam observadas junto à população local como o profundo apego à terra, a supervalorização do trabalho árduo como passaporte para consolidação da vida financeira ou a cultura do antidesperdício. Assim como é bastante

perceptível a presença material de elementos da cultura eslava na construção do espaço geográfico local, quer na paisagem arquitetônica quer na organização das residências e propriedades rurais, embora as manifestações da esclavitude sejam mesmo vividas no interior das famílias.

Observadas as características da produção do espaço sociogeográfico local e da elaboração de sua identidade regional, a tese do presente estudo sustenta que o *habitus camponês eslavo* é a estrutura estruturante – senso = consenso (Bourdieu, 2012) da construção do território na Zona da Mata Rondoniense (e aqui ele abrange as demais vertentes propostas por R. Haesbaerth, 2012) pelos paranaenses descendentes de eslavos migrados àquela região durante as décadas de 1970 e 1980, em sua maioria, motivados pela busca da *terra em outras terras*.

Dos resultados obtidos pela pesquisa, a esclavitude de interior foi uma das características mais marcantes que encontramos junto às famílias nela envolvidas. Pela sua expressividade foi também um de seus pontos limitadores, não enquanto obstáculo que se impôs, mas pela insuficiência das técnicas metodológicas empregadas no desenvolvimento do trabalho em garantir uma análise mais acurada sobre esta característica específica.

Para que pudéssemos analisar com maior profundidade a real extensão da esclavitude vivida no interior das famílias o percurso metodológico ideal seria a aplicação da etnografia, contudo, como já registramos na introdução deste texto, a grande dispersão geográfica do grupo e a ausência de comunidades com características eslavas mostravam a inviabilidade na aplicação de tal método. Ao passo em que a aplicação das técnicas empregadas para o trabalho de campo nos permitiram atingir um número maior de famílias entrevistadas, simultaneamente dificultou uma aproximação maior de nossa parte junto ao cotidiano das famílias. Neste sentido, temos consciência que uma quantidade significativa de características do *habitus* eslavo não foram detectadas nos momentos em que tivemos contato com as famílias, embora aproveitássemos todas as oportunidades.

É preciso registrar, contudo, que o fato de sermos descendente de eslavos contribuiu sobremaneira para a nossa inserção no grupo pesquisado, o reconhecimento como *nach lhude* (gente nossa) ou a oferta de pequenos presentes simbólicos que como atestam W. Thomas e F. Znaniecki (2006) na cultura eslava têm o significado de estabelecer entre o doador e receptor um vínculo espiritual, análogo ao vínculo familiar e de certa forma incorpora o receptor ao círculo familiar do doador foram exemplos de acolhimento das famílias para conosco e com os objetivos da pesquisa. Esta condição deixou

abertas algumas portas para que criássemos alguns novos momentos que oportunizaram as observações.

No decorrer dos trabalhos de campo, uma manifestação nos chamou a atenção, alguns dos membros mais jovens das famílias entrevistadas, grande parte deles já nascidos em Rondônia, demonstraram desejos e interesses em valorizar ou vitalizar suas culturas próprias – a polonesa e a ucraniana mesmo considerando seu total desconhecimento sobre suas histórias familiares e origens étnicas. Neste sentido, acreditamos que a divulgação dos resultados obtidos nesta investigação poderá servir de base para que movimentos culturais na Zona da Mata Rondoniense reconheçam socialmente a presença eslava na região.

Os resultados apresentados não se concluem ou se esgotam aqui, provocam novas indagações que nossos objetivos iniciais não previram, portanto, não buscaram respostas. Assim novas indagações podem ser o ponto de partida para futuras investigações, por exemplo: por que esse grupo étnico migrado em sua maioria de um único estado brasileiro não conseguiu construir espaços comuns de vivência na região?

Outra necessidade de pesquisa que este estudo detectou se apresenta como o não fechamento da fronteira agrícola em Rondônia, especificamente tratando dos descendentes de eslavos que se instalaram na Zona da Mata Rondoniense nas décadas de 1970 e 1980, muitas famílias componentes de nossos registros iniciais para a construção da rede de entrevistados, não encerraram suas trajetórias migratórias, buscaram novas áreas de expansão agrícola no Estado de Rondônia, sul do Amazonas ou noroeste do Mato Grosso. De imediato, as conversas sobre suas partidas sugerem novos movimentos de busca pela terra.

Esses novos movimentos, precisam ter investigações aprofundadas, o que leva os descendentes de eslavos a perpetuarem esses deslocamentos migratórios? São condicionados pelo habitus eslavo, pela “fome de terra” ou são resultantes dos processos de territorialização do capital e que para sua consolidação desterritorializa constantemente alguns grupos de trabalhadores do campo?

Esperamos que de alguma forma, o diagnóstico aqui exposto contribua, sirva de base ou inspiração para novos trabalhos de pesquisa no Estado de Rondônia e na Amazônia Meridional, no campo das migrações e deslocamentos compulsórios, no campo dos direitos sociais que precisa compreender, inicialmente, as causas geradoras de deslocamentos de

populações ou grupos étnicos e que permitem transformações drásticas em seus modos de vida.

Esperamos ainda que este estudo inspire ações políticas e culturais para a preservação do *habitus* camponês eslavo manifestado pelo grupo envolvido na pesquisa, bem como às demais famílias de descendentes eslavos moradores da Zona da Mata Rondoniense, mas que não foram envolvidas em nosso trabalho de campo, no sentido de torná-los totalmente reterritorializados na nova terra em que buscaram para assegurar o seu modo de vida.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para Discussão n. 702. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal/index>. Acesso em: 12 mar. 2016.
- ALEKSIÉVITCH, S. **Vozes de Tchernobil: a história oral do desastre nuclear**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ALBERNAZ, M. P.; LIMA, C. M. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura**. São Paulo: Pro Editores, 19988, v. I.
- ALMEIDA, M. W. B. **Narrativas agrárias e a morte do campesinato**. Ruris – Revista do centro de Estudos Rurais. Campinas, v. 1, n. 2, 2007. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/656>. Acesso em: 14 set. 2013.
- ALMEIDA, M. G. **Paisagens urbanas e a construção das territorialidades em Fortaleza**. Revista da Casa Geográfica de Sobral, v. 2/3, n. 1, 2000/2001. Disponível em: <www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/47>. Acesso em: 2 jul. 2015.
- AMBROZIAK, R. S. **A identidade dos núcleos polônicos nas paróquias brasileiras da sociedade de Cristo**. In: **Polonicus: revista de reflexão Brasil-Polônia / Missão Católica Polonesa no Brasil - Ano 2, n. 4**. Curitiba, 2011.
- ANDRADE, J. L. **Spectros da História – Os outros 6 milhões Holodomor – O holocausto ucraniano** In: CIESZYŃSKA, B. e FRANCO, J. E. (org). **Holodomor: A Desconhecida Tragédia Ucraniana (1932-1933)**. Coimbra: Grácio Editora, 2013.
- ANDREAZZA, M. L. **O paraíso das delícias: um estudo da imigração ucraniana**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.
- ANTOCZECEM, S. **Os problemas de sociabilidade envolvendo o imigrante polonês no Paraná**. XXIII Simpósio Nacional de História - ANPUH. Londrina/PR, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0936.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2015.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- BAGNO, M. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo, Edições Loyla, 2008.

BAGNO, M.; STUBBS, M. e GAGNÉ, G. **Língua Materna: letramento, variação & ensino**. São Paulo, Parábola Editorial, 2002.

BARTHOLO, R. **Nas fronteiras do coração selvagem**: Bertha Becker, travessia e palavra (prefácio). In: BECHER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BECKER, B. K. **Crescimento econômico e estrutura espacial do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1972, v. 34. n. 4. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1972_v34_n4>. Acesso em: 27 mar. 2015.

BERGAMASCHI, H. D. E. **Propriedade**: identidade e cultura regional. In: SLOMP, L.; GIRON, R. R. (orgs.). **Imigração e Cultura**. Caxias do Sul/RS, 2007.

BERNARDELLI, M. L. F. **Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural**. In: SPÓSITO, M. E. B. e WHITACHER, A. M. (orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre rural e urbano**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

BINSZTOK J. 2012. **Projetos integrados de colonização**: paradigma da contra reforma agrária promovido pelo regime militar nos anos 70 na Amazônia. In: BINSZTOK J. e TUBALDINI, M. A. (orgs.). **Sociedade, ruralidade, ambiente e comunidade em Rondônia**: desafios e perspectivas. Pp. 11-21. Belo Horizonte: Fino Traço Editora.

BOGUSZEWSKI, J. H. **Uma história cultural da erva-mate**: o alimento e suas representações. Curitiba: UFPR, 2007. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPR_9414174d24a85f1c8f2f0dd2fe3b78ef. Acesso em: 25 ago. 2016.

BRASIL. **Lei n. 601 de 1850**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em: 30 jun. 2015.

_____. **Decreto n. 528 de 1890**. Disponível em: <www2.camara.leg.br/.../decret/.../decreto-528-28-junho-1890-506935>. Acesso em: 30 jun. 2015.

_____. **Decreto n. 1545 de 1939**. Disponível em: www2.camara.leg.br/.../1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654. Acesso em: 30 jun. 2015.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora?** sociolinguística e educação. São Paulo, Parábola Editorial, 2005.

BOURDIEU, P. **A Economia das trocas Linguísticas**. 1977. (tradução de P. Monteiro). Disponível em: <www.antropologias.org/files/downloads/2011/05/Pierre-Bourdieu-A-economia-das-trocas-simb%C3%B3licas.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2016.

_____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2012.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BOSSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velho**. São Paulo: T. A Queiroz Editora, 1987.

BURKO, V. **História de Vassílio**. Curitiba, Imprensa Oficial, 2010.

BORUSZENKO, O. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins: Os Ucrânicos**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba. 22 v. 108 out. 1995.

CARDOSO, C. F. S. **A brecha camponesa no sistema escravista**. In: CLIFFORD, A. W. [et al.] (orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2009. v. 1.

CHAYANOV, A. **La organización de La unidad económica campesina**. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1974.

_____. **Viagem de meu irmão Alexei ao país da utopia camponesa**. In: CARVALHO, H. M. (org.) **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CHOMA, A. G. **The legend of Rudolf in the stories about ukrainian immigration to Brazil**. Edmonton: Universidade de Alberta, 2012. Disponível em: <www.ukrfolk.ualberta.ca/.../OnlineResources.aspx>. Acesso em: 17 jul. 2016.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

COSTERNARO, E. C. L. **Para a dona de casa: comida e identidade entre descendentes de ucranianos em Prudentópolis/PR, 1963-1976**. Irati/PR: Unicentro, 2013 (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <<http://docplayer.com.br/13603782-Eliane-crestiane-lupepsa-costenaro-para-a-dona-de-casa-comida-e-identidade-entre-descendentes-de-ucranianos-em-prudentopolis-pr-1963-1976.html>>. Acesso em: 20 maio 2015.

COY, M. **Desenvolvimento regional na periferia amazônica: organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de "fronteira" - o caso de Rondônia**. Belém: UFPA, 1988 (Tese de

Doutoramento). Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes>. Acesso em: 24 out. 2013.

CUNHA, S. P. **O xadrez da terra**: um estudo da colonização dirigida em Rondônia. Belém: NAEA/UFFPA, 1985. Dissertação de Mestrado.

DAMMATA, Roberto. **O ofício de etnógrafo, ou como ter “Anthropological Blues”**. In: NUNES, Edson de O. (org). **A aventura Sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DAL MASO, M. **Política de colonização e colonização da política**. São Paulo: PUC, 1990. Dissertação de Mestrado.

DARDEL, E. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DESCONSI, C. **A marcha dos pequenos proprietários rurais**: trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para o Mato Grosso. Rio de Janeiro: e-papers, 2011.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Ed. Hucitec – NUPAUB, 2008.

DOUSTDAR, N. M. **Imigração polonesa**: raízes históricas de um preconceito. Curitiba: UFPR, 1990. Dissertação de mestrado.

ELIADE, M. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ENDLICH, A. M. **Perspectiva sobre o urbano e o rural**. In: SPÓSITO, M. E. B. e WHITACHER, A. M. (orgs). **Cidade e campo**: relações e contradições entre rural e urbano. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

FELIX, G. **O caminho do mundo**: mobilidade espacial e condição camponesa numa região da Amazônia Oriental. Rio de Janeiro: EdUFF, 2008.

FELDATO, P. A. M. **História da Igreja no Paraná**. Curitiba: CNBB Regional Sul 2, 2014.

FERNANDES, A. T. **Espaço social e suas representações**. IV Colóquio Ibérico de Geografia. Cidade do Porto, 1992. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo6661.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, J. C. **O Alfanje e o centeio: crônicas da imigração eslava.** Ponto Grossa/PR: Ed. Planeta, 2006.

FERREIRA, M. R. **A Ferrovia do Diabo.** São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2005.

FOETSCH, A. A. **Paisagem cultural e identidade: os poloneses em Rio Claro do Sul,** Mallet – PR. Curitiba: UFPR, 2006. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <acervodigital.ufpr.br/.../Alcimara%20Ap%20Foetsch>. Acesso em: 28 ago. 2015.

FONSECA, D. R. **Estudo de História da Amazônia.** Porto Velho: Gráfica e Editora Maia, 2007.

FRANKO, I. **Obras Escogidas.** Moscú: Editorial Progreso, s/d.

FRAXE, T. J. P. e WITKOSKI, A. C. **A noção de *habitus* em O desencantamento do mundo.** Revista Sumalu, Manaus, v. 1, n. 1, p. 121-140, jan./jun, 2000.

FRAXE, T. J. [et al] (orgs). **A pesca na Amazônia Central: ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo.** Manaus: EDUA, 2009.

FREIRE, R. **Ucranianos: gente da terra.** Revista TV Escola. Brasília: MEC, Ed. Especial, n. 2, abril 2001.

GASPAR, C. **A Grande Fome na Ucrânia (1932-1933).** In: CIESZYŃSKA, B. e FRANCO, J. E. (org). **Holodomor: A Desconhecida Tragédia Ucraniana (1932-1933).** Coimbra: Grácio Editora, 2013.

GATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

GIARD, L. **Cozinhar.** In: CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **Invenção do Cotidiano: morar, cozinhar.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-1970).** Cascavel/PR: Edunioeste, 2002.

GUERIOS, Paulo Renato. **Memória, identidade e religião entre imigrantes rutenos e seus descendentes no Paraná.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

GONÇALVES, M. **Casa de escrever no *papeo*: a escola Tuparí da Terra Indígena Rio Branco, Rondônia.** Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2011. (Dissertação de Mestrado.)

GUSMÁN, E. S; MOLINA, M. G. de. **Sobre e evolução do conceito de campesinato.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

_____. **O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HALBWACHS, M. **Los Marcos Sociales de la Memoria**. Barcelona: Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

HALL, S. **Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

_____. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HANEIKO, V. **Uma centelha de luz**. Curitiba: Ed. Kindra, 1985.

HANKS, Willian F. **Língua como prática social: as relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Baktin**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

HILBERT, K. **Diálogos entre substâncias, cultura material e palavras**. Dossiê: cultura Material, MÉTIS: história & cultura – v. 8, n. 16, p. 11-25, jul./dez. 2009. Disponível em: <www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/947/653>.

HIMKA, J. P. **Galician Villagers and the Ukrainian National Movement in the Nineteenth Century**. Edmonton: The Canadian Institute of Ukrainian Studies, 1988.

HOLANDA, S. B. Prefácio do tradutor. In: DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil (1850)**. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

IANNI. O. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Colonização e contra reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.

_____. **A utopia camponesa.** In: CLIFFORD. A. W. [et al.] (orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2009. v. 1.

IMAGUIRE JUNIOR, K. **O Lambrequim.** Boletim Informativo. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, n. 17, ano 3, março 1976. Disponível em: <www.lambrequim.net/textos.php?textos04>. Acesso em: 5 abr. 2016.

_____. **Arquitetura no Paraná:** uma contribuição metodológica para a História da Arte. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1982 (Dissertação de Mestrado).

_____. **A Casa de Araucária:** Arquitetura Paranista. Curitiba: UFPR, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 3 abr. 2015.

_____. **Censo 2010.** Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 14 jul. 2014.

_____. **Estimativa da População 2014.** Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/.../estimativa2014>. Acesso em: 15 abr. 2016.

IOTTI, L. H. **Imigração e Colonização.** Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em: <www.tjrs.jus.br/export/poder.../07-Luiza_Iotti.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2015.

JANUÁRIO, M. L. **Rolim de Moura:** uma viagem no tempo. Rolim de Moura: D'Press, 2013.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KERSTEN, M. S. A. **O Colono-Polaco:** a recriação do camponês sob o capital. Curitiba: UFPR, 1983 (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/>>. Acesso em: 2 fev. 2012.

KLUZA, W. **Polônia-Brasil:** 90 anos de relações diplomáticas. Curitiba: *Polonicus:* revista de reflexão Brasil-Polônia, ano 2, n. 3, janeiro/junho. 2011.

KREVEY, E. B. **Cristóforo o portador de Cristo:** esboço biográfico. Prudentópolis/ Curitiba/PR: Imprimatur, 2003.

_____. **100 anos dos ucranianos em Ivaí e um de seus filhos.** Curitiba: Estética Artes Gráfica, 2009.

KOPPE J. **Simbólico e poético**. Gazeta do Povo, Curitiba, 28 ago. 2005. Caderno G.

KULLA, M. **Cartas dos Emigrantes do Brasil**. Anais da Comunidade Brasileiro Polonesa, v. 08. Curitiba, 1977. Disponível em: <www.ufrgs.br/.../08/Anais-da-Comunidade-Brasileiro-Polonesa-VIII>. Acesso em: 3 jul. 2016

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2014.

LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. E. **Amazônia**: a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. **A questão da agricultura de subsistência**. In: CLIFFORD. A. W. [et al.] (orgs). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2009. v. 1.

LINK, R. S. **Luteranos em Rondônia**: o processo migratório e o acompanhamento da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (1867-1987). Dissertação de Mestrado. Disponível em: <www3.est.edu.br/biblioteca/btd/Textos/Mestre/rlink_m.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2016.

LITTLE, P. E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UNB, série Antropologia 322. Disponível em <www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/PaulLittle>. Acesso em: 12 set. 2013.

LOPES, J. B. **Rolim de Moura**: seus pioneiros e desbravadores. Rolim de Moura-RO, 1990.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia**: estado, homem, natureza. Belém: Cultural Brasil, 2014.

MALCZEWSKI, Z. **Os poloneses e seus descendentes no Brasil**: esboço histórico e situação atual da colônia polonesa no Brasil. Curitiba: Consulado Geral da República da Colônia em Curitiba, 2007. Disponível em: <www.kurytyba.msz.gov.pl/pt/>. Acesso em: 21 fev. 2012.

_____. **A pastoral polônica no Brasil**: história e atualidade. *Polonicus*: revista de reflexão Brasil-Curitiba: Polônia / Missão Católica Polonesa no Brasil, - Ano 2, n. 3, jan/jun. 2011.

MARINHUK, M. **A experiência do trabalho missionário das pessoas consagradas da IGCU no Brasil**. In: Vida Consagrada na Igreja Greco-Católica

Ucraniana – Material da V Sessão do Sobor Patriarcal da IGCU. Prudentópolis-PR: Gráfica Prudentópolis, 2011.

MARTINE, G. **Migrações internas e alternativas de fixação produtiva:** experiências recentes na colonização do Brasil. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1978, Campos do Jordão ABEP, 1978. (anais). Disponível em: <www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 30 mar. 2015.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e Tradicionalismo:** estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Ed. Pioneira, 1975.

_____. **O cativo da terra.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis-RJ: 1995.

_____. **A Sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Editora HUCITEC, 2000.

_____. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis-RJ, 2002.

_____. **Cultura e educação na roça, encontros e desencontros.** Dossiê Brasil rural. Revista USP, São Paulo, n.64, p. 28-49, dez./fev. 2004-2005.

MARTINS, R. **História do Paraná.** Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

McNEILL, W. H. **História Universal:** um estudo compacto das civilizações. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1972.

MENEZES, M. A. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes:** um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MILLIKAN, B. **A experiência contemporânea da fronteira agrícola e o desmatamento em Rondônia.** In: DIEGUES, Antônio C. **Desmatamento e modos de vida na Amazônia.** São Paulo: Nupaub-USP, 1999.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral.** 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MONTARDO, M. L. **Territórios Migrantes:** transterritorialização e identidades em Francisco Beltrão/PR. Dourados/MS: Editora da UFGD, 2012.

MONTE-MOR, R. L. M. **Espaço e planejamento urbano:** considerações sobre o caso de Rondônia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980. (Tese de Doutorado - pdf).

MOURA, M. M. **Camponeses.** São Paulo: Ed. Ática, 1986. Série Princípios.

NOBREGA, R. S. **Entra na roda: história, cotidiano e mobilidades em Rondônia**. Campinas: UNICAMP, 2016. (Tese de Doutorado – pdf).

NORA, P. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. São Paulo: Projeto História- Revista do Programa de Estudos dos Pós-Graduados de História n. 10, dez. 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas-SP: Papyrus, 1991.

OLIVEIRA, J. L. **Rondônia: geopolítica e estrutura fundiária**. Porto Velho: Grafiel, 2010.

OLIVEIRA, M. M. de. **Dinâmicas migratórias na Amazônia Contemporânea**. Manaus: UFAM, 2014. (Tese de Doutorado). Disponível em: <<http://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/4239/2/Tese%>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

OLIVEIRA, M. **Origens do Brasil meridional: dimensões da imigração polonesa no Paraná, 1871-1914**. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, vol. 22, n. 43, janeiro-junho de 2009.

_____. **A inesperada descoberta de Otávio Ianni sobre preconceito contra descendentes de imigrantes poloneses em Curitiba**. Revista Sociedade e Estado - Volume 30 Número 3 Setembro/Dezembro 2015. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/se/v30n3/0102-6992-se-30-03-00799.pdf>. Acesso em: 14 maio 2016.

PASSOS, M. M. dos. **Amazônia: teledetecção e colonização**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

_____. **Novas dinâmicas territoriais na Amazônia Mato-grossense**. Aurora Geography journal, 2009. Disponível em: <www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/aurora/article/download/.../1743>. Acesso em: 10 ago. 2016.

PAULINO, E. T. **Por uma Geografia Camponesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

PEDROZA FILHO, M. X. [et al]. **Dinâmica da produção de tambaqui e demais peixes redondos no Brasil. Ativos Aquicultura**, ano 2, n. 7, janeiro 2016. Disponível em: <www.embrapa.br/...aquicultura/.../dinamica-da-producao-de-tamb>. Acesso em: 31 ago. 2016.

PERDIGÃO, F. e BASSEGIO, L. **Migrantes Amazônicos: Rondônia, a trajetórias da ilusão.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

PIMENTEL DA SILVA, M. S. **Reflexões sociolinguísticas sobre línguas indígenas ameaçadas.** Goiânia: Editora UFG, 2009.

PINTO, R. F. **Viagem das ideias.** Manaus: Ed. Valer, 2006.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43>. Acesso em: 23 nov. 2006.

_____. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em <www.pgedf.ufpr.br/downloads>. Acesso em: 24 jun. 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ed. Ática, 1993.

ROMANOWSKI, P. **A construção do poder monárquico e da figura dos reis polanos na gesta *principium polonorum* de Galo Anônimo (1112-1116).** Curitiba: UFPR, 2009. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/18262>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais.** Lisboa: Gradiva, 1995.

RIBEIRO, L. M. **Holodomor: o império da fome.** In: CIESZYŃSKA, B. e FRANCO, J. E. (orgs.). **Holodomor: A Desconhecida Tragédia Ucraniana (1932-1933).** Coimbra: Grácio Editora, 2013.

RIBEIRO, V. H. **Território e conflito: breve histórico sobre a implantação da Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional e seus reflexos na produção do espaço.** Anais da XIII Jornada do Trabalho, Presidente Prudente-SP, 2012. Disponível em: <www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/14.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

SACK, R. D. **Territorialidade Humana: sua teoria e história.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAES, D. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891).** São Paulo: Paz e Terra, 1985.

SAMPAIO, P. M. **Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia.** Manaus: EDUA, 2012.

SANTOS, C. **A Fronteira do Guaporé.** Porto Velho: EDUFRO, 2007.

SANTOS, C. R. A. **A alimentação e seu lugar na história:** os tempos da memória gustativa. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 42, 2005. Editora UFPR.

SANTOS, J. V. T. **Matuchos:** exclusão e luta do Sul para a Amazônia. Petrópolis-RJ, 1993.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS SILVA, A. G. dos. **Culturas desviantes:** andanças amazônicas pelo Vale do Guaporé. Goiânia: Editora UFG, 2014.

SAQUET, M. **O(s) tempo(s) e o(s) território(s) da imigração no sul do Brasil.** In: SPÓSITO, E. S. [et al.] (orgs). **Geografia e migração:** movimentos, territórios e territorialidades. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudeste Paranaense.** In: SPÓSITO M. E. B e WHITACHER, A. M. (orgs). **Cidade e campo:** relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

_____. **Abordagens e concepções de territórios.** São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo, Edusp, 1998.

SCHENATO, V. C. **A síntese entre objetividade e subjetividade mediada pela noção de *habitus* em Bourdieu.** Pelotas/RS, *Perspectivas Sociais*, v. 1, n. 1, p. 31-46, mar./2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/percsoc/article/view/.../2200>> (pdf). Acesso em: 31 maio 2015.

SETTON, M. G. J. **A teoria do *habitus* em bourdieu: uma leitura contemporânea.** São Paulo, *Revista Brasileira de Educação*, n. 20, p 60-70, maio/ago, 2002.

SEYFERTH, G. **Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo.** In: PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. **A assimilação dos imigrantes como questão nacional.** *Revista Mana*, v. 3 n. 1. Rio de Janeiro, abr. 1997. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=0104-931319970001>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. **Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no sul do Brasil.** In NEVES, D. P. (org). **Processos de constituição e reprodução do campesinato do Brasil.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista.** Universidade de Manchester, 1980. Disponível em: <www.cebrap.org.br/v2/files/upload/.../a_definicao_de_campones>. Acesso em: 27 maio 2015.

SILVA, M. C. **Resistir e adaptar-se: constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal.** Lisboa: Edições Aforamento, 1998.

SILVA, M. C. da. **Metamorfoses da Amazônia.** Manaus: Editora Valer, 2013.

SILVA M. A.; MENEZES, M. **Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões.** Brasília: NEAD, 2006. Disponível em: <www.nead.org.br/memeriacamponesa/arquivo/>. Acesso em: 30 mar. 2015.

SOARES C. [et al]. **Mobilidade espacial dos imigrantes estrangeiros no Brasil - 1991/2010.** REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 191-205, jan./jun. 2015. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/remhu/v23n44/1980-8585-REMHU-23-44-191.pdf>.

SOVIK, L. **Para ler Stuart Hall.** In. HALL, S. Da diáspora: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SUESS, J. G.; MENDOZA, N. V. **Sociedad Bosquesina: ensayo de antropología rural amazónica, acompañado de una crítica y propuesta alternativa de proyectos de desarrollo.** Iquitos/Lima: IIAP/CIES, 2011. Tomo I.

TEIXEIRA, C. C. **Visões da natureza: seringueiros e colonos em Rondônia.** São Paulo: EDUC, 1999.

TEIXEIRA, V. G. **Entre devoção e o sentimento, a iconografia franciscana barroca: algumas notas sobre S. Bernardino de Sena.** Anais do II Congresso Internacional do Barroco. Porto: Universidade do Porto, 2003. Disponível em: ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id1291&sum=sim. Acesso em: 23 jun. 2016.

TENCHENA, S. M. **Memória de mulheres ucranianas: recriação de tradições em Prudentópolis - Paraná.** São Paulo: PUC, 2010. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2012.

THOMAS, W. I. e ZNANIECKI, F. **El campesino polaco em Europa y em América**. Madrid: Boletín Oficial Del Estado: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006.

TSVIETKOV, V. **Pequena história da Ucrânia-Rush**. Curitiba: s/e, 1994.

VEIGA, J. E. **Territórios para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo, Revista Ciência e Cultura, n. 1, ano 58, jan./mar. 2006.

VELHO, G. **Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2013.

WACHOWICZ, R. **Homens da terra**. Curitiba: Vicentina, 1997.

WACHOWICZ, R. C. **Abranches: paróquia da imigração polonesa – um estudo de história demográfica**. Curitiba: UFPR, 1974. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/.../D%20-%20WACHOWICZ,%20RUY>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. **Conjuntura Migratória Polonesa no Século XIX**. Anais da Comunidade Brasileiro Polonesa, v. 1. Curitiba, 1970. Disponível em: <www.ufrgs.br/.../Anais-da-Comunidade-Brasileiro-Polonesa-Vol-I>. Acesso em: 3 jul. 2016.

_____. **A transformação da propriedade fundiária no Vale do Rio Iguaçu**. Anais do VIII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História. São Paulo, 1976. Vol. II. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S08.31.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

_____. **Tomas Coelho – uma comunidade camponesa**. Curitiba: Real Artes Gráficas, 1977.

WAIBEL, L. **Princípios da colonização europeia no sul do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia. Ano XI, n. 2, abril-junho de 1949. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115>>. (pdf). Acesso em: 15 mar. 2014.

WANDERLEY, M. N. B. **O camponês: um trabalhador para o capital**. Cad. Dif. Tecnol. Brasília, n. 2, jan/jun., 1985. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

WITKOSKI, A.C. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. São Paulo: Annablume, 2010.

WOLF. E. R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: CLIFFORD, A. W. [et al.] (orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2009. v. 1.

ZALUSKI, T. **Kolyady e schtchedryvky**: nome e origem. Prudentópolis/PR: Missionário Ucrâniano no Brasil, n. 2, fev. 2016.

ZANI, A. C. **Arquitetura e madeira**. Londrina/PR: Eduel, 2013.

ZANINI, M. C. C. Agricultores, camponeses e também colonos descendentes de imigrantes italianos na Região Central do Rio Grande do Sul. In NEVES, D. P. (org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

ZANINI, M. C. C. e SANTOS, M. O. **Ítalo-brasilidade “gaúcha” como estilo de vida**. Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu-MG, 2009. Disponível em: <www.anpocs.org/portal/index>. Acesso em: 5 abr. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

**Entrevista com
Teodora Kluska
“Bába” Kluska**



E eu disse: Coragem! Vamos... daí
começamos a trabalhar (*Bába Kluska*).

Bába Kluska, como é conhecida por outros descendentes de ucranianos na cidade tem 89 anos, uma senhora imensamente simpática. O tom de sua voz, seu sotaque, seus trejeitos demonstram, logo num primeiro contato, se tratar de uma descendente de povos eslavos, criada nas colônias do sul do Brasil até meados do século XX.

Em nossa primeira visita a ela colocamos nossos propósitos, imediatamente se propôs a conceder a entrevista, então marcamos para a tarde seguinte.

Na chegada, *Bába* Kluska, como é carinhosamente chamada por seus parentes e amigos, já nos esperava sentada na varanda. Contou-nos toda sua vida com uma incrível lucidez e uma impressionante riqueza de detalhes que sua memória consegue trazer à tona. Em suas lembranças, por vezes permeada de tristeza, há sempre a morte presente em sua vida, filhos, marido, genro, nora... transparece a saudade, dos que se foram, do tempo vivido, da colônia.

Ao longo de sua narrativa foi tecendo as lembranças, enredando as memórias e numerando as dificuldades superadas, por isso também acredita ser vitoriosa.

Inicia a conversa falando de sua vinda para Rondônia, juntamente com toda a família, é uma das pioneiras da cidade, morou em acampamento (barraco de lona) até receberem terra do Incra, carregou o “cacaio nas costas”. Embora, tenha sempre residido na cidade, *Bába* é a personificação do colono rondoniense.

Sua longevidade e a forma de condução da família no transcorrer de décadas, nos traz à memória uma forte semelhança com a personagem Úrsula Iguaran de *Cem Anos de Solidão* (García Márquez).

Em outra visita à *bába* ela se mostrou muito feliz, pois fomos acompanhada de outra senhora, também descendente de ucranianos, oportunidade que tiveram para conversar em língua materna, momento em que ficamos totalmente à parte, sem passaporte para aquele mundo. Contudo, elas foram generosas, logo voltaram a falar em português e assim nos incluíram no contexto da conversa.

Essa visita foi a oportunidade para um novo exercício de memória, *bába* falou muito, assuntos que não tinha tocado no momento da entrevista, como demonstrar o valor que dá ao estudo de alguns de seus filhos, de certa amargura por não ter aprendido a ler e escrever, registrando que de seus quatorze irmãos, somente ela não pode ir à escola por ser a filha mais velha. Já em Rolim de Moura, aos setenta anos participou de uma sala de alfabetização

de adultos, então aprendeu a ler e a escrever e finalmente pôde ler a Bíblia, a possibilidade a deixou muito feliz, lembra ela.

Mas, a conversa girou mesmo em torno das práticas culturais e que para ela os “mais novos já nem conhecem mais”, o afastamento da religião, da espiritualidade e por fim rumou para os caminhos da cozinha tradicional ucraniana e que me parece ser ainda o principal pilar de sustentação da cultura manifestada pelo grupo.

Eu vim pra Rondônia de Capitão Leônidas Marques porque eu só nasci na Santa Catarina, mas fui criada no Paraná. Ali em Capitão Leônidas Marques vivemos vinte e dois anos. Vendemos o pouquinho que nós tinha e os meninos compraram um caminhão, o outro foi alugado. Arrumaram toda a família, eram entre crianças e adultos trinta e duas pessoas.

Nós viemos pra cá a fim de terra, só a fim de terra. Porque nós lá éramos colonos, lavradores pequenos, muito pobres e não tinha terra, então não tinha sobrevivência. Lá em Capitão Leônidas Marques nós trabalhava num terreno pequenininho cheio de pedra. Tinha uma casinha de madeira pequenininha, carrocinha, uma junta de burro pra lavra só pra sobreviver.

Aíí nós viemos seguindo até Mato Grosso, de pau de arara com os dois caminhão. Naquele tempo não tinha estrada, era chuva, era lagos e a gente foi indo por um lado, porque o outro lado da estrada só atoladores. Atolamos num lugar e ficamos oito dias parados nesse lugar sem poder sair. Lá no Mato Grosso eram muito atoladores, uma estrada que era só mato e o povo foi abrindo o mato e foi entrando.

Então chegamos até o Cacoal e paremos lá. De lá viemos pra Rolim de Moura, chegamos todos até aqui, arrumamos nosso barraco lá onde mora o Nestor e lá ficamos. Trouxemos mercadoria pra comer por uns seis

meses, como o arroz, o feijão, o charque, a banha pra poder se manter, porque sabia que aqui não tinha nada e não tinha mesmo!

Nós chegamos em Rondônia em setenta e nove e quando saímos do Paraná já sabia que ia vir pra pra Rolim de Moura. De lá já tinha notícias que tinha um lugar chamado Rolim de Moura e lá nós que ia parar.

Resolvemos vir pra Rondônia porque antes os meus filhos tinham uma história de ir pro Amazonas, uma história da Amazônia. Então três filhos foram pro Amazonas, lá pra dentro. Não sei como chegaram até no Humaitá, mas não agradaram. Diz que lá era muito pobre não tinha nada, só bicho pra comer e peixe. *Daií* eles voltaram e quando voltaram todos nos se coloquemos aqui.

Paremos aqui, arrumamos as barracas e assim ficamos cinco meses embaixo da barraca. Era muito mosquito e muito calor. As barracas eram de lona, mas olha só: era só com duas paredes. O resto era aberto, no mato, então paremos nesse acampamento e de lá os meus filhos já foram no Incra que já veio pra cá e escalou um terreno pra eles. Mas, eles tiveram que abrir uma estrada pra poder chegar até lá porque era sertão fechado.

Eles foram em quatro: o Nestor, o Lauro, o Wilson que já é falecido e o Bartolomeu. Então começaram a abrir o sertão e fizeram outra barraca lá. Depois de quinze dias voltaram pro

nosso acampamento e logo foram de novo, já levaram mais gente e motosserra, levaram um caminhão meio de arrasto, um jipe traçado que trouxemos do Paraná. Trouxemos tudo do Paraná pra poder entrar porque tinha lugar que só jipe entrava.

Eles ficaram lá até que abrisse o acampamento. Fizeram um barraco, deixaram lá dois peões trabalhando e voltaram aqui e fizeram pra nós umas casinhas. Trouxeram uma serraria desmontada, de serra fita e montaram aquela serraria lá onde o Nestor mora hoje.

Como eles já conseguiram trazer alguma tora de onde eles trabalhavam, começaram a serrar e fazer as nossas casinhas. Fizeram quatro casinhas de madeira. Ainda tem duas delas, aquela onde Nestor mora e a outra lá nos fundos. Onde o Nestor mora era eu que morava com o marido e o resto dos filhos, nós era em bastante. Mas, era assim: não tinha cama então jogava colchão no chão! Fazia a comida com fogo no chão, tinha uma chapinha colocava em cima e assim fazia a comida, ia buscar água lá na fonte.

Lá no sul eu trabalhava com restaurante e daí chegamos aqui eu fiquei na barraca esses cinco meses. Eu não me suportava sem nada a fazer.

- Os homem tão lutando, eu dizia, e eu só fazia comida e lavava roupa.

Dois de meus filhos então começaram a ir na escolinha que tinha uma professora dando aula, um dia voltaram dizendo:

- Mãe tem um senhor que tem um barraco e que já tem um puxadinho. Já tem dez camas, só cama e o colchão não tem nada mãe! É tudo cheio de terra, nada matajuntado. Mas é de madeira feito meio pau-a-pique. Já tem quatro meses que o homem tá fazendo comida pra aquele povo que vai no sertão buscar terra. Ele tá fazendo comida, mas quer deixar, a mulher dele não tá aguentando mais.

Aí eu disse pro meu filho pro Junior e o Paulo:

- Vamos até lá?

Meu marido disse:

- Não! Você vai sofrer, não aguenta esse calor, ficar na beira do fogão a lenha.

- Não tem importância vamos até lá! Eu disse.

Chegamos até lá e falamos com o homem. Ele disse:

- Eu topo, hoje mesmo eu alugo por cinco real! Era como naquele tempo, cinco real.

- Então a senhora me dá cinco real adiantado. Paga adiantado e já pode entrar, já pode fazer comida como eu fiz com a minha esposa, porque eu to voltando pra Curitiba.

Aí eu comecei a trabalhar, fui buscar o marido lá no acampamento. Ele ficou meio triste comigo. Ele e os filhos falaram:

- Mãe, a senhora não vai aguentar esse calor é muito, lá no sul é frio.

E eu disse: Coragem! Vamos, daí começamos a trabalhar. No começo

meu marido não quis muito aceitar, mas eu muito agradando ele aceitou.

E de lá nós começamos a levantar. Eu comecei a trabalhar, já dava dez refeições, dava quinze refeições por dia. Na hora ele servia porque os homens vinham de longe e tudo vinham com dinheiro pra comprar os terrenos, pagar agrimensor pra cortar as divisas. pra fazer acampamento.

Então todos vinham com dinheiro, mas tudo vinha com trator traçado pra poder entrar porque não tinha estrada. Chovia muito, muito, muito! Chovia mais que hoje, era rios de água, dia e noite, rios de água. Hoje as chuvas estão diminuiu muito, era muita chuva!

Então começamos a trabalhar e começamos levantar. Depois que já fazia uns quatro meses que eu com meu marido pegamo esse restaurante, a gente já tava começando a juntar um pouquinho de dinheiro. Trabalhava ali e comprava a comida, o principal, que não era daqui, o rancho vinha de Cacoal pra nós.

Quatro meses depois, esse terreno aqui estava a venda. Um senhor ganhou do Incra, mas queria vender pra ir pro sertão, pra frente. Então meu filho e meu marido ficaram com o terreno. Daí cada pouquinho de dinheiro que nós ganhava, já comprava tijolo, um pouco de ferro, o telhado e trabalhando em quatro ano fizemos esse predinho. Depois fizemos outras casas pros filhos.

Essa casa aqui foi feita assim, ganhando um dinheirinho eu e meu marido, só nois dois. Ganhava todo dia um pouquinho e comprava um pouco de material, arrumemos pedreiro e ele fez essa casinha aqui.

Eu fiquei cinco anos trabalhando com restaurante. *Aí* como eles já tinham vendido muita tora, já tinham um pouco de dinheiro, então construíram aquele hotel grande que agora é de quatro andar, aquele hotel na esquina da rua vinte e cinco.

Do outro lado da rua foi minha filha que construiu um prédio e trabalhava com restaurante. Os filhos montaram o hotel e tinha muito freguês, deu um bom dinheiro.

Mas depois que a gente já estava há uns cinco ou seis ano trabalhando com esse hotel, aí nós sofremos muito, o Wilson que era o sócio junto como Bartolomeu e o pai, se acidentou e morreu. Já ficou parte pro inventário, ele tinha mulher, três filho pequeno. O sofrimento começou a chegar.

Depois de uns dois anos e meio, foi o meu genro. Lá no mato a árvore caiu e matou ele. Tinha quarenta ano e ficou a minha filha com quatro filho pequeno pra criar. *Aí* todos nós se juntemo pra ajudar.

Como o Wilson morreu já foi pro inventário já complicou o hotel, ainda faltava uma parte pra pagar, a tristeza já ficou na família. Morreu o genro mais uma tristeza, mais dois anos e morreu outro filho de acidente em Vilhena, o caçula que tinha vinte e cinco

anos. *Aíí* a tristeza começou a judiar muito de nós!

Eles venderam aquele hotel e se dividiram, como eram nove filhos, aquele que faleceu tinha a mesma parte, o outro que faleceu a nora também recebeu a mesma parte. E assim se dividiram, se espalharam, um foi pra Curitiba, o outro está em Porto Velho. Cada um foi cuidar da sua vida, porque antes eles trabalhavam tudo junto.

Depois morreu o pai, novo inventário. Até que foi fazer, organizar, dividir, deu um pouquinho pra cada um e cada um foi pro seu lado.

E eu fiquei! O marido morreu, fiquei aqui nessa casinha junto com outro filho que era casado, o Paulo que está morando ali no sítio. Fiquei com ele mais três anos nessa casinha, depois ele arrumou emprego, fez a casa dele e mudou e fiquemos assim que nem eu to. Eu ainda to aqui, to viva ainda! Nós chegamos até aqui e essa é a história da nossa vida.

Tenho essa filha que tá junto comigo agora, a Ana Maria que também separou-se com o marido faz vinte anos que tá sozinha. Ela é diretora do colégio e está dando aulas. Ela tem dois filhos, um está lá no Norte, o outro, o Marcos é que cuida de nós. Ele sempre olha por nós aqui. E ainda tem minha nora que mora aqui perto, a mulher do falecido Wilson.

A vida nossa foi assim, de começo era toda a família sadia, alegre, contente. Porque lá no Paraná se cria a

família mais sadia. Aí chegamos aqui, muitos a malária pegou, judiou muito. Eu mesma não peguei malária, mas meu marido pegou. Os meus filhos pegaram porque enfrentaram muito o sertão, eles iam muito pro mato né. Agora eu que trabalhava mais no barraco, tinha muita fumaça. Então acho que aquilo me protegeu.

Mas daí tamos vivendo até hoje assim um pouco triste porque a família se casou com outras famílias, família de evangélicos, família de maçom e deu muita desunião. Já foi família pra um lado, família pra outro. E a gente que trouxe tudo num bolo só, junto, a gente sentiu muito e sente hoje ainda! Porque eles mesmos, os filhos que se casaram, eles não são felizes, eles não são contentes. Sempre tem aquele “quê” do tempo de catequese, de comunhão que as outras religiões não tem isso né! Tem outra parte, mas essa parte não tem.

Mas eu também fico feliz e contente porque muitos da minha família não abandonaram a religião e se abandona religião eles ficam extraviados, perdidos. Entram pra outra, mas querem aceitar aquela e não querem perder a deles. Então aí fica assim meio estranho.

Eu tive nove filhos, três já falecidos, um genro, um marido e dois netos. Já são sete dessa família que estão debaixo da terra. Tenho trinta e dois netos, dois netos falecidos, um de 18 e outro de 17 anos. Esse com 17 era um estudante em Curitiba e deu

alguma coisa nele. Diz que foi dormir e acho que o coração parou. O outro morreu aqui. Já tenho trinta e três bisnetos e um tataraneto, já tenho bisneto casado. Mas, fica tudo distante, já entra em outra família, entra outro nome, mas é a família da gente!

A maioria deles tá lá no Norte agora, onde tem uma usina que estão fazendo no Norte. Acho que é Belo Monte, eles têm comércio com Manaus, lá tem muita família minha.

E aqui se encontra ainda o Paulo, o Nestor e a Ana Maria aqui comigo. E tenho a outra filha que é viúva e mora no sítio, então nós somos ainda quatro famílias aqui em Rolim de Moura. O resto está tudo longe! Mas, todos me chamam de *Bába*, ninguém me conhece de outro jeito. Até o povo do lugar, é *bába*.

Eu venho de uma família muito pobre. Sou filha de ucranícos, meus pais são os dois da Ucrânia, eram tudo de Kiev a capital da Ucrânia. A mãe chama-se Ana, papai Basílio, eles eram povo da roça, tudo da roça, quase tudo analfabeto. Eu mesmo, eu sou analfabeta total, nunca fui na aula. Quando os meus pais e os meus avós vieram da Europa, eles chegaram e pararam no Rio de Janeiro, de lá vieram para onde está a cidade de Rio Negro, pararam lá. Ainda é Paraná e depois voltaram pra Santa Catarina e lá é onde nós ficamos tudo, lá eu nasci.

Lá no Rio de Janeiro eles ficaram na praia comendo peixe e farinha. Ficaram cinco meses na praia, até que

levaram eles de barco pelo rio Negro. Lá onde desembarcaram, fez a cidade na divisa de Santa Catarina e o Paraná, o governo deu um recurso pra eles viver e assim viveram durante um tempo.

Mas eu me lembro que meus pais contavam das dificuldades aqui no Brasil. Passaram fome, não tinha nada, nada, nem tinha leite. Eles comiam palmito, colhiam raiz de urtiga e cozinhavam pra comer. O governo nos primeiros mês ofereceu o feijão, o arroz e talvez algum óleo assim e um leite pras crianças. Mas todos caíram doente, ficaram magrinhos, só pele e osso, passavam fome. Era muita fome! Se socorreram porque plantaram alguma coisinha, os vizinhos tinha galinhas e às vezes dava os ovos.

Então, com um ano depois eles já tinham o que comer, já tinha galinha, já tinham plantado um feijão. Porque cada um que veio da Europa trouxe sementes, um quilo de feijão, um quilo de ervilha, um quilo de lentilha. Era feijão branco, só feijão branco e mais uma semente muito gostosa diziam *bip*. Eu não sei o nome em português, poderia ser um feijão porque ele é graúdo. Se cozinha e descasca e come aquele miolo, tem muita vitamina. Então eles viviam com aquele *bip*, ele dava um cachinho com vagens, cada vagem dava quatro semente grande e era com aquilo que tratavam das crianças. E as crianças sobreviveram, mas passaram muita fome, todos!

Diziam que de vez em quando o governo servia eles com um pouquinho, mandando um arroz, um açúcar. Mas, um ano depois eles já tinha pra vender e um vendia pro outro. Tudo daquelas sementes que eles trouxeram de quilo lá da Europa.

Onde meu pai morava quando veio da Ucrânia era colônia de ucrainos. Tinha 15 famílias, lá eu nasci. A família não sabia dizer nem bom dia em português, eu quando tinha 9 anos, eu não sabia dizer bom dia em português!

Aprendi o português depois, porque tinha um professor e ele fez uma aulinha. Então nós ia naquela aulinha pra ele ensinar nós a falar em português. Só falar, porque escrever, nada disso ele não ensinava. Se ensinasse talvez a gente tinha até aprendido. Não aprendi ler em português, eu nunca fui na aula em português, só malemar aprendi fazer o meu nome.

Primeiro ele nos ensinou a dizer um bom dia, um até logo. Então nós fomos aprendendo e quando chegava em casa dizia bom dia, era tão esquisito, como bom dia? Em português dizer bom dia, o que é que tá dizendo? Bondinho? Que engraçado né!

Então, aprendemos a falar em português e agora já to até esquecendo em ucraino. Hoje eu ainda falo ucraino com o Antônio Simbalista, com Seu Pedro Bobek e com um filho que mora em Porto Velho, eu falo com

ele em ucraino! Os outros filhos sabem pra dizer assim um Louvado Seja Nosso Senhor Jesus Cristo que é *Slava Issússu Krystu*, um *Slava na vike*, esses eles sabem. Até meus netos sabem, tem o pequenininho, o Pedro sai daqui me diz:

- *Slava Issússu Krystu bába!* Porque a avó dele ensinou.

Tenho lembrança ainda dos meus avós, das tias, onde moravam, o que plantavam. Alguma coisa bem antiga do tempo de criança, lembro da minha *bába*. Ela chamava-se *Pashka* que em português era Pasca, o *dido*¹ era Gregório e na casa dela tinha o tio Antônio, a tia Catarina, a tia Stefka e a tia Mikalina. E tem outros que eram os pais do meu pai, o *dido* era Gregório e a *bába* era Ana, tinha Stefka, Mikalina, Broenka, Vasil e tinha o José, era a família, o que eu tenho ainda de lembrança deles.

A família da minha avó, a mãe da minha mãe, eles vieram pra um lugar em Santa Catarina chamado Muturi. Lá se alojaram vinte famílias ucrainas, vinte família italiana e vinte família alemã. Então colocavam uma equipe de vinte família tudo junto um do outro, pertinho porque eles não falavam outra língua. Depois que eles foram se comunicando, foram aprendendo o alemão, o italiano e o português. Mas até os dez anos no Brasil ninguém falou em português, nem meu pai, nem minha mãe. Minha mãe já veio menina de dois anos pro Brasil.

E aqui eu sei que eles criaram índio, a minha avó era pura índia. Quando eles vieram pro Brasil uma moça índia acompanhou eles. Levaram ela junto e criaram, depois ela se tornou como avó de todos os familiares, aprendeu a falar em ucraino e falou tudo só de ucraino.

Eu casei em Santa Catarina, nasci no município de Itaiópolis e lá eu fui registrada. *Daií* meu pai mudou na Santa Catarina mesmo, mas por perto do Paraná. De lá mudou pra Francisco Beltrão e lá moremos muito tempo, depois eu casei num lugar chamado Papanduva, lá na Santa Catarina. Me casei no cartório e na igreja, dentro da igreja Ucraina.

Lá já tinha uma igreja construída de madeira, tinha imagem de Santo Antônio grande e de Nossa Senhora no altar. Era uma igreja linda e que depois pegou fogo, ela tinha 80 anos. Ela tinha quatro torres e quatro entradas e um altar com os santos e as irmãs faziam flores de cetim para enfeitar todos os altares. Quando queimou chegaram a falar que podia ter sido gente de outra religião, quem sabe? Pode ser que Deus é que permitiu, pois ela já tinha algumas partes podres na madeira e podia até cair quando estivesse cheia de gente. Assim Deus protegeu o povo de uma tragédia! Ela era linda ficava numa colina e rodeada de cedrinho, então parecia um céu.

Mas sei que meu casamento foi um casamento tão diferente de hoje, porque eu com meu marido não se

conhecia. Ele era um moço de 22 anos e eu não tinha 17 ainda, tinha 16 anos e 8 meses. Mas era o que tinha, éramos ucrainos e então os pais se uniram e as mães e falaram:

- Eu tenho um filho e você tem uma filha e vamos fazer eles casar, porque eles são ucrainos. Aqui tudo é caboclo fala português e nós não falamos nada!

Entre os ucrainos tem uma pessoa, geralmente o mais velho dessa comunidade que arruma o casamento, assim um mediador, aquela pessoa que ajudava. Mas no meu casamento foi os pais mesmo. Ninguém entrou não, foi os dois pais e as duas mães. Eles perguntaram pra mim:

- Você quer casar com ele?

Aií eu olhava pra aquele moço, chamava-se Clemente o meu marido, eu olhava pra ele, moço bonito, 22 anos. Mas a gente tinha assim, um pouquinho de vergonha, um receio. Então eu olhei pro sapato dele, tão lustrado! Ele usava uma calça de linho branco e uma camisa escura, não me lembro a cor... eu olhei pra ele. Eles perguntaram de novo:

- Você casava com ele? Eu olhei assim com uma vergonha e disse assim:

- Acho que eu gosto dele. Daí eles perguntaram pra ele:

- Você quer casar?

- Ah! Eu quero casar! Ele disse: Eu quero casar!

Combinaram, no outro sábado o pai e a mãe me levou na carroça e o outro pai levou ele e a mãe. Fomos pro cartório, lá no cartório nós chegamos e fizemos o civil, no sábado.

Eu fui pra minha casa com pai e mãe e ele foi pra casa dele com pai e mãe. Nem um beijinho não dava um no outro. E no domingo de manhã já estava tudo preparado pro casamento.

Me vestiram muito bonita, o meu pai e minha mãe prepararam uma noiva muito bonita com uma grinalda grande que eu tinha, umas rosas do lado. Me lembro bem, um vestido bem comprido e muito bem feito. Cheio de rosas pregadas que nem hoje não vi uma noiva tão bonita com um vestido assim, as próprias costureiras faziam as rosas.

Eu sei que no domingo casemos na igreja. A família veio tudo, porque era longe, tudo de carroça. Só que as carroça era tudo florida, fizeram aqueles buques de papel de seda e pregaram nos animais, na carroça, por tudo. Aqueles animais ficaram tudo florido, de onde era a noiva era flor branca, tudo buque branco e onde era o noivo era azulzinho.

Depois que casemos fomos embora no mesmo dia. Fomos embora com um tio que levou nós pra morar num lugar chamado Iracema, lá já tinham preparado uma casinha pra nós morar. Aí entramos lá os dois jovens e eu tinha uma vergonha do meu marido, pra se entregar pra ele,

ele era todo mimoso. Mas, até que eu acostumei com ele!

Com quatro anos de casada ganhei um filho, demorou e nunca soube o que é um comprimido, nunca soube o que era evitar filho. Mas decerto não era pra mim, quando eu fiz 21 anos ganhei o Nestor, ele é o filho mais velho.

Foi a nossa vida, foi uma vida pobre, trabalhadeira, só que uma família muito unida. Era muito unida, muito!

Sabe por que que era unida? Tinha medo de pecado, hoje não tem medo de pecado, não sabem o que é pecado né! Maioria não sabe o que é pecado. Nós tinha muito medo. Porque nós tinha catequese com aqueles padres que vinham da Europa e eles eram muito rígidos na religião. Então a gente tinha muito medo do pecado, hoje eu ainda tenho medo de pecado. Fico olhando os meus filhos, os meus netos, entram pouca coisa, o que é pecado pra eles? Tem coisas que não é pecado pra eles, mas tem coisas que ofende o outro, magoa e isso é pecado!

Depois que vim pra Rondônia senti falta da Igreja Ucrânia, muito, muito. Porque eu vivi nela até chegar aqui. Nós chegamos em setenta e nove e então eu tinha, que idade eu tinha? Eu nasci em 24, tinha 55 anos.

Ainda a gente pratica alguns costumes de ucraino na minha casa. Por exemplo, ainda fazemos a Santa Ceia, o *Sviatêi Vêtchir*, esse ainda tem.

Mas, só tem na minha casa, porque nas outras, já entrou outras famílias.

Só tenho uma filha que ainda faz o *Sviatêi Vétchir*, tem o *Kolhedá* que eu ainda canto um pouquinho, mas muito pouquinho porque eu já esqueci porque não sei ler. Eu nunca tive leitura, só aprendi um pouquinho em ucraino, lia e sabia um pouquinho. Eu até tinha uns livros em ucraino, mas me carregaram tudo e não tenho mais nenhum.

A filha levou, o filho, aquele que está em Porto Velho, o Lauro. Ele lê muito bem porque esteve em Prudentópolis cinco anos internado no seminário e o Nestor esteve 8 anos, então eles leem bem, acho que até ainda rezam em ucraino.

Eu só rezo em ucraino ainda! Eu sei em português também, mas quando a gentes está na igreja a oração é em português. Em casa minhas orações são em ucraino, rezo o *Ottche nach*², *Bohorodétze Divo*³, *Dostóino ié voístieny*⁴. Então é tudo em ucraino ainda, porque a minha mãe e meu pai eram uma família pobre, mas eram muito religiosa. Nós era catorze irmão, dez menina e quatro homens e pra poder ir dormir, o pai e a mãe, às vezes esperando bebê com aquele barrigão, sentada e o papai de joelho e nós de joelho. Todo mundo com a mão posta rezando o *Ottche nach*, aquele *Dostóino ié voístieny, víruiu*⁵ que o pai ensinava.

A gente rezava porque o pai dizia:

- Rezem pra vocês não cair no pecado, pra Deus abençoar, pra vocês ser feliz, pra vocês ter saúde, pra não se machucar, pra às vezes um bicho não te pegar.

Então papai dava catequese assim pra gente e a gente ainda tem medo do pecado.

Nóis também ainda fazemos comida ucraina, o *borstch*, o *holopti*, faz *peroghi*. Aquela cuca, aquela *paska* para o dia da Páscoa e depois levo pra benzer, o padre é que benze pra nós.

Quase sempre tem comida ucraniana aqui, a família gosta. Fazemos muito o *borstch* né. Com beterraba, repolho e também a costelinha de porco bem temperadinha, é muito gostoso!

Faz assim: pica a costelinha de porco e põe pra ferver, quando amolecer se põe a beterraba e o repolho juntos. Depois salsinha, cebolinha, uma pimentinha. Depois põe sal, um pouquinho pra não passar do ponto! Põe vinagre. Quando ele já está cozido, a gente tira de lado e quando fica assim metade do calor aí se tinha a *smetanca*, a nata do leite. Então batia um copão e colocava pra ficar com aquele caldo grosso. Mas isso é muito bom! Mas quando hoje não tem *smetanca*, então a gente compra creme de leite, dá faz o mesmo resultado. Eu, agora, faço com creme de leite e não sobra não. Todo mundo come!

Antes tempo, se não tinha arroz, fazia uma panela de quirera, de batata

doce, de batatinha, fritava um repolho e isso já era coisa que criou aqui no Brasil, prato daqui. Só que agora, quando toda a família se junta já é mais comum fazer uma feijoada temperada. Hoje a gente come arroz, feijão, bife!

Muda tudo né! Agora compra o que acha mais fácil no mercado, faz uma pizza, uma lasanha. A gente aprendeu a fazer todos esses pratos e como agora só eu e a minha filha que estamos aqui, então tem a empregada que vem de manhã cedo e trabalha até meio dia e faz almoço. A gente come a comida dela.

Eu também pintava *pêssankas*, já pintei muito, muito! Aqui em Rolim mesmo eu já fiz muita cestada. Dei pra todos os netos, bisnetos. Lá a primeira coisa que as mães ensinavam quando chegava perto do tempo da Pascoa era fazer *pêssanka*. Se tirava o ovo, mas a casquinha deixava inteira pra encher de amendoimzinho e fazia as *pêssankas* de toda cor, fazia aquelas cestas de *pêssankas*. Coisa mais linda!

Eu digo, não tenho nem fotografia, devia ter fotografia daquelas cestas de *pêssankas* que eu já fiz. Fica tão lindo! Ainda tinha aqui um livro que tinha muita *pêssankas*, mas o meu filho levou, porque ele lê bem o ucraino e ele faz *pêssankas* lá no Porto Velho, ele ainda faz!

Eu fazia com cera de abelha: derretia a cera de abelha e tinha um cotonete de alumínio fininho, ponzava em cima de um pauzinho de madeira

aquele cotonete pequenininho, molhava e desenhava conforme queria. Se queria letra ou queria florzinha ou queria bichinho e ia fazendo.

Também aprendi a bordar, bordado ucraniano. Ponto cruz, ponto corrente, tudo bem ucraniano. Bordei muito, só que todos os bordados que eu tinha dei de presente pra cada um dos filhos porque ninguém tinha e como às vezes vinha uma neta, um neto, as filhas. Aqueles bordadinhos bem bonitos eu distribuí pra todos, hoje mesmo não tenho mais. As toalhas que eu tinha bordado todo ponto cruz com aqueles ramos de uva, aquelas rosas vivas, eu dei. Tinha quatro toalhas grandes, dei uma pra uma irmã que está morando em Lages, na Santa Catarina. Mandeí daqui pra ela e as outras dei pras minhas filhas. Todas as quatro toalhas eu entreguei, não tenho mais nem um guardanapo.

Não bordo mais porque já faz cinco anos que eu perdi a visão. Fui operar catarata, os dois olhos têm catarata. Mas num olho o médico tocou a pinça e me cegou, desligou a retina. Eu acho que ou era aprendiz, ou alguma coisa porque me cegou na hora e na outra visão deu hemorragia. Passei pra outro médico, ele me acudiu. Ficou um pouquinho de visão, eu vejo um pouquinho, mas vejo a figura bem escura, eu tenho muita pouca visão.

Dentro de casa me dirijo sozinha com o tato que eu já sei onde eu to e já conheço. Agora se me levar na outra

casa eu paro no lugar, mas to vivendo. Eu passo a tarde sozinha, mas tenho meus netos. Tem neto que trabalha até meio dia e no meio da tarde, às vezes quando ele vai pra casa, assa aqui. Chega um pouquinho pra uma visita. Ah, é bom né! Eu tenho muitos netos, mas só tenho dois que me visitam porque estão próximos.

Hoje eu até gosto de morar em Rolim de Moura, mas eu gostava muito de Francisco Beltrão, heia! que eu gostava. Tenho saudade até a casa que eu morava, se eu fosse hoje, se alguém me levasse, se ainda tivesse aquela casa eu ia morar lá! Muito tempo que morei lá e era muito bom, depois eu tinha muito vizinho, tudo ucraino que eram da Europa mesmo, aqueles europeus que vinham direto. Tinha a Dona Maria, dona Sofia, dona Catarina eram tudo europeus. Nós se juntava, se sentava e bordava ponto cruz, sabia também desenhar muito bem com tinta acrílica. Até toalha de altar da igreja a gente trabalhava.

Então lá nós era assim, tinha talvez uma meia dúzia de ucrainos que moram um pertinho do outro e aqueles mais idosos só falavam na língua, porque os mais moço já falam português. Ninguém queria falar ucraino, fala um pouco porque aprendeu com o pai e a mãe, mas era tudo em português, já nós falava em ucraino.

Mas depois que eu vim pra cá encontrei o Seu Pedro e o Antônio Simbalista com quem posso falar um

pouco quando encontro. O Antônio Simbalista veio junto com nós, ele conhecia a gente de lá. Foi aluno com os meus filhos lá em Prudentópolis, eles ficaram oito anos internados, o Antônio, o Nestor e o Lauro.

Um neto meu, o filho do Lauro também ficou. Já o filho do Nestor, ele teve quinze anos lá. Se formou, fez primeiro juramento pra ser sacerdote. Fomos também, lindo que tava a cerimônia com aqueles dez padres e aquele bispo na cabeceira deles, eles se deitam na frente da cruz. Daí foi segundo juramento, e quando foi no terceiro juramento ele largou tudo e veio embora. Era o seminário dos padres basilianos, eu também tive uma irmã freira, já é falecida, Severiana o nome dela.

É muita história da minha família né! Nessa idade ainda to aqui, um dia Deus vai levar porque ninguém fica né. Aqui é uma temporada!

NOTAS

1 Avô

2 Отче наш - oração do Pai Nosso

3 Богородице Діво - traduz-se como Ave Maria, mas com tradução literal para “Virgem geradora de Deus”.

4 Достойно є воистину - oração sem tradução para o português, podendo ser interpretado como “é justo”.

5 Віруїу v ієдєноho Бóha (Вірюю в єдиного Бора) - oração do Creio.

APÊNDICE 2

Entrevista com Antônio Sembalista



Só que seja daqui ou seja dali a melhor coisa foi vir pra cá, porque lá no Paraná provavelmente eu não ia conseguir o que consegui aqui. De maneira alguma!
(Antônio Sembalista)

Seu Antônio Sembalista é um homem tranquilo, já “enraizado” em Rondônia depois de seus quase quarenta anos vivendo no Território que viu transforma-se em Estado.

Para além do conceito raso de “pioneiro”, ele pode ser assim considerado para o município de Rolim de Moura, participou de sua construção econômica e sociopolítica. Tornou-se, portanto, um homem do lugar.

Suas considerações sugerem atribuir a ele a condição de parcialmente territorializado, manifesta saudades do sul, da terra natal.

Mais que isso, suas manifestações são de saudosismo do modo de vida construído sob a égide da cultura ucraniana. Apesar de ter construído seu lugar em Rondônia, as palavras de Seu Antônio manifestam solidão étnica e falta de espaço para vivenciar sua eslavicidade.

Em momentos que aciona a memória, traz à tona as dores do afastamento, de estar afastado do que seria a sua terra [o lugar da cultura] para conquistar e construir uma nova terra, um novo território material. Embora garanta a reprodução familiar do habitus camponês eslavo, seu território afetivo ainda não se completou e se percebe nele a saudade da antiga terra natal.

Sou descendente de ucraniano e também um pioneiro na região. Vir pra Rondônia foi uma aventura, isso porque eu era amigo do homem da União Cascavel, ele era vizinho meu e falava que aqui era muito bom. Então eu vim pra cá e não voltei mais, gostei!

Primeiro eu fui pra Vila de Rondônia. Naquele tempo tinha só dois municípios em Rondônia, Porto Velho e Guajará-Mirim. Depois, quando passou pra estado começaram a surgir outros, oito municípios, nove, dez, agora têm bastante.

Cheguei em Rondônia em 28 de fevereiro de 1976 e fui logo pra Vila de Rondônia, a primeira noite eu passei lá, noutra noite já fui pra Porto Velho. Tinha uns conhecidos meus que me pediram pra ir porque era carnaval, mas quando nós chegamos em Porto Velho já tinha terminado o carnaval. A estrada era péssima, chegamos lá eram quatro horas e tava tudo terminado. Dava desgosto ver Porto Velho, era uma vila praticamente e pra quem vinha de Cascavel, Curitiba, aquilo não era nem cidade, era um trem louco.

Então, fui vender motosserra lá em Vila de Rondônia, depois fui pra Cacoal e *daií* vim pra Rolim de Moura. Eu bati o *record* do Brasil em venda de motosserra, foi onde eu consegui dinheiro pra comprar essa área aqui.

Quando abriram uma agência do Banco do Brasil em Vila de Rondônia, antes só tinha em Porto Velho, o gerente que era muito amigo meu, me

ofereceu vender e o banco financiar. Ele falou:

- Se fizer negócio certo pode fazer os pedidos de motosserra que eu vou liberar!

Isso porque tinha muita malandragem. Faziam o pedido, recebiam o dinheiro e não entregavam o motosserra. Mas eu nunca fiz negócio malfeito, só fiz negócio bom e do outro lado ele colaborou. O que prometeu, ele fez. Então eu saí bem vendendo motosserra!

Quando comprei essa terra aqui já estava morando lá em Cacoal, só vim ver oito meses depois. Comprei sem ver, sem documento, sem nada. Comprei dum conhecido meu que ganhou do Incra e depois quis vender. Na época eu paguei caro! Eu vim de lá do Paraná com duas picape Willis, dei uma de entrada e o restante em dinheiro.

Naquela época quem mandava em Rondônia era o Incra, mandava no delegado, em tudo! Eu tinha comércio e comerciante não podia ter terra né! Então, eles me apertaram na parede, ou vai ou perde. Aí abandonei o comércio e vim pra cá, ficamos enfrentando a picada. A primeira coisa que nós fizemos foi reabrir a picada, aquela que foi aberta pela topografia já tava bem enquiçaçada, porque não morava ninguém. Só um morador veio uns dias antes.

Então nós chegamos aqui e derrubamos 12 alqueires, *daií* o Incra mudou a posição da linha e eu perdi os

12 alqueires. No ano seguinte derrubei de novo e nós fizemos um rancho, nos três anos seguintes era na picadinha até Rolim de Moura. E assim, veio um, outro e como eu era conhecido em Cacoal quando entrei atrás de mim começou a entrar bastante gente.

Eu carreguei muito cacaió nas costas, toda mercadoria que vinha pra cá, pra alimentação era tudo no cacaió. Pra dormir era só um colchão e travesseiro, não tinha cama era tarimba de coqueiro. Então, o que vinha era tudo no cacaió trançado nas costas.

No primeiro ano aqui eu plantei feijão, três sacos de sementes que veio tudo no cacaió pela picadinha de Rolim pra cá. Na área que desmatei, a primeira coisa que plantei foi o feijão e produzi bem. Mas vender pra quem se não tinha estrada? Então quando o pessoal começou a entrar aqui, *ai* vendi todo feijão! Podia ter o dobro que vendia, quem entrava já comprava.

Depois plantei muito café, dez alqueires. Foi onde eu me quebrei, quando eu plantei tava um preço muito bom, mas quando começou a colheita o preço caiu lá embaixo e até hoje tá ruim!

O meu café desenvolveu muito bem, só que não compensava o preço da venda. Ficou oito anos com o preço baixo, com cinco anos de café carregado comecei a formar pasto. Mas, até essas alturas, eu já tinha gastado quase todo o dinheiro que tinha de reserva, foi três anos sem

colher o café, tinha que zelar, desbrotar tudo e na hora que começou a produção já vi que não compensava mais. Então comecei jogar pasto e criar gado e até hoje tô aí, já trabalho com gado há vinte e seis anos.

Só que seja daqui ou seja dali a melhor coisa foi vir pra cá, porque lá no Paraná provavelmente eu não ia conseguir o que consegui aqui. De maneira alguma! Lá eu era professor, podia dar aula, mas nunca chegaria a ter nada. O ordenado de professor não compensa, não progride, é só pra sobrevivência fraca né! Então a gente veio e enfrentou.

Eu trabalhei como professor em Curitiba por três anos e em Medianeira também por três anos. Gostava muito de dar aulas, mas o problema é a politicagem no ensino que acho que não deveria de ter. Se você votou contra o prefeito, no outro ano já tão tirando as aulas, jogando lá pro canto, num distrito. E a primeira vez que me jogaram num distrito, pra mim acabou ali!

Então, fui ser revendedor da Crush em Cascavel que era aquele refrigerante igual a Fanta, era um refrigerante muito bom, depois faliu. Eu comecei o trabalho lá e o vizinho meu que era o Assis Gurgacz começou, naqueles tempos, uma empresa de transporte pra cá pra Rondônia e me incentivou a vir.

Há uns sete anos ele me descobriu aqui em Rolim de Moura, veio aqui em casa, jantou! É um

homem sério, religioso, católico igual aquele não é fácil não! Ele é rico, mas não se considera rico. Perante Deus, ele acha que é pobre, sempre fala que o principal da vida não é dinheiro. Ele é polonês e é tudo muito parecido, a mesma comida dos ucranianos como *capushniak, borsth, perohê*. Tudo é o mesmo sistema, ele comeu *borsth* e *perohê* aqui em casa.

Aliás, eu e seu Assis somos um caso de ucraniano e polonês que se dão bem. Mas, lá na minha região, sinceramente, nunca existiu essa rixa. Acho que só no PR existia aquela rixa. Inclusive meu pai até sabia falar polonês, por causa dos vizinhos. Por lá nunca deu problema não.

Bem, mas aqui eu abri essa propriedade sozinho. Só alguma derrubada que eu empreitei, o resto foi tudo sozinho e ainda derrubava pros outros. Vim pra cá com a mulher, antes de vir casamos em Cacoal, em 78 e com poucos dias viemos. Quando trabalhava com madeira puxando tora eu tinha empregado, mas o resto eu fiz sozinho. Então se alguém me falar:

- Você tá lá, mas alguém trabalhou pra você! Eu digo:

- Não! Aqui quem fez foi eu!

Agora, já os grandes não reconhecem isso. Eles acham que porque pagam um salário de seiscentos e poucos reais isso já é obrigação. Se a gente analisar, pra situação do Brasil melhorar precisava ser no mínimo dois mil a três mil o salário.

Enquanto não tiver dinheiro a situação não melhora. Agora eu pergunto pra você, com seiscentos reais dá pra viver na cidade?

Só vegetar e a maioria ganha seiscentos, oitocentos. Ontem mesmo eu estive lá no frigorífico e a maioria dos empregados ganha setecentos, setecentos e oitenta. Não é fácil não! Eu entrego carne para os frigoríficos daqui e quando vai receber fica esperando lá e acabo almoçando com os empregados, conversa com um, com outro e fica sabendo dessas coisas. Lá a maioria ganha pouco, agora eu pergunto dá pra viver?

Eles vivem, mas é tudo limitado, paga luz, paga água, paga aluguel. Depois tem filhos que vai pra aula. Sinceramente não é fácil não!

Aqui no sítio a gente tá levando a vidinha meio sofrida, mas graças a Deus nunca faltou nada. Tem qualidade de vida, da pra viver bem! E eu nunca tive aquela ganância: vou comprar mais terra, nunca tive essa ganância não!

Tenho hoje cento e vinte alqueires e não precisa mais. Acho que nunca pensei em comprar mais terra pra depois vender! Tem uma reserva, quarenta alqueires de mata e de qualquer forma tinha que deixar um pedaço. Já é lei mesmo, então deixei a reserva e vivo tranquilo.

Aqui eu tiro leite e engordo boi, não tenho gado branco não, eu só engordo. Até as sete horas eu com o meu menino tiramos o leite, depois das

sete eu to livre. Livre não, porque quem tira leite nunca tem liberdade na vida. Pode ter casamento, ter velório, mas tem que separar as vacas e tirar o leite. Tem que esquecer um pouco dos amigos, de tudo. Nunca sobra tempo, é uma vaca que tá pra criar e tem que esgotar, tem que ir atrás, é sempre assim! É um compromisso fiel, mas de outro lado até às sete eu garanto meus três mil, três e quinhentos e pra despesa da pra tocar né!

Só que a gente começa a tirar o leite às quatro horas da manhã. Meu dia começa bem cedo, por isso é que meu patrão não paga, é hora extra. E nem precisa despertador, eu acordo na hora certa. Posso ir dormir às duas horas, às quatro horas eu to acordando pra cuidar do gado, é costume.

Já tive outros animais de criação aqui. Tinha cabrito, carneiro, bastante porco, hoje tenho porco só pro gasto. Infelizmente o milho ficou muito caro, então só crio pro gasto... pra isso tem que ter! Já os carneiros começaram a sumir, aí parei também. Eu gosto da carne do carneiro porque é uma carne saudável, boa, acho que tinha uns vinte e oito e em poucos dias veio pra oito. Deram uma chumbada por detrás da minha melhor carneira, arreventou os quartos e ela morreu embaixo do caminhão. Então tive que vender o resto, porque ir atrás de quem mata dá confusão. São cem alqueires de mato, tem os meus quarenta e os dos outros. Aí, toda noite vem gente caçar e se não

achou caça lá, vê um carneiro amoitado e pega o bichinho.

Meu compadre me falou que os dele também tão matando tudo! E lá tá cheio de morador e assim mesmo matam. É assim também com os peixes, eu poderia ter tanque de peixe. Mas nunca quero ter porque é só pra confusão, a gente cria peixe pros outros. O meu vizinho comprou uma chácara de dez alqueires ali do lado, a primeira coisa que fez foi dois tanques, foi ver no final do mês e não tinha mais nada, tinham levado tudo!

O povo rouba peixe, caça, tudo! Aqui tinha anta, tinha veado. Primeiro eu discutia, brigava, só que chegou um ponto que não adiantou não! Eu já peguei até um professor da minha filha caçando aqui no mato.

Então você pode ligar pro Ibama e eles falam que tem que ter flagrante. O cara até vai preso, mas logo depois sai da cadeia. Chegou num ponto que não dava, não adianta ir atrás de lei. Abandonei! Pode caçar, não tem problema não. Tenho represa pra bebedores de gado, pode pescar. Não é peixe colocado, é nativo. Mas, pode pescar que eu não vou proibir não, quem quiser pegar pode ir. Então é uma coisa ruim.

Agora, quanto aos ucranianos em Rondônia, tinha poucas famílias. Eu, os Kluska aqui no Rolim de Moura, em Ji-Paraná eu conheci o Bidá, o médico. Ele também é descendente de ucraniano. Com ele eu ainda falava em ucraniano, mas já está bem de idade. Quando vim pra Ji-Paraná eu fiz amizade com ele, dizia

que tinha mais famílias ucranianas lá em Vila de Rondônia. Em Cacoal também, só que a gente esquece.

Já os Kluska vieram lá do Pará, depois de mim. Um dia eu vi passando um caminhão com toras: Serraria Kluska, eu pensei: Kluska? Será o Nestor, o Lauro? Cheguei lá e encontrei com o Nestor, nós estudamos juntos no seminário. Eu sou quatro meses mais velhos dele. Nós fomos no mesmo ano pro seminário, o Lauro também estudou comigo. Ele é muito legal.

Eu conheço a família deles lá de Papanduvas, eram vizinhos do meu pai e depois que eles foram embora, venderam a propriedade pra outro. Mais tarde, o meu pai comprou o sítio e morou lá até morrer há oito anos atrás.

Mas, desse povo que veio pra cá, a maioria não fala mais a língua. Quase ninguém mais sabe falar na língua, os que já nasceram aqui se perguntar alguma coisa em ucraniano não sabem.

Acho que é porque os ucranianos por aqui estão todos espalhados, não tem encontro. Se tivesse encontro, vai conversar na língua e assim volta muita coisa. Lembra das pessoas!

Sabe, os meus avós chegaram da Ucrânia, mas meus pais já eram brasileiros. Eu sou terceira geração, só que em casa só se falava em ucraniano e na escola também. Tinha o português e o ucraniano, eu aprendi o português com uns sete anos de idade. Há uma grande diferença entre o português e o ucraniano. Se aprender o ucraniano, é

uma língua só. Não tem médico, não tem doutor é uma língua só pra todo mundo! Agora o português é uma regra e cento e cinquenta exceções.

Ucraniano é fácil, se aprendeu sabe! Tem trinta e três letras do alfabeto e não tem mais erro. É uma coisa só, agora em português é muito confuso. Eu dei aula pra um canadense quando estava no seminário, ele veio do Canadá e não sabia nada. É muito difícil pegar uma pessoa do exterior e mostra as regras pra ela, vai apanhar. Já o ucraniano é uma coisa só, o grande, o pequeno, todos falam a mesma coisa!

Os meus filhos já não falam porque a mãe é quem deveria ensinar. E ela é alemã né! E como eu formei o lote sozinho não deu tempo, eles também não tinham interesse. Mesmo a minha filha se quisesse aprenderia, mas foi abandonado. É como eu falo: o nosso idioma tá flutuando, vai se perdendo. Não só aqui em Rondônia, quando meu pai tava doente, antes de falecer, eu fui ver ele e viajei de Ponta Grossa para Londrina com uma ucraniana. Ela dizia que os pais ainda falam bem o ucraniano, mas ela já não sabe nada. Ela me disse:

- Meus pais ainda falam, mas os jovens já não sabem mais nada. Alguma coisa eu sei que posso falar e até entendo, mas falar eu não falo!

E em Curitiba é a mesma coisa, quando eu estava lá o povo ucraniano de Curitiba e Prudentópolis era muito respeitado, só que hoje já misturou

muito. A cultura brasileira encobriu tudo, só tem alguma coisa na época de festa ucraniana ou polonesa, então se relembra um pouco. Tem dança, é muito bonito. As danças dos poloneses também são muito bonitas.

Mas eu já to abandonado aqui a trinta e poucos anos, depois que sai de lá nunca mais convivi com a cultura ucraniana. Eu morei numa colônia só com ucranianos e poloneses, saí de lá e fui pra Prudentópolis onde era só ucranianos também. Depois em Ivaí Calmon era a mesma coisa, só ucranianos. Voltei pra Curitiba, só ucranianos. Convivi só no meio de ucranianos até os 32 anos, até vir pra Rondônia. Quando eu vim pra cá só me encontrei com os Kluska, acho que uns quatro ou cinco anos depois. Foi a primeira vez que voltei a falar de novo e aí fui esquecendo. Hoje, muita coisa pra falar e eu já apanho né!

Só que se eu começar, com poucos dias volto a falar, ler eu leio tudo. Agora pra dialogar tenho que pensar. Se for pra traduzir, demoro um pouco tenho que parar pra pensar como é que fala! A gente vai esquecendo, parece que na hora falta a palavra, aí tenho que pensar como é que é, como é que não é.

Nasci em Iracema, em Santa Catarina e vivi lá até os treze anos. Naqueles tempos a gente começava a estudar com uns sete, oito anos. *Aii* com treze terminei a quarta série e fui pro Seminário em Prudentópolis, no Paraná.

Lá de Iracema iam a base de uns quinze a vinte meninos mais ou menos. Os pais fretavam um caminhão até Prudentópolis, mas tinha que passar por Curitiba, Canoinha e Irati. Saía de manhã e às quatro ou cinco horas da tarde já estava em Prudentópolis, naquele tempo as estradas eram diferentes.

A minha família mora em Santa Catarina até hoje, só o que é padre que não e tem um em Curitiba. Inclusive o seu Pedro foi pra Santa Catarina e passou na cidade onde mora os meus irmãos. Se eu soubesse que ele iria... o seu Pedro sempre foi muito respeitado pelos padres como um homem religioso. Para qualquer padre, se falar em Pedro Bobek sabe que é de uma família muito religiosa, igual o Assis da Cascavel, mesma coisa!

Eu e seu Assis somos um desses casos de ucraniano e polonês que se dão bem. Mas lá na minha região, São Pedro e Alto Paraguaçu era só poloneses. Já Iracema, Papanduvas, Craveiro era só ucranianos. Só que, sinceramente, nunca existiu essa rixa não! No Paraná sim, lá existia rixa. Agora, lá na minha região não! Meu pai até sabia falar polonês por causa dos vizinhos e ele falava bem. A língua é parecida com o ucraniano. Por lá nunca deu problema não!

Eu sempre trabalhei muito com propriedade rural. Meu pai plantava trigo, milho, arroz, feijão e o principal era o fumo, pra Souza Cruz! Nós éramos em oito irmãos, só irmãos! O

meu pai casou e tinha uma herança, acho que de dois alqueires. Ele foi comprando dos outros e ficou com dez alqueires e *aií* com esses dez alqueires ele formou nós. Só que além desses dez alqueires o que ele fazia?

Trabalhava de tropeiro. Ele puxou fumo de corda por seis anos, até Guarapuava, de carroça com quatro animais: aqui é boi, lá era cavalo! Eles saíam com cinco ou seis carroças, um atrás do outro e iam pra Irati, Prudentópolis até Guarapuava. Às vezes demoravam uns quarenta dias de viagem e com aqueles fretes meu pai comprou mais vinte alqueires de terra.

E nós trabalhando lá, tudo criançada pequena, então quem trabalhava mais era minha mãe. Ela trabalhou muito, criou os filhos todos.

Depois veio então a Souza Cruz. Quando chegou a Souza Cruz já melhorou porque só entregava pra eles, logo meu pai colocou duas estufas. Mas a gente trabalhava bastante, todo mundo. Era grande, pequeno, todos... e o fumo não é um serviço muito pesado, é só folha né! Precisa torcer e passar de um rolo pro outro todo dia.

Foi assim que meu pai formou nós, deu estudo pra todos nós. Formou um padre, o Basílio. Formou todos! Agora já estamos quase tudo aposentados, um já morreu. Aquele foi o que ficou com a herança dos dez alqueires, mas ele não se saiu bem, desquitou da mulher. Agora o resto tá

todo mundo vivo e bem, graças a Deus! Eles têm casa boa, um mora na frente da Igreja. Todos os anos o padre Basílio vem do Canadá visitar nós. Ele já chegou aqui em Rondônia uma vez, ficou uma semana. Jantamos com toda comunidade, gostou de todo mundo.

Eu aprendi de lidar com a agricultura, com a terra, na colônia com os outros ucranianos, com meu pai. E trouxe alguma coisa pra cá, pra essa propriedade. Mas tem muita coisa que a gente trouxe e que não deu certo. Vamos supor: lá em Papanduva tem data¹ de 20 x 20 m que ao redor da casa tem repolho, tem alface, tem tudo o que pensar. A gente chega na frente da casa e tem pés de tomate tudo vermelho.

Aqui não. Aqui tem de irrigar e como diz o compadre: só com esterco de gado não adianta! O solo é muito pesado, o repolho dá, só que logo começa a apodrecer. Tem muito sol e ele tem água dentro, ele chega quase a ferver. Então muita coisa que a gente trouxe, não conseguiu fazer crescer nesse sentido!

Hoje só tenho hortinha pequena. Já tive horta grande só que não compensa plantar por causa do clima. Não é falta de esterco, adubo, é que não vai solucionar o problema, a terra aqui é outra. La no Sul a nossa terra tem cem anos, meu pai plantou batata, cebola, alho, tudo dava. Aqui não, a gente planta e com pouco tempo a terra começa a ficar dura, enfraquece e tem que colocar adubo, o calor é

demais aqui! Tem certas coisas que tudo vai num clima frio, cebola, repolho, e eu já trouxe muda de batata selecionada de lá. Até cresce bonitinha, mas não produz dá cipó grande e batatinha bem pequenininha. Alho produz aqui, mas só se colocar isolado da terra e plantar na caixa, encher de terra e levantar a caixa!

O certo mesmo é pegar e queimar a terra pra produzir todos os anos, porque acho que tem micróbios, essas coisas e atrapalham. Se passar fogo todos os anos pode plantar, mas se não queimar já não sai no outro ano como saiu no primeiro ano. Então tem um segredo: queimar a terra pode colocar um pouco de capim que sai bonitinho. Se não, no segundo, terceiro ano já não sai bem e tudo isso a gente acaba aprendendo com a terra daqui. Amanhã ou depois pode ter técnica que melhora. Cebola poderia plantar por que dá bem mesmo, igual no Paraná. Mas, não plantei mais, nem couve flor, nem repolho. Se bem que já tiramos cabeça com três quilos aqui, só que o calor é demais. Tinha que colocar em estufas, só que se a gente plantar pra vender não compensa. Você vai no mercado e paga até um e setenta o quilo e aí? Você vai vender a dez ou vinte centavos?

Então não compensa, é a mesma coisa que acontece com o leite. O leite é bom, dá pra tirar a despesa, mas se a gente computar o serviço que nós aplicamos ele devia ser no mínimo um e cinquenta por litro. Eu entrego todo o

leite que tiro. O caminhão vem buscar aqui no pátio porque o resfriador está aqui na minha propriedade. Esse resfriador é do governo e nós somos em oito que usamos ele. Na seca quando cai a produção juntamos uns quinhentos litros, nas águas a gente chega a oitocentos, novecentos litros dos oito produtor.

A produção cai porque não trata. Se tratar é pior porque *aií* desgasta mais o lucro. Meu genro tratou um ano: preparou ração, milho, cana, mandioca. Ele tratava e as vacas não saiam do lugar, ficavam o dia todo esperando mais comida, quando passou dois meses elas emagreceram. Se for pra dar todo o dia, então quebra o leiteiro! Não paga a despesa que é muito grande. Se der alimento o dia inteiro a vaca não emagrece, mas se der só de manhã ela não vai pastar e emagrece mais que as outras. Como o preço do leite é muito barato, não compensa.

Porco, eu crio só pra despesa da casa. Antes eu fazia *kubaçá*, mas defumar aqui não dá. Nem linguiça, nem salame. Só se colocar no freezer, aqui se defumar com umas duas semanas já fica remosa. Tira do defumador e com o calor ela começa a soltar uma banha e com o toicinho é a mesma coisa. Só se guardar no freezer. Lá no Sul, quando ela mofa, daí é que mais gostosa!

Tem pouca coisa que dá pra implantar aqui. Galinha deu certo, a gente cria e nunca falta ovo desde que

nós entramos aqui. Ontem a mulher levou seis dúzias lá na cidade pra vender, porque sobra. Nós temos pouca galinha que botas, só umas doze. Mas, todo dia é um ovo, então junta muito.

Nós vivemos bem: ovos, leite, queijo, galinha, eu mato a melhor novilha pra comer e aqui não falta carne não, nunca faltou! Sempre mato uma novilha pra mim e outra pros filhos e tem que ser a mais bonita, é pra gente né!

Porque ucraniano gosta muito de fatura e de carne. Eu gosto muito da comida ucraniana, mas tem comida que aqui ninguém sabe fazer: coloca tripa de porco, trigo preto. É um chouriço² e eu gosto daquilo demais. Quando vou pra casa dos parentes eu como muito, aqui a Madalena não sabe fazer. Ela não aprendeu a fazer porque não tem ninguém que ensine!

Tem outra coisa que eu gostava muito: uma geleia dos tutanos do porco e fica igual a uma gelatina, se chama *drahlí*... eita mas eu gosto daquilo! É feito da orelha e da perna do porco! E aqui a gente joga as pernas ou põe no feijão, já pensou? Lá no Sul não, já fazia o *drahlí*. Aquilo bem geladinho, ah que coisa gostosa!

Mas, falando em comida ucraniana, eu também gosto de *perohe*, de *pampuchke*, aquele com a massa igual de sonho e que coloca dentro batatinha moída com requeijão e passa na banha. É gostoso, o sonho também

acho que também veio lá da Europa né?

No nosso costume de ucraniano o importante era Natal e Páscoa. Natal, vou dizer uma coisa, era bem diferente quando nós era pequeno. No dia vinte e quatro sempre jogava palha de trigo no soalho pra fazer o *didukh*² e era uma festa! A gente brincava e meia noite era a missa, na tarde do dia do Natal tinha aquela reunião ao pé da igreja que se chamava *hailka*, cantavam aquelas cantigas. A juventude se chega, canta, brinca. Faz aquela roda e ali sempre começa um namoro!

As pessoas iam de casa em casa pra cantar as *Kólhadas*. Um grupo se junta, de dez ou doze que moram mais ou menos perto e vão nas casas cantar cantigas de Natal, depois a família da casa serve um doce, um vinho, bala ou qualquer coisa e depois vão pra outra casa. Aquilo era uma alegria! Coisa que nas outras nações não tinha ou não tem isso. E uma coisa muito bonita, não tem nada organizado antes, mas todo mundo vai de casa em casa.

Dia seis de janeiro tem outra festa, que aqui é o dia dos reis né! Lá é diferente: é dia de batizar e de benzer a água benta! Depois de benzer a água, o padre passa de casa em casa abençoando, antigamente era de carroça que o padre andava. Eu sempre levava o padre, o meu pai quando era mais novo também levava. Então são os costumes, a tradição que só na religião ucraniana é que tem.

Hoje vou na igreja católica mesmo, só que nossa religião católica ucraniana é bem mais rígida. Antes, até minhas orações eram em ucraniano. Ultimamente já não é mais, até pouco tempo era e por quê?

Porque a gente confunde, vai pra igreja aqui. Um dia num culto e eu apanhei no pai-nosso em português, porque eu rezava só em ucraniano. Ia rezar em ucraniano e misturava com português. Sei que ultimamente eu deixei por isso. Muita gente estranha nosso “em nome do pai” com três dedos, representa a Santíssima Trindade. Para os brasileiros é diferente. Mas, não tem crise nenhuma, aqui na Igreja alguém estranhou e perguntou, aí o próprio padre explicou:

- Não tem problema! É porque ele é de origem ortodoxa ucraniana.

Então quanto à religião a gente segue e acha que é a melhor coisa que tem. A gente sempre costuma guardar água benta, ramo bento. Fica aqui na estante da sala, o padre benze, a gente traz pra casa e usa pra se proteger contra trovoadas, chuva forte. Nesse sentido, é pra proteger.

Mas, lá no Sul eu só ia na igreja ucraniana, todo domingo. Fiz primeira comunhão, fiz tudo. O primeiro sapato que ganhei, com sete anos, foi quando fiz a primeira comunhão. Coloquei ele lá na porta da igreja... apertado!!! Pra não fazer calo, pois era pra primeira comunhão! Essa história do primeiro sapato acho que é bem comum, acho

que aconteceu com todos ucranianos aqui no Brasil. Mas porquê?

Nós não podemos comparar a situação de hoje com a situação financeira de antes tempo. Agora estamos bem, ainda na nossa época de criança a situação já era muito boa. Pros meus pais a coisa foi muito mais difícil!

Minha avó contava muita coisa, o prazer dela era de tardezinha juntar os netos eu e meus irmãos, nós era em oito. Me lembro bem, a mãe fazendo a janta, preparando tudo e ela sentava no chão com a gente e começava a falar como é que era quando eles moravam lá na Ucrânia, como é que eles fugiram de lá e deixaram casa, parentes, tudo! Então separou a família, uns ficaram pra lá, outros vieram pra cá.

Quem podia, fugia e assim deixaram tudo. Eles vieram pro Brasil em mil oitocentos e noventa e cinco ou seis, por aí. Estavam lá trabalhando e de repente tinham que fugir. Quem tinha sua propriedade se pudesse corria, porque lá massacravam se ficasse! Massacravam mesmo! Matavam mulher, matavam homem, era a guerra né! Era a Rússia que decidia, ou trabalhava pra eles ou tinha que ir embora.

Eles partiram pro Brasil, Argentina, Canadá e Estados Unidos. Mas, não escolhiam pra onde iam, quem determinava eram aqueles grupos que organizavam a viagem e quando enchia um navio eles

mandavam pra algum lugar. E assim deixaram os parentes, deixaram tudo! Minha avó chorava, ela deixou irmão, toda a propriedade que tinha.

Quem estava mais perto do porto levava alguma coisa, mas quem estava mais retirado deixava tudo. Eles pensavam:

- Eu vou escapar! Porque se perder essa oportunidade, acabou, não tem outra!

Era uma tristeza, chegaram ao Brasil não sabiam falar nada em português, eram explorados pelos comerciantes que se aproveitavam deles. Só que venceram! Passaram muita dificuldade, mas depois, com o tempo, os próprios ucranianos começaram colocar o comércio deles próprios e então já foi melhorando.

Eu sei que sofreram muito, Deus me livre! Minha avó falava e chorava, dizia pra nós que tinha que se unir e evitar querer guerra porque a pior coisa que pode acontecer é uma guerra. Ela falava muito nisso, muito triste. Eu nunca esqueço que ela falava também:

- Quando vocês crescer vamos ver se vocês consegue um pedacinho de terra pra vocês. Viver na terra e plantar de tudo pra comer, porque vai chegar num ponto que quem plantar vai comer, mas vai faltar comida no mundo! Consegue um pedacinho de terra, não muito, só pra vocês plantar, comer e vender um pouquinho!

Isso ela falava pra mim... pra todos nós. E acho que um dia pode

acontecer mesmo. Pode acontecer de no Brasil ter falta de comida, já tem miséria na África, na Ucrânia é lá é muito pobre. Não só na Ucrânia, na Tchecoslováquia, na Chechênia! Eles sofrem as consequências, não é só a Ucrânia que tá pagando o preço pela liberdade, o povo lá está sofrendo. E porquê?

Eles não eram preparados pra isso, tinham comida e roupa! Trabalhavam o dia inteiro, mas se precisava sapato o governo dava, comida e o governo dava. *Aíí* caiu tudo aquilo.

Muita gente reclama, mas eu acho que nós estamos no melhor país do mundo e numa época muito boa também. Pela história nós estamos numa época muito boa! Nos últimos anos no Brasil, o deslocamento entre o pobre e o rico tá chegando um pouquinho mais perto. Só tem que solucionar o salário, é nesse sentido que eu sempre olho: o Brasil tá muito bom, mas pra melhorar precisava ter um piso salarial muito melhor. Muita gente reclama que estão dando salário pro povo que não trabalha. Eu penso que graças a Deus, pois se eu soubesse que eu to comendo e ou outro não, pra mim não desce a comida. Nem que ele não aproveita, que bebe. Mas eu acho que é alguns, a maioria compra comida mesmo, graças a Deus!

Acho que Rondônia é um estado muito bom, o que acaba são só políticos daqui e no caso de Rolim de Moura também. Essa manifestação que

vai ter dia 7 de setembro acho que é muito bom, precisava fazer tempo. Me lembro de Curitiba, quando eu estudava era ditadura militar e nós tombava carro, fechava a cidade, enfrentava o exército. Eu era ligado à União Paranaense de Estudante, a UPE, a gente servia seis mil refeições por dia lá.

Quando eu estudava na faculdade Católica, durante dois anos, eu cuidei da comida na UPE e nunca faltou almoço ou janta! Antes de mim, chegava na fila e já não tinha mais comida. Um camarada que entrou, com um mês comprou um fusca novo. Quando assumi passei a fazer toda compra.

Uma vez, o feijão tava muito caro e eu sabia que em Santa Catarina tinha feijão barato. Pegamos um caminhão e trouxemos cem mil quilos de feijão, se em Curitiba era como se fosse dez reais, lá era dois. Então nunca faltou comida.

Antes a gente lutava pra melhorar. Hoje tem umas coisas que não estão certas aqui na comunidade, mas eu não vou falar. Falo quando é com político, aí não deixo de falar. Mas na comunidade, eu já estou há 36 anos aqui. Então deixa assim, posso ir na casa de qualquer um aqui e não tem problema não!

Desde que eu cheguei em Rolim sempre morei aqui, passei na picada em Rolim de Moura, onde tinha dois botecos. Posso ir de casa em casa que eu não tenho inimigos. Também não

sou muito de sair, não tenho tempo. Mas se alguém precisa eu vou!

Acho que amizade tem que ser com todos, mas pra passear só na casa dos mais chegados. Mas não pode ser todo dia, depois dá problema. Então há 36 anos aqui, graças a Deus vivo e convivo com todos.

Quando nós abrimos a linha aqui, o Jorge Teixeira mandou uma esteira pra abrir e pegou duas pessoas da linha pra fiscalizar. O trator entrou uns quinhentos metros. Quando chegava a tarde, eles paravam o serviço e iam explicar madeira. Naquele tempo tinha muita cerejeiras e mogno aqui. O tratorista explicava a meia. Foi assim uma semana, duas, um mês. Fala pra um, fala pra outro:

- Vamos reclamar para o Jorge Teixeira?

- Não... não vamos não!

Até que um dia numa inauguração da SESP, eu achei meu compadre Florêncio e chamei ele pra ir comigo falar com o Jorge. Ele topou, então saímos cedinho e falamos com ele. Cheguei e disse:

- Eu queria falar com o governador sobre o negócio da nossa linha! Tem um trator trabalhando lá sessenta dias e tá no mesmo lugar, ele tá explicando madeira.

Os dois fiscais da linha pularam dizendo que é mentira! Pularam, mas pularam mesmo. E ele, o Jorge Teixeira, fumando, disse:

- Não... tá bom! Se tão trabalhando tá bom, deixa eles trabalhar!

Mas, veja como era a inteligência dele pra não criar confusão, com três dias o Chiquilito Erse que era secretário do Jorge Teixeira veio aqui e pegou a esteira lá na fundiária de um deles, o outro sumiu! Aí o Jorge Teixeira queria falar comigo. Fui falar com ele: queria que eu fosse pra Porto Velho trabalhar no governo. Primeiro ele agradeceu pela denúncia e perguntou como tava o serviço. Mas eu disse que não queria ir.

Sei que aqueles dois chegaram aqui, não receberam mais salário. Venderam os lotes e foram embora. Um está em Cacoal e outro tá lá pra São Miguel.

Não queria prejudicar ninguém, mas precisava fazer essa denúncia, era

para o bem da comunidade. Mas na comunidade não é fácil não!

Hoje eu sou imigrante do Paraná pra cá, nesse sentido! Mas sendo imigrante o que posso segurar da tradição, eu seguro. Queria segurar mais, eu aqui fico afastado da família e tudo. Não queria perder as tradições ucranianas que são muito bonitas, não tem outro país que tenha tradições igual ucraniano.

NOTAS

1 Expressão paranaense para designar lote urbano.

2 Keshka

3 Trata-se dos feixes de trigo espalhados pelo chão da sala, representa os antepassados, os falecidos, bem como a fartura, a boa colheita, o progresso, o bem estar das pessoas. Disponível em: <www.ecclesia.com.br/biblioteca/fe_crista_ortodoxa/o_natal_entre_os_ucranianos>

APÊNDICE 3

Entrevista com Mariano Dopiate



Mas hoje eu gosto de Rondônia [...] já conseguimos vencer o nosso tempo, se aposentemo! Agora já não é mais se batê, sofrê como nós trabaitemo. Porque eu trabaiei em muitos lugar pros outros, não pra mim! (Mariano Dopiate)

Dono de uma imensa alegria de viver, Seu Mariano carregou consigo a sina do migrante, andou muito até assentar-se na Zona da Mata Rondoniense. Foi também um dos pioneiros na região e junto com os filhos foi mão de obra na da construção do espaço geográfico local.

Seu caráter místico dá embasamento para as suas narrativas, assim como as lembranças dos trabalhos, festas e família que deixou no Paraná.

As memórias dos trabalhos que desenvolveu ao longo da vida evidenciam suas concepções de mundo pautadas no habitus eslavo.

Nas memórias do autêntico contador de histórias estão contidos períodos da História do Leste Europeu e brasileira como a fuga do Holodomor empreendida por sua família em cuja viagem ele nasceu, os conflitos políticos resquícios da Guerra do Contestado e a expansão da fronteira agrícola que o trouxe para a Amazônia.

De riso fácil e prosa pronta para cativar seu interlocutor, Seu Mariano se foi em junho de 2016. Dessa vez, foi mesmo conhecer o céu...

Meu nome é Mariano Dopiate, mas o nome certo é *Dohopiet*. É que nós mudemo por causa da assinatura que é mais fácil né! Tem muita gente que mudou quando veio da Europa, os vizinhos nossos eram *Bôbck*, mas assinam Bobek.

Sabe, pra contar a minha história: eu nasci no mar quando minha família vinha de navio pro Brasil. Levaram seis meis de viagem, só não sei quantos dias ainda eu levei pra chegar já depois de nascido, eu nasci no mar!

Lá da Ucrânia veio meu avô Pedro, que era casado. Os irmãos dele, o tio Gregório, tio João, tio Miguel, das irmãs deles acho que não veio nenhuma.

Do lado do meu pai veio quase tudo da família dele. Veio o tio Pedro, tio Gregório, o tio Basílio e o Miguel, tudo irmão do meu pai. E eles trouxeram as irmãs também, porque a família era bem grande, dava uns trinta, quarenta!

Veio a família dos Boiko, o Stefano Boiko, o Miguel Boiko e esse eu ainda conheci bem veinho. São gente alta, pra passar na porta tem que baixar a cabeça, são tudo ucráino. Diz que aqui no Rolim tem Boiko também, mas eu não conheço. É só uma família que veio de lá da Ucrânia e não é extraviada não, só essa gente que veio. Dessa gente do Seu Pedro Bôbck também veio muitos. Veio os Preveda.

Tudo nessa viagem que veio a minha família, mais de trezentos. O navio era muito grande, diz que tinha

até pasto, criação pra matá. É porque levava seis meis viajando, tinha que ter um recurso pra comida se não o povo morria de fome. O navio era tocado com carvão e aí não anda essas máquinas!

Aqui no Brasil, eles foram varar sertão por picada, pra cá, pra lá. Só que a família nossa ficou meia unida num bolão assim! Já os Preveda ficou mais longe, num lugar onde hoje é um município por nome de Schroeder, lá na Santa Catarina. Também é naquele município que se acamparam os Boiko, mais pra cá daí já era os Sloboda e os Dopiate que tomaram conta das terras. Era tudo sertão, tinha que derrubá árvore, fazer as lasca da madeira, fazer a casinha.

Quando eles migraram foram colocados lá no município de Porto União, na Santa Catarina. Aqueles mais forgado já pegaram muita terra, outros pegaram menos. Os terreno antes era de um caboclo, um tal de Manuel Porfírio, quase tudo era abarcado por ele. Então meu avô comprou um terreno e o pai comprou outro. O que pegou mais terra foi um ucráino, um tal de Antônio, lantor Prêshtiak, ele pegou dois mil e poucos alqueires de terra.

Na terra dele passava o rio Santa Maria que tinha um salto. Ele fez uma represa lá e colocou uma serraria, um moinho e um descascador de arroz. E isso ajudou o povo que tava chegando naquela época, porque já tinha assistência de moinho né!

Nesse tempo, os meus pais iam trabaiaá na roça, no sítio que o pai comprou. Era longe e tinha que pousar por lá a semana toda. Sei que logo em seguida veio a revolta do Paraná com Santa Catarina, Rio Grande.

Acho que aquela revolta era por um tipo de fome de riqueza, o Paraná queria tomar Santa Catarina e Santa Catarina também avançou no Rio Grande pra tomar. Mas, do Rio Grande ela apanhou, não venceu! Então, pelearam quase quatro horas e não era com polícia, era o povo que se revoltava.

Eles chegavam nas casas em grupos de uns dez homem, se achasse um homem ou dois, se a família tivesse filho de idade, já levavam na marra pra força deles. Faziam aquelas expedição de quatrocentos, quinhentos homem e donde se encontravam com o contrário, lá se batiam. Era na bala, era no facão, era na foice, no que tivesse brigavam!

Não eram armado como hoje, com metraiadora e essas coisa. Não! Era na arminha deles, e peleavam por umas quatro hora ou mais, no lugar onde se encontraram. Mas, depois veio São Paulo e acabou. São Paulo era um estado bem maior, venceu o povo e acomodou a bagunça.

O meu pai foi levado pra lutar nessa revolta, mas conseguiu fugir na hora de entrar pro Rio Grande. Como era muita gente, ele e mais seis companheiros deram um jeito e fugiram pelo mato. Escaparam e

voltaram pra casa. Levaram muito tempo caminhando só no mato, porque essa gente que brigava não entrava num carreiro estreito que tivesse que caminhar um atrás do outro. Era só em estrada grande e larga que eles iam, tinham medo de entrar em picada porque como tinham que ir uns atrás dos outros, numa emboscada podia morrer muitos. Eram sabido! Não entravam em carreiro não!

E foi assim que o meu pai escapou, andando só pelo mato. Levou uns dois meis pra chegar em casa. Lá ele se empaiolou¹ na roça e, no sítio eles não entravam porque a entrada era só carreiro. Só chegava ou saía dos sítios no lombo de cavalo cargueiro. Então o pai ficou lá, tinha porco, tinha tudo lá!

A mãe ficou no lugar que nós morava, onde era o criador de porco, a terra de forga que é a terra onde se cria o que quiser, nada é fechado.

Nesse lugar o povo da revolta chegava na casa da gente, só que era uns homem que respeitavam muito. Não mexiam com mulher nem com moça, só que se tivesse uma vaca pela frente e eles tavam com fome, matavam! Vaca ou porco ou que tivesse pra comer e não pediam nada pra ninguém não! Só que pra gente não fazia nada, se tivesse homem, rapaz de idade, *aií* tinha que acompanhá eles. Ou acompanhava ou morria, e eles matavam!

Por isso que meu pai acompanhou e depois escapou. E foi

assim que meu pai roubou a minha idade, ele não podia se apresentá na época certa pra me registrá. Lá tinha um tal de coronel Estrogildo que fazia os registro, então o pai ficou com medo dele prender o pai e ponhá na cadeia. O pai era desertor, era das força desertora. Ele desertou!

Foi assim que roubou quase quatro anos da minha idade. Pois eu sou de cinco de setembro de 1930 e o documento é cinco de outubro de 1933, três ano e pouco de diferença. Mas, pra mim não fez diferença nenhuma, me criei assim mesmo. Nunca ninguém incomodou sobre isso, ninguém sabia de nada. Hoje dou risada disso!

E assim gente viveu! Só que também tinha sofrimento, tinha miséria. Vinha aquelas praga de gafanhoto, rato de peste. Eram miúdo e se a pessoa andasse, não tinha lugar pra pôr o pé onde não tivesse um rato. Judiavam muito da gente! O que plantava, o que produzia embaixo da terra eles cavoucavam, a mandioca, a batata doce apodrecia tudo antes da colheita.

E o gafanhoto? O que plantava ele tosava tudo, foi uns três ou quatro anos naquela luta. Nesse tempo nós tinha bastante porco criado no mato. Lá era lugar onde todo mundo tinha porco solto, o baguá. Cada um podia matar qualquer porco porque não tinha dono certo, não tinha marca nem sinal. Eles se extraviavam no mato e se

criavam, então dono todo mundo era! O meu pai falou pra mãe, disse:

- Olha! Eu vou ter que garrar na estada de ferro, trabaiá lá porque chega o fim do mês o governo importa comida pra gente. Aqui não tem jeito de comer um pão, tudo o gafanhoto come. Aqui nós vamo comer só carne e leite?

O leite tinha muito, bastante vaca de leite. Boa mesmo! Eu sei que meu pai foi e trabaiô, com um meis ele trouxe uma bolsa com farinha de trigo pra casa. Era um trigo escuro, mas a mãe passava na peneira, tirava os bicho e fazia o pão. Nós comia tudo!

Os bichos, sobrava na peneira que era bem fininha. Se acontecer isso hoje, o povo vai morrer de fome, não vai querer comer de nojo. E essa traça que cria na farinha, é da mesma farinha, é do mesmo produto né!

Esse tempo de vida dura, isso tudo aconteceu lá na Santa Catarina bem perto com a divisa do Paraná, com União da Vitória, é lá a divisa! : É assim: tem o Iguaçu que nasce em Curitiba, pra um lado do Iguaçu é União da Vitória; pro outro lado, donde termina a estrada de ferro é Santa Catarina. Por lá já é morro alto, é muita serra.

Santa Catarina é um chão de terra com terreno muito dobrado, o Paraná já é bem mais plaino. Os catarinenses também são gente muito boa, muito direita. Agora, quando toca de ser brabo, é brabo! Existe muito catarinense matador barbaridade! A troco de nada mata uma pessoa,

daqueles que mata um por causa de dez real, cinco real. Tem gente danada deles lá!

Existia uma família, os Correia... brabo! E os Medeiros, esses também eram brabo. Mas foi acabado tudo a bala, acabaram com eles tudo. Esses Medeiros moravam no Paraná e os rapaz, o Celso e os outros iam no baile, dançavam, gostavam de se divertir muito e não incomodavam ninguém. Mas, se tivesse uma pessoa incomodando, querendo brigar, eles tiravam lá fora e aconselhavam bem:

- Olha companheiro, não faz assim não! Isso aqui é sociedade, nós viemo pra se divertir, não é pra brigar. Vamo pará com isso!

Voltavam pra dentro e se o peão começava a brigar de novo, eles levavam lá fora, davam um tiro na cabeça do peão.

- Pode seguir o baile que aqui ele não vem mais incomodar!

Era assim e ninguém achava ruim! Eram matador mesmo. O tal do Celso deu muito serviço até matarem ele. Eles tinham um túnel em baixo do morro pra atravessar pro outro lado e escapar da polícia. Ele matou um homem da COPEL, na fazenda de um tal de Chico Rei. Matou pra não deixar a rede de energia passar por lá, pra não fincar poste na fazenda. Aí a COPEL deu muito serviço pra polícia, queria a captura dele.

E pegaram! Sondaram o esconderijo uns dois, três dias e quando ele saiu cedo do buraco

bombardearam, e já ficou ali mesmo. Acabou aquela raça.

Existia muita raça ruim como os Correia. Eu era novo ainda e assisti uma festa lá em Palmas, no Paraná. Era festa pra fazer na igreja, festa de Nossa Senhora. Morreu cinco da família dos Correia, tudo na mesma briga. Pra começar, o rapaz veio e matou o dono da festa que era o João Diogo e compadre deles. E era tudo vizinho. Mas quando o bicho atenta, atenta mesmo!Aí falaram:

- Mataram o compadre João Diogo, foi os Correia.

Tinha um tal de Generoso Dorneles, apelido de Pica-pau, que tava assando a carne atrás da casa. O Generoso falou pra mim:

- Então seja o que Deus quiser, se cuida Mariano!

E pulou lá pra frente e ali começou a atirar. Quando ele tinha só duas bala no revolver já tinha tomado uma facadinha nas costas. Tavam quase vencendo ele num canto de cerca, aquelas cerca de lascão. *Aii* ele acertou um rapaz, o tiro pegou na barriga. Tinha um banhado perto e o rapaz correu pra lá.

Já era bem tarde e o povo não ligou, deixaram ele posar lá. Só no outro dia levaram no hospital. Mas, os grande eram muito a favor do Generoso e já calçaram no hospital pra não operá. Os médico mandaram pra Porto União, lá também não cuidaram e deixaram ele morrer assim, pra acabar com a raça.

Quando eu conto essas história, me perguntam se não tive medo. Não tive medo disso não! Essas coisas assim não tem que ter medo, a gente tem que saber se cuidar. Porque se a gente vai lá na frente, é perigoso. Lá os tiro corriam rodado! Todo mundo pode atirar, então o negócio foi correr pra trás, perto duma cerca. Deitá no chão e esperá passar. Porque em pé não pode andar.

Voltando a falar da minha família, eu não sei bem porque eles vieram da Ucrânia pra cá. Mas a Rússia tinha tomado um pedaço da Ucrânia e formou aquele comunismo. Minha família era católica, então escapou por causa do comunismo!

Era o vovô que falava mais essas coisas, o comunismo era uma lei que não é ruim. Só que a pessoa trabaia só pro governo, pra ela nada. Ela tem a roupa, tem a comida bem tratada, tudo! Mas se não apareceu no serviço, já vem ver se a pessoa tá doente. Já leva pro hospital, é muito cuidado. Só que tem que trabaia toda a vida só pro governo. Não recebe pagamento, não recebe nada. Não é que nem aqui no Brasil que cada qual trabaia pra si, a pessoa procura preço melhor pra tudo. Lá no comunismo não tem. Então o vô dizia:

- É muito bem cuidado, mas a gente não manda nada. Chega uma visita na casa e não se pode oferecer um gole de café, porque faz falta pro outro dia.

Lá a comida vem certa, mas não dá pra tratar dos outros. Então, eles escaparam de lá e vieram embora, e veio muita gente! Pois era um navio grande, veio mais de trezentas famílias. Só que ali veio ucraino e russo, porque outra nação lá não tinha.

Quando chegaram pro Brasil não tinha comida, só tinha taquara. Ela quando é nova dá aquele broto liso que não tem folha, então tiravam o broto, cortava o miolinho, cozinhava e comiam. Diz que não é ruim, diz que é bom!

Meu pai contava como eles sofreram quando chegamo no Brasil, eu era criançinha. O sofrimento deles foi brabo, ficaram no meio dos índio xucro. Então o meu avô trabaia na roça junto com meu pai, paravam num paiol só. Uns tinham medo dos índio, outros não.

Nesse tempo, o meu avô tinha pegado um piuzinho e criou, era lá do Manuel Porfírio né! Criou esse Manuelzinho e ele deu meio safado. Apedrejava os índio, tinha uma pistola e atirava neles. Os índio não gostavam dele e quando chegavam no paiol, se tinha alguma festa, cutucavam na sola do pé dele ou nas costela com uma taquara apontada, pelas fresta do paiol. Com o vovô eles não mexiam.

Até que um dia, ele matou um índio e sumiu pra Santa Catarina. Ficou quase uns trinta ano escondido por lá.

Mas, um homem, da região, disse pro meu vovô:

- Pedro, se querem comer carne, eu te ensino um jeito que vocês comer carne todo dia. Você agrada os bugre e quando você chegá da roça, no paiol já vai ter quarto de bicho, de veado, de porco, de qualquer coisa. Tem carne à vontade, mas quando sair, faz um cigarro de fumo, arrume um tição de fogo e deixe fora do paiol, pra eles acendê o cigarro. Corte uma forquilha boa e pregue no paiol pra eles pendurá presente por fora.

E o vovô dizia que quando vinha da roça já tinha quarto de veado, porco do mato, até anta. Aqueles pedaço de carne que eles deixavam. Os índio pegava o fumo, fumava o cigarro e trazia presente pra eles. E eles viveram bem com os índio! Então, eles sofriam sobre essas partes. Mas de fome, eu sempre digo, acho que ninguém morre fácil não. Eles passaram crise ruim.

Meu avô, o pai da mãe, era um véio caprichoso! Ele fez a casa de barro, tipo tijolo, era casa forrada com viga encaixada. Faziam um barro bem amassado com capim e grudava fazia as parede e ficava igual tijolo. Ninguém dizia que era barro não!

Pra época era muito bem feita. Mas, é porque na Europa também era assim, sabe que lá o povo levava cinco meis pra sair de dentro de casa por causa do gelo?

O gelo trancava as porta e era só dentro de casa. Dentro de casa ficava a porcada, a pessoa passava da própria casa pra estribaria das vaca pra tirá o leite.

E no verão tinha que trabaiá e reuni pasto, a comida pras criação que tinha de ficar dentro de casa no inverno. Só caminhavam por dentro de casa, não tinha jeito de sair porque o gelo trancava tudo.

Por isso que meu avô aprendeu a ser caprichoso nessas coisas. Quando a mãe casou, ele quem fez a morada deles. Eram só dois irmão, a mãe e o tio Demétrio, então a primeira morada meu avô morou um tempo. Depois enviuvou e deixou pro filho e mais pra frente fez outra casa na frente da nossa, uns trinta metros longe. No alto!

A nossa casa tinha um paiol, forno com casinha pra ponhá lenha. Galpão pra porco não dormir na chuva, potreiro, mangueira pra bezerro, piquete, casa pra tirar o leite, tudo muito caprichado! Hoje ninguém faz um troço desse assim, ninguém!

Hoje o povo não cuida do capricho, das coisa bonita! Uma morada daquela era muito bonita! Tudo caprichadinho, tudo madeira boa.

Eu cresci lá, trabaiando na roça! Sempre na roça. Trabaiei na roça junto com o pai até uns dezoito ano. Só que nós prantava pouco, naquele tempo a pranta dava muito e não tinha no que gastar. O milho dava bem e a porcada comia, era puxado no paiol.

Me lembro que de manhã o pai enchia o balaião de milho com espiga e dava uns grito chamando os porco, jogava o milho. Mas só pra querenciá o bicho, assim o porco não extravia, ele vem todo dia na casa procurá o trato!

E pra vendê? Quando abriu o preçõ do milho, tinha os carroceiros que faziam frete de sal da Lapa pra Palmas, cidade só de fazendeiro criador de gado. Então, vinha os produto naquelas cargas das carroças puxada por quatro, seis cavalo. *Aii* os carroceiros começaram a comprar o milho: cinco mil réis o saco de milho. E quando eles vinham, o povo passava a noite inteira debuiando na mão, aprontando o milho. Não tinha máquina. Porque cinco mil réis era muito dinheiro!

Me lembro que lá tinha um bolichão e às veis a mãe mandava nós com cinco mil réis na bodega, nós trazia uma porção de pacote. Era muito dinheiro cinco mil réis, não é que nem hoje não! Hoje a gente compra em bala pras criança e quase não dá nada.

Naquele tempo era bõo sobre dinheiro, as coisa barata. Se fosse fazer roça, a gente ia num armazém daqueles que comprava o produto e ele fornecia pra gente toda a safra. Não cobrava nada de acréscimo ou juro, nada! E quando chegava a época de colher pra pagar, se tava comprando, ficava. Se não, a gente vendia pra outro.

Hoje, quem faz isso? Vendem com 30 dias, passou um dia já vem na casa ver o que deu, se a gente não recebeu!

Ah! Aquele tempo era bom sobre isso! O povo era bom, mas era pouca gente. O vizinho ficava na base de uns dois, três quilometro um do outro. Os parente perto era o vovô e o filho dele.

No mais era tudo longe. Hoje, com quatro, cinco casa já é uma cidade.

Antes, dentro de casa nós conversava tudo em ucráino. Ia na igreja ucráina e ainda tinha escola ucráina. Eu andei um pouco na escola, tive aqueles meus sete, oito ano que andei na escola, depois não fui mais. Mas não adiantava, porque não podia estudar pra formar pra nada. Tinha que estudar em brasileiro né!

Se eu pudesse ter a leitura em brasileiro, eu podia ter sido um doutor. Porque eu tenho vinte e seis meses de hospital...

Uma vez fui tomá água num córgo, eu errei o jeito de levantá e em vez de levantá devagar, me joguei e a tripa torceu. *Aii* eu senti aquele soco no estomago e foi de vereda que estufei e fiquei quem nem uma bola.

Eu tinha vinte e um ano aquele tempo e nada com os remédio, fui no hospital em Marechal Cândido Rondon. O médico era bom, um alemão de Porto Alegre, ele garantia noventa e cinco por cento de cura se chegasse em tempo. Mas, ele não pode me curar, fiquei quatorze dia daquele jeito.

Quando já fazia uns treze dia, já transpassei. Já não sentia mais, não escuitava conversa. E só com quatorze dias que o médico chegou. Me olhou, já tava bõo, porque quando a gente tá morrendo é tão bõo, não sente nada!

O médico me pôs na mesa pra operá, mas não pra me curar. Ele queria descobrir o que eu tinha que ele não podia me curar. Foi isso que ele

fez, me abriu e foi campeando nos intestino, achou aquele lugar que tinha torcido, enrolado. Foi mexer pra endireitar e rebentou, a tripa já tava podre.

Ele remendô ela e com nove dia me tirou os ponto. Com doze dia, eu tinha o estômago um pouquinho crescido por causa da anestesia que põe pelo nariz. Eles vêm com aquela porcaria, enfia pelo nariz eu tive aquela ânsia forte: estourou a tripa, desemendô e caiu pra baixo. Sujou tudo, os médicos limparam, lavaram, puxaram bem a barriga, enrolaram bem com faixa, puseram gaze e uma lona de algodão largo pra tapar tudo ali. Então falei pro médico:

- Oh doutor se o senhor não tivesse me enfiado esse negócio pelo nariz pra me fazer ânsia, eu arriscava sarar e assim agora tá feio!

Ele disse:

- Sarava, mas podia não sarar porque a tripa tava podre. Por isso rebentou.

E disse pra mim ficar noventa dias fora, lá na casa dos patrão e depois voltar pra operá de novo. Era doze quilômetros e sabe que eu saí do hospital e fui de a pé?

Daquele jeito, fui na casa dos patrão. Vendi as minhas coisas, um caminhãozinho, porque eu comprava madeira serrada e data na cidade, fazia casinha e vendia. Ganhava dinheiro assim. E só aquela operação me saiu mais de setenta conto, naquele tempo.

Sei que falei pros meus patrão:

- Eu tô sozinho aqui! Bem sozinho não, Deus tá junto comigo e Jesus vai junto comigo. Mas, vou embora daqui! Vou pro meu lugar, pra minha terra, lá tem médicos bão e vou me tratá pra lá.

Dali eu saí e ainda passei no hospital, tomei um banho. No outro dia cedo fiz um curativo bem enfaixado e fui. Peguei um taxi que me trouxe até Cascavel, lá peguei um avião fui até Porto União. De lá fui no hospital tratar com o doutor Lauro, médico conhecido, muito bão. Ele me disse:

- Olha, quer ficar aqui, fica! Mas operar eu não te opero. Porque da família de vocês nunca morreu ninguém na minha mesa. Eu não faço isso! E você por enquanto, não tem jeito de operar não! O intestino tá muito fraco, não cola. Não vá pensar que tripa é couro que você costura e tá bão. Tripa é troço melindroso pra costurar.

Aí passei pro hospital da rede da Estrada de Ferro, no Paraná, lá tinha o doutor Bertásio e o doutor Barbosa.

Me abriram fizeram mais uns buraco nas tripa e me puseram de volta na cama. E fiquei lá sem jeito de caminhar. Já não enfaixava mais. Pois olhe, acho que nem anestesia não me pegou! Fiquei ali daquele jeito.

Tinha uns conhecido que vinha lá e eu pedia pra eles ir buscar água pra mim. Lá em Porto União tem o morro da cruz do São João Maria, um profeta que andava, e a água desse morro é muito medicinal. Sei que um dia veio o pai dos homens que eu aprendi a

trabaiá de carpinteiro, o João Baldim e Henrique Baldim O véio era o seu Antônio, um homem com quase cem ano. Foi me visitar e começou a contar:

- Olha *tchê*, eu tive no doutor Lauro, esses dia. Doutor Lauro já lida com espírito, é espiritista e chamou os dois homem que trabaiam com ele. Fizeram um passe em mim e deu certo! No outro dia levantei bom. Então você vai lá Mariano! Pede pra eles fazer um passe pra você.

Digo:

- Seu Antônio, não posso ir, pois não posso levantar. Eu tô acabado mesmo, tô falando com o senhor... mas não me levanto mais da cama.

Ele disse:

- Não! Então eu vou chamar eles aqui.

Digo:

- Mas aqui as irmãs não deixa entrar!

- Deixa! Às cinco e meia elas vão subir lá na torre tomar um banho, rezar o terço e vão jantar. Elas vêm lá para as oito e pouco. Dá tempo!

Não sei como é que ele foi, mas chamou os dois homens que fizeram o passe em mim. *Aíí* me guiaram pra Ponta Grossa pra cair na mão de um professor de médicos, lá na Santa Casa. Eu olhei e falei pra eles:

- Mas não posso. Como é que eu vou fazer sozinho, não posso me mexer!

Eles disseram:

- Não! Nós chama seu irmão! Chama ele hoje. Amanhã ele amanhece aqui.

O meu irmão morava quase duzentos quilometro dali, em Palmas e trabaiava numa firma. Depois ele me disse que deu um negócio ruim nele e deu vontade de me visitá. Como tinha um caminhão carregado saindo pro porto e que viajava de noite, ele pegou carona. No outro dia cedo tava lá.

Ele me levou pra Ponta Grossa, me trouxe no colo pra dentro do hospital. Fui tão bem recebido no hospital! A irmã superiora e a diretora já me levaram num quartão que era uma enfermaria, por nome de Santo Antônio.

Então apareceu o médico, aquele que era professor, cuidava dos doentes e dava aula pra um enfermeiro. Quando um aprendia pra médico, ele pegava outro e dava aula pro enfermeiro.

Ali eu conheci doutor vizinha! Ali era doutor! Não faz exame de sangue, de urina, de fezes, de nada! Só um exame que eu fiz: um tal de radioscopia, num quarto bem fechadinho. A gente deita na mesa e toma um copo de leite. *Aíí* aquele leite vai descendo e eles vão vendo onde é que tem o buraco na tripa. E deu tudo certo, o médico me disse:

- Tá certo! Dá pra operar agora. Mas além de ter desemendado a tripa, tem mais dois buracos.

E foi o povo do hospital da estrada de ferro que fizeram aquilo.

Então pensei, tenho que ficar quieto e se entregar. Porque eu pedia pra Deus me dar saúde né!

Levei vinte e oito meses, sarei. Mas fiz dez operação ali, com as duas que já tinha deu doze. Mas, sei que eu sarei!

Comia com as irmãs, elas faziam o pratinho delas e já me traziam um. Mas comia uma colherada, porque aquilo me incomodava. Eu ficava quase o dia inteiro deitado. Um dia falei pra irmã:

- Irmã, a senhora podia me ajudar: vamos fazer uma novena, rezá nove terço pro médico me operar, pra Nossa Senhora Aparecida guiar a mão do médico e ser a última operação.

Aii fizemo e o doutor logo marcou a operação pra uma sexta-feira. Eu me dava muito com ele, porque ele me explicava muita coisa do negócio de medicina, ele queria que eu aprendesse, mas eu não podia porque não tinha leitura em brasileiro, só em ucraniano. Mas, muita coisa que sei foi ele ensinou. Bem, *daii* disse pra ele:

- Doutor, sexta-feira diz que não é bom operá, sexta-feira diz que é dia da muié. De limpeza na casa, tudo!

E ele disse:

- Por que? Mas por que não? Vamos operá quarta-feira?

- Operamo! Eu disse: Acho que quarta feira não tem perigo!

- Esse negócio de perigo! Ele disse: donde tá o homem, tá o perigo!

Mas se Deus quiser nada vai acontecer, você vai sarar!

Um dia, lá no hospital encontrei um homem que ajudei a fazer mina de tiro pra baixar serra nas estradas. Eu ajudava cinco, seis dia de graça na firma dele, ele me deu um talãozinho. Já fazia uns dois anos que tinha aquele talão na carteira. Um dia chegou lá no hospital com um acidentado e nós proseando, reconheci ele. Digo:

- O senhor não me conhece?

- Talvez conheço, mas a gente lida com muito empregado e não lembra tudo! Eu cuido da empresa lá no Espigão Alto, perto de Laranjeira do Sul.

- Eu acho que tenho uma etiquetinha do senhor!

Peguei aquele cartãozinho, dei pra ele. Mas aquele homem ficou bem doído. E ele me disse:

- Qual é o teu doutor?

- Doutor Moura.

E já tava quase na hora do médico chegar. A irmã chegou e falou:

- Seu Rodejan, tá na hora do médico chegar e senhor sabe que o Moura é brabo. Se ele achar visita aqui, grita mesmo. Não quer nem saber quem é.

- É bem ele mesmo que eu quero falar. Ele mesmo que quero conversar!

O doutor chegou e já falou:

- Seu Rodejan, hora da visita já venceu!

- Oh doutor! Esperei pra falar com o senhor. Esse rapaz aqui tem cura? É

falta de dinheiro ou o quê? Se o senhor precisar de dinheiro, uns cinquenta conto pra começo, nós damos o dinheiro!

E o médico disse:

- Mas, é seu parente?

- Não! A empresa Rodejan deve uma obrigação pra ele. Trabiô oito dias na marreta fazendo mina de pedra com tiro pra dinamite pra baixar uma serra. Fazia duas minas por dia. E ninguém fazia esse serviço dele. E não cobrou de nós, tá aqui o talãozinho que eu dei pra ele. Então agora a nossa obrigação é acudir ele.

Aí o médico falou:

- Bão seu Rodejan, em primeiro lugar se Deus ajudar, quem vai fazer esse benefício pra ele sou eu. Vou curar sim, tentar curar mesmo! E o senhor, deixa lá pra outra hora, o senhor tá querendo ajudar de livre vontade! Eu não quero dinheiro, quero curar ele.

Depois disso a família dele vinha me visitar, porque ele mesmo parava longe e a família morava na cidade. A filha, a mulher, vinha e oferecia dinheiro. Me traziam um conto de réis de presente e com aquele conto de réis, eu comprava pão pra tudo quanto é pobre que tava ali no hospital e não tinha com que comprar um pão. Até cigarro eu repartia com tudo eles. Tudo comia daquele conto de réis.

Eu nunca miserei nada e toda vida fui muito bem cuidado pelas irmãs. Isso lá em Ponta Grossa, mas nunca teve nada de maldade em parte

nenhuma onde andei. Parece que Deus andava junto, porque eu tenho uma história pra contar que acho que me aconteceu...

Quando fui operado, no dia vinte e sete de agosto, às sete horas, eu passei a noite, o dia e outra noite desacordado. No terceiro dia é que me acordei. Abri os olhos e enxerguei o doutor. Pedi pra ele:

- Doutor, o senhor podia me dar uma água que to com muita sede!

Ele me deu duas cuié de um negócio preto na boca e não vi mais nada. E naquela hora, vizinha, eu fui pro céu! Só tinha que ser, vi três anjo!

Aquele vento! Eu olhava e tava perto, eles voando e aquele vento me levou no céu. Quando chegemo nessa parte do céu que a gente olha e representa que é torta. mas não, é direita que nem aqui na terra, é plaino! Entremo e numa distância de uns dois metros, o que deu pra enxergar era uma coisa só: a parede do céu era do lado direito, muito linda, de flor de tudo o que é tipo. A porta era uma só, pequena!

E do outro lado, mais de vinte metros, tinha outro barracão, feio descascado, parece que tinha fogo lá dentro. Eu já tava sentindo o calor! As duas [anjos] foi abrindo a porta de vagarinho e entrando. Uma ficou comigo ali e então elas disseram:

- Oh nós *ímo* entrá lá. Vocês fiquem ali, não saiam, fiquem quietos!

Eu olhei pra porta, me arqueei assim, encostei na parede e parece que

tinha uma prancha larga com um monte de vela acessa com aquela fumacinha branca.

E quando eu ergo a cabeça: um jardim dos mais lindos, aquela graminha plantada com ruas pequenas pelo meio. E umas criança, tudo guri² de sete ano pra baixo. Não tinha menina, só guri!

Elas abriram as porta e eu olho pra lá pra outro lado, tava mais lindo ainda onde elas foram. Acho que era o céu mesmo, era uma coisa muito linda! Fiquei ali esperando, agachado, sentado no carcanhá!

Essa que tava comigo sentou também. Eu notava ela olhava pra mim, assim por baixo e fazia um ar de riso.

Pensei, vou perguntar uma coisa pra ela, sei que é pra nós ficar quieto e não falar nada nem não sair daqui, mas vou perguntar porque esse troço aqui tá queimando, estralando. Digo:

- Escuita! Isso é a porta do céu? O que é aqui? Nessa parte ali, eu contei sete porta grande, o que é isso? Parece que tem fogo dentro, tá queimando, parece que tá estralando e tá esquentando aqui onde nós tamo.

Ela diz:

- Ali é o lugar dos desobedientes!

Desobediente, de certo é o inferno né? Mas ela não falou inferno, falou desobediente. Digo:

- Ali tem tanta portinha e aqui no céu só uma, por quê?

- Aqui nem todo dia que entra um ou dois. Agora ali, quando vem, tem que abrir todas as porta, entram imprensado, espremido pra dentro.

Acho que era pra dentro do inferno! Então, sonho não pode ser! Porque eu tava transpassado na gangrena, no tétano e anestesiado e tudo tão certinho como vi, tudo essas coisa certa? Lembro que elas disseram:

- Esse azul não é céu, ali é paraíso!

Mas, pensei: esperemo! Elas vão vim daqui de baixo, abrem bem a porta e eu quero ver o que enxergo. Elas vieram do lado das velas, abriram a porta malemá e eu só enxerguei um pouquinho de vela, num cantinho via aquele jardim grande que tinha a piasadinha. Elas já puxaram a porta e fecharam. Essa minha companheira levantou, eu também levantei e a outra que tava comigo falou:

- Daí como é que fazemo? A companheira dela falou:

- Nós trouxemo ele só pra mostrá, de noite temo que levar de volta porque ele tem muitos e muitos ano de vida. Muitos anos ainda!

E eu não podia contar isso pra ninguém antes de completá setenta e cinco ano de idade. Depois contei! Contei pros filhos, tudo. E isso aconteceu quando eu tinha vinte e um ano, faz mais de sessenta anos. Eu não podia contar, elas me avisaram pra mim falar só depois de ter setenta e cinco anos.

Então hoje, ainda fico pensando nisso. Porque foi tão bem certo pra ver

as coisas com esses anjo? Eu acho que o meu espírito foi mesmo! Eu fiquei duas noites e um dia e meio desacordado. Por isso creio que é verdade. Toda vida Deus me ajudou que eu fui bem.

Depois de casado fui operado de novo, formou uma aderência. *Daií* quase fui! Eu pedia água pro médico, porque tava com muita sede. E ele dizia:

- Nem uma gota de água, se beber uma gota, morre!

E o danado tava toda hora no hospital. Mas, o irmão da minha esposa tava na janela olhando pra rua, era um rapaz de dezessete anos. E tinha uma jarra d'água, então eu disse:

- Me dá a jarra que eu vou enxaguar bem a boca.

- Não, não dou. Viu que não pode tomar uma gota que você morre?

Mas tinha o Cristo lá na parede, o crucifixo grande. E eu pedi pra Jesus:

- Jesus, o senhor não me deixa morrer com sede. Deixa eu tomar água, com água o senhor me cura. Porque Senhor, eu sou com a santa água batizado na sua igreja, na sua casa. Sou crismado na sua casa. Me cure com essa santa água!

Então pedi pra lavar a boca e o cunhado me alcançou a jarra e foi pra janela. E eu lavar a boca? Que nada! Tomei meia jarra, mais de um litro d'água.

Peguei mais água de novo, tomei mais. E olhei nos braço, já vermeiô,

antes eu tava amarelinho, pálido. Vermeiô os braço! E o doutor entrou.

- O que foi que houve?

- Doutor, o senhor tava me matando de sede. Eu tomei água, pedi pra Jesus e ele mandou que eu tomasse bastante. Tomei e to bão!

- Então espera terminar o soro e vai embora! Pode ir pra casa!

E hoje, dou risada disso tudo!

Então, depois de muita vida, vim pra Rondônia procurá miora pros filho. No sul nós não tinha inimidade, se dava bem com todo mundo, mas no emprego tava muito mal. Não existia mais emprego.

Nóis tava trabaiano um pouco nas serrarias, antes eu trabaiei muito na roça, mas não fui bem. Naquela época de roça é que fui operado desse quisto, a mulher sempre vivia doente, uma criança ou outra doente e era tudo fora de recurso. Até perdi um piazinho com quatro ano de idade, morreu nos meus braços. *Aii* desanimei e escapei pra cá. Digo pros menino:

- Vamo embora pra longe...

E viemo, mesmo sem dinheiro, só com recursinho de viagem. Mas nós já tinha uma filha aqui em Vilhena, a Sueli. Eles tinham vindo antes e mandou carta pra nós vim que tinha serviço. Chegemo em Vilhena e fiquemo meio amontoado na casinha pequena deles.

Logo arrumei um serviço na entrada da cidade, numa firma de Santa Catarina, pra trabaiaá, a noite,

numa laminadora. Cortava lâmina, eu, o Irineu meu filho e a menina. Até o Nereu, que era molecão, ajudava. Ele cuidava do secador porque na seca a máquina jogava brasa e o barracão que era coberto com lâmina que já tava meio podre e pegava fogo.

Trabaiemo um pouco de tempo lá e já veio proposta da Stil pra montar uma serraria lá nos matão, na divisa da Bolívia e então vim com a família pra essa região. Fomos montar a serraria eu, o meu genro que é marido da Sueli e o Irineu que era rapaz. Fomos pros mato.

Dava um bão dinheiro, eu ganhava um conto de réis por mês livre de tudo. O genro e o filho iam ganhar livre uns seiscentos por mês. O preço era bão, só que naquele tempo as coisas eram caras e o dinheiro era pouco. A malária, Deus me livre! Há trinta anos atrás a malária dava dentro de casa, tá com vinte e nove ano que viemo pra cá! Dava uma malária doida por aqui, ah! Eu não parava de pé, ia pro mato e já voltava com malária!

Por isso não quis terra por aqui. Não porque não tinha interesse, mas eu vi as coisa como é que tava, chovia quase seis mês, era só chuva e barro. Não tinha estrada, não andava caminhão. Só a pé.

Quando dava um mês de sol, pra ir pro mato tinha que ir um trator CBT na frente pra puxar o caminhão porque atolava. Tinha vez que a gente saía seis horas da manhã e andava até às seis

da tarde pra fazer vinte quilômetros de caminhão. Era sofrido!

Porque que a gente vai querer terra, levar a mulher e os filhos lá no mato pra morrer de malária? Eu pensava essas coisa.

Aqui, fomos morá na Cidade Alta, em frente a pista véia de avião. A água buscava de longe, levava um balde de água mais de duzentos metros, e era pra beber, tomar banho, tudo! Levava na carriola. A Sueli tinha um fogão de lenha, toda vida teve, e nós ia nos mato catar pijuca véia pra queimar, não tinha nem lenha.

Mas hoje, eu gosto de Rondônia. Gosto porque tem serviço, já conseguimos vencer o nosso tempo, se aposentemo! Agora já não é mais se batê, sofrê, como nós trabaiemo. Porque eu trabaiei em muitos lugar pros outros, não pra mim!

Em Ji-Paraná mesmo, entrando pra Nova Colina eu montei quatro serra fita, ali por perto do lugar onde mataram o padre Ezequiel Ramim. No Jarú também fui montando outras. Ganhei dinheiro e comprei essa data aqui e fiz a casa.

Me lembro que quando chegemo aqui no Rolim não tinha nada, só o banco Bamerindus, o hospital do governo era lá na saída de Santa Luzia. Era um hospital pequeno. Esse hospital do governo onde é hoje, o meu filho Irineu ajudou a fazer.

Naquela época não tinha quase nada de comerciante, tinha o Trento com aquela loja de ferragem. Era um

mercadão, depois eles montaram um mercado em frente ao hospital Bom Jesus, mas não ficou muito tempo e mudaram pra donde tá hoje.

Quase não tinha gente aqui no bairro. Quando eu entrei aqui, tinha o Portelão, já falecido e que também era do Paraná, ele morava ali na esquina com a família debaixo de uma lona. Tinha também o seu Matias, um baiano véio, já é falecido também. Ele fez a casa deles e eu vim e fiz a nossa. Não tinha mais ninguém aqui, só as nossas casas.

Eu pensava de construí lá pro lado da saída de Santa Luzia, mas notava que ali já tinha mais casa, mais bolicho e tinha muito bêbado por lá. Os seringueiros chegavam do mato e lá era o lugar que eles esperavam pra voltar, era muita bagunça. Então não quis ficar pra lá, a gente ia sofrer perto daquele povo. Procurei um canto que não tinha gente pra incomodar e aqui graças a Deus só gente boa!

Essa fileira de casa que tem pro lado de lá da rua é quase tudo dos meus filhos, tem a do Nelson que é eletricitista, depois é a casa do Nereu. A outra é do Irineu e a última, lá embaixo, é da Sueli. A Neusa mora na saída de Santa Luzia e a Verônica em Vilhena, aquela tá mais extraviada.

Hoje eu gosto muito daqui, tô perto dos filhos. Ah! mas eu sinto saudade do Paraná, a saudade é muita. Tinha vontade de ir até pro lugar que nós morava, onde me criei. Sei que tá

mudado, mas eu queria ir pra lá dar uma olhada!

Irmão eu já não tenho, morreu o último lá em Curitiba. Acho que tenho uma irmã ainda, a Sofia e abaixo de eu dois anos. Aquela mora em São José dos Pinhás. A família do lado da mãe já tá toda extraviada, porque a terra foi ficando fraca e tiveram que ir saindo pra mais longe atrás de terra pra lavoura. Porque eles sempre foram da lavoura, nunca pegaram emprego pra trabaia de empregado não!

Meus parentes de hoje são as gente nova, os tios já não tem mais ninguém. Agora minha família aqui, meus filhos sempre foram bem cuidado e bem criado. Quando precisava eu corrigia, tanto faz se eu tomava uma pinga ou não. Se visse coisa errada, eu corrigia. E porque que se criaram livre e não saíram pra longe de mim? Por que vivem tudo em roda de nós? Porque foram bem criados!

Nunca deixei faltar comida. Sempre tinha um canto na casa com uma prateleira, era cheia de comida. A banha nós comprava em lata, carne nunca faltou. Arroz eu já comprava um saco por mês.

E quando chegemo aqui em Rondônia era a mesma coisa, só que naquele tempo, a gente não comprava muito porque tinha muito produto que estragava rápido. Acho que era por muita chuva, umidade. Então embolorava, a erva [mate] embolorava, o trigo embolorava, a farinha de milho, tudo!

Ainda bem que quando nós cheguelmo aqui já tinha quem vendia a erva! Acho que é porque a maior parte das pessoas daqui são de fora. Os Trento também são de fora, lá de Santa Catarina e eles já sabiam o sistema do povo e já traziam a erva.

Mas, eu sei que era brabo, tudo era caro. Tinha um mercado ali em cima, perto da CERON e eu fui lá comprar um pacote de trigo. Ele me pediu quinhentos mi reis, que vem a ser quinhentos real hoje! Digo:

- Vai vender pra quem quiser, eu não compro!

É, no começo, era muito explorado aqui!

Notas

1 Morar em paiol construído junto às áreas de lavouras (roças) para estocar as colheitas.

2 Termo utilizado no sul do Brasil para designar menino.

APÊNDICE 4

Entrevista com Pedro Bobek



Eu sei dizer que... olha... eu! Eu... não vou dizer que sofri... eu trabalhei demais e não me arrependo! (Pedro Bobek)

No alto de suas oito décadas de vida seu Pedro conserva uma memória impressionante, mas que seguramente demonstra uma preferência por aquilo que quer lembrar.

Seu Pedro privilegia o tempo do trabalho, o seu tempo e seu mundo de trabalho. E assim, ao longo de nossa conversa foi tecendo suas lembranças.

Com uma incrível riqueza de detalhes sobre seu mundo de trabalho, ele consegue refazer diálogos completos com a companheira, Dona Julia a que afirma ter sido seu braço direito pela vida a fora, com seus vizinhos, compadres e com os clientes de seu bolichão, com funcionários de bancos ou compradores de seus produtos.

Em suas lembranças ficam evidentes o valor que dá ao trabalho e a constituição de um patrimônio financeiro através dele. Se as lembranças fazem parte do conjunto de características comportamentais de um indivíduo, então podemos afirmar que mesmo sendo brasileiro, Seu Pedro personifica o imigrante europeu escolhido pelo governo brasileiro para justificar a troca de mão de obra escrava pela assalariada em fins do século XIX, o camponês morigerado e laborioso.

As memórias de Seu Pedro nos fazem associar o trabalho que envolve lugar central em sua vida com a ideia de sofrimento e luta para se finalizar com a vitória, com a conquista, com a superação. Novamente Seu Pedro personifica o camponês eslavo, pois materializa a expressão russa *tyagostnost*, utilizada pelo sociólogo Alexander Chayanov para compreender o camponês da Rússia.

Eu nasci em Ivaí Calmon, o município nosso era Ipiranga. O meu documento era Ipiranga, Ivaí era só distrito de Ipiranga. Não era numa colônia, era um vilarejo onde meus avôs se estabeleceram.

Sou descendente de ucranianos da segunda geração. Meu pai e minha mãe já nasceram no Brasil, de lá veio meu avô, bisavô, tudo exportado de lá da Ucrânia, enganados pelos corretor.

Foi noventa dias em cima da água, os corretor fizeram um mapa certinho né! Chegando aqui no Brasil, cadê os corretor pra receber o povo que era pra vir? Diz que eles desceram em Paranaguá igual cachorro caído de mudança.

E aí como é que vai fazer? Não sabe falar, não sabe onde é que está. Ficaram lá, até que de repente uma ideia: de Paranaguá subir para Morretes.

Subiram a pé, com as traia e tal. Mas aqueles que tinham algum dinheiro voltaram embora pra Ucrânia, quem não tinha dinheiro teve que ficar porque tinha que pagar a mudança de volta. De Morretes eles subiram pra um lugar chamado Barracas, lá no Paraná mesmo, pertinho de Ponta Grossa e com destino de irem pra Prudentópolis. Lá só tinha ucraniano e ali naquelas barracas foi a ponto de comer o que?

Meu avô que era um dos mais moço e junto com outros da comitiva iam trabalhar, mas o salário do meu avô era uma abóbora por dia pra levar pro acampamento, já pensou?

De lá eles seguiram pra Prudentópolis, andaram mais de trinta dias a pé. Em Prudentópolis já melhorou a situação porque eles já conheciam a linguagem e por lá eles ficaram.

Em Prudentópolis, meu avô casou com minha avó e então foi trabalhar naquela estrada de ferro do Paraná a Santa Catarina. O serviço era puxar terra na carriola pra fazer as rampa até ficar reta. Mas, houve uma revolução, não me lembro em que época foi. Meu avô que contava isso, eu mesmo não lembro!

Com medo, a família toda saiu de lá e veio pra um lugar chamado Ivaí Calmon e ali se estabeleceram, tem gente da família que ainda mora lá. Meu avô com a minha avó tiveram treze filhos, esses filhos incluindo a minha mãe, já foram se ajeitando e compraram um terreninho. Meu avô pois uma vendinha e assim cresceu, todos os meus tios mexeram com indústria na região de Guarapuava.

Mas a vida deles foi uma coisa de coragem. Coragem demais, vim lá da Europa de mudança pra um país desconhecido. Isso era pra vida toda, será que não tinha condições de um vir primeiro só pra olhar?

Mas a conversa lá era como o corretor dizia, aqui no Brasil tinha um rio que corre mel e outro que corre leite, tem fruta o ano todo no mato, mas qual era a fruta? Era só o pinhão!

Eu comecei a trabalha com uns oito anos. Eu vinha da escola, ia por água pras criação, que era um terreninho pequeno, andava até seis

quilômetros almoçar e ali ficava trabalhando na enxadinha até a noite. De noite eu saía com a minha mãe e com minhas irmã e ia embora pra casa, fazia tarefinha com aqueles candieirozinho, lampiãozinho e no outro dia ia pra escola, ia almoçar... é que nós tinha a cozinha lá na lavoura. E a vida foi assim sofrida. Depois que eu já tinha um idadezinha, a minha mamãe me pois pra trabalhar com um tio meu na venda.

Mas eu não estudei, só tirei o terceiro ano nessa escolinha que tinha naquela época. Eu fiquei assim mais desenvolvido em leitura, em matemática foi com o trabalho no comércio. Eu estudei com a prática, eu e minha patroa que era também mais ou menos analfabeta que nem eu, eu não podia dar risada dela (risos). Mas, olha! Graças a Deus vencemos! Toda vida pedimos pra Deus que os filhos não fossem empregados de ninguém e nós conseguimos isso, eu e ela.

Quando nós veio de Ivaí pra Reserva, porque em Ivaí não tinha mais o que fazer, era só aquela agriculturinha, então a minha mãe, meu pai e meu irmão mais velho resolveram comprar um hotel lá em Reserva. Eu era molecão nessa época né! Foi o melhor hotel de Reserva, do hotel é que eu fui trabalhar no meu tio e fique lá com ele até 47.

Então eu comecei a trabalhar no comércio muito cedo, trabalhei com esse meu tio uns três anos. Com uns dezesseis pra dezessete ano eu já fiz a mudança do meu pai e da minha mãe numa carroça de quatro animal, de Ivaí

Calmon pra Reserva, tinha que pernoitar na estrada. Ali em Reserva fiquei mais um tempo, o meu tio era casado com a irmã da Julia e *daií* já fiquemo se conhecendo né! Fiquemo namorando, e acabemo casando.

Esse meu tio resolveu vender o estabelecimento e se mudar pra Ponta Grossa. O irmão da Julia compraria o estoque levando pra Manoel Ribas, mas com uma condição: de eu ir trabalhar com ele. Eu falei:

-Não, eu não vou! Não dá pra mim ir, não conheço ninguém lá, não conheço nada.

Porque em Reserva eu tinha minhas amizades, ia num bailinho! Resultado: meu tio incentivava pra eu ir. Daí ele falou assim pra mim:

- Pedro, agora é mês de junho, você vai e trabalha lá com o Antônio até fim do ano e quando chega no fim do ano você fala que quer vir passeá e *daií* engana ele e não volta mais.

Mas eu fiquei assim pensativo, como que eu vou enganar meu amigo? Além de amigo, considerava ele como cunhado. Mas de tanto o tio insistir, eu concordei. Viemos em junho de 1947 pra um lugarzinho chamado Quilômetro Dezessete que partia do rio Ivaí até o Corumbataí, era uma fazenda. E lá eu permaneci muito tempo, mas quando arrumemo mercadoria tudo bem arrumado e abrimo as porta da venda do meu cunhado, ele ainda não era na época porque eu ainda não tinha casado, mas antes de abrir as porta ele disse:

- Pedro, você ganhava 300 réis lá com teu tio Stefano né? Eu vou te pagar

500 réis por mês e vou te dar 5% do lucro da venda!

Aíí eu pensei, e agora como é que eu vou abandonar meu emprego? Ele me deu maior valor. Fiquei pensativo e concordei com ele. Quando fez um ano nós demos o balaço do que tinha, tudo certinho. Juntando o meu ordenado que era 500 por mês em um ano deu 6.000.

Esse tempo o dinheiro era chamado de réis e então eu ganhava 500 réis. Daí deu 4500 o lucro da venda pra mim. Vendeu 90.000 tocou 4500 pra mim. E eu pensando no valor do dinheiro e da minha situação, foi um quebra-cabeça que você nem imagina! Fiquei lá de 47 até 51, quatro anos. Foi quando eu falei:

-Antonho, eu vou sair! Vamo acertar que eu vou embora.

-O quê? Você não vai sair daqui!

Digo: - Antonho a tua irmã tá esperando pra casar comigo, ela já tá com 22 anos e eu com 24.

-Não importa! Você fica aqui porque eu quero sair daqui, quero ir pra Pitanga pra eu ser prefeito da Pitanga. *Aíí* acertemo, eu tinha na mão dele 200 mil em dinheiro. Na época dava pra comprar três caminhão, carro novo nem se fala!

Então eu pensei, agora vou casar, pegar esse dinheiro e comprar três caminhão, daí vou comprar porco, transportar pra vender eles. Eu era fã de comprar porco. Mas, ele falou:

- É teu o dinheiro, não resta dúvida. Mas, eu não posso te dar esse dinheiro. Eu não tenho, você vai me esperar um tempo.

Levou seis meses que eu tava esperando e ele resolveu de me vender a propriedade e o estoque. Eu já tinha casado nesse meio tempo e queria pegar o dinheiro dele. Levar a Julia na casa do meu pai, deixar ela lá e sair procurar um ponto pra formar uma venda. Ai eu falei pra ele qual era a ideia.

- Mas vai formar uma venda onde?

Aí eu falei:

- Aqui perto de você não, vou respeitar você porque você me criou financeiramente. Agora não vou vim aqui te estrová.

Depois de um tempo, um dia eu fui lá. Ele tinha dois caminhão e eu baldeava porco dos sítios até na Pitanga, levava duas viagem de porco no caminhãozinho mais pequeno e ele carregava uma no caminhão maior. Um belo dia eu cheguei no hotel onde nós comia, descarreguei os porcos e pensei: vou almoçar e vou embora! Mas eu vi o caminhão dele ali e pensei: Ué! o Antonho tá por aí? E fui entrando dentro do hotel, ele tava sentado e de costas pra mim. Ouvi ele falar assim pro proprietário do hotel:

- Afonso, se resolva logo porque eu preciso sair de lá. Meu cunhado quer se estabelecer, senão eu vou vender o estabelecimento pra ele.

Fiquei assim, saí de lá, dei a volta e cheguei de frente pra ele. Aí ele disse:

- Chegou agora?

- Não já faz tempo, já descarreguei os porcos e já joguei milho pra eles. Agora vim almoçar.

Ele não viu que eu vinha por trás, mas eu escutei. Eu morava junto com ele, num quarto na parte de cima assim, no sótão. Nós tinha um quarto lá e a Julia desesperada pra nós *saii* de lá e ir trabalhar noutra lugar. Cheguei e falei pra ela:

- Julia, o Antonho vai vender pra nós a venda. Ele quer mudar pra Pitanga, pra ser prefeito da Pitanga.

Demorou mais uns mês e entremo em negócio, fizemo o balanço descontando os 200 mil que já era meu e ainda fiquei devendo pra ele 150 mil. E a Julia desanimada:

-Pedro e essa dívida, como nós vamo pagar?

Eu disse:

- Primeiro você peça pra Deus que dê força de nós adquirir esse dinheiro e pagar ele, pra não dar prejuízo de nada. Na hora que nós fechou o balanço ele falou:

- Você vai me pagar por mês, dez mil!

Eu tomei até um susto, mas com o pedido que eu fiz pra Deus então ele pegou e fez quinze promissória. E eu falei:

- Antonho não precisa fazer promissória, vamos marcar tudo num livro. Cada vez que você vir pegar o dinheiro, eu marco e você assina que recebeu.

- Não! Tem que ser assim.

E assinei as quinze promissória pra ele né, e cada mês eu pagava certinho. De repente já tava sobrando dinheiro no cofre. A Julia dizia:

- Pedro porque você não paga duas ou três de uma vez só? Pois tem dinheiro no cofre!

- Eu não pago pelo abuso que ele fez comigo. Vou pagar ele direitinho o que eu prometi pra ele. Daí quando foi o último pagamento ele veio e falou:

- Eu vim aqui agora pegar o resto do dinheiro e te vender a propriedade aqui. É dez alqueires de terra, uma carroça e três animal. Tinha até o guarda louça que tenho até hoje. Eu falei:

- Na proposta do negócio que nós vem fazendo?

- Eu quero 100 mil.

- Dá dez por mês?

- Não! eu quero à vista

Mas e agora? Pensei, eu tinha 70 mil dentro do cofre. Podia fazer uma proposta, mas eu não fiz nada, esperei. Ele falou:

- Domingo eu venho posar aqui e se até domingo você não resolver, na segunda feira eu vou pra Reserva vender isso aqui pro Chico Sotoski.

O Chico Sotoski era outro cunhado dele. Então eu falei:

- Tá bom, a propriedade é tua. O que é que eu posso fazer, se eu não tenho, tenho que cair fora. Mas, só uma coisa Antonho: quando você for lá no Chico lembra duma coisa, que eu tenho aqui 400 mil em estoque. Você acertou negócio com ele, mas o meu eu quero levar em dinheiro pra mim se estabelecer em outro lugar. Podemos dar balanço, então me dá o meu e tchau!

A Julia ficou pensativa e disse:

- Pedro, onde é que nós vamos arrumar dinheiro, cem mil? Nós temos no cofre, mas não cem mil.

E o movimento aquele dia estava bom, vendi bem. Falando pros freguês que eu precisava de dinheiro porque eu vou ter que comprar ou sair daqui. A Julia já tinha entrado pra cozinha e eu tava arrumando a mercadoria, porque naquela época você pegava aqui e mostrava pro freguês, se freguês não queria, você guardava de novo. E precisava pôr cada coisa no seu devido lugar. Chegou um compadre meu e falou:

- Ô compadre, como é que tá, tá bom?

Conversemo um pouquinho e ele falou:

-Põe uma pinguinha pra mim compadre, só pra molha a boca! Ele falou assim pra mim:

- Compadre, você tá doente?

- Porque? eu disse.

-Não é aquele compadre que eu tinha esses dias atrás.

Digo: - Compadre sabe a minha situação? O Antonho teve aqui e quer me vender a propriedade, senão ele vai vender pro Chico Sotoski lá em Reserva. Eu não tenho todo o dinheiro. A propriedade é cem mil que ele quer a vista. Eu tenho setenta e cinco mil.

- Você tem setenta e cinco? Então fique alegre, amanhã cedo eu te mando vinte e cinco mil. Meu menino vem trazer!

Digo: - Como? Vamos combinar alguma coisa, como é que eu vou te pagar?

- Compadre, nossa amizade vale muito mais do que vinte e cinco mil!

No outro dia cedo chegou o menino dele a cavalo e com um saquinho e falou assim pra mim:

- Seu Pedro, o pai mandou isso aqui pro senhor!

Eu sabia o que era, peguei e eu falei pra ele:

- Mandou pedir alguma coisa?

- Não, só pra entregar.

Dei um punhado de bala pra ele, montou a cavalo de novo e foi embora. Aí, já melhorou! (risos).

E quando foi domingo de tarde o Antonho chegou, posou em casa. Ele falou:

- Como é que é, vou pra Reserva ou não vou, como é que é?

- Não compadre, nós vamos pra Pitanga que eu vou te pagar lá perante a comadre e você já me documenta essas terras, já faz tudo.

Eu sei que ele ficou assim: Ué! não tinha dinheiro ontem, [por exemplo né!] e hoje já tá falando em cem mil? E fomos junto no cartório, ele fez documento, eu paguei, peguei um carro e vim embora. E ele, depois que pegou os cem mil, os filhos não trabalharam o que presta e aqueles cem mil ele comprou um caminhão, um *fenemê*. Lembra do *fenemê*? como diziam, era "feito no maringá"(risos).

E eu ali só trabalhei, mas trabalhemo e quando foi pra nós mudar pra Ivaiporã, juntei as contas que eu tinha pra receber tudo direitinho. Eu tinha dinheiro dentro do cofre, num lado dele tava cheio de dinheiro empilhado, já um outro vizinho meu

que tinha uma venda, quebrou, as coisa dele foi parar tudo no fórum de Pitanga.

Olha! Mas foi uma benção o nosso casamento, como é que nós procedeu. Foi de ficar admirado. Eu casei com 24 anos e ela com 22, cabeça no lugar. Nós ia se divertir num bailinho, ia numa comunidade, mas tudo certinho!

Tivemos quatro filhos, duas mulher e dois homem. O meu filho mais velho é o Osvaldo, a segunda é a Célia, a terceira é a Reni e o doutor Jorge é o último. Tivemos seis netos, o Alexandre que é agrônomo e já tem duas meninas a Geovana e Júlia. A Patrícia que médica e tem o Gabriel de um ano, os dois são filhos do meu filho que mora em Manoel Ribas. Então, eu tenho três bisnetos. Tem o André que é o filho da Reni, ele é engenheiro mecânico e agora tá estudando nos Estados Unidos. Os gêmeos da Célia que moram em Curitiba pra estudar, o Lucas que também vai ser engenheiro mecânico e a Luciana que vai ser médica. E lá em Manaus tem o filho do Jorge, o João Pedro que tem onze anos. Então, eu com a dona Júlia construímo uma família abençoada.

O meu filho que mora lá em Manoel Ribas, ele plantou o ano passado 12 alqueire de feijão, colheu 700 sacos. Olha eu às vezes fico admirado hoje com a situação que tá o país, hoje o governo dá terra pra que? Pra pessoa adquirir a terra e vender, ela não produz! Porque quanto mais fácil é a coisa, menos o povo valoriza.

Hoje você sabe que o Brasil tá necessitando de gente trabalhadora, principalmente na agricultura porque em 2050 vai faltar comida e se o povo não produzir, como é que fica?

Mas, esse meu filho tem uma filha médica e um filho agrônomo, a médica trabalha no Rio de Janeiro, o agrônomo trabalha com ele na agricultura lá. Como ele me diz:

- Pai, eu sofri com a pouca ajuda que o senhor me deu, mas eu gastando pra formar dois filhos num ano só, não é fácil!

Então a vizinha deles falou pra minha nora:

- Nossa Rosa, tua casa é feia!

E ela, a minha nora disse:

- A minha casa é feia, a tua é bonita né! Mas agora eu te pergunto: quantos doutor você tem na casa?

E é verdade! O que adianta ter a casa bonita e não ter um doutor dentro de casa? Eu sei dizer que, eu! Eu, não vou dizer que sofri, eu trabalhei demais e não me arrependo.

Lá no Paraná, eu e a dona Julia, nós tava muito bem. Eu comprava porco e a dona Julia cuidava da loja na cidade. Comprei um terreno e construí uma casa de alvenaria, a parte de baixo ficou pra loja e nós morávamos em cima.

A dona Julia sempre trabalhando comigo, até há pouco tempo que ela faleceu, nós tava junto. Falar bem a verdade, hoje eu tô viúvo, sozinho e me aparece senhoras aí. Mas será que ela vai ser a segunda dona Julia?

Tem uma senhora aqui, ela é de origem alemã, tem oitenta e dois anos. Se eu for agora e dizer pra ela:

-Nona, se apronta que amanhã cedo nós vamos casar. É na hora!

Ela vem aqui, conversa comigo. Esses dias mesmo, logo cedo, ela veio aqui. Ela chegou na porta assim, eu tava rezando. Deu uma parada e não falou nada. Esperou um pouco. Eu terminei minha oração, levantei e fui lá cumprimentar ela.

-Ué você costuma rezar todo dia? Ela falou.

- Graças a Deus, rezo essa hora e rezo no deitar. É todo dia!

- Eu não esperava!

Mas daí ela falou me assim:

- Pedro, eu vim aqui pra nós ir casar.

Digo: Nona, eu não conheço você. Como é que nós vamos casar?

- Mas como você não me conhece? Moramo há tanto tempo perto um do outro.

- Nona eu te conheço como pessoa, não tenho o que falar de você. Mas eu não conheço o teu trabalho, o teu préstimo, se você presta pra uma coisa ou pra outra. Eu não sei se você sabe lavar uma roupa, se você sabe cozinhar se você sabe passar. O que é que você sabe fazer?

Ela me olhou bem:

- Me diga uma coisa, você quer mulher ou quer empregada?

- Quero as duas coisas numa pessoa só. Porquê?

Ela não disse eu aceito, eu disse pra ela:

- Outra coisa. Já pedi pra você uns dias atrás, você vem morar comigo uns noventa dias e *daí* nós casa, pra mim saber tudo isso que eu falei pra você.

Ela falou pra mim:

- Isso é pecado. Eu não posso fazer isso!

- Então o diabo vai se ver louco de arrumar inferno pra tanta gente que só mora junto... (risos)

Aqui no Rolim eu vou na igreja católica, mas me criei na igreja ucraniana. Lá em Ivaiporã pode ir na igreja ucraniana pra ver o que eu e a dona Julia fizemos, fui presidente duas vezes e a dona Julia foi uma. Veio dinheiro pra nós da Ucrânia pra aplica na igreja que nós fizemos com pouco povo né! O povo quando é bastante é fácil de fazer, mas quando é pouca gente olha!

O padre ucraniano veio aqui no Rolim quando eu comprei a serraria. Veio rezar missa e abençoar o nosso negócio. Era um padre lá de Prudentópolis, só veio uma vez porque tem um irmão que mora aqui, o seu Antônio Sembalista. Depois tinha outro padre vinha aqui, Taras era o nome dele, ficava dois ou três dias conversando com nós. Eu pegava o carro e levava ele lá em Ji-Paraná pra pegar o avião e ir embora. Mas, o padre faleceu lá na Ucrânia, era pra trazer ele pro Brasil, mas como ficava muito caro sepultaram ele lá mesmo. Só que isso já deve ter uns dez anos, porque já faz seis que a Julia faleceu.

Eu sei que hoje na família, já não tem como praticar os ritos da igreja ucraina... A Páscoa nós ainda fazemos

estilo ucraniano, levamos a páska pra benzer, cedo tomamo café com a páska abençoada, mas guardar os três dias de Natal, não tem jeito, não dá!

Mas no Natal fazemos *holopty*, *perohê*, *kutchá* que é o trigo cozinhado que se come antes das outras comidas.

Daí faz o *Sviatêi Vétchir*, o sábado bento, o domingo já é ressurreição de Cristo né!

Eu vim pra Rondônia porque na época lá no Paraná, em Ivaiporã eu comprava e vendia porco e o negócio ficou ruim.

Eu comecei com um caminhão financiado pelo Banco do Brasil, comprava ali um porquinho e fui trabalhando. Quando fez três anos, ainda faltava um ano pra acabar de pagar o financiamento, eu fui lá com dinheiro e paguei tudo direitinho. O gerente do Banco do Brasil em Apucarana não quis receber.

Digo: - Eu quero que você quite o financiamento e libere o caminhão.

Porque o caminha fica penhorado né! Passou uns sessenta dias, uma empregada lá da loja entrou na cozinha, é que nossa casa era no fundo, e me falou:

- Seu Pedro, tem um homem aí do Banco do Brasil lá de Apucarana e quer falar com o senhor.

- Ué! Eu deixei tudo pago, pronto pra liberação, tudo quitado!

Então, cheguei lá, cumprimentei ele. Conversemo um pouco e ele falou assim pra mim:

- Seu Pedro, eu vim aqui mandado do gerente do Banco do Brasil. Tem um dinheiro disponível pro

senhor lá, é um empréstimo e o senhor pode usar esse dinheiro!

Digo: se eu pego e gasto à toa? (risos).

- O senhor não é desse tipo!

- Olha, me dá um tempo pra mim pensar!

Naquela conversa já a Julia chegou, pensei, pensei e falei pra ele:

- Agora vai ser coisa extraordinária. Mas, vou falar com a Julia primeiro né!

E ele se despediu e foi embora. Antes eu falei:

- Tá bom, se eu resolver eu vou lá procurar a gerência!

Depois falei:

- Julia, o juro é desse tamaninho, vamo pega o dinheiro?

- Pedro, nos tamos precisando de empréstimo, vamo pegar esses duzentos mil que eles tão oferecendo e compra tudo em mercadoria e por dentro da loja.

Não era mais loja de secos e molhado igual lá no sitio, que tinha remédios, ferramenta, tinha sapatão, tinha foice pra atender o povo do sitio. Ali na cidade, em Ivaiporã já era loja de tecido, roupa e calçado.

Fui lá no banco, peguei o dinheiro, cheguei em casa e pus no cofre. Aí eu falei:

- Julia, pode comprar roupa, pode surtir a loja. É só se lembrar que pra um ano tem que pagar.

Então, comecei com esse caminhão que o banco me financiou, pra encurtar a história: quando eu parei de mexer com porco, nós tinha

sete caminhão, quatro na estrada, três pra reunir e uma carreta pra dá prejuízo.

Tudo comprando porco e a Julia me ajudando. Tinha um telefoninho que nós falava de Ivaiporã lá no sítio onde reunia os porcos, lá onde meu filho mora agora.

Resultado, só num frigorífico lá em Minas Gerais, num lugar chamado Poços de Caldas, vinte anos eu entreguei porco. O caminhão eu comprei no ano sessenta e parei no ano oitenta. Toda terça feira, chova, vinte ou faça sol, se não tinha carga completa eu pegava do outro caminhão, tirava e mandava pra eles.

Era carga viva, já viu aquilo? É aquela de duas camada, uma embaixo e outra em cima. Em baixo vai os porco mais graúdo, em cima os pequenos. E pra mim era vantagem entregar lá no Poços de Caldas, eles só queriam porco tipo carne. Eu levava aqueles magrinho que não tem toicinho, os mais gordo eu vendia em Bauru, vendia em Taquaritinga, vendia em Belo Horizonte em outros lugar.

Então meus caminhão era assim, hoje carregou e foi, amanhã já vem outro carrega e vai. O meu filho e mais dois empregado reuniam o que eu comprava e o que a dona Julia comprava.

Eu comprava dos sitiantes da região, até hoje tem sitiante lá que fala:

- Pedro, depois que você saiu daqui, nós não tivemos pra quem vender porco!

Mas, *daií* o que aconteceu? Entrou o tal do porco branco de granja,

porque esse que eu tô falando era caipira e então se comprava uma carga de porco caipira, a quebra era grande. Sumia o lucro, a última carga que meu filho comprou, eu falei:

- Não compre que vai dar prejuízo!

Ele comprou! Deu só o frete, muito mal. Por isso encerremos. E aí, fazer o que com aqueles caminhão? Fazer o que?

A Reni já era casada nessa época, então falei:

- Olha gente, nós agora tem que trocar de ramo que porco não dá mais. A loja tá boa, mas tudo nós só da loja não vamo sobreviver.

Então o Eroná, a Reni e a Célia pegaram um caminhão, entraram no Pará e saíram aqui em Rondônia procurando o que se pode fazer. Chegaram no Rolim e naquele posto de gasolina da entrada encontraram o seu Décio Lira que morava aqui e era lá da nossa região, lá de Indianópolis e nós do Ivaiporã, mas já era conhecido.

Mas, ele não é ucraniano não, é italiano. Daí o filho do seu Moacir, irmão do Décio, reconheceu a Célia. Já levou eles pra casa do seu Santo Lira, porque eles moravam tudo junto. E eles ficaram por aqui procurando uma coisa e outra. E um senhor tava montando essa serraria, mas fracassou. O Eroná conversou com ele e depois falou comigo:

- O senhor acha que é um bom negócio? Como é que é?

- Eu não posso dizer que é bom, nunca medi uma madeira!

Ele pediu um prazo pro homem aqui, pra depois voltar. Voltou e nós compramos a serraria aqui por quinze mil e dez mil em dinheiro pra rolar. Foi dado dois caminhão no valor lá de não lembro quanto. Daí precisou de mais dinheiro pra comprar tora... madeira.

Isso foi no começo de oitenta mesmo, e assim tamo até hoje. Já viemo direto pro Rolim, aqui onde está essas casas hoje era tudo mato. A serraria era lá, ainda tem um restinho do barracão.

Hoje eu gosto daqui do Rolim e vou dizer o porquê: nós cresceu muito aqui, nós já viemo muito estruturadinho, mas veja: muita gente veio bem de situação e virou em nada e nós crescemos.

Eu morava lá em Ivaiporã, eu tinha minhas amizades, tinha meus compadres Tudo gente boa, ucranianos, brasileiros, tudo junto. E aqui, eu vim só com a minha família. O mais conhecido era o seu Décio e o seu Moacir que são irmãos, eles que indicaram pra nós compra isso aqui. Então hoje eu tenho muita amizade, meus amigos, minhas amigas. Só uma coisa que eu não gosto muito daqui, é o comunicado do povo. Ele passa e não fala um bom dia, boa tarde, só fala oi. Oi pra mim é breque de burro, você puxa na rédea e fala oi...

É interessante viu, aqui moro eu e as duas filhas. Mas eu gosto porque eu tenho meu trabalho, minhas filhas tem trabalho, o doutor que tá lá em Manaus tem trabalho e a gente agora se comunica muito com meu filho lá no Paraná, com a minha nora.

Porque a gente tem que pensar muito. Eu por exemplo, minhas filhas, minha família hoje, vamos dizer que é abençoada. Não tenho um filho malandro, não tenho uma filha que não seja trabalhadeira, tenho filho que é trabalhador e que formou dois doutor. Então pra gente que saiu do emprego, fazer tudo isso eu acho que isso é uma benção de Deus!

Eu que nem aprendi a ler e escrever em ucraniano porque era proibido! Na época tinha guerra em mil novecentos e quarenta, acho que era a segunda guerra. Nós tava morando no Ivaí Calmon e na época da guerra todo os estrangeiro europeu eram julgados como "quinta coluna". Proibiram escola, proibiram tudo. Eu tava começando a ir na escola ucraniana nessa época.

Nas casas, eles escreviam na parede "quinta coluna", eu não sei o que era isso. Então a polícia vinha na beira da casa da gente escutar o que estão conversando. Nós fiquemos assim sob vigia e naquela época eu não pude estudar. Tinha até uns colégio ucraniano na região a polícia fechou tudo.

Então, são coisas assim que aconteceu na minha infância né! Por isso eu não aprendi a ler e escrever na língua ucraniana, só em português.

Eu passei por tudo isso, meu pai, mãe, avô, todos e porque nós éramos importados da Ucrânia e Hitler é que queria ser o deus da guerra.

Mas a língua ucraniana eu só não escrevo, mas falo de tudo. Bem eu falo alguma coisa, falava dentro de casa

com a Julia, mas agora ela faleceu e eu não tenho mais com quem falar em ucraino.

Eu com a Julia, na loja se tinha uma pessoa que às vez queria sair sem pagar, eu falava em ucraino: não venda!

Aqui no Rolim só tem *Bába* Kluska que é uma senhora idosa e o seu Antonho que é compadre da Reni, eles também são ucranianos, quando a gente se encontra e fala um pouquinho. Mas aqui na redondeza é só nós de ucraniano.

Não sei se sou migrante, o que eu posso dizer é que eu nasci em Ivaí Calmon, de Calmon fomos pra Manuel

Ribas, de Manuel Ribas pra Ivaiporã e de Ivaiporã aqui.

Já a idade não comporta mudar mais, nem tenho ideia de se mudar. São coisas assim, nem sei falar, mas é o destino da pessoa. E essas histórias, nós precisamos registrar mesmo porque é acontecimento da nossa vida né! Eu já to com essa idade, oitenta e cinco anos, nasci em fevereiro de 1928. Já fiz cirurgia ponte safena, hoje tenho um marca-passo aqui pra poder viver e se eu não me cuidar quem que vai me cuidar? Eu agradeço as filhas, mas eu tenho que ajudar elas né! Tanto na saúde quanto na comunidade né!

APÊNDICE 5

Entrevista com Pedro Semtchuk



Antes tempo que a gente não conhecia o que era o mundo achava que trabalhar por dia ganhava muito. Quando uma pessoa ganhava vinte mil cruzeiro achava muito, isso porque na roça nós não ganha. Na roça é só quando você faz colheita, mas tá guardado lá. (Pedro Semtchuk)

Seu Pedro Semtchuk engrossa os números do grupo de camponeses brasileiros imersos num contínuo processo de (re)expropriação da terra, tornam as etapas de conquistas e perdas da terra uma verdadeira roda viva.

Na luta pela sobrevivência sua e dos seus, migrou pela terra, deixou a terra acompanhando a “febre paranaense” de buscar São Paulo e ajeitar-se na vida tornando-se mão de obra assalariada na indústria, retornou à terra.

Expropriou-se dela novamente, e então seguiu outra “febre paranaense” – Rondônia, o eldorado brasileiro da década de 1970. Junto com a família, Seu Pedro rumou outra vez em busca da terra, dela não conseguiu nada além de cultivar a alheia. O lugar que lhe coube em definitivo nessa roda viva foi a moradia urbana e para não perder sua raiz fincada no campesinato, Seu Pedro tornou-se horticultor urbano, transformou o quintal de sua casa em uma horta de onde retira parte de seus sustento.

Embora seja uma figura carismática, seu ser não esconde a solidão étnica que sente, sua grande dor parece ser a ausência do espaço de fala em língua ucraniana. Não há mais com quem falar e para quem cantar as cantigas tradicionais, as *kolhadas* ucranianas.

Eu nasci em Cruz Machado, 1934. Mas saí de lá pequeno, o meu pai veio quando eu tinha uns três ou quatro anos. Eu lembro um pouco dessa viagem, lembro ainda do carroção quando passemos em Guarapuava e *saiímo* pra frente lá!

Onde tinha um riozinho a gente fazia pouso. O carroção era toldado dos dois lados pra proteger de chuva. Era puxado por dois cavalos. Nós tinha quatro cavalos, mas dois ficava pra trocar durante a viagem. Um dia andava uns, outro dia os outros e assim gastamos dezoito dias de viagem de lá de Cruz Machado até o Campo Mourão.

Nessa viagem junto com nós também foi meu avô, meu tio Demétrio com tia Paulina e nós. A turma andava a pé porque o carroção anda devagar. E nele ainda trazia charque e tudo pra comer no caminho. Venda¹ não tinha em lugar nenhum, de Pitanga pra cá, acabou! Só picadão!

Nós mudamos pra Campo Mourão em busca de terra. Quando meu pai veio ver, ele tratou de comprar uma propriedade de um homem que já tava morando ali. Um brasileiro que chamava Pedro Bento e daí ele negociou a terra, voltou lá e disse:

- Vou vender um lote ou dois e compro ali que já tá aberto!

E não era no Campo [Mourão] não, era sessenta quilômetros pra cá do Campo. No Campo era terra fraca, ruim. Sem maquinário ninguém fazia nada, era só aquela barba de bode e ninguém vencia destocar na enxada. Ali não tinha madeira, pau pra cortar.

Aii meu pai veio pra cá onde comprou aquela posse de terra. Depois veio engenheiro medindo. Meu pai pegou dois lotes, um de café e o outro era terra de pinheiro, araucária!

Depois ele vendeu. Lá veio uns cara pra montar uma serraria porque já existia Araruna aberta e Campo Mourão tava crescendo, mas muito lento. E hoje expandiu de indústria, lá tem até fábrica de óleo e plantam muita cana. Tem cooperativa grande, a Cocamar, a Coamo, essa é uma associação federal mesmo.

É com essas cooperativas meu genro enrica! É pra eles que ele vende mudas de eucalipto pra reflorestar. Meu genro mora pra cá de Campo Mourão uns 18 quilômetros, é na antiga Boiadeira que liga a Mato Grosso. É a estrada mais reta que tinha, pega até o Mato Grosso do Sul, porque o Mato Grosso é muito grande.

E eu cresci naquela região de Campo Mourão, com 4 anos nós viemos pra cá, mas moremos num tal de 42 que era um patrimoninho antes chamado de Brasília, mas diziam que se o governo soubesse mudava o nome, porque não foi pra frente. Então uma vez falaram:

- Ah! Isso aqui vai melhorar, vai virar patrimônio!

Cortaram as datas e começaram a vender pro pessoal fazer casa. Mas depois que saiu aquela BR que era a Boiadeira e apareceu aquela turma que conservava a estrada, os conservadores de estrada, *aíi* o patrimônio quase acabou. Só ficou uma venda, um

barzinho e um mercado e já é uma ajuda boa, não precisa ir pra cidade.

Eu morei por lá num sitio. Quase toda a vida fui agricultor porque meu pai, meus avós sempre trabalharam na roça. Os meus avós vieram da Ucrânia, minha avó contava muita história de lá. Viajaram seis meses dentro de um navio e fugiram de medo da Guerra Mundial porque diz que os mais teimoso era os alemão. Naquele tempo brigavam era de espada, não tinha bomba não!

Hoje a gente tem medo de guerrear um com outro por causa que tem bomba né! Diz que fugiu muita gente de lá e de pouco tempo veio notícia assim da gente que fugia de medo da guerra.

Minha avó falava que não gostavam dessa raça, de alemão e espanhol. Eles são muito teimoso, morriam e não se entregavam.

Essa minha avó tinha até bíblia *ucràina*. Mas sabe, morava dois quilômetros de nossa casa e nossa casa virava igreja quando o padre vinha a cada três meis celebrar missa. Por último era um tal de padre Boris, mas primeiro era um padre alto, o padre *Malanhak*. Então o padre fazia um ciclo de três meses de viagem: saía de Prudentópolis, porque a paróquia era lá. Vinha pra Pitanga, de Pitanga ele passava no Roncador. Onde tinha uma comunidade *ucràina* ele parava. Ia até lá no tal do 52 que tinha uns *ucràino* que entrou. Eram só umas famílias, mas ele ia e depois voltava pro Pinhalão, Pinhalzinho, fazia um circulo. No tal de Mamborê dava os três meis

de viagem. Cada dia rezava missa numa casa. Ele vinha, por exemplo, que nem hoje, chegava aqui à tarde e já pra amanhã vinha um cara pra levar ele pro lado de São Miguel. Já vinha com cavalo arriado pra levar o padre. O padre ia a cavalo!

Nesse tempo que eu to em Rondônia nunca soube de padre *ucràino* rezando missa aqui em Brasilândia, nem em Rolim de Moura. Acho que nunca veio porque aqui até queriam formar uma comunidade, mas é muito esparramado.

Lá no Rolim de Moura, aquele dono do Hotel Iguaçu também é *ucràino*. Ele queria que nós fosse trabalhar na fazenda dele, mas é lá na divisa de Mato Grosso. Falou que era cem quilometro, mas era mais de trezentos. Nós *saiímo* cedo e chegamo lá com o sol entrando quase! Digo:

- Eu vou lá nada, a gente precisa morar no meio de gente!

Hoje as coisas mudaram muito, não sei porque arruinou desse jeito. Acho que é por causa do tráfico. Culpa tudo do governo, ele não da conta de dominar o tráfico, os bandido.

Sabe, quando nois morava no Paraná não existia televisão, não existia rádio. Rádio eu lembro que quando tava na escola, o meu patrão tinha um. Mas só falava em estrangeiro e só ele que escutava isso lá. Nem sei de que país que era.

Um dia passou um homem que sempre chegava lá na casa do meu pai, porque a estrada passava bem perto do terreiro. Era um picadão que ia pra frente, então ele falou:

- Sabe João, veio um jornal de lá da Alemanha!

Acho que o jornal era da Alemanha, vinha também da Rússia e da Ucrânia, pois ele também era *ucraíno* e recebia jornal. Dizia:

- Vai mudar as lei, não sei em que ano. Mas vai mudar, porque o criminoso vai aparecer com um tal de advogado pra defender.

Mas isso era propaganda deles, porque diz que não ia precisar mais de testemunha. E hoje, não precisa testemunha mesmo! Porque advogado é o maior ladrão, ele que pega o dinheiro! Por dinheiro ele defende qualquer um, né!

Esse senhor ainda falou pro meu pai:

- E o preso não vai apanhar mais!

Dáí eu penso: mas como? Já é fim de mundo! Porque preso tem que morrer na cadeia. Tem que pagar o crime com castigo e vai pagar o crime com dinheiro?

E nesse jornal já vinha contando isso tudo, eu acho que era do ano 1940, por aí... e já tavam publicando isso. E o advogado nós só viemo conhecer mais tarde, até os anos 40 ninguém via falar neles.

Porque as coisa aqui no Brasil se desenvolveram mesmo de 50 pra cá e muito do desenvolvimento é a energia. Energia trás desenvolvimento, mas acho que vai trazer também a miséria!

É só ver esse negocio da água. Se faltar é tudo construído com água. Olha São Paulo a seca que está. Então falam da energia solar, mas quem é que aguenta construir? É caro. E se às

vezes não da sol? Não funciona aquelas placa. Então tem tudo essas coisas.

Mas, voltando a falar da minha vida eu aprendi a ler de ucráino em casa. Até que no Campo Mourão, ali tem as irmãs, tem a Igreja, tem a colônia Upá que fica perto da minha filha. Lá tem escola ucrâina hoje, mas eu aprendi ler em casa mesmo. É fácil de aprender: *o p vale r*. Vai trocando as letras. Eu aprendi meio sozinho sabe! Às vez pegava algum livro, a mãe explicava um pouco.

Eu andei na escola só o primeiro ano, quando passei pro segundo eu adoeci e mandaram eu embora. Só fui na escola pra aprender em brasileiro. Nunca fui na escola ucrâina. Na época não tinha. Hoje tem, meus netos estudaram lá. Depois estudaram faculdade, eles eram muito interessado. E é bom a pessoa que interessa. Minha filha só teve um casal. Tanto a moça estudou faculdade, agora o rapaz também se formou. Agora ele tem carro, trabalha junto com o pai nesses viveiro. Já casou e a mulher dele é professora.

Nos anos setenta eu fui pro comércio. Mas, a gente da roça não tem experiência com comércio. Tomei uma cabeçada danada, eu tinha uma chácara e meu cunhado não gostava de trabalhar. Só vivia de rolo e rolista nunca tem nada, o que ganha hoje, amanhã já tá vendendo.

Quando eu casei passemos acho que uns seis anos sem ter filhos. E ele dizia:

- O que vocês ficam fazendo os dois aí na roça. Mudem pra cidade!

Aí eu digo:

- tá abrindo um patrimônio, vou vender minha chácara e vou ponhar uma máquina de arroz .

Mas deu negativo, aquele patrimônio não formou. Os fazendeiro compraram em fazenda as terras que eram boas e as fraca ficaram.

Em terra fraca não tem colonização. Era tão fraca que os primeiros anos não produzia nada, era terra de taquara. Só dá estopa, a taquarinha solta uma raizeira que vira um cabelo e não apodrece, não tem esterco a terra. Ela suga tudo. A terra fica fraca. Hoje produz tudo por lá, derrubou, queimou, tombou, plantou capim. Mas o negócio de pastagem lá também acabou.

Quando veio a Companhia Melhoramento lá loteou tudo aquilo. Era lei de Getulio Vargas, da divisa de São Paulo até Umuarama no norte do Paraná, Getúlio Vargas mandou lotear as terra, era pra cada pobre ter sua chácara e não precisar trabalhar de empregado. E ele tava certo, porque empregado é escravo. E agora voltou tudo a escravidão.

É! vai trabalhar numa firma em São Paulo! O cara fica doido pra chegar fim de ano e ver se ele pega uma féria. Ali não tem dia, não tem noite, não tem dia santo. Lá o cara precisa ser muito católico pra não desanimar. Lá o padre trabalha mais é as noites, porque tem aqueles que só vão na igreja a noite, de dia não tem como. Lá em São Paulo é assim, é noite e dia. Uma cidade que não para, um empregado sai e o outro tá chegando.

Mas, daí a máquina de arroz que coloquei nesse patrimônio não deu certo. Voltei pra traz, lá pro São Lourenço e aluguei uma casa de um cunhado meu. Parei lá uns dois ou três meis. Tinha um homem lá que queria vender um fundo de boteco, sabe: balança, balcão, essas coisas. E me falou:

- Me compra isso aí! Compra e aluga o prédio do cara!

Era um ponto bão, na praça. Eu comprei por oitocentos conto. E ganhei dinheiro lá, e perdi também. Lá comprei casa própria, comprei uma chácara. Mas depois o comércio foi arruinando porque o pessoal fraco foi saindo da roça e fraco só da renda pra fraco. Rico não dá renda não, eles pegam seu carro e vão comprar num mercadão, rico não compra em venda.

Ali no patrimônio não tinha mercadão bão. Era lugar fraco, tinha só uns três mercado pequeno. E os forte iam lá no mercadão grande, então quem comprava por ali era só os fracos.

Esse comércio que eu tinha era bar e mercearia. Eu vendia fruta, buscava tomate em Cianorte porque ali não tinha quem plantasse e nem caminhão não passava por lá pra entregar. Já em Cianorte tinha produção de lá mesmo, lá tinha muito japonês e eles plantavam muito, a terra era boa. Eu buscava e vendia e ganhei dinheiro com o boteco.

Comprei a casa por um milhão e quinhentos e comprei a chácara por milhão e quinhentos, três alqueires. Mas olha só que azar: a meninada tudo

pequena e a mulher só doente. Tudo o que eu fazia, gastava com farmácia e no médico lá em Cianorte.

E assim foi que não sobrava pra ponha mercadoria e então, eu fali. Fiquei só com a casa. A minha pior viagem minha foi vender a chácara. Comprei por um milhão e quinhentos e achei que vender por dois era lucro! O cara já vendou por três e setecentos e o outro já vendou por cinco. E eu nunca mais pude comprar outra igual aquela.

Mas a casa eu troquei numa outra chácara pequena que só tinha quiçaça, nem rancho não tinha pra morar. O homem topou de trocar pela casa e eu troquei. Fiz rancho de coqueiro, comprei taubinha de pinho pra cobrir e moremo tranqüilo por três anos.

Eu já logo comecei a comprar umas leitões e a carne não faltava lá em casa. A carne de boi só comprava pro Natal e Páscoa. Mas logo já tinha porco e tinha galinhada. Depois plantei arroz, teve um ano que vendi cem saco de arroz, eu com a criação.

Nesse tempo tinha uma fazenda de um tal de Odilon, ele morava em Cianorte e tinha fazenda perto de Toledo. Era mil alqueires. Ele tava pagando gente pra roçar pasto. Então deixava a mulher e a criação na chácara repassando as plantas, mandioca, arroz e outras coisas e eu cai lá!

Os outros pagavam onze conto por dia, o Odilon pagava vinte. Eu trabalhava lá cinco dia e cenhão no bolso!

Chegava lá no patrimônio sexta-feira a noite ele pagava, dava uma

garrafa de pinga pra peãozada tomar. Mas era uma garrafa de pinga pra dez, quinze pessoas. Era uma pra todo mundo. Cada um tomava um gole.

Ali eu já comprava carne de boi, as vez um quilo, dois quilo ou mais. Comprava açúcar, trigo. Abastecia a casa. Trabalhei umas par de semana lá. E toquemo a vida uns par de ano.

Depois veio um acidente que me fez sair de lá. A molecada vinha da escola junto com um outro menino vizinho de chácara. No caminho tinha um Corguinho com uma lagoa que nada entrava lá, era água parada com um sumidouro. E sabe que moleque mexe em tudo né! Esse moleque e os meus moleques resolveram tomar banho lá. E foram tomar banho e o moleque disse:

- Eu sei nadar!

E se tacou lá... morreu afogado. Sorte que meus moleque não foram acudir. Esse menino não sabia nadar coisa nenhuma. Diz que afundou uma vez, boiou, afundou de novo. E diz que a água joga três vez pra cima né!

E depois todo mundo procurava, os moleques não queriam contar o que aconteceu, sumiram pela estrada boiadeira e se esconderam no mato. Todo mundo saiu procurando, mas a molecada não contava com medo de apanhar.

Daií os cara foram lá e acharam o corpo, eram mergulhador. Então levaram lá pra fazer *topsi*¹. E ai povo ficou falando:

- Ah, mataram ele!

O doutor provou que não tinha nada machucado. Morreu afogado

mesmo. Mas, a mãe do menino perseguia eu. Diz que ela foi até numa benzedeira e falou que dava uma novilha pra fazer um trabalho pra matar eu. Aí eu fui lá nessa mulher e ela me disse que a mulher foi lá mesmo pra ela fazer um trabalho. Ela disse:

- Oh! eu não faço essas coisa não! Eu faço remédio, curo, mexo com povo. Mas fazer trabalho pra matar outro não! Mas te dou um conselho: vai lá, vende o que você tem e sai de lá. Porque eles vão te perseguir!

E assim aconteceu, um dia to indo eu mais um tal de Miguel meu vizinho de chácara que gostava de trabalhar pra mim porque as terra dele era fraca. Aí digo:

- Essa mulher não tem educação não? A rua tão larga e ela não dá lado.

Então o Miguel me falou:

- Sabe, eles não dão lado pra ver se esbarram em você pra provocar briga. Eles querem te matar!

Então, eu peguei e vim pro São Lourenço, o outro patrimônio que meus irmão moravam. Arrumei uma casa na chácara que meu cunhado tocava um café.

Voltei lá, já levei caminhão. Joguei os porco dentro do caminhão e peguei a mudança e vim. Larguei o resto, deixei a chácara e depois vendi por cinqüenta milhão.

Mas era o tempo da inflação braba. Eu dei bobeira e aqueles cinqüenta milhão acabou, eu não quis comprar casa lá no patrimônio.

Depois que sofri bastante lá, resolvi ir trabalhar em São Paulo. Eu

tava tocando uma chácara de café pra um homem, mas o café tava fraco e não rendeu quase nada. Daí eu digo:

- Vou pra são Paulo.

O povo dizia que São Paulo tinha muito emprego e todo ano vinha sobrinho meu passear na minha irmã que morava ali em São Lourenço. E aí veio um que chamava Stefano e disse:

- Ah, tio vamo, vamo!

E eu disse:

- Sabe que eu vou mesmo! Como você disse da pra mim ir e arrumar emprego.

Acho que foi dia primeiro de ano que chegemo lá. Nem esperamo o Ano Novo no Paraná e já no outro dia eu fui fazer carteira de trabalho e fazer entrevista.

Tinha uma empresa de ônibus que precisava de cobrador e eu fiz teste lá e na Danone, fábrica de iogurte e passei. Na empresa de ônibus também passei. Fiquei pensando qual será a melhor? Mas daí meu afilhado na ganância de ganhar mais, disse:

- Vai na empresa de ônibus que você ganha mais!

Ganhava mais, mas era pior porque eu posava na casa da minha sobrinha. Dormia na casa de um, de outro e comer, eu só comia marmita quando dava e a noite.

A família eu deixei no Paraná, não pude ir com eles por causa de molecada. Nós era em oito em casa, eu tinha seis filhos. Morreu dois, hoje ficou quatro.

Mas, eu fiz teste lá e passei. Mas olha, com dois meis ganhei uns quinze mil. Tirei uns sete mil por meis. E na

Danone eu só ia ganhar quatro mil e quinhentos. Lá na firma de ônibus, a hora extra me pagavam separado. E até hoje acho que ainda tenho a carteira de trabalho, eu ganhava hora extra a extrão. Extrão era o que trabalhava fora de hora, domingo, dia santo. Até em dia santo eu trabalhei! E aí rendeu o dinheiro.

Uma vez, num extrão trabalhei até a meia noite, sem janta, sem nada. Eu não sabia e eles também não avisou. Só deu o carro lá e nós tinha que trabalhar até a meia noite. Foi as noite que eu dormi sem janta.

Fui procurar comida na casa da minha sobrinha, ela trabalhava a noite e não me deixou nada, foi pro serviço e rapou as panela. Aí eu fui nos boteco lá na vila que nós morava, já era município de Osasco. E daí eu posei sem janta, lá no Paraná a gente acha uma sardinha, um pão pra comprar num boteco de vila. Mas não tinha nada lá.

E eu não sabia! Bão, antes não tinha jeito de se prevenir porque depois que entra dentro daquele carro, o ônibus, não para mais. Eu até comprei uma marmita, mas o cheiro do isopor é muito ruim e não acostumei. Às vezes no último ponto, quando eu não agüentava mais de fome, falava pro motorista:

- Vou pular e comprar um lanche!

E ele falava:

- Vai, mas é um passo lá outro aqui. Se entrarem aqui eles roubam o caixa e aí o que é que eu vou fazer e você também?

E lá no último ponto era perigoso. Na boca da noite ainda dava pra fazer um lanche, mas lá pelas nove horas não ia não, era a hora dos bandido já estar traficando. Era perigoso.

Eu deixei a família no Paraná, lá no lugar que eu tocava uma chácara, o colégio era bem pertinho. Só que a chácara era fraca, mas um lugar bão. Os quatro meninos estudavam. Então não tinha jeito de levar a família. Um apartamento lá sabe como é que é não aceitava mais do que duas criança e dois mil por meis naquele tempo. Era muito caro.

Eu queria comprar um barraco na favela, mas não dava naquele tempo o cara me pediu trinta milhão. Eu até que conseguia esses trinta milhão vendendo tudo, mas vi que também não dava porque a molecada tinha que estudar e só eu pra trabalhar. A mulher não podia trabalhar porque tinha que cuidar de casa porque as criança era tudo estudante. Aí digo:

- Vou voltar pro Paraná. E de lá, eu já conheço Rondônia. Vou pra Rondônia!

Já fui criado no mato mesmo, eu sei todo o esquema. Daí eu ia vim pra cá. Mas antes, quando eu voltei de São Paulo, um cara lá chamou eu. *Aii* ele me falou:

- Eu soube que você tá procurando uma chácara. Você quer tocar uma chácara? Vou dar uma pra você tocar pra mim.

- E o que tem na chácara? Perguntei

- Café.

- Então vamo lá ver! Só que eu posso pegar se for pra mais de um ano, só por um ano não pego mais não!

Porque é assim: eu pego por um ano e depois que eu arrumo a terra, vem o cara, me toma e dá pra outro. Isso eu já passei, a gente só tem despesa. Cuida e depois perde. Daí ele me falou:

- Não! Eu dou por três ano.

- Ah! assim me serve.

Aí eu tirei lá os três ano e mais um, fiquei quatro. Mas acabou o café, colhemos bem só no primeiro ano. Depois ele mandou cortar o café e plantar mandioca porque café precisava de muito trato. Então, nesses quatro anos o dinheiro que eu trouxe de São Paulo, gastei lá. Era uma inflação louca, mas quando saí de lá também já saí com cinco milhão e deu pra vim pra Rondônia, isso foi em oitenta e quatro que viemos.

Eu tinha vinte milhão no banco e confiava nisso. Se achasse uma colocação por aqui pra tocar um café, eu tinha recurso pra nois comer. Todo mês eu ia lá e recebia quatrocentos mil. Dava pra nois passar o mês, era muito juro e daquele juro, muita gente perdeu o lote. Eu mesmo conheci gente lá que falava:

- Vou vender e vou dar o dinheiro a juro.

Mas, os bobos não sabiam que isso acabava né! Naquele tempo não compensava trabalhar não. Aí vendia a propriedade, depois o dinheiro desvalorizou. Eu sei que passei só um ano com esse dinheiro aqui.

Mas logo quando cheguei pra Rondônia eu peguei um café pra tocar, de uma viúva. Eita! que café bão. Quando eu vim conhecer Rondônia, um cara tava plantando aquele café e plantou no sistema do Paraná, cova funda e quadrada parece que três metros uma longe da outra.

Daí eu peguei esse café pra tocar por um ano. Mas colhi café, muito! Vendia tudo no Rolim, lá tava cheio de maquina de café. Toquei café lá na linha 196 e morei lá um ano, num barraco quase caindo. Quando chegemo em Rondônia foi direto pra esse lote. Sei que fiz vinte milhão na colheita do café. Mas não deu pra comprar lote, eu até comprava meio lote ali por perto de Rolim, mas era nos fim da linha e por lá eu não queria. Era tudo sem estrada aberta, sem nada. Aí digo:

- Não vou comprar não, se nós vai comprar lote, vai passar com que?

Nóis não era acostumado a passar fome, nós somo pobre mas sempre tivemos nossa fartura. Em casa não faltava ovo, não faltava galinha, não faltava carne de porco.

No patrimônio que eu morei no Paraná, depois que eu comprei casa própria, no fundo da casa eu engordei porco e os cara do sitio vinha comprar porco comigo!. Se eles não tinha, eu tinha pra vender. É , vendia e tirava o dinheiro da despesa.

Dizem que hoje não pode mais criar porco na cidade, mas aqui em Brasilândia antes a gente criava. Só não crio mais hoje porque tinha um vizinho ruim ali, que denuncia. Mas se tiver um

chiqueiro não chão, não deixar criar lama, cuidar dos coxo certinho, acho que pode!

Porco é bão mesmo a gente criar no sitio, mas eu nunca consegui terra aqui em Rondônia. Consegui agora, por ultimo lá em Mato Grosso. Mas meu filho endoidou e não quis mais ficar lá e eu doente. Já faz dez anos que eu to doente, ou mais!

Desde quando a finada mulher tava viva. Eu não aguento mais trabalhar, não aguento mais. Mas eu não era de me entregar não! Tem gente que se doeu a unha do dedo já não vai trabalhar. Mas vai te lascar! Eu não, tenho as unha com broca, me doe, mas por causa disso não vou trabalhar? Eu ainda faço horta, vendo as verduras, ainda trabalho. A doença não me segura não! Sabia que quem precisa mais é mais preguiçoso.

Hoje eu ainda mexo com horta. Eu que comecei plantar! Sabe! nois tinha uma chacinha mais não dava renda, era muito pequena, um alqueire e *daií* meus filhos casou tudo. A mulher ficou até tendo falta de ar. E eu digo:

- Não se esquentar não, eu sei o que vai dar pra nós viver porque eu já falei e essas falção minha tudo serve de escola!

Quando trocou o dinheiro vendi a chacinha por quinhentos cruzeiros, isso foi aqui em Nova Brasilândia e comprei uma casa na cidade num terreno que tinha muito espinho. Comecei a destocar aquilo lá pra fazer uma hortinha.

Pra entrar e jogar a mudança tinha que roçar primeiro. Era uma casa

velha. Depois no outro ano já comecei a plantar a horta.

Antes disso, tinha uma horta lá perto dos motores da CERON. Fui lá comprar tomate, porque eu pensei: vou comprar tomate e vender na rua. Eu já tinha experiência né! Aqui mercado nenhum tinha tomate pra vender, quando vinha era de fora e a estrada muito ruim, nem cebolinha ninguém tinha pra temperar a comida.

Então eu fui nessa horta e passei a comprar o tomate deles. Quando eu vendi a chácara e comprei a casa, só sobrou cinquenta cruzeiro pra nós passar o ano e só um fardo de açúcar custava mais de cinquenta cruzeiros. Mas, fui lá comprei só meia caixa de tomate vim pra cidade e vendi tudo, no outro dia fui lá e comprei mais meia e vendi de novo. Fiz uma carriola de roda de pau, de refugo velho e saia oferecendo os tomates na carriola. E a mulher já era aposentada, então nós foi se virando assim.

Hoje quem cuida mais da horta a Nena, aqui tem alface, mostarda, rúcula, almeirão. Agora tem pouca verdura, mas no tempo da seca sobra. Tem muito canteiro e a gente não vence comer e vender, tem tempo que dá até pros vizinhos. A horta é pequena, mas a gente leva tudo na feira de quarta e sábado.

Antes ela era maior, nós zelava, cuidava. Quando tirava uma planta já ponhava outra e dava pra pagar a energia, dava pros nossos remédios. Nós fiquemo mais tranquilo com horta do que na chácara ou quando tocava

café pros outros, depois eu me aposentei!

Eu vendia só duas vezes na semana, colocava o que cabia na carriola, trinta ou quarenta maço de verdura e quando acabava de vender ia pra casa cuidar da horta. Quando eu saía pra vender a mulher ficava cuidando, aguava tudo. E foi assim, deu pra nós viver disso aí. Cuidar de horta aqui foi melhor do que na chácara que era muito pequena, não tinha café e cereais branco não dá dinheiro, só dá pra fazendeiro, pra quem tem muita terra e máquina grande.

Quando nós chegemo no Rolim, minha irmã já morava lá. Antes nois se comunicava e ela falava:

- Nois só vai mudar pra Brasilândia depois que abrir estrada e abrir as ponte.

Quando eu vim pra Brasilândia já tinha estrada, a Parainka ainda morava no Rolim e já tinha estrada aqui até vinte quilometro pra frente. Dali não tinha mais.

Nois quando veio aqui em Brasilândia foi direto lá pra Linha 09. De lá de Rolim eu já tinha pegado um café aqui pra tocar. Era um café muito bom e nessa época já tinha dois rapaz e mais o marido da Nena que quando precisava ele tava la em casa, eu pagava diária pra ele. Então eu toquei muito café.

Meu dinheiro acabou, aqueles vinte milhão do café da mulher que eu ia comprar lote. Eu ia fazer mais de vinte mil, mas era o congelamento do tempo do Sarney e do Collor, aí matou

eu! Segurou o dinheiro o dinheiro do povo né!

Daquele dinheiro só foi pra comer e só comemos mesmo! Por último, eu tinha cem mil no banco, dos cem mil perdi setenta, o Collor tomou. Então falei pra mulher:

- Vamos tirar essa mixaria de lá!

Fui lá no banco retirar, me pagaram só trinta e perdi o resto. Setenta por cento me roubaram. Meu irmão caçula perdeu um trator, acho que até hoje o Collor não pagou pra ele. Naquela época ele tocava bastante roça lá no Paraná.

O Collor dizia que ia devolver, mas devolveu nada! Todo mundo perdeu. Devolver o que? O dinheiro ele abafou. Acho que muita gente, se pudesse matava ele. Muita gente sofreu!

Eu sei que muita coisa mudou, até os costume da gente mudou. Os costume de ucráino mesmo já perdeu muito. Mas, a gente ainda faz alguma coisa, as comidas. Esses dias mesmo minha filha, a Nena foi fazer um *borsth*, mas não ficou bom porque pra tempero precisa trigo e limão, tem que bater o ovo com o trigo pra engrossar um pouco e por limão, porque o bom é limão natural. Vinagre já não fica tão bão. E aí não tinha esses dois. Ah, comemo só aquela sopa, mas não ficou bão! Eu gosto muito de *borsh*, *perohê*, broa de milho.

Nois foi criado numa casa que não faltava pão. Se vinha visita a noite conversar com o pai, que antes tempo vinha visita na casa da gente! O morador mais perto era dois

quilometro. O pai conversando lá e nós moendo o trigo na *jorna*. A mãe lavando e secando. E aquilo era penitência, cada dia moendo um pouco pro fim de semana ela tirar o trigo, o fubá pra fazer pão. Ela fazia muito pão. Lá nós era em oito pessoa na casa, então as vezes assava só uma vez por semana, no sábado e dava o pão pra semana inteira.

Hoje nós continua comendo pão caseiro, a Nena assa porque eles tem muito filho e comprar ninguém vence né!

E outra, se tava empregado dava pra viver bem né! Antes tempo que a gente não conhecia o que era o mundo achava que trabalhar por dia ganhava muito, quando uma pessoa ganhava vinte mil cruzeiro, achava muito. Isso porque na roça nós não ganha. Na roça é só quando você faz colheita, mas tá guardado lá.

Já quem trabalha por dia, ganha e já come. Então nunca junta nada. Eu nunca vi uma família de bóia fria enricar, a não ser que parou com esse negócio e mudou de ramo. Porque só tem o dia que ganha e não tem nada de reserva.

Lembro que minha mãe ensinava nós a ajudar as pessoas, tem que ajudar o tio, tem que ajudar o avô e ninguém pensava em dinheiro. Hoje mudou, meus neto não se interessa por isso não!

Ainda lembro também do Natal, da páscoa de ucraino, né! Mas, ainda a gente tem alguma coisa da nossa cultura. A Nena faz a *Pasca*, aqueles pão pra Páscoa, no Natal ela faz *perohé*,

enfeitada a arvinha de natal e reúne a família.

E eu gosto muito, eu gosto de cantar. Mas é difícil, canto ainda. Mas a gente cantar sozinho é difícil porque a molecada não aprendeu em ucraino, então não tenho mais pra quem cantar. Dentro da escola, não aprenderam, é escola de brasileiro. Aí precisava fazer que nem minha sogra fazia. Ela só falava em ucraino pros moleque desde pequenos! Eu falava pro meninos, quando não tem outros brasileiro vamos falar em ucraino. Mas a gente sempre morou perto de brasileiro. Minha mulher falava:

- Depois de grande aprende. Digo:

- Aprende nada! Tem que aprender de pequeno!

Isso é que nem religião, começa de pequeno. Porque a igreja é nossa casa, é casa da infância, começa ali. Eu lembro quando minha mãe falava:

- Tá na hora de dormir!

Lá no Paraná, meu pai tinha uma casa que era dormitório e de visita, a cozinha era separado. E na hora de dormir eles já chamavam:

- Vamos rezar! Ajoelhem!

Nós era em quatro, eu meu irmão e minhas irmãs mais novas e já ajoelhava no chão, rezava de joelho!

Eu rezo todo dia de manhã e de noite. Mas já parei de rezar em ucraino, tem umas partes lá do Pai Nosso que já me perdia, agora rezo em português mesmo.

Às vezes eu ainda tento falar um pouquinho de ucraino com minha irmã, a Paraika. Mas, é muito difícil lá já tem a nora dela, tem os filhos dela e a

gente que ter opinião. Se tiver vergonha não fala. As vezes a pessoa fala:

- Nós não vamos falar em ucráino porque os caboclo pensam que nos tamo falando mal deles!

É onde se perde a língua, desse jeito. Mas eu sinto hoje perder a

origem da gente. Eu fico triste, mas fazer o que? A vida é assim por diante!

Eu continuo sendo católico, mesmo que aqui não tem igreja ucráina. Mas vou na católica mesmo, agora já não posso ir toda semana, porque eu não enxergo bem e aqui a saída é muito escura. Só vou quando é de manhã.

APÊNDICE 6

Entrevista com Saturno Skeizinski



Contei até 23 malárias que peguei... depois deixei... não contei mais... larguei pra lá! Mas... acho que peguei umas trinta.[...] Aqui nós sofremos com malária... meu Deus! A primeira que eu peguei aqui em Rondônia foi com vinte dias que tinha chegado em Médici... em 76.

As narrativas de Seu Saturno materializam os poucos registros históricos sobre os colonos que buscaram Rondônia na década de 1970 influenciados ou manipulados pelo grande programa de colonização da Amazônia desenvolvido pelo governo brasileiro através das ações do Incra.

Sua história reproduz a história da imensa maioria de migrantes despossuídos em seus estados de origem que acreditaram em Rondônia como a possibilidade da realização do sonho camponês: um pedaço de terra.

Particularmente por tratar-se de um grupo de descendentes eslavos, a história de vida de Seu Saturno, assim como as demais ouvidas e registradas no decorrer da pesquisa, parece ser nada mais que a propagação das histórias de vida de seus antepassados camponeses poloneses e ucranianos que buscaram no Brasil a possibilidade de acesso à terra.

O que explicaria a reprodução história através de gerações? Destino? Acaso? A consolidação do capitalismo pelos quatro cantos do mundo nos parece explicação mais lógica.

Seu Saturno e tantos descendentes eslavos “expulsos” do Paraná pela conjuntura econômico-política local e nacional, tornaram real a fala dos imigrantes camponeses poloneses do romance *Homens da Terra*, de Romão Wachwicz (1997):

- “Vamos para além das águas!

- Além!

- Vamos conquistar novas glebas! Melhores propriedades! As herdades paternas não podem ser dividas – diziam os mais velhos – O Brasil é grande!”.

Sou descendente de polônês, os meus avós veio tudo de lá com idade de quinze pra dezesseis ano. Desembarcaram do navio lá no Rio Grande do Sul.

Eu também nasci no Rio Grande do Sul, em Iraí onde meus pais nasceram também. Mas vim pro Paraná com quatro anos de idade e me criei em Quedas do Iguaçu, dali saímo e fomos pra Foz do Iguaçu, de lá pro Mato Grosso e daí Rondônia. Viemos numa caminhonete lotada, sete pessoas tudo grande e mais as coisas e as galinhas. Veio eu, a mulher, meus dois irmãos, meu sogro e mais dois peão que trouxemos. Eles trabalhavam com nós e aí choraram pra querer vim embora. Meu sogro veio pra conhecer o lugar, ficou sessenta dias e depois voltou.

Acho que eu sou um dos primeiros a chegar por aqui nessa região de Rolim de Moura. Quando nós viemos não tinha uma vara cortada, nada! Chegemos por primeiro e abrimos quase tudo. Eu, meu tio Mariano, tio Francisco entramo ali na 152 e começamo a abrir a mata.

Isso foi em 1978, quando chegemos em Rondônia. Eu vim do Paraná pro Mato Grosso, onde conheci minha esposa. Começamo a namorar em 73. Cheguei no Mato Grosso, hoje é Mato Grosso do Sul, numa cidadezinha chamada Amambai perto de Ponta-Porã e divisa do Paraguai.

Nóis casemos e logo viemos. Dia primeiro de junho saímos junto com o meu irmão que mora no Paraná, em Quedas do Iguaçu e chegemos dia 12

de junho ali em Presidente Médici, deu 12 dia de viagem.

Era estrada de chão, só areião de Cuiabá pra cá, terrível! E se acampemo ali porque acabou o dinheiro. A intenção nossa era ir pro Acre, mas não tinha dinheiro nem pra ponhá gasolina na C-10. Viemos numa C-10 velha caindo os pedaço, acabou o dinheiro e nós paremos aqui!

Logo encontremos um tal de Mazão, que hoje é morto. Ele já ofereceu abrigo e trabalho pra nós e fomos trabalha a troco de arroz. De lá que viemos pra cá. Nessa primeira viagem gastemos 14 dias pra chegar de Médici aqui na 152, no km14.

Essa primeira vez viemos por água. Compremos um bote lá em Ji-Paraná, compremos motor e ponhamo na água. E viemos pelo rio Machado, chegemos pra cá de Presidente Médici, de frente a Embrapa, onde passa o tal de rio Muqui que é um galho do Machado. Nós peguemos aquele rio Muqui e subimos até entrar no tal de rio Bolonês, rumo de Brasilândia. Aí viemos por aquele corgo da 158 que se encontra com o da 152 lá no km 14. Lá paremos porque não tinha mais como vim por rio e dali viemos a pé até sair aqui na 25. Mas, a 25 não existia ainda.

Nóis não sabia onde é que ia chegar, viemos pra descobrir as terra e era pra ser as terra de um seringueiro que vendia. Então viemos ver, trouxemos o agrimensor pra localizar e medir. Então o meu tio comprou essa terra e fomo roçar e derrubar pra ele, no outro ano um cara que

conhecemos, o Darci Fagundes chegou e falou:

- Vou comprar um pedaço dessa terra. Vocês derrubam pra mim e me pagam em serviço e eu vou pagar a dinheiro a terra!

Então ele comprou um pedaço de terra pra nós e paguemos em derrubada, com trabalho porque nós não tinha dinheiro, não tinha nada!

Eram 150 hectares de terra que nós consegui, depois o Incra chegou e entregou o título. Nós era em três irmão, eu, o Zé e o que já faleceu, o Gabriel. Fiquemos ali trabalhando e a malária pegando. Eu ficava trinta, quarenta dias bom e pegava malária de novo. Conteí até 23 malárias que peguei, depois não contei mais, larguei pra lá! Mas, acho que peguei umas trinta e tomando remédio da Sucam, era só aqueles comprimido que tinha na época. Aqui nós sofremos com malária, meu Deus! A primeira que eu peguei aqui em Rondônia foi com vinte dias que tinha chegado em Médici, em 76.

Na primeira viagem de Médici pra cá, o Darci veio junto. Ele era um senhor de idade, hoje também é morto, mas caiu as unhas do pé dele de tanto ficar na água, caiu tudo! A gente ficavam mais na água do que no seco e naquele tempo chovia demais, seis meses de chuva.

Eu vim primeiro antes de trazer a família. Minha esposa ficou lá em Médici, na verdade nós ficuemos mais um pouco trabalhando e mudemos pra cá já em 78. Antes trouxemos os porco. Saímos de Médici com os porco na caminhonete e chegemos na linha

180, aquela que sai lá na Capa Zero. E viemos nela, depois vortemos pra sair na 184 que era pra sair dentro de Rolim. Quando nós trouxemos os porco já tinha o Projeto Rolim, só ali que descobrimos que tinha um meio de chegar pela 25 e vinha pela 184 mesmo, é a rodovia que liga Rolim à BR hoje.

Então, peguemos a 180 e viemos pela fazenda do finado Josí, o dono do cartório em Cacoal. Eles abriram um picadão pra fazer a cerca e nós viemos margeando ela, cortando os toco pra passar com carrinho de animal. E assim tocamos esses porco, mas primeiro abrimos a tropeira pra poder chegar.

Nós trouxemos 53 porco em três pessoas. Compremos lá em Médici, ajeitemos o que tinha pra trazer. Saímos de lá dia 16 de dezembro e chegamos ali na 152 dia 24 de dezembro.

Antes de chegar com a família, nós já tinha rachado as tabuinhas e feito um barraquinho, já tava tudo meio ajeitado. A minha esposa só veio no dia 6 de janeiro de 78. Primeiro trouxemos os porco, na outra viagem ela já veio. Era tempo de muita chuva, perto do Machadão a água dava pela cintura, uns 150 metros de água de cada lado do rio.

Trouxemos umas panelas, umas galinhas, umas angolas. A mulher atravessou com uma caixa de angola na mão, o menino do lado e uma espingarda nas costa. Tinha que andar com arma porque era perigoso, tinha onça. Era bicho demais naquela época! Era tudo mata.

Era a gente vindo e a chuva caindo, já era umas 4 horas da tarde quando atravessamos o rio e pousemos ali. Mas dormir o que? Formiga braba e tinha que ficar ali a noite todinha até poder seguir no outro dia.

Nessa época nós já tinha um filho que é nascido em Presidente Médici, o Aguinaldo. As meninas já nasceram tudo aqui na 152, no meio da mata. Só o caçula que foi no hospital de Rolim porque minha mulher teve uma hérnia e o doutor falou que precisava nascer lá no hospital, mas as meninas que nasceram ali na 152 foi tudo a minha mãe que foi a parteira. Ela atendeu mais de 50 criança que nasceu ali naquela linha!

Um tanto de gente da linha 152 era parente nosso. Ali chegamos nós, o tio Mariano e o tio Francisco depois chegou um tal de Sebino Loss que ficou lá onde deixemos os bote, a terra dele era lá. Então, o Joaquim Dourado que era o dono do seringal foi cortando e distribuindo essa terra pra cada um, quinhentos hectares, mil hectares, do jeito que o cara pagava ele.

E fomos derrubando o mato pra esse pessoal, nós era novo né! Eu e meus dois irmãos encarava tudo. Essas terra daqui da 156 indo pro rumo de Nova Brasilândia dá pra contar os lote que eu não derrubei. Minha vida era derrubar mata! É assim que eu consegui a minha terra.

Trabalhemos pro Fugioka, daquele povo lá de Ji-Paraná. Na fazenda da 140, lá na serra. É um povo que ajudou demais quando descobriu que nós tinha feito a tropeira pra vim

com os burro. Por quase dois ano nós vinha com os burros porque ante pra chegar na fazenda deles era só por água lá pelo rio Bolonês, aí ele descobriu nós.

Essa tropeira acabou sendo a rodovia, depois o Incra só veio acompanhando e fazendo em cima do que nós já tinha aberto. Nessa época, meu tio tinha um carrinho de animal e o Darci tinha outro, com os burros que eles compraram pra vir pra cá. Então, quando abriram a 184, nós furemos nela Da 180 pra 184, quatro quilometro, fizemos picada pra andar de carrinho.

Mais tarde abriram a estrada até na 168. De lá fomos juntando os cara que tinha marcação e metemos o motosserra. Abrimos a estrada, da 168 até na 160. No outro ano o Incra veio e abriu por cima até na 160. Daí abrimos a picada de novo, da 160 até na 152. Então o Incra passava a estrada onde os colonos já tinham feito a picada.

Mas, nesse tempo nós já tinha levado motor estacionário e descascadora de arroz. Tudo do sogro do meu irmão, o João do Alambique que também era polonês, os Osowski, ele já é morto. Eles moravam na boca da linha e nós morava no quilometro 14. Carreguemos tudo numa vara em seis homem. Amarrava num pau, três segurava de um lado e três do outro e levava tudo pela picada, da 160 até na 152. Era só a tropeirinha pra passar com burro e a pé. Não passava de outro jeito!

Então lá na 152 tinha motor, uma maquinazinha de arroz e a gente já tava plantando arroz quando o Incra

veio pra entregar as terra. Só aí eles foram cortando.

O povo que veio em busca de terra lá no Espigão, os pomerano, foi despejado da terra. isso porque tavam na aldeia dos índios. Então, trouxeram eles e foram colocando aqui e quem já tava aqui e não tinha benfeitoria o Incra foi tomando as terras.

Tinha dias que tinha de trezentas a quatrocentas pessoas no boteco do João do Alambique. Nós já tinha colhido setenta e três sacos de arroz e o João comprou baratinho, foi descascando lá e tratando do povo, dando almoço, janta!

Esse povo ficava tudo lá acampado no meio da mata. A gente olhava e era pura rede amarrada nas árvores. Mas o nosso arroz não deu pra quem quis! Plantemos uma lata e colhemos 73 sacos de arroz. Eu fiquei encantado, Deus me livre! Nunca vi arroz daquele tanto! Deu arroz demais e o povo comeu tudo com esse despejo que fizeram lá por Espigão.

Aqui chovia muito, mas tudo dava com fartura, era arroz, era milho, era abóbora, tudo o que plantava dava!

Nos outros anos já era mais difícil pra conseguir vender a produção. Nós baldeava em três animal. Pnhava três saca de arroz, dois na bruaca e um dobrado em cima. E ainda pnhava 40 quilo no cacão e vinha tocando os burros com o cacão nas costas, de lá da 152 até aqui na 160. Vinha eu, meu irmão e meu tio, cada um vinha carregado. Então dava treze ou catorze sacos por viagem. Tinha dias que dava duas viagem. Vinha cedinho, voltava,

buscava de novo e chegava de noite em casa.

Da 160 até chegar no Rolim era de caminhão. Teve dia que descarreguemos quatro vezes o caminhão até chegar, atolava, descarregava e puxava o caminhão pra frente, carregava de novo. Às vezes levava uma semana pra chegar no Rolim por causa do barro.

Lá na 152 eu também vendia porco Vendi foi muito! Logo que chegamos quando atacou a malária eu não tinha dinheiro, então eu matava um porco, cortava as bandas e trazia no cacão aqui na 160 pro finado Bertoldo comprar. Com o dinheiro comprava os remédio e levava pra casa. Eu carreguei muito cacão, eu e minha mulher. Tanto levando quanto trazendo!

Sabe o que eu fazia? Matava uma anta e matava um porco de quarenta a cinquenta quilos, tirava o coró e moía o toicinho com carne e tudo. Misturava com a carne da anta e fazia lingüiça, defumava e levava lá no Rolim pra vender. Só tinha uns botecos lá, vendia e comprava as coisas e aquela lingüiça era gostosa demais da conta!

Isso tudo era só pra pagar os remédios, a malária pegava todo mundo! Aquele dinheiro do arroz e dos porcos era pra não morrer. Depois que o Incra entrou melhorou um pouco. Mas deu muito pouca assistência, praticamente nada, quem abriu as estradas aqui foi o colono e o madeireiro. O Incra não deu apoio em quase nada, só entregou a terra e soltou esse povo aí. Ainda tem gente

que até hoje não tem documento da terra. O governo foi muito irresponsável mesmo com esse povo. Chamou e não cuidou, não deu atenção nenhuma!

Quando entremos na linha 152, pra Sucam ir passar veneno lá nós vinha aqui pegava as máquinas, as traíes e levava pra eles poder ir lá borrifar nossas casas. Senão eles não iam, porque era só na picada. Teve vez que viemos com burro, levava eles montado e nós ia na frente puxando o burro.

O padre também tinha que buscar quando fizemos a nossa igreja. Lá no Rolim, onde tá a Matriz hoje era uma igreja de lasca e aqui em Novo Horizonte não existia nada, só mato. A cidade aqui começou já 82 não me lembro direito.

O primeiro padre era o João, me parece que ele era ucraino. Nós ia na igreja lá no Rolim de vez em quando. Mas eu fiz curso de catequista, ia lá nas reunião, voltava e passava pra comunidade.

Fui presidente da igreja, catequista e tesoureiro. E aqui nós fomos padrinhos de muito batizado, casamento, foi muito! Ali na 152 batizamos quase todo mundo! Hoje praticamente não tem ninguém. Todo mundo foi embora, morreu, não tem ninguém mais lá.

Quando entremos lá eram nove famílias ao todo. Depois que o Incra entregou os lotes logo foi povoando com o povo que veio lá do Espigão. Dois anos depois que chegamos, veio a família do João do Alambique e quando eles veio já tinha a estrada até

a 160. Daí levemos o alambique pela na picada.

Ele ajudou muito aqui, era bom de dinheiro. Tinha uma picape e foi por isso que nós abrimos a estrada, pra ele passar com a picape. Ele ia pro Rolim ou pra Pimenta e trazia as compra pra todo mundo.

E tinha o alambique, o botequinho na casa dele. Foi bom pra todo mundo, se precisava das coisas já tinha onde comprar. Foi uma estrutura pra gente, já não dependia só dos burros. Antes disso era tudo no lombo de burro. Eu mesmo cansei de sair de casa às quatro horas da manhã, ir no Rolim, encher o cacaió de compras e onze horas da manhã tá em casa de volta, a pé!

Da 152 até no Rolim dá trinta e dois quilômetro. Ida e volta são sessenta e quatro quilômetros. E o Zé meu irmão? Até hoje eu não vi um homem pra andar como ele, na mata, na estrada não tem homem pra acompanhar ele. Eu andava bem, mas ele eu nunca alcancei não. Ele é terrível pra andar até hoje!

Antes disso tudo, de vir pra Rondônia, eu ainda trabalhei no Acre. Um dia eu tava na lanchonete da rodoviária de Amambai lá no Mato Grosso e chegou um senhor, um alemão. Pediu uma cerveja e sentou na mesa. Daqui a pouco ele falou:

- Oh moço sente aqui! Eu pedi uma garrafa de cerveja, você não quer me ajudar? Pegue um copo e me ajude a tomar um pouco.

Eu sentei, ele simpatizou comigo e começamos a conversar. Ele falou

que precisava de um homem pra trabalhar de motorista. Aí eu disse:

- Eu sei dirigir, mas não tenho carteira.

E ele falou:

- Isso não é o problema, problema é se você quer ir trabalhar comigo.

Aí eu combinei com ele que falou:

- Daqui trinta dias eu venho te buscar!

Ele era de Campo Grande e eu pensei: vem nada! E quando foi nos trinta dias ele chegou lá com o caminhão. Fui com ele pro Paraná, desmontemos uma serraria e carreguemos esse caminhão. Um dia antes de nós sair, um cara lá de Pranchita tava apertado de dinheiro, o cara chegou e falou:

- Tenho essa caminhonete, mas eu tenho que vender porque to devendo no banco!

Eu sei que ele comprou baratinho a caminhonete novinha. Ano 75, uma F-100. Eu pensei: agora vou pegar a F-100 e ele vai com o caminhão né! Que nada! Ele falou:

- Você vem com o caminhão que eu vou na frente!

O caminhão carregado e eu não tinha experiência. Mas ele falou:

- Não tem nada, é a mesma coisa que dirigir um fusca.

Quando passemos a balsa do rio Paraná ele sumiu com a caminhonete e eu vim com o caminhão atrás. De madrugada cheguei em Campo Grande. Ele fez uma caixa no caminhão, pônhou todo tipo de comida pra mim e falou:

- Você não precisa gastar pra comer, pode parar, fazer sua comida e vai embora!

E eu parei lá no Acre. Lá peguei a minha primeira malária, em 75. Ali trabalhei puxando cimento e pedra de Porto Velho pra Rio Branco. Eu saia cedinho de Porto Velho, ia em Rio Branco e voltava no quilometro 89, pra lá do rio Madeira, onde era a fazenda desse homem. Eu chegava cedo, quatro horas da tarde já tava ali.

Depois dessa viagem eu voltei pra Campo Grande e fiz minha carteira de motorista. Ele queria que eu fosse pro Acre trabalhar pra ele, comprava 500 hectare de terra pra mim e eu tomar conta da fazenda dele. Mas meus irmão queriam trabalhar por conta.

Ele pelejou, mas meus irmão não queriam. O Zé não queria de jeito nenhum! Então peguemos a caminhonete que nós tinha e vendemos umas coisinha e viemos pra Rondônia, o nosso destino era o Acre.

Não escolhemos Rondônia, mas o dinheiro não deu pra chegar e paremos em Médici. Ali compreemos uma marcação no rio Paio. Perdemos aquela marcação pro Zé Milton, que tem a fazenda de frente da Embrapa, ele tem muita terra e os cara vendeu a terra pra nós dentro da fazenda dele. Lá perdemos até as panela, tudo o que nós tinha, toda a traia que trouxemos do sul. Já tinha roçado quase dois alqueires e ficou tudo pra trás porque os jagunço não deixou nós tirar nada, com metralhadora na mão. Já tava escurecendo, aí andemos mais uns quatro quilometro, armemos as rede e dormimos por ali. No outro dia,

vazemos! Fomos chegar em casa já era de noite.

E começou o sofrimento, compremo outro lote e também perdemo. Até que os tios veio e queriam que nós viesse pra cá. Então viemos ajudar eles pra cá e acabemo ficando e tamo aqui até hoje. Mais foi muito difícil viu!

Eu fiquei uns quatro anos que passava uns trinta quarenta dias bom e já me dava malária de novo. E nunca repetia, um vez era a falsifica, outra vez era a *vivarum*. Não sei porque peguei tanta malária!

Tinha que ir lá no Rolim fazer o exame e buscar remédio. Depois que abriu a estrada ponharam um posto da Sucam aqui na 160 e nós vinha aqui, furava o dedo e o cara dava aqueles comprimido que parecia carço de milho. Aquilo travava o fígado da gente, parecia ser soda.

Eles também davam um remédio pra ajudar o fígado, pra não intoxicar. Minha mulher graças a Deus não pegou, já os meus filhos uns pegaram e os outros não. Quando eles nasceram a mata já tinha sido tirada, meus tios já tinham trazido gado. E parece que foi por o gado perto das casas, a malária desapareceu!

Minha mãe e meu pai tivemos que tirar no lombo de burro. Nem caminhar eles aguentavam mais, o meu irmão tiremos na rede até Rolim.

Aqui era assim! Se ficasse doente tirava na rede. Também tiremos outro morador na rede, o pau caiu nas pernas dele. Era uma hora da tarde e até nove horas da noite ficou preso embaixo dos paus. Tava sozinho

derrubando no quilometro quatro da 152.

O pai dele era um senhor muito carrasco e anoiteceu e ele não foi atrás do filho. A mãe fez um canudo de taquara, ponhou uma bucha de querosene e acendeu aquilo e foi atrás dele com uma das irmãs. Chegaram e escutaram um grito no meio da derrubada. Elas foram lá viram ele no meio da galhada e foram até o quilometro 8 onde eu morava, me falaram. Ai eu o Zé, o Gabriel e a turma do tio Chico fomos lá, cortemos os pau e tiremos ele numa rede. Amarremos as ponta num pau e fomos cortando com motosserra pra poder sair na picada. Quando chegamos na 168, onde já tinham aberto a estrada, tava clareando o dia.

Foi a noite inteira carregando ele, um homem grande e pesado. A coisa mais difícil que tem é carregar uma pessoa na rede pela picada. Quando é estrada limpa você vai embora, mas aquilo era pau aqui, pau ali e tinha que ir tirando. Ele gritava de dor com os dois pés quebrados, os osso posto pra fora. Ele gritava demais!

Levemos ele assim até Rolim, de lá foi pra Porto Velho e ficou noventa dias jogado lá. Aquele não morreu porque Deus teve dó. Mas as pernas dele ficaram duras, até hoje ele anda meio aleijado.

Depois, foi o filho do Darci que descuidou e deu hepatite. Tiremos ele na rede, mas não aguentou, chegou até o hospital em Cacoal e morreu. A minha cunhada também ficou ruim, ponhemos ela na rede e tiremos.

Tinha uns que aguentavam ir no lombo de burro, mas outros não conseguiam nem ficar sentado, só deitado. Daí ponhava na rede e levava!

Hoje eu não faria aquilo nunca mais, não teria mais coragem de encarar isso tudo de novo! Não tem dinheiro que me faça entrar no meio do matão de novo. Acho que se alguém dissesse que tem o melhor lugar do mundo, mas ainda é mato... chega! Meu tempo já passou, deixa pra quem quer.

Nós já sofremos muito aqui, Deus me livre! Não tinha nada, nem lamparina! Quando chegamos na 152 nós usava pavio com banha de porco. Quando vinha pra cidade comprava óleo diesel, queimemos muito óleo diesel. Mas quando faltava era banha. Ponhava num prato um pavio e aquilo queimava fraquinho. Hoje se fizer isso a gente nem enxerga mais. Mas naquele tempo clareava.

Então, começemos a construir uma casa de madeira, nós pegava uma mola de caminhão e fazia um olho, batia ela pra ficar igual uma cunha. Ponhava um pau de madeira naquele olho e batia, aí a madeira rachava e fazia as tabuinhas pra fazer a cobertura. Eu fazia com 70 centímetro de comprimento, tipo uma telha de barro mesmo, pregava um prego por baixo e pendurava na ripa. E cobria tudo. Pra rodear a parede, usava o coqueiro, o sete pernas ou então a barriguda. Rachava e fazia a parede.

Também usava uma madeira chamada caixeta, ela pocava. Cortava ela com um metro e vinte e também rachava na cunha. Ponhava um pau no

meio e fazia duas parte da parede, uma do chão pra cima e outra de cima pra baixo. Como a madeira cumprida não rachava, então rachava curta e ponhava uma emenda.

Nessa época nós não tinha motosserra. Mas meu tio tinha, quando ele veio já trouxe um motosserra. O motosserra saiu em 75 e então aquilo era coisa do outro mundo! Depois em 78, fomos derrubar pro japonês, peguemos 46 alqueire pra derrubar, aí compremos dois motosserra zero oito.

Então, soldemos dois saibro: um na ponta do outro e cortava com dois motosserra, pra serrar tábua. Um ficava em pé e o outro deitado. Ponhava uma tábua em cima da tora e tirava a primeira tábua, só ia regulando ele pra tirar as tábua. Assim já ficou mais fácil.

E já fomos fazendo outra casa, foi quando apareceu um louco por lá e inventou por uma serraria e começou a serrar madeira. Aí fizemos uma casa bem boa e paguemos ele à custa de ovo, porco e galinha. Fizemos um casão grande, com área e tudo!

Mas toda coberta de tabuinha também! Moramos nessa casa 13 anos. De lá mudemos pra cá. Hoje a casa não existe mais, eu vendi o sítio e o cara que comprou derrubou ela.

Vendi lá e comprei aqui onde tamo até hoje. Agora tá tudo cortado em data até aqui em volta, então parece que moramo na cidade!

A gente precisava ajudar os filhos e única coisa que os pais pode dar pros filho é o estudo. Por isso em 90 viemos pra cá pra Novo Horizonte. Mas a mata lá nós encaremos, tá doido!

Sáimos da 152 porque nem eu nem a mulher tem estudo, nem meus pais e nem os pais dela, nunca ninguém estudou! O meu menino tava fazendo a quarta série e já acabava. Já tinha colégio aqui, mas não tinha jeito dele vir, era estrada de chão e muita chuva. E já vieram as meninas. Então eu falei:

- O que eu vou ficar fazendo? Deixar as crianças burras que nem eu? Vou nada!

Perguntei pra eles:

Vocês querem estudar?

- Queremos!

Então vendemos lá e compramos aqui que é pertinho da cidade. Lá tinha 150 hectares, dá 65 alqueires. Vendi lá e dividi com o Gabriel meu irmão e viemos embora. Deu pra comprar esse lote e perdemos o resto pro Collor de Melo.

O Collor de Melo tomou vinte e seis conto nosso naquele tempo! Hoje valeria uns duzentos e sessenta mil. O dinheiro tava dando 79% de juro e os cara me falavam:

- Rapaz deixa aí que com um mês você compra a mesma terra de volta só com o juro!

E comprava mesmo! Eu deixei de comprar o lote vizinho aqui pra esperar mais, aí o Collor catou o dinheiro de todo mundo. Com o que resgatei depois deu pra comprar só três novilhas. A nossa sorte foi que um pouco antes disso compramos esse sítio, o resto deixei aplicado. Se eu não compro aqui, tinha perdido tudo!

Os Lisbinsk, que tavam na 152 e hoje estão morando lá em São Miguel, eles ficaram quase doidos, venderam a

terra, o gado, tudo. Aí o Collor tomou tudo.

Eu comprei na sexta feira, quando foi na terça fui pra Rolim tirar o resto do dinheiro e já tava trancado, já não saiu mais nada, perdemos esse dinheiro. Teve gente que se matou!

Mas, só viemos mesmo pra esse sítio por causa das criança estudar. E tudo estudou graças a Deus, as meninas tiraram faculdade. Só os menino homem que não, mas tiraram o segundo grau. Hoje eles não mexem com o sítio, trabalham tudo na cidade. Eles trabalharam na roça até pegar idade, ficaram com nós aqui. Depois saíram e só ficou eu trabalhando aqui.

Quando comprei essa terra eu plantei café, deu até bem. Lá 152 eu não plantei café não, só foi arroz, feijão, banana e pasto. Lá vendi muita banana.

Lá nós pegava gado de a meia pra tirar a cria. Não tinha dinheiro pra comprar, então formemos o pasto e fomo pegando gado de a meia. Pegamos de um tal de Antônio Costa vinte e duas vaca nelore, foi onde começamos. Onze vaca nossa e onze dele, já era vaca enxertada e metade da cria também era nossa. Veio uns bezerros coisa mais linda, já tava tudo desmamado. Mas deu um frio forte e deu carbúnculo neles, matou seis num dia só.

E nós não sábia o que era. Naquele tempo não tinha vacina. Então fui em Ji-Paraná, comprei vacina, apliquei e de lá pra cá nunca mais deixei de vacinar o gado. Hoje nós ainda mexe com gado, tem aí as

minhas vaquinha. Também tiro mel, mexo com abelha e crio galinha. Eu sou funcionário da Prefeitura e trabalho de vigia a noite. Durante o dia cuida da propriedade.

Fui mexer com mel também, porque meus pais já trabalhavam com isso no Paraná, aí quando eu vim pra cá tinha duas caixa aqui. O homem que me vendeu a terra deixou. E ficaram aqueles duas caixas, um dia o Silvano que trabalhava na Emater falou pra mim:

- Eu tenho os preparos aqui, vamos tirar o mel daquelas caixas?

- Beleza! Se quiser tirar vamo! Eu respondi pra ele.

Ele trouxe a centrífuga e nós batemos o mel das duas caixas deu 105 litros. Eu fiquei animado demais. E aí ele me disse:

- Oh! Vou arrumar um curso pra você!

Eu fiz três cursos de apicultura e passei a produzir mel. Faço parte daquela associação de apicultores lá do Rolim, a Chapada dos Parecis. Tenho mel que fica branquinho, os mais escuro é porque tem própolis, tiramos favo de mel aqui que dá gosto!

Hoje nem tá sobrando pra entregar na associação, tá dando muito pouco mel. Derrubou a mata e acabou as flor! Hoje o que eu produzo, o povo vem aqui e leva, nem da tempo de vender na associação. Vendo aqui mesmo.

Aqui em casa a gente consome bastante mel, um quilo a cada oito dias. Corta o pão, feito em casa com fermento de litro, passa manteiga e põe mel por cima! Aqui a gente só

come pão caseiro. A mulher faz pão pelo menos uma vez por semana.

Outra fonte de renda é o leite das vaquinha, eu entrego na rua, não no laticínio. Eu mesmo entrego, tenho a bicicleta cargueira. Hoje to entregando pouco, uma base de trinta a trinta e cinco litros por dia. Já tenho minha clientela, tudo é contrato por mês. E assim a propriedade se mantém né! Vamos levando a vida até quando Deus quiser!

Mas se fosse hoje eu não viria pra Rondônia não. Eu fui visitar meus cunhados lá por onde morei, eu não vou culpar que to arrependido. Mas se tivesse hoje lá, eu não vinha pra mata aqui, não to arrependido, mas não faria essa jornada mais não!

Porque enfrentemos muita dureza aqui. Eu sofri demais. Nós nunca ia imaginar como ia ser viver aqui e pelo sofrimento que passamos, o que nós tem hoje parece que não valeu a pena. Mas se fosse pra voltar pra lá, também não volto! As irmãs da minha mulher chamam pra nois voltar pro Mato Grosso do Sul, mas nós não queremos mais voltar, a gente já não se acostuma mais por lá.

Nóis gosta muito daqui de Novo Horizonte, todo mundo conhece todo mundo e a vida aqui é muito tranquila. Graças a Deus é uma vida de sossego, não tem perturbação. Nunca ninguém veio roubar nada até hoje e aqui é tão pertinho da cidade. Se a gente precisa de alguma coisa, sempre tem quem ajuda. Então não adianta procurar outro lugar, esse cantinho aqui pra nós é mesmo abençoado. O lugar aqui é bom demais. Aqui graças a Deus a

gente tá com saúde, não digo que não vou sair, mas teria que ser um negócio bom demais.

Aqui já tá colado com a cidade e os cara me falam pra cortar o sítio de dois em dois alqueires que vende a cem conto a chacinha. Mas, e aí eu vou caçar mato? Hoje eu já to velho, vou nada. Não vou recomeçar, vou procurar sofrimento de novo?

Aqui nesse sitio a mãe também morou. Quando viemos pra Rondônia, dali noventa dias ela e meu pai vieram com o meu cunhado que vendeu os dez alqueire de terra lá e veio embora atrás de nós. Deixemos os pais pra vir aqui se agasalhar primeiro e depois voltar pra buscar eles, mas acabaram vindo antes. Eles moraram aqui com nós até o dia de Deus levar eles, os dois moraram aqui comigo!

A mãe faleceu já nesse sitio, o pai faleceu ainda na 152. Os dois eram filhos de estrangeiro que vieram direto da Polônia, só que meus pais nasceram no Rio Grande do Sul.

Minha mulher se dava muito bem com a mãe, aprendeu a fazer a polenta, a broa, sopa esfarinhada com massinha e as conserva então? Pepino, pimentão, cebola e até hoje ela faz cada conserva! E eu gosto de uma conserva!

As duas faziam comida, trabalhavam juntas. A nossa vida era a roça, a mãe era muito boa de serviço! Eu e meus irmão ia enfrentar as picada e elas iam pra roça. Levavam as criança, fazia um buraco no chão, forrava com um pano e pnhava os que era bebezinho ali dentro, pra proteger. Os mais velho cuidavam

enquanto elas tavam trabalhando, dali vinham pra casa fazer comida e iam de novo pra roça. Só voltava no finalzinho da tarde!

A mãe viveu uns trinta anos comigo, meu pai tomava muita cachaça e a mãe optou pra ficar comigo, ela não queria sair de perto de mim. Nós fizemos uma casinha pra eles separado da nossa, mas no mesmo quintal. Quando ele morreu ela veio pra dentro de casa. Primeiro fizemos uma reunião entre os irmãos e ela escolheu ficar aqui e viveu com nós até morrer com 92 anos.

Quando chegamos por aqui tudo era difícil, então nos Natal eu fazia vinho de açaí e vinagre de banana. Cortava um cacho de banana, deixava madurar até a casca ficar pintadinha, cascava ela e pnhava num saco de pano e deixava num cantinho. Com uma vasilha embaixo aquilo ia pingando, diluindo a banana e virando vinagre. É o melhor vinagre que tem!

E as caçada que a gente fazia? Naquele tempo tinha que comer carne de caça, não tinha gado. Galinha e porco tinha bastante, mas gado não. Mas era tipo uma diversão, igual hoje vai no futebol. Chegava o fim de semana, os cachorros já tavam tremendo, amarrado na corrente pra soltar, juntava os vizinho e partia. Tinha vez de topar os porco, cateto. Matava oito, nove, quando não, um veado ou uma anta. Meu melhor cachorro chamava Rondônia, ele morreu pra lá de Brasilândia. A onça pegou ele, era bom de caça! Ele morria, mas não largava o bicho. Eu ia pra Brasilândia

com cacão levar comida lá pro povo. De cargueiro e ele ia junto e voltava.

Eu tinha uma mula e levava até três sacos de feijão pra vender em Brasilândia, fazia frete pros outros. Era a época que o povo tava entrando lá. Eu levava traia, panela, gasolina, óleo queimado, motosserra. Tinha uma equipe de animal e ganhava uns troco né! Eu criava meios pra poder sobreviver, pra fazer dinheiro. Eu fazia essas jornadas, a mulher, a mãe e o pai ficavam cuidando da roça.

Hoje já não faço mais vinagre, não caço mais. Mas, essas coisas aprendemos tudo aqui. O vinagre foi por acaso, aconteceu que um cacho de banana ficou apodrecendo e eu senti aquele cheiro forte. Não tinha vinagre em casa, fui olhar e vi que tinha azedado, então resolvi fazer um teste e deu certo.

Aí chegou a velhinha dos Lisbinski e falou que era só ponhar no sol que ia fermentar. E passamos a fazer e todo mundo usava o vinagre de banana.

Já o vinho era pras festa de Natal, cozinhava e extraía o suco do açaí, esfriava e bebia como se fosse vinho mesmo, porque não tinha outra bebida. Então era ele!

Aqui em casa, a gente não consegue escapar de fazer alguma coisa no Natal. Meus filhos, vizinhos, todo Natal vem aqui. Se não é no Natal é no Ano Novo, mas tem que vir. Essa tradição de se reunir ainda tamos mantendo graças a Deus!

E nós faz de tudo no Natal, porco, carneiro, frango, moranga recheada. A gente gosta muito de carne de porco, mas agora só crio pro gasto. Meu

chiqueirinho tá ali! Já tá engordando pro Natal, hoje não compensa plantar milho porque os papagaio come tudo. Nem manga tá sobrando mais, eles comem tudo.

Eu ainda faço linguiça, a minha maquininha tá aí e ainda funciona. Faço, defumo, ponho no freezer bem amarradinha e fica lá. Já to engordando os bichinhos, tenho um porco grande e cinco pequeno que vamos matar pro Natal e Ano Novo. Tamos esperando a visita da irmã da minha mulher lá do Mato Grosso.

Uma coisa muito importante que quero falar, quando nós entremos na 152 e fomos roçar pra esse homem que pagou nossa terra, o Darci, se acampamos na beira do córrego que passa lá na linha. No quilometro quatro tem um galho dum outro corguinho que se junta. Foi ali no meio dos dois que fizemos barraca no meio do mato. No outro dia quando começamos a roçar achemos dois pé de limão galego e duas touceira de bananeira e ninguém nunca falou que tinha gente por aqui. E tinham derrubado a mata porque achemos os tocos derrubado, mas as árvores em volta já tava tudo grande, já tinha crescido. Pr lá era puro bacuri.

E daqueles pés de limão e banana, todo mundo pegou muda e foi dividindo pras nove famílias que moravam na linha. Era banana maçã e foi de lá que eu peguei muda, plantei e depois vendi tanta banana. Era uma moita grande, muito antiga, os brotos pequeno sofrendo embaixo da mata. Mas tava tudo verdinho.

Achemos panela de barro quebrada, uma pedra tipo machado. Uns fala que era de índio, não sei! E a turma comentava que eram os índios que faziam aquilo, mas não chegamos a ver nada nem índio, nem outro povo. Nunca topemos com ninguém. Então é uma coisa interessante, porque nós sempre falava:

- Nós não somos os primeiro que entramos aqui! Teve alguém que entrou na nossa frente. E deixou alguma coisa que nós foi usar depois. E aquilo eu calculo que tinha uns trinta anos, porque era mais grosso do que as árvore que eu plantei nesse sítio quando cheguei. Aquilo nunca mais eu esqueço!

Tem dia que eu deito assim e lembro. Porque parece que o pensamento da gente atravessa onde a gente andou, tudinho né! Então aquilo

ficou na lembrança pra mim. Não esqueço nunca.

Notas

1 Mercearia; botequim de interior (Ferreira, A. B. H. Miniaurélio Século XXI Escolar. São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 2000)

2 Autópsia

